

TVR
N.º 285, DE 2021
(Do Poder Executivo)
MSC 293/2021
OF 533/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.721, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Picuí, Estado da Paraíba.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.840, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária do Periperi e Adjacências, no município de Caetité - BA;
- 2 - Portaria nº 2.967, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema, no município de Itarema - CE;
- 3 - Portaria nº 589, de 7 de junho de 2017 – Associação Francisco de Assis Dantas, no município de Penaforte - CE;
- 4 - Portaria nº 592, de 7 de junho de 2017 - Rádio Comunitária Educativa e Cultural Arinense, no município de Arinos - MG;
- 5 - Portaria nº 2.001, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária Farol do Saber, no município de Restinga Seca - RS;
- 6 - Portaria nº 2.185, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Apoio às Entidades de Bocaína, no município de Bocaína - SP;
- 7 - Portaria nº 2.928, de 4 de janeiro de 2017 - Fundação Técnico Científico para o Desenvolvimento Comunitário de Alhandra, no município de Alhandra - PB;
- 8 - Portaria nº 1.697, de 4 de abril de 2018 - Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, no município de São José do Cerrito - SC;
- 9 - Portaria nº 5.179, de 8 de novembro de 2018 - Rádio Comunitária Maria Rosa FM, no município de Curitibaanos - SC;
- 10 - Portaria nº 5.952, de 22 de novembro de 2018 - Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária, no município de Casca - RS;
- 11 - Portaria nº 5.957, de 22 de novembro de 2018 - Associação de Moradores da Quadra 404 Norte (ARNE 51), no município de Palmas - TO;
- 12 - Portaria nº 5.958, de 22 de novembro de 2018 - Associação de Moradores Comunidade Cristalinense, no município de Cristalina - GO;
- 13 - Portaria nº 6.036, de 22 de novembro de 2018 - Associação Comunitária Barra-Cordense, no município de Barra do Corda - MA;
- 14 - Portaria nº 6.039, de 22 de novembro de 2018 - Associação de Desenvolvimento Comunitário Lagoanovense - ADESCOL, no município de Lagoa Nova - RN;
- 15 - Portaria nº 6.132, de 27 de dezembro de 2018 - Sociedade Amiga dos Moradores da Vila Nova, no município de Macatuba - SP;
- 16 - Portaria nº 6.633, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Arauto Cultural de Boqueirão do Leão, no município de Boqueirão do Leão - RS;

17 - Portaria nº 6.634, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Flor da Serra do Sul, no município de Flor da Serra do Sul - PR;

18 - Portaria nº 6.639, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária Cultural de Avanhadava, no município de Avanhadava - SP;

19 - Portaria nº 6.642, de 27 de dezembro de 2018 - Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, no município de Nova Guarita - MT;

20 - Portaria nº 4.706, de 17 de setembro de 2019 - Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM, no município de Mauá da Serra - PR;

21 - Portaria nº 4.707, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária da Ponte Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico, no município de Ponte Serrada - SC;

22 - Portaria nº 4.710, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária do Município de Laranjal, no município de Laranjal - PR;

23 - Portaria nº 4.712, de 17 de setembro de 2019 - Associação Beneficente Comunitária e Social Ajuda Fraterna, no município de Torrinha - SP;

24 - Portaria nº 4.713, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Abadia de Goiás, no município de Abadia de Goiás - GO;

25 - Portaria nº 4.715, de 17 de setembro de 2019 - Fundação de Ação Cultural Educacional e Social de Panambi, no município de Panambi - RS;

26 - Portaria nº 4.718, de 17 de setembro de 2019 - Associação Rádio FM Comunitária Tropical, no município de Votorantim - SP;

27 - Portaria nº 4.719, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, no município de Antonio João - MS;

28 - Portaria nº 4.721, de 17 de setembro de 2019 - Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, no município de Picuí - PB;

29 - Portaria nº 4.751, de 17 de setembro de 2019 - Associação Cultural de Heliadora - ACHÉ, no município de Heliadora - MG; e

30 - Portaria nº 4.752, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Humaitá, no município de Humaitá - AM.

Brasília, 23 de junho de 2021.

Brasília, 6 de Novembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.004638/2014-46, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, inscrita no CNPJ nº 03.582.697/0001-44, explore pelo prazo de dez anos a partir de 19, de agosto de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Picuí, estado da Paraíba, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3446/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 4.721, de 17, Setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20/09/2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4721/2019/SEI-MCTIC
DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000012/2000 e nº 53900.004638/2014-46, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, inscrita no CNPJ nº 03.582.697/0001-44, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Picuí, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 17/09/2019, às 12:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4622437** e o código CRC **6B874602**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 533/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 2.840, 2.967, de 2015; 589, 592, 2.001, 2.185, 2.928, de 2017; 1.697, 5.179, 5.952, 5.957, 5.958, 6.036, 6.039, 6.132, 6.633, 6.634, 6.639, 6.642, de 2018; 4.706, 4.707, 4.710, 4.712, 4.713, 4.715, 4.718, 4.719, 4.721, 4.751 e 4.752, de 2019.

Atenciosamente,



ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.068456/2013-66

SEI nº 2668414

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 43110/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.004638/2014-46.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 07/11/2019, às 16:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4823357** e o código CRC **C701D857**.

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	53900.004638/2014-46
Interessado:	Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	03.582.697/0001-44
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	PB
Localidade:	Picuí
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Número do Tipo:	427

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais

436	Renovação TV Educativa
435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Analista**, em 26/09/2019, às 09:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4667516** e o código CRC **E214FAD5**.

Referência: Processo nº 53900.004638/2014-46

SEI nº 4667516

ANEXO 12

REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A DIEGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS, inscrita no CNPJ sob o nº 03.582.697/0001-44, com sede a Rua 18 de março, 18 - centro, na cidade de Picuí, Estado da Paraíba, CEP: 58.000-187, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 883 datada de 04/06/2002 e Decreto Legislativo nº 3139/2003, publicado no Diário Oficial da União datado de 19/08/2004, vem respeitosamente à presença de V. Exa. **Requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária** em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Picuí-PB, 04 de junho de 2014.


DIEGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS

Nome do representante da entidade: DIEGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS

CPF: 032.706.524-96

13-06-14

APARC

ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

CNPJ: 03.582.697/0001-44

PICUI-PARAÍBA

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da APARC- Associação Picuiense Artística e Cultural De Radiodifusão Comunitária **atesto** que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Picuí-PB, 04 de junho de 2014.

Diego Bruno de Araújo Negreiros
Diego Bruno De Araújo Negreiros

Representante Legal da Entidade

CPF:032.706.524-96



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO PICUIENSE ARTIST.E CULT. DE RADIODIF. COMUNITARIA
CNPJ: 03.582.697/0001-44

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:10:25 do dia 28/05/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 27/06/2014.

Certidão expedida gratuitamente.

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**

Contribuinte,

Confira os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
		CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.582.697/0001-44	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO		DATA DE ABERTURA 06/01/2000
MATREZ	CADASTRAL		
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE RADIOFUSAO COMUNITARIA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) APARC			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.3-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R DEZOTO DE MARCO	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 58.187-000	BARRIO DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PICUI	UF PB
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	

ESTATUTO SOCIAL

ASSOCIAÇÃO PICUIENSESSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Capítulo I

Dos Objetivos da Entidade

Art. 1º - A **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária de Picuí**, fundada em 01 de Novembro de 1999, com sede à Rua Ferreira de Macedo, S/N, Centro, Picuí, Estado da Paraíba, de abrangência municipal, é uma entidade autônoma e civil, sem fins lucrativos, apartidária, democrática, de duração indeterminada, de objetivos científicos, culturais e artísticos..

Parágrafo Único - Sua contribuição será para representar especificamente as entidades que lidam com os bens culturais da comunidade, que mediante a luta pela democratização da comunicação, todos os espaços serão valorizados e fortalecidos em seu processo de desenvolvimento e consolidação, promovendo o estudo, o debate, a difusão das novas teorias da comunicação e das artes, colocando a comunidade social a serviço da comunhão, da participação, do progresso e da liberdade humana.

Art. 2º - São finalidades precípua da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**:

- I - Atender a comunidade picuiense com vistas à:
- a) Dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
 - b) Oferecer mecanismo a formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
 - c) Prestar serviço de utilidade pública integrando-se ao serviço de defesa civil, sempre que necessário;
 - d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas de conformidade com a legislação profissional vigente;
 - e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível;
 - f) Fomentar por todas as suas instâncias e meios, a democratização da comunicação;

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO Bel. Vinícius José Cavalcante de Lima Rua Cui. Antônio Xavier, S/N 58167-000 - Ficar - PB TEL/FAX: (83) 3371-2444	AUTENTICAÇÃO Certifico e dou fé, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original Picuí - PB, 10 de 03 de 14 Jm
	<input checked="" type="checkbox"/> Edilana Maria de Lima Escrivente Designada <input type="checkbox"/> Marilene de Macedo Lima Escrivente Encarregada

02
automa

g) - Promover e defender a liberdade de expressão e pensamento, bem como o livre exercício das profissões da Comunicação Social;

h) - Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, fazendo intercâmbio entre os aspectos culturais e os vários segmentos das comunidades organizadas;

i) - Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho artístico, cultural, social, científico, econômico e desportivo, relacionados as comunidades envolvidas;

j) - Defender a solidariedade entre os povos, os direitos humanos, as liberdades individuais e coletivas, a justiça social, o ambiente natural e sua biodiversidade;

l) - Assegurar o exercício do direito de expressão, de geração de informação e de produção cultural a todos os seguimentos sociais;

m) - Prestar assessoramento nas áreas de comunicação radiofônica e cultural a entidades sindicais, comunitárias, educativas, religiosas e outras sem fins lucrativos, contribuindo para o aperfeiçoamento e disseminação de tecnologias de informação e disponibilização de serviços de comunicação;

n) - Organizar e manter um arquivo público com registro sonoro, fotográfico ou audiovisual de depoimentos e fotos produzidas ou colhidas na localidade é que seja de interesse geral da comunidade;

o) - Fomentar a capacitação dos cidadãos para a leitura crítica de todos os bens culturais produzidos nas suas diversas modalidades provocando o debate da estética, dos conteúdos, da linguagem e da técnica empregada;

p) - Eleger o tema da ética da comunicação como campo de preocupação permanente, promovendo estudos e debates sobre a presença e o comportamento dos meios de comunicação de massa na sociedade;

q) - Oferecer mecanismos à informação e integração da comunidade, dessa forma estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

r) Criar um Conselho Comunitário composto de no mínimo cinco pessoas, representantes de Entidades da comunidade de Picuí-Pb, com vistas ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612/98 do Ministério das Comunicações que institui o serviço de Radiodifusão Comunitária;

s) Oferecer serviços de Radiodifusão Comunitária através da fundação e instalação de uma **Rádio Comunitária FM**, visando o atendimento de toda comunidade, obedecendo os preceitos da Lei nº 9.612/98 do Ministério das Comunicações e demais disposições legais;

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO Bel. Vinícius José Cavalcante de Lima Rua Cel. Antônio Xavier, SN 58.187-000 - Picuí - PB TEL/FAX: (83) 3371-2444	AUTENTICAÇÃO Certifico e dou fé, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original Picuí - PB <u>10</u> de <u>03</u> de <u>14</u>
	<input checked="" type="checkbox"/> Edilana Maria de Lima Escritoriente Designada <input type="checkbox"/> Marileide de Macedo Lima Escritoriente Enunciada

B. Silva
Benedicta Gomes da Silva
Advogada - OAB nº 1.100
Petrópolis, RJ

Marileide de Macedo Lima

Art. 3º - Para a consecução das suas finalidades, a **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária** poderá realizar as seguintes atividades:

I - Promover o aperfeiçoamento dos próprios diretores e associados nos setores técnico-profissional e administrativo;

II - Organizar, promover e apoiar a realização de cursos, seminários debates e treinamentos regulares ou intensivos, bem como patrocinar exposições, festivais, espetáculos e atividades congêneres na comunidade;

III - Estabelecer parcerias e manter intercâmbio com organizações similares, nacionais e internacionais, celebrando convênios, contratos e termos de cooperação;

IV - Filiar-se a entidades congêneres que atuem nos planos regional, nacional ou internacional;

V - Promover continuamente o debate objetivando o aperfeiçoamento e a revitalização intelectual dos seus membros, tendo em vista o avanço dos projetos comunitários;

VI - Desenvolver pesquisas nas áreas social, educacional, política, cultural e econômica;

VII - Construir, organizar, manter ou formar arquivos, bancos de dados, videotecas ou bibliotecas de uso público;

IX - Conceder prêmios à autores, artistas plásticos, escritores, comunicadores, técnicos de arte, espetáculos musicais, de artes cênicas em atividades e concursos realizados na comunidade, bem como a autoridades que tenham se destacado nos serviços prestados à comunidade;

X - Construir e equipar salas e outros ambientes destinados a atividades artísticas e culturais em geral;

XI - Constituir o **Conselho Comunitário da Rádio Comunitária FM**, o qual venha a definir e acompanhar sua programação, discutindo e analisando o conteúdo veiculados na emissora;

XII - Centrar o conceito de comunicação na comunidade, criando instrumentos que garantam um processo de comunicação participativo e circular, valorizando a presença de pessoas com formação especial no campo da comunicação, convocando-as e animando-as para integrar os projetos na área da comunicação institucional e popular;

XIII - Desenvolver formas de cooperação com o **Conselho de Comunicação Social** de Picuí.

Art. 4º - Para o cabal desempenho de suas funções, a **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**, deverá assegurar e garantir o exercício da mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias,

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Bel. Vinícius José Cavalcante de Lima
Rua Cel. Antônio Xavier, S/N
58187-000 - Picuí - PB
TELEFAX: (33) 3371-2444

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original.
Picuí - PB 10 de 03 de 14

☒ Edirana Maria de Lima
Escritor Designada

☐ Marileide de Macedo Lima

assegurando a liberdade de expressão e debate dos seus membros e associados, buscando sempre a unidade da ação.

Art. 5º - Poderá agregar-se às atividades da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária** qualquer pessoa, independentemente de cor, raça, sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto neste Estatuto.

Capítulo II

Da Organização e Funcionamento

Art. 6º - São órgãos da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**:

- I - Assembléia Geral;
- II - Diretoria Executiva;
- III - Conselho Fiscal;
- IV - Conselho Comunitário.

Art. 7º - A Assembléia Geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no primeiro trimestre, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas do exercício anterior pela Diretoria Executiva, aprovação do plano anual de ação e discussão de assuntos gerais da entidade.

Parágrafo Único - A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria Executiva ou por pelo menos 1/3 (um terço) dos associados, através de abaixo-assinado e requerimento encaminhado em nome do Diretor-Presidente da entidade. A convocação deverá ser feita com antecedência de, no mínimo 08 (oito) dias, através de edital afixado na sede da entidade ou através de fixação de cartazes convocatórios nos principais locais públicos e estabelecimentos comerciais, onde constarão o dia, hora, local e pauta da reunião.

Art. 8º - A Assembléia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos diretores ou associados e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de diretores ou associados presentes.

Art. 9º - A Diretoria Executiva será a partir da proporcionalidade qualificada e direta dos votos, sendo o quorum mínimo para decisão nas suas reuniões de, no mínimo 6 (seis) membros ou (50% mais um). Em caso de empate nos processos de votação o assunto deverá ser remetido à próxima reunião - **ordinária ou extraordinária** - onde tentar-se-á a solução do problema.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO Bel. Vinícius José Cavalcante de Lima Rua Cel. Antônio Xavier, S/N 58.187-000 - Foz de Iguaçu - PR TEL/FAX: (031) 3371-2444	AUTENTICAÇÃO	
	Certifico e dou fé, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original	
	Picuí - PB <u>10</u> de <u>03</u> de <u>14</u>	
	<input checked="" type="checkbox"/> Ediana Maria de Lima Escritor Designada	<input type="checkbox"/> Marileide de Macedo Lima

Art. 10º - A Diretoria Executiva reunir-se-a quinzenalmente, em convocação feita em, no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência, constando pauta, data, hora e local por ela determinada e, extraordinariamente sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou Diretor Executivo ou por 1/3 (um terço) dos membros da Diretoria Executiva.

Art. 11º - A Diretoria Executiva será eleita juntamente com o Conselho Fiscal para mandato de quatro anos em Assembléia Geral Extraordinária, convocada para este fim, através de votação aberta em chapas inscritas, podendo ser reeleita por igual período.

Art. 12º - A Assembléia Geral Extraordinária com fim eleitoral deverá ser convocada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, utilizando-se os mesmos meios de divulgação no artigo sétimo e seu parágrafo único.

Art. 13º - A inscrição das chapas deverá ser feita até 15 (quinze) dias antes da data marcada para a realização da eleição, mediante apresentação de pedido por escrito à Comissão Eleitoral, tirada em Assembléia para este fim.

Art. 14º - A Diretoria Executiva será composta por um colegiado de 7 (sete) membros, investidos de poderes gerais e especiais de administração, constituído dos seguintes cargos a saber:

Diretor-Presidente, Diretor Executivo, Secretário Geral, Diretor de Finanças e Patrimônio, Diretor de Cultura e Artes, Diretor de Formação e Capacitação, Diretor de Comunicação e Marketing.

Art. 15º - A Diretoria Executiva poderá ser substituída no todo ou em parte pela Assembléia Geral Extraordinária convocada para este fim específico na forma do artigo sétimo e seu parágrafo único, nos casos de injúria ou em atos comprovados de improbidade e atitude imprópria, os quais venham a comprometer os objetivos da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária** e desvirtuamente das finalidades e normas estatutárias.

Parágrafo Único - No caso de substituição geral da Diretoria Executiva será eleita uma **Comissão Diretora Provisória**, composta por 5 (cinco) sócios membros da comunidade, que administrará a entidade até a eleição da nova diretoria, nos moldes do artigo décimo primeiro deste Estatuto.

Art. 16º - Os cargos titulares devem estar sempre preenchidos. Havendo perda de um ou mais membros da Diretoria Executiva no decorrer da gestão, deverão ser imediatamente substituídos, mesmo temporariamente, devendo ser convocada Assembléia Geral para a eleição de novo membro.

Parágrafo Único - O presente Estatuto poderá ser alterado no todo, ou em parte mediante convocação de Assembléia Geral Extraordinária, a qual terá amplos

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Bel. Vinícius José Carriante de Lima
Rua Cel. Antônio Xavier, SN
58.187-000 - Picuí - PB
TELEFAX (83) 3371-2444

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original
Picuí - PB 10 de 03 de 14

☒ Ediana Maria de Lima
Escrivente Designada
☐ Marileide de Macedo Lima
Escrivente Encarregada

06
mhm

e ilimitados poderes para tal, na forma prevista no artigo sétimo e seu parágrafo único.

Capítulo III

Das Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 17º - Caberá a Diretoria Executiva coletivamente:

I - Traçar estratégias e planos de ações que garantam a implementação dos objetivos definidos em Assembléia Geral;

II - Indicar um de seus membros ou um dos associados para representar a entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso do impedimento do Diretor-Presidente, ou nos casos que julgar conveniente;

III - Elaborar relatórios semestrais das atividades, realizações e atos administrativos da entidade;

IV - Prestar contas bimestrais e anualmente dos trabalhos aos associados, em Assembléia Geral Ordinária, ou quando solicitado por qualquer um dos seus membros;

V - Autorizar a admissão ou demissão de funcionários (se tiver), bem como autorizar o pagamento dos salários, gratificações ou outras formas de remuneração;

VI - Autorizar a aquisição de equipamentos;

VII - Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos da entidade;

VIII - Aprovar e modificar regimentos internos de diretorias ou serviços que venham a ser implementados e/ou administrados pela entidade.

Art. 18º - Caberá a cada diretor, individualmente:

I - Zelar e fazer cumprir as normas estatutárias;

II - Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce bem como aquelas espontaneamente assumidas;

III - Manter postura pública compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;

IV - Representar a entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria;

V - Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Bel. Vicius José Cavalcante de Lima
Rua Cel. Antônio Xavier, S/N
53.137-000 - PICUI - PB
TELEFAX: (33) 3371-2444

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original.

Picui - PB 10 de 03 de 14

☒ Edilana Maria de Lima
Escritor Designada

☐ Marileide de Macedo Lima
Escritor Encarregada

Edilana Maria de Lima
Advogada - O. A. 1. 2282
Fone 371-2150 - Picui-PB.

0
mín

VI - Criar através de ato o Conselho Comunitário com a participação de no mínimo cinco membros de entidade comunitárias filantrópicas da comunidade com vistas à acompanhar a programação do serviço de Radiodifusão Comunitária;

Parágrafo Único - A Diretoria é o órgão executivo e coordenador da **Associação Piculense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária.**

Art. 19º - Caberá ao Diretor-Presidente:

I - Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;

II - Convocar, instalar e coordenar as reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais;

III - Convocar a Diretoria Executiva, Conselhos e Sócios para reuniões ordinárias e extraordinárias;

IV - Representar a entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidades em geral;

V - Representar a entidade em juízo ou fora dele, judicial e extrajudicialmente, em matéria do seu interesse, podendo, para tanto, constituir procurador ou mandatário;

VI - Assinar, juntamente com o Secretário Geral, as atas e demais documentos de circulação interna e externa;

VII - Assinar, juntamente com o Diretor de Finanças e Patrimônio, os balancetes e os cheques para pagamento das despesas em geral;

VIII - Coordenar todos os setores e departamentos da entidade, com responsabilidades para deliberar nas ações que se fizerem necessárias à consecução dos objetivos sociais, em casos emergenciais;

IX - Promover entrosamento entre os membros de toda Diretoria, a fim de que as funções sejam desempenhadas satisfatoriamente;

X- Exercer direitos, deveres e atribuições pertinentes aos Presidentes das entidades civis, congêneres nos casos não previstos neste artigo e que não contraria este Estatuto, cumprindo fielmente o mesmo.

Art. 20º - Caberá ao Diretor Executivo:

I - Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;

II - Trabalhar em consonância com o Diretor-Presidente, auxiliando-o e colaborando nas funções pertinentes ao cargo;

III - Substituir o Diretor-Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;

IV - Dirigir toda operacionalização da entidade, assegurando seu perfeito funcionamento e maximização dos resultados;

Marileide de Macedo Lima

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO Bel. Vinícius José Cavalcante de Lima Rua Cel. Antônio Xavier, S/N 58.18-400 - Picuí - PB TELEFAX: (33) 3371-2444	AUTENTICAÇÃO	
	Certifico e dou fé que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original	
	Picuí - PB <u>10</u> de <u>03</u> de <u>14</u>	
	<input checked="" type="checkbox"/> Edilana Maria de Lima Escritora Designada	<input type="checkbox"/> Marileide de Macedo Lima Escritora Designada

[Assinatura]
Benedito Gomes da Silva
Advogado - O. A. 11.428
Fone 331-2138 - 331-0119

V - Analizar as propostas de admissão de novos associados, encaminhados por diretores e/ou associados.

Art. 21º - Caberá ao Secretário Geral:

I - Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com as funções coletivas;

II - Secretariar as reuniões da Diretoria e as da Assembléia Geral, lavrando e assinando, juntamente com o Diretor-Presidente as respectivas atas;

III - Elaborar a correspondência e documentação oficiais da entidade, assinando-os juntamente com o Diretor-Presidente ou seu substituto imediato;

IV - Ler as atas nas reuniões e assembléias;

V - Manter arquivada e bem organizada toda documentação expedida e recebida;

VI - Conservar o livro de atas em dia e sem rasura;

VII - Superintender sobre todos os serviços de expediente;

VIII - Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos diretores e colaboradores;

IX - Organizar o arquivo dos sócios de acordo com a categoria de cada um;

X - Implementar e organizar o **Núcleo de Documentação e Memória** da entidade que possa resgatar a sua história.

Art. 22º - Caberá ao Diretor de Finanças e Patrimônio:

I - Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;

II - Administrar as finanças da entidade, assumindo a responsabilidade da movimentação financeira (entrada e saída de valores);

III - Realizar e supervisionar a contabilidade perfeita dos dados financeiros de receitas e despesas, apresentando balancetes semestrais, o qual será encaminhado ao Conselho Fiscal, que em seguida deverá ser apreciado por toda Diretoria Executiva em Assembléia Geral;

IV - Assinar, juntamente com o Diretor-Presidente ou seu substituto legal, cheques, recibos, balancetes e outros documentos financeiros;

V - Prestar contas da gestão financeira a cada seis meses a Diretoria Executiva e, anualmente, em Assembléia Geral aos associados;

VI - Manter os livros contábeis (caixa e tombo) em dia e sem rasuras;

VII - Receber as subvenções e auxílios de qualquer fonte destinada a entidade, mediante recibo;

VIII - Administrar o patrimônio em consonância com o Diretor-Presidente;

IX - Manter sob seu controle todo o patrimônio da entidade, quer sejam bens móveis e imóveis;

ARTÓRIO DO 1º OFÍCIO Vincius José Cardozo de Lima Rua Cel. Antônio Xavier, S/N 58.187-000 - Picuí - PB TEL/FAX: (83) 3371-2444	AUTENTICAÇÃO	
	Certifico e dou fé, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original	
	Picuí - PB <u>10</u> de <u>03</u> de <u>14</u>	
	<input checked="" type="checkbox"/> Editana Maria de Lima Escritora Designada	<input type="checkbox"/> Marilinda de

Benedita Gomes da Silva
Advogada - O. A. B. 428
Fone: (71) 2189 - 1100/1111

X - Responder diretamente por qualquer desvio de bens que estejam sob sua responsabilidade.

Art. 23º - Caberá ao Diretor de Cultura e Artes:

I - Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;

II - Fomentar uma política artística e cultural voltada ao resgate histórico e preservação da memória da comunidade;

III - Definir sua filosofia de atuação, estabelecendo critérios éticos e morais a serem protagonizados;

IV - Organizar eventos de cunho educativo, artístico-cultural para o entretenimento da comunidade;

V - Planejar os programas de natureza cultural a serem desenvolvidos pela entidade;

VI - Participar de eventos e solenidades na área cultural, de arte e comunicação na região ou fora dela.

Art. 24º - Caberá ao Diretor de Formação e Capacitação:

I - Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções sociais;

II - Elaborar a política de formação e capacitação dos membros da entidade para consecução de suas atividades;

III - Operacionalizar, coordenar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos pela entidade junto a comunidade;

IV - Fazer a coordenação e implementação dos planos, projetos e programas de organização e desenvolvimento da entidade;

V - Produzir materiais e elaborar projetos para consolidação das ações da entidade, buscando meios e recursos para projetos da entidade.

Art. 25º - Caberá ao Diretor de Comunicação e Marketing:

I - Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;

II - Operacionalizar, coordenar e supervisionar a marca e filosofia da entidade junto ao público em geral;

III - Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada e sistemática e eficiente a divulgação, objetivos e realizações da entidade;

IV - Coordenar e supervisionar todo o trabalho e material para elaboração da divulgação, determinando as diretrizes e a filosofia criativa da comunicação-padrão da entidade;

V - Planejar e organizar todo ato de criação para a seleção de tipos, boa apresentação e identificação da entidade;

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Bel. Vences José Cavalcante de Lima
Rua Cel. Antonio Xavier, S/N
58.157-030 - Picuí - PB
TEL/FAX: (33) 3371-2444

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original
Picuí - PB 10 de 03 de 14

☒ Edilania Maria de Lima
Escritorinha Designada
☐ Marileide de Macedo Lima
Escritorinha

[Assinatura]
Beneito Cavalcante da Silva
Advogado - O. A. B. 1257
Fone 331 3331 - 3331, PB.

VI - Garantir a consistência e a qualidade às demais áreas, cumprindo as normas e diretrizes da diretoria.

Art. 26º - Nenhum membro da diretoria ou que venha a trabalhar na entidade poderá ser remunerado. A admissão de pessoas será com base na **Lei do Serviço Voluntário**. A contratação e demissão de funcionários (se tiver) dependerá da aprovação da maioria da Diretoria Executiva.

Art. 27º - É vedado ao responsável por cada diretoria obrigar ou comprometer a entidade em negócios e assuntos estranhos aos fins e interesses sociais.

Capítulo IV

Das Atribuições do Conselho Fiscal

Art. 28º - O **Conselho Fiscal** é o órgão de controle e fiscalização da entidade, eleito juntamente com a Diretoria executiva para um mandato de 04 (anos) anos, podendo ser reeleito por igual período e será composto por 4 (quatro) membros, 2 (dois) efetivos e 2 (dois) suplentes, o qual será coordenado por um dos seus pares, a que lhe compete entre outras coisas:

I - Fiscalizar as ações e as movimentações financeiras da entidade como: entradas, saídas e aplicações de recursos, emitindo pareceres para apreciação da Diretoria Executiva em Assembléia;

II - Examinar e aprovar o orçamento anual, opinando sobre relatórios do Diretor de Finanças e Patrimônio, sugerindo alterações, se necessário, e emitir parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis, em consonância com a Diretoria Executiva e deliberação da Assembléia Geral;

III - Solicitar à Diretoria Executiva, sempre que se fizer necessário, esclarecimentos e documentos comprobatórios de receitas e despesas;

IV - Verificar as atividades da Diretoria Executiva, se está agindo de acordo com o presente Estatuto;

V- Averiguar e apurar denúncias que digam respeito à administração da entidade;

VI - No caso de renúncia ou impedimento de um membro do Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva designará seu substituto, mesmo que temporariamente, até a realização da Assembléia Geral para a eleição de novo membro.

Art. 29º - Os pareceres e as deliberações do Conselho Fiscal serão registradas em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinada por seus membros, logo após o encerramento dos trabalhos.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Bel. Vinícius José Cavalcante
Rua Cel. Antônio Xavier, 58
58.157-000 - Picuí - PB
TELEFAX: (53) 3371-2444

10 de 03 de 14

☒ Edilana Maria de Lima
Escritor Designada

☐ Marilene de Macedo Lima
Escritor Encarregada

Benedito Gomes de Silva
Advogado - O. A. 11.498
Zona 37 - 2130 - Nova Friburgo

Art. 30º - As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos.

Capítulo V

Das Atribuições do Conselho Comunitário

Art. 31º - O **Conselho Comunitário** é o colegiado e órgão fiscalizador e acompanhador da programação da **Rádio Comunitária FM**, composto por, no mínimo, 5 (cinco) pessoas, de ilibada reputação, que sejam representantes de entidades tais como: associações de classe, beneméritas, religiosas, rurais ou de moradores, desde que legalmente constituídas, as quais deverão ser aprovadas pela maioria dos membros da Diretoria Executiva, o qual definirá sua organização interna e coordenado pelo Diretor-Presidente da entidade.

Art. 32º - A **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**, entidade civil sem fins lucrativos, registrada como **Organização não Governamental**, enquanto **Entidade Mantenedora da Rádio Comunitária FM**, de caráter comunitário e de gestão pública, terá um representante no **Conselho Comunitário**, com direito à voto.

Art. 33º - O **Conselho Comunitário** terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no artigo quarto da Lei que regulamentou o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 34º - O **Conselho Comunitário** reunir-se-á mensalmente para:

I - Analisar a dinâmica e perfil das atividades implementadas pela diretoria da emissora, verificando a sua adequação às metas estabelecidas quanto a sua programação;

II - Aprovar ou modificar a programação quando perceber qualquer tipo de proselitismo;

III - Atuar como mediador entre programadores, ouvintes e empreendimentos que darão apoios culturais (anunciantes), promovendo tentativas de entendimentos entre as partes;

IV - Analisar o conteúdo dos programas e a performance dos seus comunicadores.

Parágrafo Único - A entidade manterá sempre atualizado todos os dados pessoais dos membros, bem como disponível o ato que constitui e estabeleceu a composição do **Conselho Comunitário**.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO Bul. Vinte e Nove de Abril Rua Cel. Antônio Xavier, SN 55.187-600 - FICUI - PB TEL/FAX: (33) 3371-2444	AUTENTICAÇÃO Certifico e dou fé, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original Picui - PB 10 de 03 de 14
	<input checked="" type="checkbox"/> Ediana Maria de Lima Escrivente Designada <input type="checkbox"/> Marileide de Macedo Lima Escrivente Encarregada

B. Gomes de Silva
Benedito Gomes de Silva
Advogado - O. A. 14.409
Fone: 3371-2444

12
autôm

Capítulo VI

Do Clube de Sócios

Art. 35º - O quadro social da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária** é constituído por um número ilimitado de sócios e serão alinhados nas seguintes categorias;

I - **Sócios Fundadores** - Todos aqueles que tomaram parte na Assembléia Geral para formação da entidade e que constam sua assinatura em ata;

II - **Sócios Efetivos** - Todos aqueles que propostos por um ou mais sócios, aceitos e aprovados pela Diretoria Executiva, devem concordar com o que dispõe este Estatuto;

III - **Sócios Colaboradores** - todos aqueles que contribuem financeiramente com a entidade. Tal contribuição pode ser mensal ou temporária.

Art. 36º São direitos e garantias dos sócios:

I - Participar das Assembléias com direito a voz;

II - Votar e ser votado para os cargos da entidade;

III - Ter igualdade perante este Estatuto;

IV - Apresentar sugestão e oferecer colaboração aos dirigentes da entidade;

V - Participar ativamente das atividades associativas;

VI - Ter acesso a qualquer documento oficial, inclusive ao cadastro de funcionários (se tiver) e participantes do projeto, mediante solicitação por escrito à Diretoria Executiva, resguardando-se as informações de caráter pessoais, exceto se aprovado em reunião pela diretoria;

VII - Encaminhar sugestões aos órgãos dirigentes e exigir o cumprimento do presente Estatuto, bem como das decisões dele decorrente;

VIII - Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela entidade ou através de convênios.

Art. 37º - Constituem obrigações dos sócios:

I- Conhecer e zelar pelo cumprimento do presente Estatuto;

II - Participar ativamente das reuniões e assembléias para as quais forem convidados;

III - Efetuar pontualmente o pagamento de suas contribuições financeiras;

IV - Cooperar de acordo com suas possibilidade com uma pequena mensalidade, para conservação, ampliação e manutenção do seu patrimônio material e imaterial;

V - Colaborar nas realizações das atividades da entidade e seus objetivos;

VI - Observar os princípios éticos, morais e administrativos da entidade consagrada neste Estatuto;

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO Bel. Vinícius José Cavalcante de Rua Cel. Antônio Xavier, 50N 58.187-400 - FICUL - PB TELEFAX: (83) 3371-2444	AUTENTICAÇÃO	
	Certifico e dou fé, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original	
	Picui - PB 10 de 03 de 14	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Edilana Maria de Lima Escrevente Designada
	<input type="checkbox"/>	Marilide de Macedo Lima Escrevente Encarregada

[Assinatura]
Benedito Gomes da Silva
Advogado - O. A. B. 4987
Fone 571 2132 - Picui - PB

Marilide de Macedo Lima

Cartório do 1º Ofício

VII - Zelar pelo bom relacionamento entre os sócios e pelo alcance dos fins a que se propõe a entidade;

VIII - Respeitar as decisões dos órgãos deliberativos da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**.

Art. 38º - Os sócios não respondem sequer subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade e de seus diretores.

Capítulo VII

Das Infrações e Penalidades

Art. 39º - Constituem infrações à disciplina social sujeitas às sanções previstas a todos os diretores e sócios:

I - Deixar de zelar e cumprir o Estatuto e as deliberações das Assembleias Gerais;

II - Promover por meios diretos e indiretos, o descrédito dos princípios e normas da entidade perante a comunidade;

III - Coagir, influenciar, participar direta ou indiretamente, de qualquer movimento, ação ou grupo de influenciamento que objetive retirar a força de atuação da entidade e seus órgãos, assim como em prejuízo das disposições previstas neste Estatuto.

Art. 40º - As infrações à disciplina social de seus membros serão punidas, segundo a sua gravidade, com as seguintes sanções:

I - Advertência oral ou escrita;

II - Censura pública por edital afixado na sede social e transcrita em boletim;

III - Suspensão até 12 (doze) meses;

IV - Eliminação do quadro social.

Parágrafo Único - A readmissão como sócio ocorrerá apenas quando a Diretoria Executiva, por solicitação do interessado, e por maioria simples dos associados, julgar sanados os efeitos do ato que motivou sua eliminação e entender que existe a disposição de cumprimento das normas estatutárias.

Capítulo VIII

Das Receitas e Despesas

Art. 41º - A receita da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária** advirá:

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO Bel. Vinícius José Cavalcante de Lima Rua Cel. Antônio Xavier, 506 58.167-000 - Picuí - PB TEL/FAX: (83) 3371-2444	AUTENTICAÇÃO Certifico e dou fé, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original Picuí - PB <u>10</u> de <u>03</u> de <u>14</u>
	<input checked="" type="checkbox"/> Ediliana Maria de Lima Escrevente Designada <input type="checkbox"/> Marilide de Macedo Lima Escrevente Encarregada

[Assinatura]
Escritório: Geórgia da Silva
Advogada - O. A. B. 2017
Fone 371-2138 - Picuí - PB

I - Da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada em livro caixa e tombo, com valor, data e identificação do doador;

II - Da contribuição mensal dos associados e/ou colaboradores;

III - Da contribuição extraordinária dos sócios-fundadores;

IV - De doações, contribuições, legados e outros recursos a ela aportados voluntariamente;

V - De verbas provenientes de subsídios oficiais e receitas eventuais;

VI - Do rendimento proveniente da aplicação de seu capital;

VII - Convênios e outras fontes.

Parágrafo Único - O patrimônio da entidade será constituído do acervo material e imaterial representado por todos os seus bens móveis e imóveis, títulos ou produtos de doações e legados, dos quais será feito, ao fim de cada exercício social, o respectivo inventário.

Art. 42º - As despesas da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária** podem ser:

I - Despesas operacionais, tais como aluguéis de bens móveis e imóveis, compra de equipamentos, material de limpeza e de expediente, entre outros;

II - Pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação de equipamentos;

III - Patrocínios a projetos, atividades ou eventos com fins comunitários.

Capítulo IX

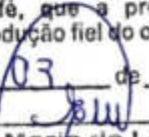
Da Dissolução


Art. 43º - A dissolução da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária** ocorrerá apenas por decisão de Assembleia Geral Extraordinária, convocada com exclusividade para este fim, conforme artigo sétimo e seu parágrafo único deste Estatuto.

Art. 44º - Ponto de pauta obrigatório na Assembleia Geral Extraordinária convocada para dissolução da entidade deverá ser a prestação de contas, verificada pelo Conselho Fiscal, até a data da Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 45º - Caso haja dívidas na data da dissolução, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, sendo determinado o destino do saldo restante a uma entidade similar.

Art. 46º - A **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária** somente poderá ser dissolvida:

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO Bela Vista José Cavalcante de Lima Rua Cel. Antônio Xavier, S/N 50.161-400 - Picuí - PB TEL/FAX: (53) 3371-2444	AUTENTICAÇÃO Certifico e dou fé, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original Picuí - PB <u>10</u> de <u>03</u> de <u>14</u> 
	<input checked="" type="checkbox"/> Ediana Maria de Lima Escrevente Designada <input type="checkbox"/> Marleide de Macedo Lima Escrevente Encarregada


Benedito Góes da Silva
Autógrafo - O. A. II, 4267
Copa 371-2133 - Picuí-PB.

Marleide de Macedo Lima
Escrevente Designada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

I - Por deliberação de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada especificamente para tal fim e com a presença, em primeira convocação de 2/3 (dois terços) de seus diretores e/ou associados;

II - Caso a maioria dos 2/3 (dois terços) não seja alcançada, numa segunda convocação, após 60 (sessenta) minutos poderá a Assembleia Geral reunir-se com qualquer número de sócios e/ou diretores;

III - A proposta de dissolução somente será aprovada pela maioria de no mínimo 2/3 (dois terços) dos presentes.

Parágrafo Único - A dissolução da entidade só poderá ocorrer por absoluta e incompatível impossibilidade legal ou material, de preencher suas finalidades por qualquer modo, devidamente comprovada em Assembleia Geral Extraordinária.

Capítulo X

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 47º - Caberá a Assembleia Geral de fundação eleger sua Diretoria para um mandato de quatro anos, cabendo:

I - Registrar o presente Estatuto em Cartório de Pessoas Jurídicas na forma da lei;

II - Registrar em Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;

III - Requerer reconhecimento como de utilidade pública à nível municipal, estadual e nacional;

IV - Filial ao Conselho Nacional de Serviço Social;

V - Estabelecer um plano de meta para os primeiros quatro anos de existência da entidade;

VI - Elaborar e aprovar o Regimento Interno e Código de Ética;

VII - Requerer junto ao Ministério das Comunicações abertura de canal para concessão e exploração do serviço de radiodifusão comunitária;

VIII - Instalar a **Rádio Comunitária FM** dentro dos padrões técnicos exigidos pelo Minicon e elaborar uma programação eminentemente regional, voltada para a comunidade e seus problemas;

IX - Associar a **Rádio Comunitária FM** à entidade nacional, regional ou distrital de radiodifusão comunitária;

X - Constituir o Conselho Comunitário para a emissora;

XI - Construir a Sede Social;

XII - Manter intercâmbio com demais entidades que tenham os mesmos fins;

XIII - O exercício social e financeiro coincide com o ano civil;

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Bel. Vinícius José Cavalcante da
Rua Cel. Antônio Xavier, S/N
58.151-000 - Fica - PB
TELEFAX: (33) 3311-2444

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé de que a
fotocópia é a reprodução fiel do original

Picuí - PB 10 de 03 de 14

☒ Edilana Maria de Lima
Escritor Designada

☐ Marileide de Macedo Lima
Escritor Encarregada

Benedito Silva de Silva
Advogado (OAB/PB 11.111)
Rua 271, 111 - Fica - PB

XIV - Revogem-se as disposições em contrário.

Art. 48º - Os casos não especificamente previstos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, que aplicará subsidiariamente a legislação em vigor no país.

Art. 49º - A Diretoria Executiva da **Associação Piculense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária de Picuí** fica assim constituída:

Diretor-Presidente:

Diretor-Executivo:

Secretário Geral:

Diretor de Patrimônio e Finanças:

Diretor de Cultura e Artes:

Diretor de Formação e Capacitação:

Diretor de Comunicação Social e Marketing:

Conselho Fiscal.

Art. 50º - Este Estatuto será registrado no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Picuí, Estado da Paraíba, e terá sua inscrição no Cadastro Geral do Contribuinte da Receita Federal, o qual entrará em vigor na data de sua aprovação e/ou publicação.

Picuí-PB, 01 de Novembro de 1999

Edilma
Marileide de Macedo Lima
Escrevente Designada

Ronaldo
Ronaldo Gomes da Silva
Advogado - O. A. D. 4287
Fone 371-5124 - Picuí-PB.

Durval
Durval Barbosa de Siqueira Filho
Presidente



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO Bel. Vinícius José Cavalcanti de Lima Rua Cel. Antônio Xavier, S/N 58.187-000 - Picuí - PB TEL/FAX: (33) 3371-2444	AUTENTICAÇÃO Certifico e dou fê, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original Picuí - PB <u>10</u> de <u>03</u> de <u>14</u> <input checked="" type="checkbox"/> Edilma Maria de Lima Escrevente Designada <input type="checkbox"/> Marileide de Macedo Lima Escrevente Encarregada
---	--



ESTADO DA PARAÍBA - PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DE PICUI
CAVALCANTI DE LIMA SERVIÇOS NOTARIAL E REGISTRAL
1ª Serventia Extrajudicial

Rua Cel. Antonio Xavier, s/n - Centro - ☎/FAX 0 xx 83 371 2444 CEP 58.187 000
PICUI - PARAÍBA

CERTIDÃO

Certifico que nesta data foi registrada o
**ESTATUTO SOCIAL da Associação Picuiense Artística e Cultural
de Radiodifusão Comunitária**, sob nº **281**, **folhas 135v/143 do
Livro "A - 3" Pessoas Jurídicas**; dou fé.

Picui, 06 de JANEIRO de 2000

Marileide de Macedo Lima
Marileide de Macedo Lima
Escrevente Designada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO Bel. Vinícius José Cavalcanti de Lima Rua Cel. Antonio Xavier, S/N 58.187-000 - Picuí - PB TEL/FAX: (83) 3371-2444	AUTENTICAÇÃO Certifico e dou fé, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original Picuí - PB <u>10</u> de <u>03</u> de <u>14</u> <i>[Assinatura]</i>
	<input checked="" type="checkbox"/> Edilana Maria de Lima Escrevente Designada <input type="checkbox"/> Marileide de Macedo Lima Escrevente Encarregada

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.

AUTENTICAÇÃO Certifico e dou fé, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original. Picui - PB 10 de 03 de 14	09:00
	09:00
Bel. Vinícius José Cavalcante de Lima	Bel. Vinícius José Cavalcante de Lima
Rua Cel. Antônio Xavier, S/N	Rua Cel. Antônio Xavier, S/N
50.187-000 - Picui - PB	50.187-000 - Picui - PB
TELEFAX: (33) 3371-2444	TELEFAX: (33) 3371-2444
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO	CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

Aos 15 dias do mês de março do ano de 2011, às 09h na sede da APARC, localizado a Rua Ferreira de Macedo, nº 07 – Centro Picui-Pb, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, os Associados da APARC, devidamente convocados através de Edital, com o objetivo de efetuarem a reformulação de seu Estatuto, em atenção as recomendações do Ministerio das Comunicações; Aberto os Trabalhos o Presidente leu o Edital de Convocação que estabelece os fins e objetivos da presente Assembleia Geral Extraordinária convocada, colocando em discussão de imediato, a modificação dos Arts. 14º, 18º, 31º, 36º e 41º do Estatuto da APARC, os quais foram aprovados por unanimidade dos associados presentes, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14º...

Parágrafo Único – Os Dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade.

Art. 18º - ...

Parágrafo Segundo – Apenas farão parte da Diretoria executiva os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados.

Parágrafo Terceiro – Os dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 31º - O Conselho Comunitário é o colegiado e órgão fiscalizador e acompanhador da programação da Rádio Comunitária FM, composto por, no mínimo, 5 (cinco) pessoas, de ilibada reputação, que sejam representantes de entidades tais como: associações de classe, beneméritas, religiosas, rurais ou de moradores, desde que legalmente constituídas, cujo mandato deverá coincidir com o da Diretoria Executiva, as quais deverão ser aprovadas pela maioria dos membros da Diretoria Executiva, o qual definirá sua organização interna e coordenado pelo Diretor-Presidente da entidade.

Parágrafo Único – O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei.

Art. 36º...

IX – Garantia do direito de ampla defesa junto aos órgãos competentes;

B. J. ...

X- Direito de todos os associados, pessoas físicas de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instancias deliberativas existentes;

Parágrafo Primeiro- É assegurado o ingresso como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na localidade, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais,

o direito de escolher mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instancias deliberativas existentes;

Parágrafo Segundo – É assegurado a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos.

Parágrafo Terceiro – não haverá distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre associados;

Art. 41º - ...

Parágrafo Segundo – A Receita da Entidade será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais.

Art. 42º - O presente Estatuto, após discursão, aprovado pela Assembleia por unanimidade. Finalizando, o presidente dos trabalhos fez rápida explanação sobre a importância desta modificação do Estatuto, sobretudo pelo fato de atendermos as determinações do Ministerio das Comunicações, reafirmando que tal decisão seria encaminhado ao Cartório para o seu devido registro. e como nada mais havia a ser tratado, foi a presente reunião encerrada, do que para constar eu Maria do Socorro Ribeiro Costa Macedo Secretária, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, pelos membros diretores, presidente dos trabalhos e todos os presentes, após lida e aprovada. Picuí-Pb, em 15 de março de 2011.

Obs: Está copiada fielmente a original.

Diego Bruno de Araujo Negreiros
DIEGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS

Alexandra Cibeli Dantas da Silva
ALEXANDRA CIBELI DANTAS DA SILVA

Elaine Cristine de Araujo N. Lima
ELAINE CRISTINE DE ARAUJO N. LIMA

Benedito Gomes da Silva
Benedito Gomes da Silva

Maria do Socorro Costa Macedo
MARIA DO SOCORRO COSTA MACEDO

Arnaldo Xavier da Fonseca
ARNALDO XAVIER DA FONSÊCA

Lindomar Barros de Lima
LINDOMAR BARROS DE LIMA

Odilon Ferreira Lima Neto
ODILON FERREIRA LIMA NETO

Maria Alcione dos Santos
MARIA ALCIONE SANTOS

Ailton Barbosa de Araujo Segundo
AILTON BARBOSA DE ARAUJO SEGUNDO

Sebastião Wilton Pinheiro Araújo
SEBASTIÃO WILTON PINHEIRO

Sandra Ferreira Costa
SANDRA FERREIRA COSTA

Maria Dantas de Araujo
MARIA DANTAS DE ARAUJO

Jose Onildo de Negreiros
JOSE ONILDO DE NEGREIROS

Benedito Gomes da Silva
Benedito Gomes da Silva
CAB-PB 4287

AUTENTICAÇÃO Certifico e dou fé, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original Picui - PB 10 de 03 de 14	<input checked="" type="checkbox"/> Ediliana Maria de Lima Escrivente Designada
	<input type="checkbox"/> Marileide de Macedo Lima Escrivente Encarregada
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO Bel. Vinícius José Cavalcante de Lima Rua Cel. Antonio Xavier, SN 50.187-000 - Picui - PB TEL/FAX: (33) 3371-2444	



ESTADO DA PARAÍBA - PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DE PICUI - PARAÍBA
CAVALCANTI DE LIMA SERVIÇOS NOTARIAL E REGISTRAL
1ª Serventia Extrajudicial
Rua Cel. Antonio Xavier, s/n - Centro - CEP 58.187 - 000 - PICUI - PARAÍBA
Telefax 0 xx 83 3371 2444 - e-mail: cartoriodo1oficiopicuib@hotmail.com

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

CERTIDÃO

Certifico que nesta data foi procedida a averbação à margem do registro nº 281, fls. 135v/143 do Livro "A-3", Pessoa Jurídica, do Estatuto da ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - APARC, ficando alterado os Artigos. 14º, 18º, 31º, 36º e 41º, passando a ter a seguinte redação: "Art. 14º - **Parágrafo Único** - Os Dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade. Art. 18º - **Parágrafo Segundo** - Apenas farão parte da Diretoria executiva os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores ou emancipados. **Parágrafo Terceiro** - Os dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial. Art. 31º - O Conselho Comunitário é o colegiado e órgão fiscalizador e acompanhador da programação da Rádio Comunitária FM, composto por, no mínimo, 5 (cinco) pessoas de ilibada reputação, que sejam representantes de entidades tais como: associações de classe beneméritas, religiosas, rurais ou de moradores, desde que legalmente constituídas, cujo mandato deverá coincidir com o da Diretoria Executiva, as quais deverão ser aprovadas pela maioria dos membros da Diretoria Executiva, o qual definirá sua organização interna e coordenado pelo Diretor-Presidente da entidade. **Parágrafo Único** - O conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei. Art. 36º - IX - Garantia do direito de ampla defesa junto aos órgão competentes; X - Direito de todos os associados, pessoas físicas de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instancias deliberativas existentes; **Parágrafo Primeiro** - É assegurado o ingresso como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na localidade, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social e nas instancias deliberativas existentes; **Parágrafo Segundo** - É assegurado a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promover a convocação dos órgão deliberativos. **Parágrafo Terceiro** - não haverá distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre associados; Art. 41º - **Parágrafo Segundo** - A Receita da Entidade será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais. Ficando ratificados os demais termos do Estatuto da Associação supramencionada; Conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em data de 15/03/2011; dou fé.

AUTENTICAÇÃO Certifico e dou fé, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original Picuí - PB 10 de 03 de 14	<input checked="" type="checkbox"/> Escrita e assinada por mim
	<input type="checkbox"/> Escrita e assinada por outrem
Cartório do 1º Ofício Rua Cel. Antonio Xavier, S/N 58.187-000 - Picuí - PB TEL/FAX: (83) 3371-2444	

PICUI-PB, 11 DE ABRIL DE 2011.

Edilana Maria de Lima
Edilana Maria de Lima
Escrevente Designada

Fls.: 01
Cautela

RÁDIO SISAL FM

Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária
Picui – Paraíba

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA APARC E DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Aos trinta dias do mês de Maio do ano de 2012, reuniram-se extraordinariamente, os membros da APARC e do Conselho Comunitário da Rádio Sisal FM abaixo assinados, com o objetivo de analisarem a **Nota Técnica do Ministério das Comunicações relativa a análise do processo nº 53000.062468/2011 e Outorga nº 53103.000012/2000, recebida através de ofício nº 2163 /2012/CGRC/DEOC/SCE-MC**, a qual se reporta a respeito da

inclusão de um dos Membros da Diretoria Executiva da APARC no referido Conselho, que representa a própria Entidade. Ato Continuo, com vistas ao atendimento do interesse exclusivo da Comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº. 9.612 de 1998, combinado com o que determina o item 19.4 da Norma Complementar 01/2004 e Lei 9.612 de 1998, após análise, foi **aprovado por unanimidade** a inclusão de mais uma Entidade no Conselho Comunitário da Rádio Sisal FM, a **OCADS- Organização de Capacitação e Desenvolvimento Social**, CNPJ: 08.824.665/0001-21, com sede a rua Cônego José de Barros s/n – centro- Picui-PB, que por sua vez, indicou o nome de **JULIANA CRISTINA LINS MACHADO**, como membro junto ao Conselho em tela. Passando assim a ser constituído o **Conselho Comunitário da Rádio Sisal FM** pelas seguintes Entidades: 1- **APARC – Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária – CNPJ: 03.582.697/0001-44;** 2- **APROSISAL – Associação dos Produtores de Sisal da Paraíba – CNPJ: 03.721.583/0001-38;** 3- **ADECOMPI- Associação do**

AUTENTICAÇÃO Certifico e dou fé, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original picui - PB 10 de 03 de 14	<input checked="" type="checkbox"/> Edilana Maria de Lima Escrevente Designada
	<input type="checkbox"/> Marileide de Macedo Lima Escritor
Rua Cel. Antônio Xavier, S/N 58.187-000 - Picui - PB TEL/FAX: (83) 3374-2444 CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO Cel. Vitorino José Cavalcante de Lima	

Fls.: 02
cubino

Desenvolvimento Comunitário de Picui - CNPJ: 04.657.123/0001-50; 4- APROSICS- Associação dos Produtores de Sisal do Curimataú e Seridó Paraibano - CNPJ: 12.605.853/0001-36; 5- Sindicato Rural de Picui - CNPJ: 09.328.469/0001-29 e OCADS - Organização de Capacitação e Desenvolvimento Social - CNPJ: 08.824.665/0001-21. Cujo mandato dos atuais membros termina em 01 de novembro de 2015 coincidindo com a Diretoria Executiva da APARC. E como nada mais havia a ser tratado, foi a presente reunião encerrada e esta ata lavrada que depois de aprovada vai assinada por todos os membros presentes. Picui-PB, aos trinta dias do mês de maio do ano de 2012.

Obs.: Está copiada fielmente a original.

Diego Bruno de Araújo Negreiros
DIEGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS

Arnaldo Xavier da Fonsêca
ARNALDO XAVIER DA FONSÊCA

Msc Macedo
MARIA DO SOCORRO COSTA MACEDO

Alexandra Cibeli Dantas da Silva
ALEXANDRA CIBELI DANTAS DA SILVA

Elaine Cristinne de Araujo N. Lima
ELAINE CRISTINNE DE ARAUJO N. LIMA

Ailton Barbosa de Araujo Segundo
AILTON BARBOSA DE ARAÚJO SEGUNDO

Joaquim Vidal de N. Filho
JOAQUIM VIDAL DE N. FILHO

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original
Picui - PB 10 de 03 de 14

<input checked="" type="checkbox"/>	Ediana Maria de Lima Escritorante Designada
<input type="checkbox"/>	Mariela de Macedo Lima Escritorante Encarregada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Rua Cel. Antônio Xavier, 50
50.187-000 - Picui - PB
TEL/FAX: (83) 3371-2444

Maria Alcione dos Santos.
MARIA ALCIONE DOS SANTOS

Sebastião Wilton Pinheiro Araújo
SEBASTIÃO WILTON PINHEIRO

Sandra F. da Costa
SANDRA FERREIRA DA COSTA

Marcelo Dantas Negreiros
MARCELO DANTAS NEGREIROS

Maria Ferreira dos Santos
MARIA FERREIRA DOS SANTOS

JOSE ONILDO DE NEGREIROS

Juliana Cristina Lins Machado
JULIANA CRISTINA LINS MACHADO

Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO Bel. Vinícius José Cavalcante de Lima Rua Cel. Antônio Xavier, 51N 55.157-000 - Picuí - PB TELEFAX: (51) 3371-2444	AUTENTICAÇÃO Certifico e dou fé, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original. Picuí - PB 10 de 03 de 14
	<input checked="" type="checkbox"/> Edilana Maria de Lima Escrevente Designada <input type="checkbox"/> Marilide de Macedo Lima Escrevente Encarregada



ESTADO DA PARAÍBA - PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DE PICUÍ - PARAÍBA
CAVALCANTI DE LIMA SERVIÇOS NOTARIAL E REGISTRAL
1ª Serventia Extrajudicial
Rua Cel. Antonio Xavier, s/n - Centro - CEP 58.187 - 000 - PICUÍ - PARAÍBA
Telefax 0 xx 83 3371 2444 - email: cartoriodeloficiopicuiPB@hotmail.com

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

CERTIDÃO

Certifico que nesta data foi registrada a Ata de reunião extraordinária da APARC e do Conselho Comunitário, realizada no dia 30/05/2012, sob o nº 1.615, folhas 244/246 do Livro A-11 "Registro de Pessoas Jurídicas"; dou fé.

PICUÍ-PB, 08 DE JUNHO DE 2012.

Marleide de Macedo Lima

Marleide de Macedo Lima
Escrevente Encarregada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO Bel. Vinicius José Cavalcanti de Lima Rua Cel. Antonio Xavier, s/n 58.187-000 - Picuí - PB TELEFAX: (83) 3371-2444	AUTENTICAÇÃO Certifico e dou fé que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original Picuí - PB <u>10</u> de <u>03</u> de <u>14</u> <i>Jun</i>
	<input checked="" type="checkbox"/> Ediliana Maria de Lima Escrevente Designada <input type="checkbox"/> Marleide de Macedo Lima Escrevente Encarregada

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.

Aos 26 dias do mês de Julho do ano de 2008, às 13:00 hs na sede da APARC, localizado a Rua Ferreira de Macedo, nº 07 – centro Picui-Pb, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, os Associados da APARC, devidamente convocados através de Edital, com o objetivo de efetuarem a reformulação do Art. 1º de seu Estatuto, que trata dos objetivos da Entidade; Aberto os Trabalhos o Sr. Presidente leu o Edital de Convocação que estabelece os fins e objetivos da presente Assembleia Geral Extraordinária convocada, colocando em discussão de imediato, a modificação do Art. 1º do Estatuto da APARC, o qual após aprovado, passa a vigorar com a seguinte redação: **“Art. 1º - À Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária de Picui, fundada em 01 de novembro de 1999, com sede a Rua Ferreira de Macêdo, s/n, centro, Picui, Estado da Paraíba, de abrangência Estadual, é uma Entidade autônoma e civil, sem fins lucrativos, apartidária, democrática, de duração indeterminada, de objetivos científicos, culturais, artísticos e de ensino de capacitação e qualificação profissional.”** ; **Art. 2º - São finalidades principais da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária:**

- 1 - Atender a comunidade Picuiense e Paraibana com vista à:**
a) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas, radiadores e ensino de capacitação e qualificação profissional de conformidade com a legislação profissional vigente.

Atos contínuo, foi o presente Artigo Estatutário, após discussão, aprovado pela Assembleia por unanimidade. Finalizando, o presidente dos trabalhos fez rápida explanação sobre a importância desta modificação do Estatuto, sobretudo pelo fato da Empresa ter campo mais amplo para prestação das suas atividades em todo o Estado da Paraíba, reafirmando que tal decisão seria encaminhado ao Cartório para o seu devido registro. e como nada mais havia a ser tratado, foi a presente reunião encerrada, do que para constar eu Maria do Socorro Ribeiro Costa Macedo Secretária, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, pelos membros diretores, presidente dos trabalhos e todos os presentes, após lida e aprovada. Picui-Pb, em 26 de julho de 2008.

Obs: Está copiada fielmente a original.

AUTENTICAÇÃO Certifico e dou fé, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original Picui - PB, 10 de 03 de 2014	1 - Atender a comunidade Picuiense e Paraibana com vista à:
	a) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas, radiadores e ensino de capacitação e qualificação profissional de conformidade com a legislação profissional vigente.

58.187-003 - Picui - PB
Bel. Vinícius José Cavalcante de Lima
Cartório do 1º Ofício

Cartório do 1º Ofício - Picui - PB

Edilene Maria de Lima
Escritor Designada

Autentico e dou fé, que o presente documento confere com o original.

Bel. Marielene 25 de Abril de 2012

Maria do Socorro Ribeiro Costa Macedo
Secretária

Wesley Nunes Dantas Pereira
Civil

Paulo Sergio de Araujo Pereira
PAULO SERGIO DE ARAUJO PEREIRA

Elaine Cristine de A. N. Lima
ELAINE CRISTINE DE ARAUJO N. LIMA

ARNALDO XAVIER DA FONSECA

LINDOMAR BARROS DE LIMA

ODILON FERREIRA LIMA NETO

Maria Alcione Santso
MARIA ALCIONE SANTSO

Valeska Reis de Araújo
VALESKA REIS DE ARAUJO

JANDER FERREIRA DOS SANTOS MACEDO


LUIZ PEREIRA DE ARAUJO

AUTENTICAÇÃO
 Certifico e dou fé que a presente
 fotocópia é a reprodução fiel do original
 Picui - PB 10 de 03 de 14
☒ Edilana Maria de Lima
 Escrevente Designada
☐ Marjéide de Macedo Lima
 Escrevente Escrevente

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
 Bel. Wicleus José Cavalcante de Lima
 Rua Cel. Antônio Xavier, 58
 58.137-009 - Picui - PB
 TEL/FAX: (83) 3374-2444

David - PB

~~Edla Maria de Lima~~
Escrevente Designada

Reconheço a(s) firma(s) do Doutor
Bruma de Araújo Negro
ros.

24 08 de 08
Edilana Maria de Lima
☒ x ☐ Ma. de M do Lima

Autentico e dou fé, que o presente documento confere com o original.
Frei Martinho 25 de Abril de 1812
Alm - [Signature]



ESTADO DA PARAÍBA - PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DE PICUÍ - PARAÍBA
CAVALCANTI DE LIMA SERVIÇOS NOTARIAL E REGISTRAL
1ª Serventia Extrajudicial
Rua Cel. Antônio Xavier, s/n - Centro - CEP 58.187-000 - PICUÍ - PARAÍBA
Telefax 0 xx 83 3371.2444 - e-mail: cartoriado1oficiopicuibp@hotmail.com

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

CERTIDÃO

Certifico que nesta data foi registrada a Ata de Assembléia Geral Extraordinária da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, realizada em 26/07/2008, sob o nº 1.093, folhas 24v/25 do Livro "A - 8" Registro das Pessoas Jurídicas; dou fê.

PICUÍ - PB, 27 DE AGOSTO DE 2008.

Edilana Maria de Lima
Edilana Maria de Lima
Escrevente Designada

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO Bel. Vinícius José Cavalcanti de Lima Rua Cel. Antônio Xavier, S/N 58.187-000 - Picuí - PB TELEFAX: (83) 3371-2444	AUTENTICAÇÃO
	Certifico e dou fê, que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original
	Picuí - PB <u>10</u> de <u>03</u> de <u>14</u>
	<input checked="" type="checkbox"/> Edilana Maria de Lima Escrevente Designada <input type="checkbox"/> Marileide de Macedo Lima Escrevente Encarregada

01
C. 000000000

ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E DO CONSELHO COMUNITARIO DA ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITARIA - APARC

Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil onze, às 09:00 hs, na sede da APARC, cito na Rua Ferreira de Macedo, nº 07 – centro, neste município de Picuí - Pb, realizou-se a reunião de **Eleição e Posse da Diretoria Executiva, e Conselho Fiscal e do Conselho Comunitario da APARC – Associação Picuiense Artística e Cultural de radiodifusão Comunitária**, com a participação dos associados desta Entidade; Em primeira convocação conforme Edital publicado e afixado em lugar de costume, o Senhor Diego Bruno de Araujo Negreiros presidiu os trabalhos da Assembléia Geral, convidando o senhor Arnaldo Xavier da Fonsêca para secretariar os trabalhos, a seguir autorizou proceder a leitura do **Edital de Convocação** conforme **Estatuto**; O senhor Presidente verificando a existência de quorum iniciou o processo de eleição **sendo eleita por unanimidade** dos presentes a chapa única apresentada composta dos seguintes Membros: **Diretor Presidente: DIEGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS, Secretario Geral: MARIA DO SOCORRO COSTA MACEDO, Diretor Executivo: ALEXANDRA CIBELI DANTAS DA SILVA, Diretor de Finanças e Patrimônio: ELAINE CRISTINNE DE ARAUJO N. LIMA, Diretor de Cultura e Artes: MARCELO DANTAS NEGREIROS, Diretor de Formação de Capacitação: LINDOMAR BARROS DE LIMA, Diretor de Comunicação e Marketing: ODILON FERREIRA LIMA NETO, Conselho Fiscal: Membros Titulares: MARIA ALCIONE DOS SANTOS, SEBASTIÃO WILTON PINHEIRO E MARIA FERREIRA DOS SANTOS, Suplentes: SANDRA FERREIRA DA COSTA E AILTON BARBOSA DE ARAUJO SEGUNDO** Ato contínuo o Senhor Presidente dos Trabalhos **proclamou o nome dos Eleitos, declarando empossados** todos os membros diretores da APARC nos seus respectivos cargos, para o período administrativo de **01 de Novembro de 2011 a 01 de Novembro de 2015**; Sequenciando os trabalhos o Senhor Presidente apresentou os nomes indicados pelas Entidades junto ao **Conselho Comunitário** da Emissora, ficando assim constituído: **Presidente: JOSE ONILDO DE NEGREIROS**, Representando a **APROSISAL – Associação dos Produtores de Sisal da Paraíba, Secretario: ALEXANDRA CIBELI DANTAS DA SILVA**, Representando a **APARC – Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, Membros: ARNALDO XAVIER DA FONSÊCA**, Representando a **APROSICS – Associação dos Produtores de Sisal do Curimataú e Seridó Paraibano, JOAQUIM VIDAL DE NEGREIROS FILHO**, representando o **Sindicato Rural Patronal de Picuí**, e **MARIA FERREIRA DOS SANTOS**, representando a **ADECOMPI – Associação do Desenvolvimento de Picuí**.

Autentico e dou fé, que o presente
documento confere com o original.
Frei Martinho, 07 de 06 de 2014

Esoriva

02
Cadastrado

Ato continuo foram todos declarados empossados para o periodo administrativo de 01 de Novembro de 2011 a 01 de novembro de 2014, como nada mais havia a ser tratado, foi a presente reunião de Assembléia Geral encerrada, do que para constar, eu Arnaldo Xavier da Fonsêca - Secretário Ad-hoc, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai por mim e todos os membros diretores assinada. Picuí - Paraíba, ao primeiro dia do mês de novembro de 2011.

Observação: Está copiada fielmente a original.

Diego Bruno de Araujo Negreiros
DIEGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS

Maria do Socorro Costa Macedo
MARIA DO SOCORRO COSTA MACEDO

Alexandra
ALEXANDRA CIBELI DANTAS DA SILVA

Elaine Cristinne de A. N. Lima
ELAINE CRISTINNE DE ARAUJO N. LIMA

Lindomar B. de Lima
LINDOMAR BARROS DE LIMA

Odilon Ferreira Lima Neto
ODILON FERREIRA LIMA NETO

Ailton Barbosa de Araujo Segundo
AILTON BARBOSA DE ARAUJO SEGUNDO

Joaquim Vidal de Negreiros Filho
JOAQUIM VIDAL DE N. FILHO

Maria Alcione dos Santos
MARIA ALCIONE DOS SANTOS

Sebastião Wilton Pinheiro
SEBASTIÃO WILTON PINHEIRO

Sandra Ferreira da Costa
SANDRA FERREIRA DA COSTA

Autentico e dou fé, que o present
documento confere com o original.

Frei Martinho, 04 de 06 de 2014

[Assinatura]
Escrivã

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS

CNPJ 09.285.735/0001-83

Frei Martinho - PB

Neci Gomes Dantas Perreira

Notária/Registradora

03
Circulino

Marcelo Dantas Negreiros
MARCELO DANTAS NEGREIROS

Maria Ferreira dos Santos
MARIA FERREIRA DOS SANTOS



ESTADO DA PARAÍBA - PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DE PICUI - PARAÍBA
CAVALCANTI DE LIMA SERVIÇOS NOTARIAL E REGISTRAL

1ª Serventia Extrajudicial

Rua Cel. Antonio Xavier, s/n - Centro - CEP 58.187 - 000 - PICUI - PARAÍBA
Telefax 0 xx 83 3371 2444 - email: cartoriodeloficiopicui@gmail.com

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

CERTIDÃO

Certifico que nesta data foi registrada a Ata de eleição e posse da Diretoria e do Conselho Comunitário da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária - APARC, realizada em 01/11/2011, sob o nº 1.535, folhas 12/14 do Livro A-11 "Registro de Pessoas Jurídicas"; dou fé.

PICUI-PB, 09 DE NOVEMBRO DE 2011.

Marileide de Macedo Lima

Marileide de Macedo Lima
Escrevente Encarregada

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS
CNPJ 09.285.735/0001-83
Frei Martinho - PB
Neci Gomes Dantas Pereira
Notária/Registradora

Autentico e dou fé, que o presente
documento confere com o original.

Frei Martinho, 06 de 07 de 2014

[Assinatura]
Escritura

APARC

ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

CNPJ: 03.582.697/0001-44

PICUI-PARAÍBA

DECLARAÇÃO

Eu, Diego Bruno de Araújo Negreiros , Na qualidade de representante legal da APARC- Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária atesto, declaro para os devidos fins que:

-a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;

-a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

-a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional , assim como do estímulo mínimo á produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Picuí-PB, 04 de junho de 2014


Diego Bruno De Araújo Negreiros

Representante Legal da Entidade

CPF:032.706.524-96

APARC

ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

CNPJ: 03.582.697/0001-44

PICUI-PARAIBA

DECLARAÇÃO

Eu, Diego Bruno de Araújo Negreiros, Na qualidade de representante legal da APARC- Associação Picuiense Artística e Cultural De Radiodifusão Comunitária, atesto, declaro para os devidos fins de direito, que estamos indicando as pessoas abaixo relacionadas, responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação anexa, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;

RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DAS ATIVIDADES:

-ALEXANDRA CIBELI DANTAS DA SILVA

RESPONSÁVEL PELA ÁREA EDITORIAL:

-AILTON BARBOSA DE ARAUJO SEGUNDO

RESPONSÁVEL PELA DIREÇÃO DA PROGRAMAÇÃO:

-ELAINE CRISTINNE DE ARAUJO NEGREIROS LIMA

Picuí-PB, 04 de junho de 2014


Diego Bruno De Araújo Negreiros

Representante Legal da Entidade

CPF:032.706.524-96

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1 681348 DATA DE EXPEDIÇÃO 02 JAN 1992

ALEXANDRA CIBELE DANTAS DA SILVA

Hortencio Pereira da Silva
Maria Medeiros Dantas da Silva

Picuí-PB 20.08.1973

Cert. Nasc. N°23565-fls.178-v-liv.A-
41-Cart.de Picuí-PB

ASSINATURA DO TITULAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI-P.96

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

C/C

097659314 68

DOCUMENTO

20-08-73

ASSINATURA DO TITULAR

VALIDAÇÃO DIGITAL: 11-08-2009

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVANTE DA REGISTRAÇÃO DO TITULAR NA REGISTRAÇÃO DE VOTO

DE USO OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS

PARA QUALQUER DISTRIBUIÇÃO DE BASTANTE, PROPRIETARIO, POTESTADO, E OUTROS, LIGADA AO TITULO DE VOTO

ASSINATURA DO AGENTE RESPONSÁVEL

12-02-92

BANCO DO BRASIL

Santa Cruz (RN)

0420100-0

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SNV

ALEXANDRA CIBELE DANTAS DA SILVA
RUA CEL MANOEL LUCAS 45
PICUI / PB (AG: 80)

Classe: RESIDENCIAL BR Monofásica
Roteiro: 11-080-520-3720
N° do Medidor: 00000987028

0
Referência: MAR/2009
Emissão: 23/03/2009

304

N° 626159

Identificador para Débito Automático: 00005016225

6b5c 8f13 c221 32f9 5eed 5cef 1e47 bb6b

01/2009 - Conjunto PICUI

5/501622-5

DEC	10.5	4.00	NOMINAL	220
FEC	10.8	1.90	CONTRATADA	
DIC	26.0	9.25	LIMITE INFERIOR	201
FIC	16.0	6.00	LIMITE SUPERIOR	231
DMIC	13.0	3.07		

ALEXANDRA CIBELE DANTAS DA SILVA
RUA CEL MANOEL LUCAS 45

MAR/2009

26/03/2009

ARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS
CNPJ 09.285.735/0001-83
Frei Martinho - PB
Teci Gomes Dantas Pereira
Notária/Registradora

FIQUE DE OLHO NA SUA CONTA DE LUZ
VEJA NO VERSO DESTA CONTA COMO
IDENTIFICAR AVISOS IMPORTANTES.

Autentico e dou fé, que o presente
documento confere com o original
Frei Martinho, 07 de 06 de 2014

Assinatura

REGISTRO NACIONAL
2476361 DATA DE EXPEDICAO 11 SET 1997
NOME ELAINE CHRISTINNE DE ARAUJO NE GREIROS LIMA
FILIAÇÃO José Onildo de Negreiros
Edna Ramos de Araujo Negreiros
Picuí-PB 18.10.1981
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
Cert.Casam.Nº 3587.fls.67.liv.B-11
DOC ORIGEM
Cart. de Picuí-PB
CPF
Júlio Pinheiro - PB
ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO P.901
Elaine Christine de Araujo Negreiros
ASSINATURA DO TITULAR
CARTEIRA DE IDENTIDADE

Cartão de identificação pessoal
Emissão
CORREIOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
CPF
Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição
043.913.274-65
Nome
ELAINE CRISTINNE DE ARAUJO NEGREIROS LIMA
Nascimento
18/10/1981

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
POLEGAR DIREITO
Elaine Christine de Araujo Negreiros Lima
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR
TÍTULO ELEITORAL COM MARCA D'ÁGUA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TÍTULO ELEITORAL
NOME DO ELEITOR
ELAINE CHRISTINNE DE ARAUJO NEGREIROS
DATA DE NASCIMENTO 18/10/1981 Nº INSCRIÇÃO 244066312/52 ZONA 025 SEC 00
MUNICÍPIO / UF PICUI / PB DATA DE EMISSÃO 06/05/14
ELEITORAL

ARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS
CNPJ 09.285.735/0001-83
Frei Martinho - PB
Ieci Gomes Dantas Pereira
Notária Registradora

17 de maio de 2014
Maileide de Macedo Lima

Autentico e dou fé, que o presente
documento confere com o original.
Frei Martinho, 07 de 06 de 2014

Estivê

APARC

Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária

CNPJ: 03.582.697/0001-44

Picuí-Paraíba

RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

DATA: 03/01/2014

OBJETIVO: Definir a Grade de Programação para o ano de 2014, e analisar a programação veiculada durante o ano de 2013.

DESENVOLVIMENTO:

Os membros do Conselho Comunitário da APARC, abaixo relacionados, em reunião previamente convocada, analisaram a programação veiculada durante o ano de 2013 na Rádio Comunitária Sisal FM do município de Picuí-Pb, chegando a conclusão, que foi bastante proveitosa para a comunidade e atendeu as determinações contidas na norma 01/2011 do ministério das comunicações.

Ato contínuo, depois de discutido e analisado, foi aprovado por unanimidade a nova Grade de Programação da Rádio Sisal FM para o ano de 2014, podendo sofrer alteração durante a sua execução no período, com consequente aprovação prévia desse Conselho. A saber:

GRADE DE PROGRAMAÇÃO ANO 2014

ABERTURA DA PROGRAMAÇÃO

Horário: 05h25min

Apresentador: Lima Barros

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Hino de Picui, Momento de reflexão.

01) PROGRAMA BREGÃO DA SISAL

Horário: 5:30 as 6:00 – segunda a sexta

Apresentador: Lima Barros

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa de meia hora de muita musica brega, informações diversas, serviços de utilidade pública, com a participação ativa dos ouvintes através do telefone, e-mail e cartas.



02) PARAIBA VERDADE

Horário: 6:00 as 7:00 – segunda a sexta

Apresentador: ADELTON ALVES E EDMILSON PEREIRA

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa jornalístico de entrevistas, reportagens com tema sócio econômico, político, cultural e tudo que envolva os canários locais, estaduais, nacionais e mundiais as ultima informações em tempo real direto da internet.

03) PROGRAMA AGENDA MUNICIPAL

Horário: 7:00 as 8:00 – Segunda a sexta

Apresentador: Alcione Santos

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com uma hora de muita informação das atividades do Poder Executivo Municipal, com divulgação dos agendamentos da saúde, ação social, educação, esporte, entre outros avisos de utilidade pública, entrevista e participação ativa dos ouvintes através do telefone e cartas.

04) PROGRAMA ALEGRIA GERAL

Horário: 8:00 a 11:00 – Segunda a sexta-feira

Apresentador: Wilton Pinheiro

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com 03 (três) horas de muita musica, informações diversas, serviço de utilidade publica, noticias, fofocas da televisão e horóscopo. Com a participação ativa dos ouvintes através de e-mail, telefone e cartas.

05) PROGRAMA JORNAL DA SISAL

Horário: 11:00 as 12:00 – Segunda a sexta

Apresentador: Ailton Segundo e Wilton Pinheiro.

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa jornalístico onde a comunidade tem hora, vós e vez além de entrevistas, reportagens com tema socioeconômico, político, cultural e tudo que envolva os canários locais, estaduais, nacionais e mundiais as ultima informações em tempo real direto da



internet. Com a participação dos ouvintes através de telefone, e-mail e cartas.

06) FALA PARAIBA

Horário: 12:00 a 14:00 – Segunda a Sexta

Apresentador: Célio Alves e Fernando Caldeira

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com duas horas de muito jornalismo e divulgação das atividades e ações do Governo Federal, Estadual e Municipal, além de utilidade pública e avisos. Participação dos ouvintes através de telefone exercendo a sua verdadeira cidadania.

07) PROGRAMA ALTO ASTRAL

Horário: 14:00 às 17:00 – Segunda a Sexta

Apresentador: Jair Gomes

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com três horas, feito totalmente pelo ouvinte, participando e pedindo a musica predileta através de telefone fazendo a programação musical ao seu critério, concorre também a sorteios de vários prêmios, além das informações diversas em tempo real direto da Internet sobre capitulo das novelas, babados da sociedade e serviços de utilidade publica.

08) PROGRAMA MENSAGEM DE ESPERANÇA

Horário: 17:00 a 18:00 – Segunda a sexta

Apresentador: Pastor e obreiros Igreja Assembleia de Deus

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa destinado a comunidade evangélica Assembleia de Deus pregando a palavra de Deus, apresentado pela equipe da Igreja da nossa comunidade com uma hora de hinos e mensagens evangélicas.

09) PROGRAMA TOCANDO A BOLA

Horário: 18:00 a 19:00 – Segunda a sexta

Apresentador: Jair Gomes e Reginaldo Araújo

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa destinado ao esporte amador regional, com informação em tempo real através da internet do futebol profissional



do brasil e do mundo. Entrevistas com atletas e dirigentes das equipes e participação dos ouvintes através de cartas e telefone.

10) PROGRAMA VOZ DO BRASIL

Horário: 19:00 a 20:00 – Segunda a sexta

Apresentador: Radiobras sonoplasta: Internet

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com uma hora com a transmissão obrigatória da voz do Brasil.

11) PROGRAMA CONEXÃO SISAL

Horário: 20:00 a 22:00 – segunda a sexta

Apresentador: Tales Macedo

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com duas horas de musicas românticas nacionais e internacionais variadas, participação dos ouvintes através dos telefones, cartas e noticias diversas da televisão.

11) PROGRAMA MOMENTO DE FÉ

Horário: 18:00 as 19:00 – sábado

Apresentador: Padre Saulo

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa de uma hora de hinos e musicas católicas, além da mensagem de fé e esperança através da palavra de Deus, serviços de utilidade pública, com a participação ativa dos ouvintes através do telefone, e-mail e cartas.

12) PROGRAMA BOM DIA SAUDE

Horário: 06:00 a 08:00 – sábado

Apresentador: Zé Onildo

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa de duas horas de muita musica Jovem Guarda e Velha Guarda, Poesias, Noticias em tempo real, com a participação dos ouvintes através de e-mail e cartas solicitando a sua musica e muita noticias de Internet.



13) PROGRAMA SABADO LEGAL DA SISAL FM

Horário: 08:00 às 17:00 e 19:00 às 22:00 - sábado

Apresentadores: Ailton Segundo / Lima Barros / Playlist

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa bem movimentado e diferente com doze horas de muita música, sorteios de prêmios, entrevistas, entretenimento, informações em tempo real direto da Internet e a participação de matérias ao vivo das ruas através do telefone, serviço de utilidade pública, com a participação dos ouvintes através de telefone, e-mail e cartas solicitando a sua música.

14) PROGRAMA ASSOCIATIVISMO E CIDADANIA

Horário: 17:00 a 18:00 – sábado

Apresentadores: Presidentes das Associações Comunitárias do Município

Sonoplasta: Ailton Segundo

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com uma hora destinada exclusivamente a divulgação dos planos e realizações das entidades Associativas comunitárias, ligadas por suas finalidades ao desenvolvimento da nossa comunidade, serviços de utilidade pública. Com a participação ativa dos ouvintes através de telefone, e-mail e cartas.

15) PROGRAMA VALE A PENA TER SAUDADE

Horário: 08:00 a 09:00 – domingo

Apresentador: Ze Onildo

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com meia hora só de música internacional e da MPB que marcaram época, com poesias e muito romantismo.

16) PROGRAMA ROBERTO CARLOS ESPECIAL

Horário: 06:00 a 08:00 – domingo

Apresentador: Zé Onildo

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com duas horas feitas exclusivas para os admiradores do rei Roberto Carlos, incluindo meia hora com convidados diferentes e os sucessos do passado.



17) PROGRAMA DOMINGÃO LEGAL DA SISAL

Horário: 09:00 a 13:00 / 18:00 a 20:00 – domingo

Apresentador: Tales Macedo / Playlist

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa bem movimentado e diferente com onze horas de muita musica sorteio de prêmios, entrevistas, entretenimento, informações em tempo real direto da Internet e a participação de matérias ao vivo das ruas através do telefone, serviço de utilidade publica. Com a participação ativa dos ouvintes através do telefone, e-mail e cartas solicitando sua musica.

18) PROGRAMA FUTEBOL LEGAL DA SISAL

Horário: 13:00 a 18:00 – DOMINGO

Apresentador: Equipe de Esporte Escrete de Ouro

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa bem movimentado e diferente com cinco horas de muito futebol, transmissão esportiva e informação do esporte em geral.

JOSÉ ONILDO DE NEGREIROS

Presidente

ALEXANDRA CIBELY DANTAS DA SILVA

Secretária

ARNALDO XAVIER DA FONSECA

MEMBRO

JOAQUIM VIDAL DE N. FILHO

MEMBRO

MARIA FERREIRA DOS SANTOS

MEMBRO

Picuí-PB, 31 de janeiro de 2014.

Diego Bruno de Araújo Negreiros
Diego Bruno de Araújo Negreiros

Representante legal da entidade

CPF: 032.706.524-96

APARC

Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária

CNPJ: 03.582.697/0001-44

Picuí-Paraíba

RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS PESSOAS FÍSICAS

DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS

RG. 2.453.015 – SSP-PB

Rua. Carlos Macieira,81-Bairro JK–Picuí-PB–cep: 58.187-000

MARIA DO SOCORRO COSTA MACEDO

RG. 1.538.879 – SSP-PB

Rua. Ferreira de Macedo,s/n-centro–Picuí-PB–cep: 58.187-000

ALEXANDRA CIBELI DANTAS DA SILVA

RG. 1.681.348 – SSP-PB

Rua. Cel Manoel Lucas,45- centro –Picuí-PB–cep: 58.187-000

ELAINE CRISTINNE DE ARAUJO N. LIMA

RG. 2.476.361 – SSP-PB

Rua. Carlos Macieira,82-Bairro JK–Picuí-PB–cep: 58.187-000

MARCELO DANTAS NEGREIROS

RG. 3.554.013 – SSP-PB

Rua. 24 DE NOVEMBRO, 01- CENTRO – Picuí-PB–cep: 58.187-000

LINDOMAR BARROS DE LIMA

RG. 1.349.715 – SSP-PB

Rua. 18 D MARÇO, S/N - Bairro CENTRO- Picuí-PB–cep: 58.187-000

ODILON FERREIRA LIMA NETO

RG. 1.489.043 – SSP-PB

Rua. Carlos Macieira,S/N -Bairro JK –Picuí-PB–cep: 58.187-000



MARIA ALCIONE DOS SANTOS

RG. 2.143.023 – SSP-PB

Rua. PROJETADA, S/N-Bairro LIMEIRA -Picuti-PB-cep: 58.187-000

SEBASTIÃO WILTON PINHEIRO

RG. 1.681.400 – SSP-PB

Rua. 18 DE MARÇO, S/N - Bairro CENTRO–Picuti-PB-cep: 58.187-000

MARIA FERREIRA DOS SANTOS

RG.1.800.847– SSP-PB

Rua. Ferreira de Macedo, 22-Bairro centro–Picuti-PB-cep: 58.187-000

SANDRA FERREIRA DE ARAÚJO

RG. 1.124.846 – SSP-PB

Rua. Praça João Pessoa, s/n-Bairro centro -Picuti-PB-cep: 58.187-000

AILTON BARBOSA DE ARAÚJO SEGUNDO

RG. 3.551.590 – SSP-PB

Rua. ROLDÃO ZACARIAS DE MACEDO, S/N-JK–Picuti-PB-cep:58.187-000

RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS PESSOAS JURÍDICA

OBS: NÃO EXISTE ATÉ O PRESENTE MOMENTO

Picuti-PB, 31 de janeiro de 2014.

Diego Bruno de Araújo Negreiros
Diego Bruno de Araújo Negreiros

Representante legal da entidade

CPF: 032.706.524-96

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL - PARAIBA

24.530.15 - DATA DE EMISSÃO 23 JUL 1997

DIAGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS

José Onildo de Negreiros

Roda Ramos de Araújo Negreiros

Picuí-PB

NATURALIDADE 17.09.1980

Cert. Nasc. Nº 6756-fls. 147-liv. A-8-

Cart. Picuí-PB

LEIN 7716 DE PARAIBA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI-P.96

Diago Bruno de Araújo Negreiros

ASSINATURA DO TITULAR

17 MAIO 2014

FECHINE

SERVIÇO NOTARIAL

ANTONIO HAMILTON DE MOURA DANTAS

R. Marquês do Herval, 332 - Campina Grande - Paraíba - CEP: 53.321-3002

SARAH DA SILVA FECHINE

R. Marquês do Herval, 332 - Campina Grande - Paraíba - CEP: 53.321-3002

17 MAIO 2014

FECHINE

SERVIÇOS NOTARIAIS

Marília Ribeiro

R. Marquês do Herval, 332 - Campina Grande - Paraíba - CEP: 53.321-3002

Fone: (83) 3321-3002

Escritório

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Índice de Inscrição

132.706.524-96

Nome

DIAGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS

Nascimento

17/09/1980

17 MAIO 2014

FECHINE

SERVIÇO NOTARIAL

ANTONIO HAMILTON DE MOURA DANTAS

R. Marquês do Herval, 332 - Campina Grande - Paraíba - CEP: 53.321-3002

SARAH DA SILVA FECHINE

R. Marquês do Herval, 332 - Campina Grande - Paraíba - CEP: 53.321-3002

17 MAIO 2014

FECHINE

SERVIÇOS NOTARIAIS

Marília Ribeiro

R. Marquês do Herval, 332 - Campina Grande - Paraíba - CEP: 53.321-3002

Fone: (83) 3321-3002

Escritório

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS

CNPJ 09.285.735/0001-83

Frei Martinho - PB

Neci Gomes Dantas Pereira

Notária/Registradora

Autentico e dou fé, que o presente documento confere com o original.

Frei Martinho, 07 de 06 de 2014

Escritura

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.538.879.2ª via DATA DE EXPEDIÇÃO 09 JUL. 1998

NOME MARIA DO SOCORRO DA COSTA MACEDO

FILIAÇÃO Maria Dalva Ribeiro da Costa

Picuí-Pb 09.09.1968

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert.Casc.nº904.Fls.103-v.Liv.B-Au.

DOC ORIGEM 3.Cart.Picuí-PB

CPF

Assinatura do Diretor

LEI Nº 7.146 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P.900

Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR MARIA DO SOCORRO RIBEIRO DA COSTA

DATA DE NASCIMENTO 09/08/68

Nº INSCRIÇÃO 165120912/01

ZONA 025

SEÇÃO 065

MUNICÍPIO UF PICUI/PB

DATA DE EMISSÃO 30/08/88

JUIZ ELEITORAL

POLEGAR DIREITO

Assinatura do Eleitor

ASSINATURA COM IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

036.032.734-60

MARIA DO SOCORRO DA COSTA MACEDO

09/09/1968

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS

CNPJ 09.285.735/0001-83

Frei Martinho - PB

Neci Gomes Dantas Pereira

Notária/Registradora

Autentico e dou fé, que o presente documento confere com o original.

Frei Martinho, 06 de 06 de 2014

Assinatura

Escriturário

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL 1 6 8 1 3 4 8 DATA DE EXPEDIÇÃO 02 JAN 1992

NOME ALEXANDRA CIBELE DANTAS DA SILVA

Hortencio Pereira da Silva
Maria Medeiros Dantas da Silva

PICUI-PB 20.08.1973

NATURALIDADE Cert.Nasc.Nº23565-fls.178-v-liv.A-41-Cart.de Picuí-PB

DATA DE NASCIMENTO

COLO ORIGEM

ASSINATURA DO TITULAR

LEIN 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI-P.96

Alexandra Cibele Dantas da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

ATUALIZAÇÃO DE RECEITA FEDERAL

C/C

897659314 68

ALEXANDRA CIBELE DANTAS DA SILVA

NASCIMENTO 20-08-73

Alexandra Cibele Dantas da Silva

A VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CNP

DE USO OBRIGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS

PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CANIMHO DO AGENTE EMISSOR

COI / 0701-5

12-02-92

BANCO DO BRASIL

Santa Cruz (RN)

0420100-0

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF

ALEXANDRA CIBELE DANTAS DA SILVA
RUA CEL MANOEL LUCAS 45
PICUI / PB (AG: 80)

Classe: RESIDENCIAL BR Monofásica
Roteiro: 11-080-520-3720
Nº do Medidor: 00000987028

0
Referência: MAR/2009
Emissão: 23/03/2009

204

Nº 626159

0800 83 0196

Identificador para Débito Automático: 00005016225

6b5c.8f13.c22f.32f9.5eed.5cef.1e47.bb6b

01/2009 - Conjunto PICUI

5/501622-5

DEC	10.5	4.00	NOMINAL	220
FEC	10.8	1.90	CONTRATADA	
DIC	26.0	9.25	LIMITE INFERIOR	201
FIC	16.0	6.00	LIMITE SUPERIOR	231
DMIC	13.0	3.07		

FIQUE DE OLHO NA SUA CONTA DE LUZ.
VEJA O VERSO DESTA CONTA COMO
IDENTIFICAR AVISOS IMPORTANTES.

ALEXANDRA CIBELE DANTAS DA SILVA

MAR/2009

26/03/2009

RUA CEL MANOEL LUCAS 45

PICUI

RTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS
CNPJ 09.285.735/0001-83
Frei Martinho - PB
aci Gomes Dantas Pereira
Notário/Registradora

Autentico e dou fé, que o presente
documento confere com o original.

Frei Martinho, 07 de 06 de 2014

Escritura

REGISTRO GERAL 2476361 DATA DE EXPEDICAO 11 SET 1997

NOME ELAINE CHRISTINNE DE ARAUJO NE GREIROS LIMA

FILIAÇÃO José Onildo de Negreiros
Edna Ramos de Araujo Negreiros

Picuí-PB 18.10.1981
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert.Casam.Nº 3587.fls.67.liv.B-11
DOC ORIGEM Cart. de Picuí-PB

CPF

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P.900

Elaine Christine de Araujo Negreiros
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identificação.

Emissão 10/01/2010

CORREIOS
www.correios.com.br

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de inscrição
043.913.274-65

Nome
ELAINE CRISTINNE DE ARAUJO NEGREIROS LIMA

Nascimento
18/10/1981

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Elaine Christine de Araujo Negreiros Lima
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
ELAINE CHRISTINNE DE ARAUJO NEGREIROS

DATA DE NASCIMENTO **18/10/1981** Nº INSCRIÇÃO **244066312/52** ZONA **025** SEQ **00**

MUNICÍPIO / UF **PICUI / PB** DATA DE EMISSÃO **06/05/11**

[Assinatura] ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS
CNPJ 09.285.735/0001-83
Frei Martinho - PB
Neci Gomes Dantas Pereira
Notária/Registradora

Certifico e dou fé, que a presente fotocópia
do documento original do
Picuí, em 17 de maio de 2001
Maileide de Macedo Lima
Maileide de Macedo Lima
Escritório Designado

Autentico e dou fé, que o presente
documento confere com o original.
Frei Martinho, 07 de 06 de 2014

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO NACIONAL 3.554.013 DATA DE EMISSÃO 22/06/2007

IDENTIFICADO MARCELO DANTAS NEGREIROS

RELACIONADO VIRGÍLIO VIDAL DE NEGREIROS
JOANA RIMACI DANTAS NEGREIROS

PROFISSÃO DATA DE NASCIMENTO 12/01/1989

PICUI-PB
NASC.N.14019 FLS.49 LIV.A-15
CARTORIO PICUI-PB

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA P-096
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Marcelo Dantas Negreiros
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

POLEGAR DIREITO

Marcelo Dantas de Negreiros
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

 TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
MARCELO DANTAS NEGREIROS

DATA DE NASCIMENTO 12/01/1989	Nº INSCRIÇÃO 0379 4355 1236	D.V.	ZONA 025	SEÇÃO 0063
MUNICÍPIO / UF PICUI/PB			DATA DE EMISSÃO 01/09/2005	
JUIZ ELEITORAL				

VALIDO EM TODOS OS JUIZOS ELEITORAIS

CPF: Nº 090.323.404-17

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS
CNPJ 09.285.735/0001-83
Frei Martinho - PB
Neci Gomes Dantas Pereira
Notária/Registradora

Autentico e dou fé, que o presente documento confere com o original.
Frei Martinho, 07 de 06 de 2014
[Signature]
Escritura

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Nº 1.349.715 DATA DE EMISSÃO 26.11.1987

LINDOMAR BARROS DE LIMA
 Lomival Alves de Lima
 Terezinha Barros de Lima

Picuí-PB 28/10/1969
 DATA DE NASCIMENTO

Cart. Nas. Nº 19945; Fls. 73; 14v. 37; Cart. --
 Picuí-PB

Nº 691.231.604-20

LEI Nº 7.116 DE 2003

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA
 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 INSTITUTO DE POLÍCIA PENAL
 DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO D.I.-PB

Lindomar Barros de Lima
 ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Este é o documento comprobatório de inscrição no cadastro de pessoas físicas - CPF e o único válido nos casos legalmente determinados para a qualificação de natureza tributária, procure a unidade local da Secretaria da Receita Federal.

Nº 230/0120-6

18/11/87

BANCO BANDEIRANTES S/A.
 42002-2051

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO
 APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
 CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

CIC

Nº DE INSCRIÇÃO: 691231604-20

NOME COMPLETO: LINDOMAR BARROS DE LIMA

NASCIMENTO: 28.10.69

Lindomar Barros de Lima
 ASSINATURA

TERÁ VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Lindomar Barros de Lima
 ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR: LINDOMAR BARROS DE LIMA

DATA DE NASCIMENTO: 28/10/1969

MUNICÍPIO / UF: PICUÍ/PB

RECEITA Nº: 015339051252

ZONA: 25 SEÇÃO: 53

DATA DE EMISSÃO: 25/07/2003

JUIZ ELEITORAL: Mário Lúcio C. Araújo

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

RTÓRIO DO REGISTRO CIVIL EN
 CNPJ 09.285.735/0001-8
 Frei Martinho - PB
 eci Gomes Dantas Pe
 Notário/Registrador

Autentico e dou fé, que o presente
 documento confere com o original.
 Frei Martinho, 07 de 06 de 2014

[Signature]

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 1.489.043 DATA DE EXPEDIÇÃO 12.05.1993

ODILON FERREIRA LIMA NETO

ALDOMÁRIO HORTINS LIMA

MARIA VANDA DE ARAÚJO LIMA

PICUI PB DATA DE NASCIMENTO 24.09.1975

CPF: 914 083 694-00

CERT. DENASC. Nº 25.07 LIV. A3 FLs.

284V DE CART. DE PICUI PB

ASSINATURA DO TITULAR

LE Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

ODILON FERREIRA LIMA NETO

Nº de Inscrição

914083694-00

Data do Nascimento

24/09/75

SE
R
P
O

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

ODILON FERREIRA LIMA NETO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 17/03/98

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS

CNPJ 09.285.735/0001-83

Frei Martinho - PB

Neci Gomes Dantas Pereira

Notária/Registradora

Autentico e dou fé, que o presente documento confere com o original.

Frei Martinho, 07 de 06 de 2014

Escritura

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2143023 DATA DE EXPEDIÇÃO 14 SET 1984

NOME MARIA ALCIONE DOS SANTOS

FILIAÇÃO José Januário dos Santos

Maria de Fátima dos Santos

Picuí-PB 28.02.1980

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert. Nasc. 7950. Fls. 145-v. 4iv. A-9

DOO ORIGEM

Cert. Picuí-PB

Assinatura do Titular

ASSINATURA DO DIRETOR C. DE CARVALHO

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO P.10

Assinatura do Titular

Maria Alcione dos Santos

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

MAI/2003

BANCO DO BRASIL

MINISTERIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

058.822.114-76

MARIA ALCIONE DOS SANTOS

28/02/1980

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS
CNPJ 09.285.735/0001-83
Frei Martinho - PB
Neci Gomes Dantas Pereira
Notária/Registradora

Autentico e dou fé, que o presente
documento confere com o original.
Frei Martinho, 07 de 06 de 2014

Escritura

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1681400 DATA DE EXPEDIÇÃO 02 JAN 1992

SEBASTIÃO WILTON PINHEIRO ARAÚJO

João Batista de Araújo

Maria do Socorro Pinheiro Araújo

Picuí-PB 27.07.1978

Cert. Nasc. Nº 3655-fim-272-1iv. A-4-

Cart. de Picuí-PB

LEI Nº 7.116 DE 24/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA DE IDENTIFICAÇÃO

DI-P.96

Sebastião Wilton Pinheiro Araújo

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura: Sebastião Wilton Pinheiro Araújo

SEBASTIÃO WILTON PINHEIRO ARAÚJO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 23/07/98

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: SEBASTIÃO WILTON PINHEIRO ARAÚJO

Nº de Inscrição: 036097364-70

Data de Nascimento: 27/07/78

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL EM NOTAS

CNPJ 09.285.10001-83

Frei Martinho - PB

Neci Gomes de Mattos Pereira

Notária/Registradora

POLEGAR DIREITO

Sebastião Wilton Pinheiro Araújo

ASSINATURA DO IMPRESSO DIGITAL DO ELETOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELETOR: SEBASTIÃO WILTON PINHEIRO ARAÚJO

DATA DE NASCIMENTO: 27/07/1978

Nº INSCRIÇÃO: 259980612144

ZONA: 025

SEÇÃO: 004

MUNICÍPIO/UF: PICUI/PB

DATA DE EMISSÃO: 15/04/99

FILIAÇÃO: PAI JOÃO BATISTA DE ARAÚJO

MÃE MARIA DO SOCORRO PINHEIRO ARAÚJO

DATA NASC: 27Jul178

NATURALIDADE: PICUI-PB

DISPENSADO DO SERVIÇO MILITAR INICIAL EM 1997

POR TER SIDO INCLUIDO NO EXCESSO DO CONTINGENTE

EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE IMEDIATAMENTE

SEBASTIÃO WILTON PINHEIRO ARAÚJO

RA Nº POSSUI 238 CSM

490462-8

CERTIFICADO DE DISPENSA DE INCORPORAÇÃO

Autentico e dou fé, que o presente documento confere com o original.

Frei Martinho, 07 de 06 de 2014

SEI 33999-994638/2014-46-199-69

Requerimento S/N (0035880)

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.551.590 DATA DE EXPEDIÇÃO 13/06/2007

NOME AILTON BARBOSA DE ARAUJO SEGUNDO

FILIAÇÃO AILTON BARBOSA DE ARAUJO
SANDRA MARIA DA SILVA ARAUJO

NATURALIDADE PICUI-PB DATA DE NASCIMENTO 10/02/1991

DOC. CIVIL N. 15.023 FLS. 114 LIV. A-16

CARTÓRIO PICUI-PB.

CPF 089.236.704-05

1000 Picuí - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL P-234

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



Ailton Barbosa de Araujo Segundo

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE





MINISTÉRIO DA DEFESA
CERTIFICADO DE DISPENSA
DE INCORPORAÇÃO
CSM

Nº 720392 SÉRIE: O

RA 231142043174

NOME
AILTON BARBOSA DE ARAUJO SEGUNDO

EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE IMEDIATAMENTE

Emissão: Picuí, 05/jan/2009

FILIAÇÃO

PAI AILTON BARBOSA DE ARAUJO

MÃE SANDRA MARIA DA SILVA ARAUJO

DATA NASC. 10/02/1991 NATURALIDADE PICUI - PB

Dispensado do Serviço Militar inicial em 05 de janeiro de 2009 por residir em município não tributário

Cmt/Ch ou Dir. *IZIAS RODRIGUES DA CUNHA - 1 TEN*
Delegado de Serviço Militar da 5ª Divisão Militar

PROIBIDO PLASTIFICAR

RTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E NOTÁRIAS
CNPJ 09.285.735/0001-83
Frei Martinho - PB
eci Gomes Dantas Pereira
Notária/Registradora

Autentico e dou fé, que o presente documento confere com o original.

Frei Martinho, 07 de 06 de 2014

[Assinatura]
Escritura

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS
CNPJ 09.285.735/0001-83
Frei Martinho - PB
Neci Gomes Dantas Pereira
Notária/Registradora

Autentico e dou fé. que o present:
 documento confere com o original.
 Frei Martinho, 07 de 06 de 2014

 Escrivã

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

ANDREA PEREIRA DA COSTA



DOCUMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO
 1124444 283 28

CPF: 024.173.474-73 DATA NASCIMENTO: 24/12/1982

ENDEREÇO: LACONIVAL COSTA
 LACONIVAL COSTA
 LACONIVAL COSTA

SEXO: F
 DATA DE EMISSÃO: 01/12/2013
 DATA DE VALIDADE: 24/01/2015

02257518867

061868070

PRIMEIRO PLASTIFICAR 061868070

LOCAL: WICUL, PB DATA: 12/12/2009

06855685516
 29017219748

DETRAN - PB (PARAIBA)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA IDENTIFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P - 096




Maria Ferreira dos Santos

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.800.847 - 2 VLT. DATA DE EMISSÃO 27/03/2012

NOME MARIA FERREIRA DOS SANTOS

RELACÃO JOÃO BATISTA DOS SANTOS
JOSEFA MARQUES FERREIRA

NATURALIDADE PARAIBA-PB

DOC ORIGEM NASC. N. 2345 FLS. 287 LIV. 2
CARTÓRIO PARAIBA-PB

CPF 056.699.084-90

DATA DE NASCIMENTO 28/10/1970

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/93

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS
CNPJ 08.285.735/0001-83
Frei Martinho - PB
Neci Gomes Dantas Pereira
Notária/Registradora

Autentico e dou fé, que o presente
documento confere com o original.
Frei Martinho, 07 de 06 de 2014

[Assinatura]
Escritura

APARC

ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA

CNPJ: 03.582.697/0001-44

PICUI-PARAÍBA

DECLARAÇÃO

Eu, Diego Bruno de Araújo Negreiros , Na qualidade de representante legal da APARC- Associação Picuiense Artística e Cultural De Radiodifusão Comunitária Declaro , sob as penas da lei , para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária , junto ao Ministério das Comunicações ,que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com subitem 20.3 da Norma nº 1/2011 , aprovada pela Portaria MC nº 462 , de 14 de Outubro de 2011.

Picuí-PB,04 de junho de 2014


Diego Bruno De Araújo Negreiros

Representante Legal da Entidade

CPF:032.706.524-96

Endereço para correspondência :Rua Carlos Macieira , 81 - JK ,
Picuí-PB - CEP: 58.187-000

Telefone para contato: 83-3371.2090 - 83-3371.3037

E-mail:sisalfm@hotmail.com

APARC

ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

CNPJ: 03.582.697/0001-44

PICUI-PARAÍBA

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da APARC- Associação Picuiense Artística e Cultural De Radiodifusão Comunitária declaro que a emissora encontra-se a disposição para receber vistoria da ANATEL, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da agencia.

Picuí-PB, 04 de junho de 2014.


Diego Bruno De Araújo Negrêiros

Representante Legal da Entidade

CPF:032.706.524-96

consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gerarHTML.asp
gov.br/gru_novosite/gru_simples_parte2.asp

SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER LIQUIDADA COM CHEQUE

05/02/2014 BANCO DO BRASIL 04:25:03
244112855 0254

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM CDD BARRA

Convenio GRU GUIA RECOLHIM. UNIAO
Codigo de Barras 85800000000-3 20000254188-5
22049182035-3 82697000144-9
Data do pagamento 05/02/2014
Valor em Dinheiro 20,00
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 20,00

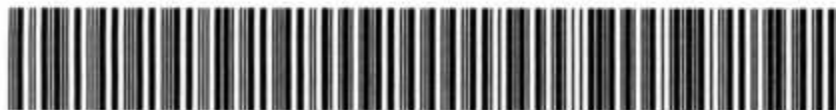
RP AUTENTICACAO 6.F11.212.561.035.003

SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE

GRU SIMPLES
Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A.
[STNDEBC0E21099B14E06128B73AF0DBE6C2]

A ACIONAL o - GRU	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	
	Competência	
	Vencimento	
	CNPJ ou CPF do Contribuinte	03.582.697/0001-44
STICOS	UG / Gestão	410003 / 00001
ção de exclusiva n caso de ursos.	(=) Valor do Principal	20,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	20,00

85800000000-3 20000254188-5 22049182035-3 82697000144-9



APARC

Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária

CNPJ: 03.582.697/0001-44

Picuí-Paraíba

ANEXO 13

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA - RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica –
Departamento e Outorga de Serviços de Comunicação
Eletrônica

Rádio Comunitária

ENTIDADE: APARC – Associação Picuiense Artística e
Cultural de Radiodifusão Comunitária

DENOMINAÇÃO SOCIAL: APARC

CGC: 03.582.697/0001-44

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA: RADIO SISAL FM

Portaria de Autorização nº 883 de 04/06/2002

Publicada no D.O.U de 14 de JUNHO de 2002

Decreto Legislativo nº 3139/2003 de 29/04/2004 Publicado
no D.O.U. de 19/08/2004

1 – LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

Rua.18 de março, 142-centro-Picuí-PB-CEP: 58.187-000

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

06° 30' 39" 'S e 36° 20' 46" ' W



- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante? **SIM**

2 – LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

Rua.18 de março, 142-centro-Picuí-PB-CEP: 58.187-000

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

06° 30' 39" 'S e 36° 20' 46" ' W

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida? **SIM**

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida? **SIM**

3 – LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

Rua.18 de março, 142-centro-Picuí-PB-CEP: 58.187-000

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

06° 30' 39" 'S e 36° 20' 46" ' W

4- TRANSMISSOR PRINCIPAL

MODELO POTÊNCIA:

FABRICANTE: APL – APLICAÇÕES ELETRONICAS LTDA

MODELO: ATFM-RC

Nº HOMOLOGAÇÃO: 058800XXX0001

POTÊNCIA DE OPERAÇÃO: 25,0 watts

POTÊNCIA MEDIDA: 25,0 watts

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante? **SIM**

2 – LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

Rua.18 de março, 142-centro-Picuí-PB-CEP: 58.187-000

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

06° 30' 39'' S e 36° 20' 46'' W

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida? **SIM**

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida? **SIM**

3 – LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

Rua.18 de março, 142-centro-Picuí-PB-CEP: 58.187-000

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

06° 30' 39'' S e 36° 20' 46'' W

4- TRANSMISSOR PRINCIPAL

MODELO POTÊNCIA:

FABRICANTE: APL – APLICAÇÕES ELETRONICAS LTDA

MODELO: ATFM-RC

Nº HOMOLOGAÇÃO: 058800XXX0001

POTÊNCIA DE OPERAÇÃO: 25,0 watts

POTÊNCIA MEDIDA: 25,0 watts



FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 87,9 MHz

FREQUÊNCIA MEDIDA: 87,9 MHz

5 – TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE

Nada a informar NÃO EXISTE Transmissor auxiliar

6 – SISTEMA IRRADIANTE – ANTENA / TORRE

FABRICANTE DA ANTENA:

APEL – APLICAÇÕES ELETRONICAS LTDA

MODELO: CIRCULAR - APC-2

GANHO Max(Gt):

0 , 0 dBd

**ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO ALTURA DA TORRE
ALTITUDE DO LOCAL**

30,00 mt.

NÃO X SIM

- Os dados do sistema irradiante são os mesmos que constam na última licença expedida?

Não, ocorreu um equívoco por parte desse Ministério quando da digitação da Licença, pois o projeto Técnico conta 30 mt e foi digitado 20 mt.

7 – LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

RFS – BRASIL KMP – MODELO: RG213



COMPRIMENTO (L): 35 MT

ATENUAÇÃO EM 100 MT. (AI): 4,3 db

PERDAS DA LINHA: 1,505 DB

EFICIENCIA DA LINHA: 0,707 - (PL)= 10

Perdas na linha (PL) = L.AL Eficiência da linha n = 10

8. OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

9 – INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA: GPS

10 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

JOABSON NOGUEIRA DE CARVALHO

ENDEREÇO

RODOVIA BR 230 KM 10,5

CONDOMINIO ALFAVILLAGE – INTERMARES

CABEDELO-PB

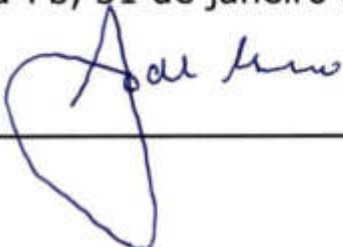
FONES: 83-3248.1005

E-mail: joabsonnogueira@gmail.com

REG. CREA FORMAÇÃO

16.034.248.65

João Pessoa-Pb, 31 de janeiro de 2014.



**CONFEA/CREA-PB**

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DA PARAÍBA
Av. Dom Pedro I, 809 - João Pessoa/PB - CEP: 58013-021 PABX: (83) 241-2525
E-mail: informatica@creapb.org.br - Home page: www.creapb.org.br

J00057742

ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - Lei Federal nº 6.496/77**CONTRATADO**

1. Título Profissional ENGENHEIRO ELETRICISTA	2. Nome do Profissional JOABSON NOGUEIRA DE CARVALHO	3. Carteira 1603424865
4. Endereço para correspondência ROD. BR-230, KM 10,5, COND. ALPHAVILLAGE INTERMARES	5. Bairro INTERMARES	6. Cidade CABEDELO
8. CEP 58310000	9. Fone 32481005	10. Fax 32481005
11. E-Mail joabsonnogueira@gmail.com		12. Empresa Contratada
13. Registro CREA		14. Endereço para correspondência
15. Bairro		16. Cidade
17. UF		18. CEP
19. Fone		20. Nome do(a) contratante da Obra/Serviço

CONTRATANTE

21. CPF/CNPJ 03.582.697/0001-44	22. Endereço para Correspondência RUA 18 DE MARÇO, 09	23. Bairro CENTRO
24. Cidade PICUI	25. UF PB	26. CEP 58187000
27. Fone 33713037	28. Proprietário da Obra/Serviço ASS. PICUIENSE ART. E CULT. DE RAD. COMU	

DADOS DA OBRA/SERVIÇO

29. CPF/CNPJ 03.582.697/0001-44	30. Fone 33713037	31. Endereço da Obra/Serviço RUA 18 DE MARÇO, 09
32. Bairro CENTRO	33. Cidade PICUI	34. UF PB
35. CEP 58187000	36. Tipo da ART Normal	37. Participação Individual
38. Vinculada a ART	38.1 - do Profissional	

CLASSIFICAÇÃO DA ART

	Atividade Técnica (Ver Tabela 01)	Nível (Ver Tabela 03)	Descrição do Trabalho (Ver Tabela 02)	Quantitativo do Serviço	Unidade de medida (Ver Tabela 04)
39	12	1	B0109	1,00	45
40					
41					
42					
43					
44					

RESUMO DO CONTRATO

PROJETO DE ALTERAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS DE EMISSORA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - MUDANÇA DE ENDEREÇO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

46. Valor da Obra/Serviço R\$500,00	46.1. Período da Obra/Serviço 09/02/2010 Até 15/02/2010	47. Entidade de Classe	48. Honorários	49. Taxa a Recolher
Local e Data JOÃO PESSOA - PB, 09/02/2010	Declaro como verdadeiras as informações acima		Declaro como verdadeiras as informações acima	
Profissional Contratado		Contratante		

Este documento anota perante o CREA-PB, para efeitos legais, o contrato escrito ou verbal realizado entre as partes (Lei Federal 6.496/77).

1) A análise do preenchimento desta ART deverá ser efetuada pelo setor de atendimento do CREA-PB, após a qual será emitido o boleto de pagamento cuja taxa esteja de acordo com as tabelas utilizadas no CREA-PB.

2) Para efeito de fiscalização, deve-se permanecer no local da obra/serviço uma via deste documento, bem como o referido comprovante de pagamento.

3) Ao encerrar as atividades e/ou contrato, informar a respectiva baixa desta ART junto ao CREA-PB.

4) Este documento só tem validade mediante assinatura da(s) parte(s) contratada(s) e contratante, bem como a identificação da chancela do CREA-PB na parte inferior, contendo o número do boleto de pagamento.

[1º via - CREA-PB] [2º via - Profissional] [3º via - Contratante] [4º via - Local obra/serviço]

CONFEA / CREA - PB		CREA - PB	
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Paraíba		Pago Conforme Guia	
ART - Anotação de Responsabilidade Técnica - Lei Federal 6496/77		Nº 542677	
1. Título Profissional	2. Nome do Profissional	33. Cidade da Obra	49. Taxa a recolher

RECIBO DO SACADO

BANCO DO BRASIL | 001-9 | 00194.59536 50000.000005 00542.676218 8 45190000003150

Cedente Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Paraíba.		Agência / Código do Cedente 0011-6 / 00002111-3		Espécie R\$	Quantidade	Nosso número 00000000000542676
Número do documento 1604678984XXXX	Contrato 459535	CPF/CEI/CNPJ 08667024000100	Vencimento 20/02/2010	Valor documento 31,50		

Instruções (Texto de responsabilidade do cedente)

601 - Anotacao Resp. Técnica - ART - 2010 - J00057741 - 31,50 (01/01)

NAO RECEBER APOS O VENCIMENTO.

(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado
---------------------------	---------------------	------------------	-----------------------	-------------------

Sacado
SEVERINO MARCAL JUNIOR

Ficha de Compensação

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado. Ap

050-434223753-8

19/FEV/2010

HORA DE 09:24:50

LÔT. 13.17590-0

TERM 016431

LOCALIDADE: PICUI

AG. VINCULADA: 1668

COMPROVANTE PAGAMENTO DE
BLOQUETO BANCOS

DATA DE VENCIMENTO: 20/02/2010

VALOR DO PAGAMENTO: 31,50

0019459536 50000000005
00542676218 8 45190000003150

Disque CAIXA - 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474
Reclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

050-434223753-8

VIA DO CLIENTE



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

Texto Integral

Publicação : Diário Oficial da União de 19/08/2004

Identificação: **DLG - 581 de 18/08/2004**

Origem: PODER LEGISLATIVO

Ementa: APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITARIA A EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITARIA NA CIDADE DE PICUI, ESTADO DA PARAIBA.

Publicação:

Fonte	Tipo	Data	Número	Volume	Página	Coluna
DOFC - Diário Oficial da União	PUB	19/08/2004			5	1

Observação: AUTOR: COMISSÃO DE CIENCIA E TECNOLOGIA - PDS 511 DE 2004.

Indexação: APROVAÇÃO, ATO, CONCESSÃO, EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES, EXECUÇÃO, SERVIÇO, RÁDIO DIFUSÃO, MUNICIPIO, PICUI, (PB).

Catálogo: TELECOMUNICAÇÃO.

PORTARIA n.º 45, de 07 de Dezembro de 2012.

A **COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, Substituta DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o anexo IV, art. 72, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 143 de 09/03/2012, publicada no Diário Oficial da União de 12/03/2012 e considerando o Processo Administrativo n.º 53103.000012/2000,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a transferência do local de instalação do sistema irradiante da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária da Rua Ferreira de Macedo S/N para a Rua Dezoito de Março, 142, no Município de Picuí, no Estado da Paraíba, autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pela Portaria nº 883, de 04 de Junho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de Junho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 581/2004, publicado no Diário Oficial da União de 19 de Agosto de 2004.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no Caput deste artigo, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 06º30'40" S e longitude em 36º20'41" W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Nº: 000023/2004-PB

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 001/001

NOME/RAZÃO SOCIAL ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - CNPJ: 03.582.697/0001-44		Nº DA ENTIDADE 50012298557	
Nº DA ESTAÇÃO 679343776	SERVIÇO Radiodifusão Comunitária	NAT. SERV. ****	LATITUDE 06S304000
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA 18 DE MARÇO 142		LONGITUDE 36W204100	
BAIRRO CENTRO		MUNICÍPIO PICUI	UF PB

CIDADE DA OUTORGA : Picuí/PB
NOME FANTASIA : RADIO SISAL FM
FREQUÊNCIA : 87,9 MHz
HORÁRIO FUNCIONAMENTO : 00:00 a 24:00 - Dom. a Sáb.
INDICATIVO DA ESTAÇÃO : ZYT691
ESTUDIO
ENDEREÇO : RUA 18 DE MARÇO 142 CENTRO
MUNICÍPIO : Picuí
TRANSMISSOR PRINCIPAL : APEL - Aplicações Eletrônicas Ind. e Com. Ltda.
CÓDIGO : 058800XXX0001
TRANSMISSOR AUXILIAR : *****
CÓDIGO : *****
ANTENA
FABRICANTE : APEL APLICACOES ELETRONICAS LTDA
GANHO : ***** d8d
DESCRIÇÃO : CIRCULAR
COTA BASE DA TORRE : ***** m

Número Processo : 531030000122000
CANAL : 200
RAIO DA ÁREA DE SERVIÇO : 1.00 KM
PERP MÁXIMA : ***** W
LOCALIDADE : *****
UF : PB
MODELO : ATFM-RC
POTÊNCIA : 25.000 W
MODELO : *****
POTÊNCIA : ***** W

MODELO : APC - 02
POLARIZAÇÃO : Circular
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : 20.0 m

A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RADIODIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.

IMPRESSA EM 26/12/2012

OBSERVAÇÕES

03.582.697/0001-44

Licenciada Em

VÁLIDA ATÉ

02/09/2004 19/08/2014

GENALDO LINS DA ALBUQUERQUE NETO

Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

9 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

R F S B R A S I L K M P

MODELO

R G 2 1 3

COMPRIMENTO(L)

3 5 , 0 metros

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

4 , 3 dB

PERDAS NA LINHA (PL)

1 , 5 0 5 dB

EFICIÊNCIA DA LINHA (Ef)

0 , 7 0 7

$-PL$

10

Perdas na linha (PL) = $\frac{L \cdot AL}{100}$

Eficiência da linha (Ef) = 10

10 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

ERP (dBk) = $10 \log (Pt \cdot Ght \cdot Gvt \cdot \eta) = 10 \log (0,025 \times 1,0 \times 1,0 \times 0,707) = -17,526 \text{ dBk}$

Pt ☐ Potência do transmissor, em kW.

Ght ☐ Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

Gvt ☐ Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

η ☐ Eficiência da linha de transmissão

Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora do RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 Watts.

11 - INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE SERVIÇO

E(dBμ) = $107 + ERP(dBk) - 20 \log d \text{ (km)}$

ERP ☐ potência efetiva irradiada

d ☐ distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área de serviço)

E(dBμ) = $107 + (-17,526) - 20 \log 1 = 89,474 \text{ dBμ}$

Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBμ.

12- OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

13 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

J O A B S O N N O G U E I R A D E C A R V A L H O

REG.CREA

1 6 0 3 4 2 4 8 6 5

ENDEREÇO

R O D O V I A B R - 2 3 0 K M 1 0 , 5

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

C O N D A L P H A V I L L A G E I N T E R M A R E S

CIDADE

C A B E D E L O P B

CEP

5 8 3 1 0 - 0 0 0 0

TELEFONE

8 3 - 3 2 4 8 1 0 0 5

FAX

8 3 - 3 2 4 8 1 0 0 5

E-MAIL

j o a b s o n n o g u e i r a @ g m a i l . c o m

LOCAL

C A B E D E L O P B

DATA

0 9 / 0 2 / 2 0 1 0

ASSINATURA

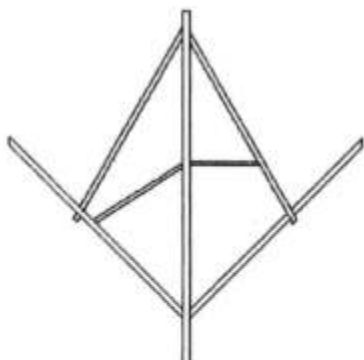


apel

APLICAÇÕES ELETRÔNICAS

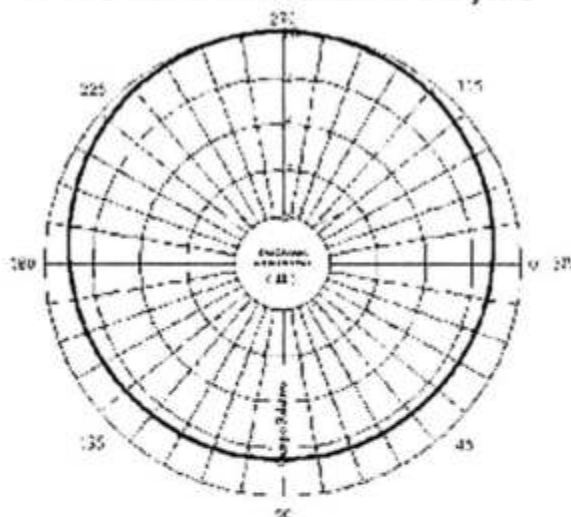
ANTENA APC-01

ANTENA PARA RADIODIFUSÃO EM FM

*Vantagens adicionais:*

- Excelente performance
- Baixo VSWR
- Robustez mecânica
- Polarização circular

DIAGRAMA DE IRRADIAÇÃO

*Campo Total Resultante, Planos E e H*

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Faixa de Frequência: 87.9 – 107.9 MHz

Ganhos Máximos: Vertical: 0 dB Horizontal: 0 dB

Potência Máxima: 1500 W (ver tabela)

Impedância de Entrada: 50 Ω *Construída em alumínio rosqueado. Disponível com adaptador tipo UHF fêmea*

MODELO	N ELEMENTOS	GANHO	dB	POTÊNCIA (W)
APC-01	1	0,81	-0,91	300
APC-02	2	1,0	0	500
APC-03	3	2,6	4,1	1000
APC-04	4	3,2	5,1	1500

Av. Assis Chateaubriand, 4115-A - Distrito Industrial - Campina Grande - Paraíba - CEP: 58105-421
Fone: 0 xx 83 331 2121 - Fax: 0 xx 83 331 1025 E-MAIL: apel@cgnet.com.br

Cabedelo, PB, 09 de Fevereiro de 2010.

Excelentíssimo Sr. Ministro das Comunicações

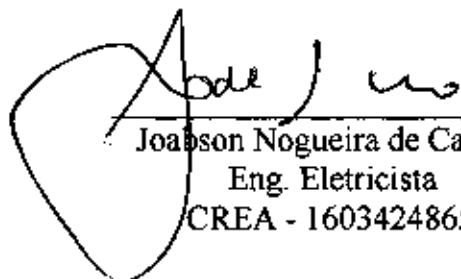
JOABSON NOGUEIRA DE CARVALHO, Engenheiro eletricista, inscrito no CREA-PB sob nº 1603424865, Declara para fins de instalação de emissora de Radiodifusão Comunitária, que a instalação do sistema radiante da entidade: **ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, com a altura e localização proposta (abaixo especificados), não excedem os limites dos gabaritos de proteção dos aeródromos para a região, de acordo com a legislação específica vigente.

Localização:

End: Rua 18 de Março, 142
Centro, Picuí - PB
Latitude: 06° 30' 40" S
Longitude: 036° 20' 41" W

Altura do sistema irradiante:

Altitude do solo: 433 m
Altura total da antena: 30 m



Joabson Nogueira de Carvalho
Eng. Eletricista
CREA - 1603424865

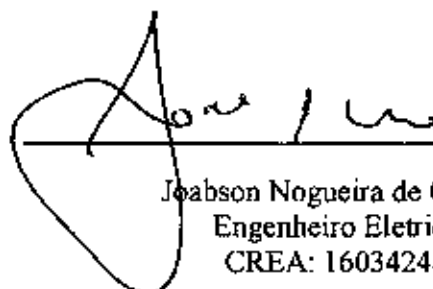
Endereço do Profissional:

ROD. BR-230, KM 10,5
COND. ALPHAVILLAGE INTERMARES
BAIRRO: INTERMARES, CABEDELLO, PB.
CEP: 58.310-000
TEL/FAX: 083 - 3248 1005
E-mail: joabsonnogueira@gmail.com

DECLARAÇÃO

JOABSON NOGUEIRA DE CARVALHO, Engenheiro Eletricista, Registrado no CREA sob Nº 1603424865, declara, para fins de direito, junto ao Ministério das Comunicações, de acordo com a legislação em vigor para o Serviço de Radiodifusão Comunitária, RadCom, (Lei Nº 9.612/98 Decreto Nº 2.615/98 Portaria Ministerial Nº 191/98, Norma Nº 2/98 e Norma Complementar 01/2004 do Ministério das Comunicações), que o local escolhido para instalação do sistema irradiante da estação da entidade: **ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA**, da cidade de Picuí, estado da Paraíba, não possui desnível maior que trinta metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de 1 km, atendendo as condições exigidas no item 18.2.7.1, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "e" da Norma Complementar 01/2004.

Cabedelo, PB, 09 de Fevereiro de 2010.



Joabson Nogueira de Carvalho
Engenheiro Eletricista
CREA: 1603424865

Endereço do Profissional:

ROD. BR-230, KM 10,5
COND. ALPHAVILLAGE INTERMARES
BAIRRO: INTERMARES, CABEDELÔ, PB.
CEP: 58 310-000
TEL/FAX: 083 - 3248 1005
E-mail: Joabsonnogueira@gmail.com

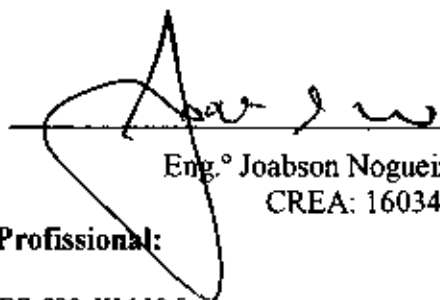
PARECER CONCLUSIVO

Declaro sob minha inteira responsabilidade que o Projeto Técnico (Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom) da entidade: **ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, da cidade de Picuí, estado da Paraíba, constante dos formulários em anexo, atende as seguintes exigências:

- Lei Nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, modificada pelo Decreto-lei Nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- Lei Nº 9.612, de 19 de março de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária;
- Decreto Nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de, e suas alterações;
- Decreto Nº 2.615, de 03 de junho de 1998, que aprova o Serviço de Radiodifusão Comunitária;
- Portaria Nº 017, de 31 de janeiro de 1993, que dá nova redação à Norma N-07/80 - Norma Técnica para Execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada;
- Norma Nº 2/98, Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária;
- Demais legislações pertinentes.

Atesto ainda que a instalação proposta atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de até 91 dBμ da emissora não fica situada a mais de um quilometro de distância da antena transmissora em nenhuma direção, conforme disposto no subitem 12.1, alínea "g" da Norma Complementar 01/2004.

Cabedelo, PB, 09 de Fevereiro de 2010.



Eng.º Joabson Nogueira de Carvalho
CREA: 1603424865

Endereço do Profissional:

RÓD. BR-230, KM 10,5
COND. ALPHAVILLAGE INTERMARES
BAIRRO: INTERMARES, CABEDELLO, PB.
CEP: 58.310-000
TEL/FAX: 083 - 3248 1005
E-mail: joabsonnogueira@gmail.com

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME
SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14
DE OUTUBRO DE 2011. (Item alterado pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013).

1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
2 - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual
5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
7 - último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora;
8 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1.

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentado no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.


DIEGO BRUNO DE ARUJO NEGREIROS

Endereço para correspondência:

Rua: 18 DE MARÇO, 82 - CENTRO na cidade de PICUÍ, Estado da PARAÍBA, CEP 58.187-000.

Telefone para contato: (083)-3371.3037.

Correio eletrônico (e-mail)sisalfm@hotmail.com.

DESTINO:

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação
Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, edifício-
sede, sala 100

Brasília/DF, CEP 70044-900





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53900.004638/2014-46**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 24 de julho de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 24/07/2014, às 15:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0054557** e o código CRC **90D52F11**.



Essa certidão não pode ser emitida.

Consta débito para o CNPJ/CPF: 03582697000144

Emitida às 16:07:26 do dia 08/07/2016 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta](#)

[Impressão de Boletos](#)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.582.697/0001-44 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 06/01/2000
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) APARC			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R 18 DE MARCO		NÚMERO 142	COMPLEMENTO
CEP 58.187-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PICUI	UF PB
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (83) 3371-3037	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **08/07/2016** às **16:12:45** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Atualize sua página](#)

NOTA TÉCNICA Nº 16730/2016/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **53900.004638/2014-46**

Processo de Outorga nº: 53103.000012/2000

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **PICUÍ/PB**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo e, levando-se em consideração que a Norma 01/2011 foi revogada e o Serviço de Radiodifusão Comunitária agora se encontra sob a luz da **Portaria 4.334/2015**, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma da Portaria n.º 4.334/2015, publicada no DOU de 21/09/2015:

I. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel atualizada (art. 131, §2º, da Portaria nº 4.334/2015);

Em consulta ao sítio da Anatel em 08/07/2016, verificamos que atualmente consta débito para o CNPJ da entidade.

II. Estatuto social atualizado, devidamente registrado no **Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas** (art. 131, II, combinado com o §1º do mesmo artigo, da Portaria nº 4.334/2015).

Da leitura do estatuto social apresentado, constata-se a necessidade de adequação de sua redação ao disposto no art. 40, da Portaria nº 4.334/2015, conforme transcrição a seguir (grifos nossos):

Art. 40) O estatuto social da entidade deverá conter as seguintes disposições:

II – garantia de **ingresso gratuito**, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica;

V – especificação do órgão administrativo da entidade e do **Conselho Comunitário**, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida **uma recondução**.

Com relação ao estatuto social, esclarecemos os seguintes pontos:

- Não está garantido em seu texto o direito de **ingresso** gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica.
- Com relação à composição do Conselho Comunitário, esclarecemos que o art. 32 do estatuto social da entidade está em desacordo com o art. 114, §1º, da Portaria nº 4.334/2015 ao determinar que a própria associação terá um representante no Conselho Comunitário, conforme transcrição a seguir (grifo nosso):

Art. 114. A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente constituídas.

§ 1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, **excluída a própria executora do serviço** e a Administração Pública direta e indireta.

- Deve estar claro no estatuto que somente é admitida uma única recondução quanto ao mandato dos membros que compõem a diretoria.

III. Ata de eleição da diretoria em exercício devidamente registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas (art. 131, III, combinado com o §1º do mesmo artigo, da Portaria nº 4.334/2015).

Consta do processo a ata de eleição de 01/11/2011, cujo mandato da diretoria venceu em 01/11/2015.

IV. Prova de maioria e nacionalidade de todos os dirigentes (art. 131, IV, da Portaria nº 4.334/2015).

A prova de maioria e nacionalidade dos dirigentes deverá ocorrer na forma do estabelecido no §3º do art.22, da Portaria nº 4.335/2015.

V. CPF de todos os dirigentes.

VI. Último relatório do Conselho Comunitário (art. 131, V, da Portaria nº 4.334/2015).

O relatório deverá avaliar a atual programação veiculada pela emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612/1998. O relatório deve estar acompanhado da atual grade de programação da emissora e conter a assinatura de todos os membros do Conselho.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Delegada Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inov no Estado de Santa Catarina, Substituta**, em 08/07/2016, às 17:00,



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1228276** e o código CRC **CE9F6CDE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

Ofício nº 24922/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão
Comunitária

Rua 18 de Março nº 142 - Centro

58.187-000 / Picuí - PB

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.004638/2014-46.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 16730/2016/SEI-MCTIC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos do processo de renovação de outorga.

2. A esse respeito, a entidade deverá se manifestar sobre o assunto e/ou apresentar a documentação pendente, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste, de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, sob pena de, em não havendo o cumprimento do prazo, ter seu pedido de renovação de outorga indeferido e a consequente extinção da autorização.

3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o número do Processo de referência, o número deste Ofício de exigência e o número da Nota Técnica.

Atenciosamente,

Argélia Diniz Schramm
Delegada Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**,
Delegada Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inov no
Estado de Santa Catarina, Substituta, em 08/07/2016, às 17:00,
conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
1228299 e o código CRC **E7BDE6F2**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 24922/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.004638/2014-46 - Nº SEI: 1228299

PREENCHER COM LETRA DE FORMA		AR	
DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
<p>Ofício nº 24922/2016/SEI-MCTIC 1228299 Ao(A) Senhor(a) Representante Legal da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária Rua 18 de Março nº 142 - Centro 58.187-000 / Picuí - PB</p>		<p>PAÍS / PAYS</p>	
<p>DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION</p>		<p>NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI</p> <p><input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE</p> <p><input type="checkbox"/> EMS</p> <p><input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ</p>	
<p>ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR</p>		<p>DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON</p> <p>20/07/16</p>	
<p>NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR</p> <p>Maria Helena da G. Silva Aguiar</p>		<p>CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION</p> <p>20 JUL 2016</p>	
<p>Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR</p>		<p>RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT</p> <p>Audiano L. das Neves Mat. 8.479.057-9 Correios - Carteiro</p>	
<p>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO</p>			

75240203-0

FC0463 / 1B

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JO 18841478 4 BR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

19 JUL 2016

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h

: h

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDIENT

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC-04

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar

88010-970 - FLORIANÓPOLIS - SC

CIDADE / LOCALITE

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



RÁDIO SISAL FM

**APARC - Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão
Comunitária**

CNPJ: 03.582.697/0001-44

Ofício Nº 014/2016 – Aparc/Dir. Picuí-PB, em 29 de julho de 2016

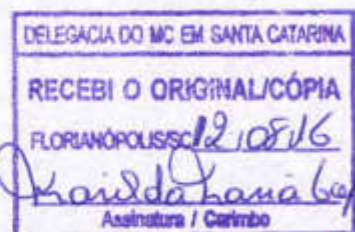
**Referente: Ofício-24922/2016/SEI-MCTIC – Processo nº
53900.004638/2014-46- Nº SEI: 1228299**

A Exm^a. Senhora.

ARGÉLIA DINIZ SCHRAMM

MD. Delegada Substituta do MCTIC

Delegacia Regional de Santa Catarina



Marilda Maria Lopes
Agente Administrativo
DRMC - 04 / Matrícula 0454964

Senhora Delegada,

Com os cumprimentos iniciais, estamos na oportunidade, em atenção ao **Ofício 24922/2016/SEI-MCTIC, Nota Técnica Nº 16730/2016/SEI-MITIC**, encaminhando documentação em anexo, abaixo relacionada, com vistas a sanar as pendências relatadas por essa Delegacia, que objetiva a **Renovação de Outorga** da nossa Emissora. A saber:

- 1- **Certidão Negativa** de débitos de receitas administrativas da **ANATEL**;
- 2- **Estatuto** atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas, acompanhado da certidão de aditamento, com mudanças nos artigos 6º -Inc. IV, 32º - parágrafo 1º, e 36 – parágrafos 1º, 2º e 3º. De acordo com exigências contidas na Portaria nº 4.334/2015, publicada no DOU de 21/09/2015;

Rua. 18 de março, 142, centro – Picuí –Paraíba

CEP: 58.187-000

Fone: (83) 3371.3037 – 99910.1785



RÁDIO SISAL FM

**APARC - Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão
Comunitária**

CNPJ: 03.582.697/0001-44

- 3- **Ata de eleição** da diretoria em exercício, período administrativo **(2015/2019)**, devidamente registrado no Cartório de Registro civil de Pessoas, e do **Conselho Comunitário** da APARC;
- 4- Prova de Maioridade e CPF dos Membros Diretores da APARC e dos Membros do Conselho Comunitário (RG e CPF);
- 5- Último Relatório do Conselho Comunitário.

Sendo o que nos apresenta para o momento, aproveitamos o ensejo, para informar que continuaremos sempre de pé e a ordem, afim de sanar qualquer outra pendência relativas ao Processo em tela.


Diego Bruno de Araújo Negreiros

Presidente

OBS: Telefones para contato: (83) 99992.4042 – 33371.3037 – falar com Bruno. – Email: onildonegreiros@hotmail.com

**Rua. 18 de março, 142, centro – Picuí – Paraíba
CEP: 58.187-000
Fone: (83) 3371.3037 – 99910.1785**



RÁDIO SISAL FM

**APARC - Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão
Comunitária**

CNPJ: 03.582.697/0001-44

Ofício Nº 014/2016 – Aparc/Dir. Picuí-PB, em 29 de julho de 2016

**Referente: Ofício-24922/2016/SEI-MCTIC - Processo nº
53900.004638/2014-46- Nº SEI: 1228299**

A Exm^a. Senhora.

ARGÉLIA DINIZ SCHRAMM

MD. Delegada Substituta do MCTIC

Delegacia Regional de Santa Catarina

Senhora Delegada,

Com os cumprimentos iniciais, estamos na oportunidade, em atenção ao **Ofício 24922/2016/SEI-MCTIC, Nota Técnica Nº 16730/2016/SEI-MITIC**, encaminhando documentação em anexo, abaixo relacionada, com vistas a sanar as pendências relatadas por essa Delegacia, que objetiva a **Renovação de Outorga** da nossa Emissora. A saber:

- 1- **Certidão Negativa** de débitos de receitas administrativas da **ANATEL**;
- 2- **Estatuto** atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas, acompanhado da certidão de aditamento, com mudanças nos artigos 6º -Inc. IV, 32º - parágrafo 1º, e 36 - parágrafos 1º, 2º e 3º. De acordo com exigências contidas na Portaria nº 4.334/2015, publicada no DOU de 21/09/2015;

Rua. 18 de março, 142, centro – Picuí –Paraíba

CEP: 58.187-000

Fone: (83) 3371.3037 – 99910.1785



RÁDIO SISAL FM

**APARC - Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão
Comunitária**

CNPJ: 03.582.697/0001-44

- 3- **Ata de eleição** da diretoria em exercício, período administrativo **(2015/2019)**, devidamente registrado no Cartório de Registro civil de Pessoas, e do **Conselho Comunitário** da APARC;
- 4- Prova de Maioridade e CPF dos Membros Diretores da APARC e dos Membros do Conselho Comunitário (RG e CPF);
- 5- Último Relatório do Conselho Comunitário.

Sendo o que nos apresenta para o momento, aproveitamos o ensejo, para informar que continuaremos sempre de pé e a ordem, afim de sanar qualquer outra pendência relativas ao Processo em tela.

Diego Bruno de Araújo Negreiros

Presidente

OBS: Telefones para contato: (83) 99992.4042 – 33371.3037 – falar com Bruno. – Email: onildonegreiros@hotmail.com

Rua. 18 de março, 142, centro – Picuí –Paraíba

CEP: 58.187-000

Fone: (83) 3371.3037 – 99910.1785

ESTATUTO SOCIAL

ASSOCIAÇÃO PICUIENSESSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Capítulo I

Dos Objetivos da Entidade

Art.1º - A Associação Picuiense e Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária de Picuí, fundada em 01 de Novembro de 1999, com sede à Rua Ferreira de Macedo, S/N, Centro, Picuí, Estado da Paraíba, de abrangência municipal, é uma entidade autônoma e civil, sem fins lucrativos, apartidária, democrática, de duração indeterminada, de objetivos científicos, culturais e artísticos.

Parágrafo Único - Sua contribuição será para representar especificamente as entidades que lidam com os bens culturais da comunidade, que mediam a luta pela democratização da comunicação, todos os espaços serão valorizados e fortalecidos em seu processo de desenvolvimento e consolidação, promovendo o estudo, o debate, a difusão das novas teorias de comunicação e das artes, colocando a comunidade social a serviço da comunicação, da participação, do progresso e da liberdade humana.

Art. 2º - São finalidades precípua da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão comunitária:

- I.** Atender a comunidade picuiense com vistas à:
- a) - Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
 - b) - Oferecer mecanismo a formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
 - c) - Prestar serviço de utilidade pública integrando-se ao serviço da defesa civil, sempre que necessário;
 - d) - Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas de conformidade com a legislação profissional vigente;
 - e) - Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível;
 - f) - Fomentar por todas as suas instancias e meios, a democratização da comunicação;
 - g) - Promover e defender a liberdade de expressão e pensamento, bem como o livre exercício das profissões da Comunicação Social;
 - h) - Dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunicação, fazendo intercâmbio entre os aspectos culturais e os vários segmentos das comunidades organizadas;
 - i) - Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho artístico, cultural, social, científico, econômico e desportivo, relacionados as comunidades envolvidas;

Comarca de Picuí - Paraíba
conferido com o original.
02/05/2016 de 20/2
Escritório

- j) - Defender a solidariedade entre os povos, os direitos humanos, as liberdades individuais e coletivas, a justiça social, o ambiente natural e sua biodiversidade;
- k) - Assegurar o exercício do direito de expressão, de geração de informação e de produção cultural a todos os seguimentos sociais;
- l) - Prestar assessoramento nas áreas de comunicação radiofônica e cultural a entidades sindicais, comunitárias, educativas, religiosas e outras sem fins lucrativos, contribuindo para o aperfeiçoamento e disseminação de tecnologias de informação e disponibilização de serviços de comunicação;
- m) - Organizar e manter um arquivo publico com registro sonoro, fotográfico ou audiovisual de depoimentos e fotos produzidas ou colhidas na localidade e que seja de interesse geral da comunidade;
- n) - Fomentar a capacitação dos cidadãos para a leitura critica de todos os bens culturais produzidos nas suas diversas modalidades provocando o debate da estética, dos conteúdos, da linguagem e da técnica empregada;
- o) - Eleger o tema da ética da comunicação como campo de preocupação permanente, promovendo estudos e debates sobre a presença e o comportamento dos meios de comunicação da massa na sociedade;
- p) - Oferecer mecanismos à informação e integração da comunidade, dessa forma estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- q) - Criar um Conselho Comunitário composto de no mínimo cinco pessoas, representantes de Entidades da comunidade de Picuí-Pb, com vistas ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612/98 do Ministério das Comunicações que institui o serviço de Radiodifusão Comunitária;
- r) - Oferecer serviços de Radiodifusão Comunitária através da fundação e instalação de uma **Rádio Comunitária FM**, visando o atendimento de toda comunidade, obedecendo aos preceitos da Lei nº 9.612/98 do Ministério das comunicações e demais disposições legais;

Art. 3º - Para a consecução das suas finalidades, a **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão** poderão realizar as seguintes atividades:

- I. Promover o aperfeiçoamento dos próprios direitos e associados nos setores técnico-profissional e administrativo;
- II. Organizar, promover e apoiar a realização de cursos, seminários debates e treinamentos regulares ou intensivos, bem como patrocinar exposições, festivais, espetáculos e atividades congêneres na comunidade;
- III. Estabelecer parcerias e manter intercâmbio com organizações similares, nacionais e internacionais, celebrando convênios, contratos e termos de cooperação;
- IV. Filiar-se a entidades congêneres que atuem nos planos regional, nacional ou internacional;
- V. Promover continuamente o debate objetivando o aperfeiçoamento e a revitalização intelectual dos seus membros, tendo em vista o avanço dos projetos comunitários;

Comarca de Picuí-Pb
 25 de Abril de 2016
 Escrivã

- VI. Desenvolver pesquisas nas áreas social, educacional, política, cultural e econômica;
- VII. Construir, organizar, manter ou formar arquivos, bancos de dados, videotecas ou bibliotecas de uso público;
- VIII. Conceder prêmios à autores, artistas plásticos, escritores, comunicadores, técnicos de arte, espetáculos musicais, de artes cênicas em atividades e concursos realizados na comunidade, bem como a autoridades que tenham se destacado nos serviços prestados à comunidade;
- IX. Construir e equipar salas e outros ambientes destinados a atividades artísticas e culturais em geral;
- X. Construir o **Conselho Comunitário da Rádio Comunitária FM**, o qual venha a definir e acompanhar sua programação, discutindo e analisando os conteúdos veiculados na emissora;
- XI. Centrar o conceito de comunicação na comunidade, criando instrumentos que garantam um processo de comunicação participativo e circular, valorizando a presença de pessoas com formação especial no campo da comunicação, convocando-as e animando-as para integrar os projetos na área da comunicação institucional e popular;
- XII. Desenvolver formas de cooperação com o **Conselho de Comunicação Social de Picuí**.

Art. 4º - Para o cabal desempenho de suas funções, a **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**, deverá assegurar a garantir o exercício da mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, assegurando a liberdade de expressão e debate dos seus membros e associados, buscando sempre a unidade da ação.

Art. 5º - Poderá agregar-se às atividades da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária** qualquer pessoa, independentemente de cor, raça, sexo ou opção sexual, condições social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto neste Estatuto.

Capítulo II

Da Organização e Funcionamento

Art. 6º - São órgãos administrativos da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria Executiva;
- III. Conselho Fiscal;
- IV. Conselho Comunitário.

Art. 7º - Assembleia Geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no primeiro trimestre, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas do exercício anterior pela Diretoria Executiva, aprovação do plano anua de ação e discussão de assuntos gerais da entidade.

Parágrafo Único- A assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria Executiva ou por pelo menos 1/3 (um terço) dos associados, através de abaixo-assinado e requerimento encaminhado em nome de Diretor-Presidente da entidade. A convocação deverá ser feita com antecedência de, no mínimo 08 (oito) dias, através de edital afixado na sede da entidade ou através da fixação de cartazes convocatórios nos principais locais públicos e estabelecimentos comerciais, onde constará o dia, hora, local e pauta de reunião.

Art. 8º - A assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos diretores ou associados e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de diretores ou associados presentes.

Art. 9º - A Diretoria Executiva será a partir da proporcionalidade qualificada e diretoria dos votos, sendo o quórum mínimo para decisão nas suas reuniões de, no mínimo 6 (seis) membros ou (50% mais um). Em caso de empates nos processos de votação o assunto deverá ser remetido à próxima reunião - **ordinária ou extraordinária** - onde tentar-se-á a solução do problema.

Art. 10º - A Diretoria Executiva reunir-se-á quinzenalmente, em convocação feita em no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência, constando pauta, data, hora e local por ela determinada e, extraordinariamente sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou Diretor Executivo ou por 1/3 (um terço) dos membros da Diretoria Executiva.

Art. 11º - A Diretoria Executiva será eleita juntamente com o conselho fiscal para mandato de quatro anos em assembleia Geral Extraordinária, convocada para este fim, através de votação aberta em chapas inscritas, podendo ser reeleita por igual período, sendo admitida apenas uma recondução.

Art. 12º - A Assembléia Geral Extraordinária com fim eleitoral deverá se convocada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, utilizando-se os mesmos meios de divulgação no artigo sétimo e seu parágrafo único.

Art. 13º - A inscrição da chapas deverá ser feita até 15 (quinze) dias antes da data marcada para a realização para a realização da eleição, mediante apresentação de pedido por escrito à Comissão Eleitoral, tirada em Assembleia para este fim.

Art. 14º - A Diretoria Executiva será composta por um colegiado de 7 (sete) membros, investidos de poderes gerais e especiais de administração, constituindo dos seguintes cargos a saber:

Diretor-presidente, Diretor Executivo, Secretário Geral, Diretor de Finanças e Patrimônio, Diretor de Cultura e Artes, Diretor de Formação e Capacitação, Diretor de Comunicação e Marketing.

Comarca de São Paulo, que o presente ato confere com o original.
25 de Abril de 2016
J. S. Santos
Maoriva

Parágrafo único: Os Dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade.

Art. 15º - A Diretoria Executiva poderá ser substituída no todo ou em parte pela Assembleia Geral Extraordinária convocada para este fim específico na forma do artigo sétimo e seu parágrafo único, nos casos de injúria ou em atos comprovados de improbabilidade e atitude imprópria, que venham a comprometer os objetivos da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária** e desvirtuamento das finalidades e normas estatutárias.

Parágrafo Único -No caso de substituição geral da Diretoria Executiva será eleita uma **Comissão Diretora Provisória**, composta por 5 (cinco) sócios membros da comunidade, que administrará a entidade até a eleição da nova diretoria, nos moldes do artigo decimo primeiro deste Estatuto.

Art. 16º - Os cargos titulares devem estar sempre preenchidos. Havendo perda de um ou mais membros da Diretoria Executiva no decorrer da gestão, deverão ser imediatamente substituídos, mesmo temporariamente, devendo ser convocada Assembleia Geral para a eleição de novo membro.

Parágrafo Único -O presente Estatuto poderá ser alterado no todo, ou em parte mediante convocação de Assembleia Geral Extraordinária, a qual terá amplos e ilimitados poderes para tal, na forma prevista no artigo sétimo e seu paragrafo único.

Capitulo III

Das Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 17º - Caberá a Diretoria Executiva coletivamente:

- I. Traçar estratégias e planos de ações que garantam a implementação dos objetivos definidos em Assembleia Geral;
- II. Indicar um de seus membros ou um dos associados para representar a entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso do impedimento do Diretor-Presidente, ou nos casos que julgar conveniente;
- III. Elaborar relatórios semestrais das atividades, realizadas e atos administrativos da entidade;
- IV. Prestar contas bimestrais e anualmente dos trabalhos aos associados, em Assembleia Geral Ordinária, ou quando solicitado por qualquer um dos seus membros;
- V. Autorizar a admissão ou demissão de funcionários (se tiver), bem como autorizar o pagamento dos salários, gratificações ou outras formas de remuneração;
- VI. Autorizar a aquisição de equipamentos;
- VII. Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos da entidade;

Comarca de São Paulo, 25 de Abril de 2012
confere com o original.
Escritura
Escritura

VIII. Aprovar e modificar regimento internos de diretorias ou serviços que venham a ser implementados e/ou administrados pela entidade.

Art. 18º - Caberá a cada diretor, individualmente;

- I. Zelar e fazer cumprir as normas estatutárias;
- II. Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce bem como aquelas espontaneamente assumidas;
- III. Manter postura publica compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;
- IV. Representar a entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria;
- V. Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções;
- VI. Criar através de ato o Conselho Comunitário com a participação de no mínimo cinco membros de entidade comunitária filantrópicas da comunidade com vistas á acompanhar a programação do serviço de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo Primeiro- A Diretoria é o órgão executivo e coordenado da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo Segundo: Apenas farão parte da Diretoria Executiva, os brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados.

Parágrafo Terceiro- Os dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 19º - Caberá ao Diretor-Presidente:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. Convocar, instalar e coordenar as reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais;
- III. Convocar a Diretoria Executiva, Conselhos e Sócios para reuniões ordinárias e extraordinárias;
- IV. Representar a entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidades em geral;
- V. Representar a entidade em juízo ou fora dele, judicial e extrajudicialmente, em matéria do seu interesse, podendo, para tanto, construir procurador ou mandatário;
- VI. Assinar, juntamente com o Secretario Geral, as atas e demais documentos de circulação interna e externa;
- VII. Assinar, juntamente com o Diretor de Finanças e Patrimônio, os balancetes e os cheques para pagamento das despesas em geral;
- VIII. Coordenar todos os setores e departamentos da entidade, com responsabilidades para deliberar nas ações que se fizerem necessárias à consecução dos objetivos sociais, em casos emergenciais;

Comarca de São Paulo
Autentico e doulo, que o presente
documento confere com o original.
rei Marinho 25 de Abril de 2012
Nela J. Souza Santos
Escritura

- IX. Promover entrosamento entre os membros de toda Diretoria, a fim de que as funções sejam desempenhadas satisfatoriamente;
- X. Exercer direitos, deveres e atribuições pertinentes aos Presidentes das entidades civis, congêneres nos casos não previstos neste artigo e que não contraria este Estatuto, cumprindo fielmente o mesmo.

Art. 20º - Caberá ao Diretor Executivo:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. Trabalhar em consonância com o Diretor-Presidente, auxiliando-o e colaborando nas funções pertinentes ao cargo;
- III. Substituir o Diretor-Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- IV. Dirigir toda operacionalização de entidade, assegurando seu perfeito funcionamento e maximização dos resultados;
- V. Analisar as propostas de admissão de novos associados, encaminhados por diretores e/ou associados;

Art. 21º - Caberá ao Secretário Geral:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com as funções coletivas;
- II. Secretariar as reuniões da Diretoria e as da Assembleia Geral, lavrando e assinando, juntamente com o Diretor-Presidente as respectivas atas;
- III. Elaborar a correspondência e documentação oficiais da entidade, assinando-os juntamente com o Diretor-Presidente ou seu substituto imediato;
- IV. Ler as atas nas reuniões e assembleias;
- V. Manter arquivada e bem organizada toda documentação expedida e recebida;
- VI. Conservar o livro de atas em dia e sem rasura;
- VII. Superintender sobre todos os serviços de expediente;
- VIII. Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos diretores e colaboradores;
- IX. Organizar o arquivo dos sócios de acordo com a categoria de cada um;
- X. Implementar e organizar o **Núcleo de Documentação e Memória** da entidade que possa resgatar a sua história;

Art. 22º - Caberá ao Diretor de Finanças e Patrimônios:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. Administrar as finanças da entidade, assumindo a responsabilidade da movimentação financeira (entrada e saída de valores);
- III. Realizar e supervisionar a contabilidade perfeita dos dados financeiros de receitas e despesas, apresentando balancetes semestrais, o qual será

Comarca de Curitiba
trito e doulo, que o presente
to confere com o original.
vindo 5 de Abril de 2012
Escritura

encaminhado ao Conselho Fiscal, que em seguida deverá ser apreciado por toda Diretoria Executiva em Assembleia Geral;

- IV. Assinar, juntamente com o Diretor-Presidente ou seu substituto legal, cheques, recibos, balancetes e outros documentos financeiros;
- V. Prestar contas da gestão financeira a cada seis meses a Diretoria Executiva e, anualmente, em Assembleia Geral aos associados;
- VI. Manter os livros contábeis (caixa e tombo) em dia e sem rasuras;
- VII. Receber as subvenções e auxílios de qualquer fonte destinada a entidade, mediante recibo;
- VIII. Administrar o patrimônio em consonância com o Diretor-Presidente;
- IX. Manter sob seu controle todo o patrimônio da entidade quer sejam bens móveis e imóveis;
- X. Responder diretamente por qualquer desvio de bens que estejam sob sua responsabilidade.

Art. 23º - Caberá ao Diretor de Cultura e Artes:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. Fomentar uma política artística e cultural voltada ao resgate histórico e preservação da memória da comunidade;
- III. Definir sua filosofia de atuação, estabelecendo critérios éticos e morais a serem protagonizados;
- IV. Organizar eventos de cunho educativo, artístico-cultural para o entretenimento da comunidade;
- V. Planejar os programas de natureza cultural a serem desenvolvidos pela entidade;
- VI. Participar de eventos e solenidades na área cultural, de arte e comunicação na região ou fora dela.

Art. 24º - Caberá ao Diretor de formação e capacitação:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções sociais;
- II. Elaborar a política de formação e capacitação dos membros da entidade para consecução de suas atividades;
- III. Operacionalizar, coordenar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos pela entidade junto a comunidade;
- IV. Fazer a coordenação e implementação dos planos, projetos e programas de organização e desenvolvimento da entidade;
- V. Produzir materiais e elaborar projetos para consolidação das ações da entidade, buscando meios e recursos para projetos da entidade.

Art. 25º - Caberá ao Diretor de Comunicação e Marketing:

Para fins de
Comarca de São Paulo
O confero com o original.
25 de Abril de 2016
Escritura

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. Operacionalizar, coordenar e supervisionar a marca e filosofia da entidade junto ao público em geral;
- III. Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada da entidade junto ao público em geral;
- IV. Coordenar e supervisionar todo o trabalho material para elaboração da divulgação, determinando as diretrizes e a filosofia criativa da comunicação-padrão da entidade;
- V. Planejar e organizar todo ato de criação para a seleção de tipos, boa apresentação e identificação da entidade;
- VI. Garantir a consistência e a qualidade às demais áreas, cumprindo as normas e diretrizes da diretoria.

Art. 26º - nenhum membro da diretoria ou que venha a trabalhar na entidade poderá ser remunerado. A admissão de pessoas será com base na **Lei do Serviço Voluntário**. A contratação e demissão de funcionamentos (se tiver) dependerá da aprovação da maioria da Diretoria Executiva.

Art. 27º - É vedado ao responsável por cada diretoria obrigar ou comprometer a entidade em negócios e assuntos estranhos aos fins e interesses sociais.

Capítulo IV

Das Atribuições do Conselho Fiscal

Art. 28º - O **Conselho Fiscal** é o órgão de controle e fiscalização da entidade, eleito juntamente com a diretoria executiva para um mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleito por igual período e será composto por 4 (quatro) membros, 2 (dois) efetivos e 2 (dois) suplentes, o qual será coordenado por um dos seus pares, a que lhe compete entre outras coisas:

- I. Fiscalizar as ações e as movimentações financeiras da entidade como, entradas, saídas e aplicações de recursos, emitindo pareceres para apreciação da Diretoria Executiva em Assembleia;
- II. Examinar e aprovar o orçamento anual, opinando sobre relatórios do Diretor de Finanças e Patrimônio, sugerido alterações, se necessário, e emitir parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis, em consonância com a Diretoria Executiva e deliberação da Assembleia Geral;
- III. Solicitar à Diretoria Executiva, sempre que se fizer necessário, esclarecimentos e documentos comprobatórios de receitas e despesas;

Comarca de São Paulo, 25 de Abril de 2016.
Eu, Paula Regina, Escriva

- IV. Verificar as atividades da Diretoria Executiva se está agindo de acordo com o presente Estatuto;
- V. Averiguar e apurar denúncias que digam respeito à administração da entidade;
- VI. No caso de renúncia ou impedimento de um membro do Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva designará seu substituto, mesmo que temporariamente, até a realização da Assembleia Geral para a eleição de novo membro.

Art. 29º - Os pareceres e as deliberações do conselho fiscal serão registrados em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros, logo após o encerramento dos trabalhos.

Art. 30º - As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos.

Capítulo V

Das Atribuições do Conselho Comunitário

Art. 31º - O Conselho Comunitário é o colégio e órgão fiscalizador e acompanhador da programação da Rádio Comunitária FM, composto por, no mínimo, 5 (cinco) pessoas, de ilibada reputação, que sejam representantes de entidades tais como: associações de classe, beneméritas, religiosas, rurais ou de moradores, desde que legalmente constituídas, cujo mandato deverá coincidir com o da diretoria, as quais deverão ser aprovadas pela maioria dos membros da Diretoria Executiva, o qual definirá sua organização interna e coordenado pelo Diretor-Presidente da entidade.

Art. 32º - A Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, entidade civil sem fins lucrativos, registrada como Organização não Governamental, enquanto Entidade Mantenedora da Rádio Comunitária FM, de caráter comunitário e de gestão pública, não indica representantes para compor o Conselho, bem como a administração pública direta e indireta.

Art. 33º - O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por Lei.

Art. 34º - O Conselho Comunitário reunir-se-á mensalmente para:

- I. Analisar a dinâmica a perfil das atividades implementadas pela diretoria de emissora, verificando a sua adequação às metas estabelecidas quanto a sua programação;

Comarca de Picuí - PE
nº 24922/2016/SEI - MCTIC (1292599)
11 de maio de 2016
Leandro Augusto Lima
Escritório

- II. Aprovar ou modificar a programação quando perecer qualquer tipo de proselitismo;
- III. Atuar como mediador entre programadores, ouvintes e empreendimentos que darão apoios culturais (anunciantes), promovendo tentativas de entendimentos entre as partes;
- IV. Analisar o conteúdo dos programas e a performance dos seus comunicadores;

Parágrafo Único-A entidade manterá sempre atualizado todos os dados pessoais dos membros, bem como disponível o ato que constitui e estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

Capítulo VI

Do Clube de Sócios

Art. 35º - O quadro social da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária são constituídos por um numero ilimitado de sócios e serão alinhados nas seguintes categorias:

- I. **Sócios Fundadores** - Todos aqueles que tomaram parte na Assembleia Geral para formação de entidade e que constam sua assinatura em ata;
- II. **Sócios Efetivos** - Todos aqueles que propostos por um ou mais sócios, aceitos e aprovados pela Diretoria Executiva, devem concordar com o que dispõe este Estatuto;
- III. **Sócios colaboradores** - Todos aqueles que contribuem financeiramente com a entidade. Tal contribuição pode ser mensal ou temporária.

Art. 36º - São direitos e garantias dos sócios:

- I. Participar das Assembleias com direito a voz;
- II. Votar e ser votado para os cargos da entidade;
- III. Ter igualdade perante este Estatuto;
- IV. Apresentar sugestão e oferecer colaboração aos dirigentes da entidade;
- V. Participar ativamente das atividades associativas;
- VI. Ter acesso a qualquer documento oficial, inclusive ao cadastro de funcionários (se tiver) e participar do projeto, mediante solicitação por escrito à Diretoria Executiva, resguardando-se as informações de caráter pessoais, exceto se aprovado em reunião pela diretoria;
- VII. Encaminhar sugestões aos órgãos dirigentes e exigir o cumprimento do presente Estatuto, bem como das decisões dele decorrente;
- VIII. Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela entidade ou através de convênios
- IX. Garantia do direito de ampla defesa junto aos Órgãos competentes.

Comarca de São Paulo, 25 de Abril de 2012
Escritório de Registro Civil
Escritório de Registro Civil

- X. Direito de todos os associados, pessoas físicas de votar e ser votado para todos os cargos que compõe os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instâncias deliberativas existentes;

Parágrafo Primeiro – É assegurado ingresso como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na localidade, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social e nas instâncias deliberativas existentes.

Parágrafo Segundo – É assegurado a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos.

Parágrafo Terceiro - Não haverá distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre associados.

Art. 37º - Constituem obrigações dos sócios:

- I. Conhecer e zelar pelo cumprimento do presente Estatuto;
- II. Participar ativamente das reuniões e assembleias para as quais forem convidados;
- III. Efetuar pontualmente o pagamento de suas contribuições financeiras;
- IV. Cooperar de acordo com suas possibilidades com uma pequena mensalidade, para conservação, ampliação e manutenção do seu patrimônio material e imaterial;
- V. Colaborar nas realizações das atividades da entidade e seus objetivos;
- VI. Observar os princípios éticos, morais e administrativos da entidade consagrada neste Estatuto;
- VII. Zelar pelo bom relacionamento entre os sócios e pelo alcance dos fins a que se propõe a entidade;
- VIII. Respeitar as decisões dos órgãos deliberativos da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**.

Art. 38º - Os sócios não respondem sequer subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade e de seus diretores.

Comarca de Picuí, 25 de Abril de 2012
João Paulo de Souza
Escritura

Capítulo VII

Das Infrações e Penalidades

Art. 39º - Constituem infrações à disciplina social sujeitas às sanções previstas a todos os diretores e sócios:

- I. Deixar de zelar e cumprir o Estatuto e as deliberações das Assembleias Gerais;
- II. Promover por meios diretos e indiretos, o descrédito dos princípios e normas da entidade perante a comunidade;
- III. Coagir, influenciar, participar direta ou indiretamente, de qualquer movimento, ação ou grupo de influenciamento que objetive retirar a força de atuação da entidade e seus órgãos, assim como em prejuízo das disposições previstas neste Estatuto.

Art. 40º - As infrações à disciplina social se seus membros serão punidas, segundo a sua gravidade, com as seguintes sanções:

- I. Advertência oral ou escrita;
- II. Censura pública por edital afixado na sede social e transcrito em boletim;
- III. Suspensão até 12 (doze) meses;
- IV. Eliminação do quadro social.

Parágrafo Único – A readmissão como sócio ocorrerá apenas quando a Diretoria Executiva, por solicitação do interessado, e por maioria simples dos associados, julgar sanados os efeitos do ato que motivou sua eliminação e entender que existe a disposição de cumprimento das normas estatutárias.

Capítulo VIII

Das Receitas e Despesas

Art. 41º - A receita da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária advirá:

- I. Da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada e, livro caixa e tomo, com valor, data e identificação do doador;
- II. Da contribuição mensal dos associados e/ou colaboradores;
- III. Da contribuição extraordinária dos sócios-fundadores;
- IV. De doações, contribuições, legados e outros recursos a ela aportados voluntariamente;
- V. De verbas provenientes de subsídios oficiais e receitas eventuais;

Comarca de São Paulo, 25 de Abril de 2012
O presente documento confere com o original.
Escritura
Escritura

- VI. Do rendimento proveniente da aplicação de seu capital;
- VII. Convênios e outras fontes.

Parágrafo Único – o patrimônio da entidade será constituído do acervo material e imaterial representado por todos os seus bens móveis e imóveis, títulos ou produtores de doação e legados, dos quais será feito, ao fim de cada exercício social, o respectivo inventário.

Art. 42º - As despesas da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária podem ser:

- I. Despesas operacionais, tais como aluguel de bens móveis e imóveis compra de equipamentos, material de limpeza e de expediente, entre outros;
- II. Pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação de equipamentos;
- III. Patrocínios a projetos, atividades ou eventos com fins comunitários.

Capítulo IX

Da Dissolução

Art. 43º - A dissolução da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária ocorrerão apenas por decisão de Assembleia Geral Extraordinária, convocada com exclusividade para este fim, conforme artigo sétimo e seu parágrafo único deste estatuto.

Art. 44º - Ponto de pauta obrigatória na Assembleia Geral Extraordinária convocada para dissolução da entidade deverá ser a prestação de contas, verificada pelo Conselho Fiscal, até a data da Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 45º - Caso haja dividas na data da dissolução, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, sendo determinado o destino do saldo restante a uma entidade similar.

Art. 46º - A Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária somente poderão ser dissolvidas:

- I. Por deliberação de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada especificamente para tal fim e com a presença, em primeira convocação de 2/3 (dois terços) de seus diretores e/ou associados;
- II. Caso a maioria dos 2/3 (dois terços) não seja alcançada, numa segunda convocação, após 60 (sessenta) minutos poderá a Assembleia geral reunir-se com qualquer número de sócios e/ou diretores;
- III. A proposta de dissolução somente será aprovada pela maioria de no mínimo 2/3 (dois terços) dos presentes.

Comarca de São João del-Rei
O confere com o original.
25 de Abril de 2012
Escriva

Parágrafo Único – A dissolução da entidade só poderá ocorrer por absoluta e incompatível impossibilidade legal ou material, de preencher suas finalidades por qualquer modo, devidamente comprovada em Assembleia Geral Extraordinária.

Capitolo X

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 47º - Caberá a Assembleia Geral de fundação eleger sua Diretoria para um mandato de quatro anos, cabendo:

- I. Registrar o presente Estatuto em Cartório de Pessoas Jurídicas na forma da lei;
- II. Registrar em cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da fazenda;
- III. Requerer reconhecimento como de atividade pública à nível municipal, estadual e nacional;
- IV. Filial ao Conselho Nacional de Serviço Social;
- V. Estabelecer um plano de meta para os primeiros quatro anos de existência da entidade;
- VI. Elaborar e aprovar o Regimento interno e Código de Ética;
- VII. Requerer junto ao Ministério das Comunicações abertura de canal para concessão e exploração do serviço de radiodifusão comunitária;
- VIII. Instalar a **Rádio Comunitária FM** dentro dos padrões técnicos exigidos pelo Minicon e elaborar uma programação eminentemente regional, voltada para a comunidade e seus problemas;
- IX. Associar a **Rádio Comunitária FM** à entidade nacional, regional ou distrital de radiodifusão comunitária;
- X. Construir o conselho comunitário para a emissora;
- XI. Construir a Sede Social;
- XII. Manter intercâmbio com demais entidades que tenham os mesmos fins;
- XIII. O exercício social e financiamento coincidem com o ano civil;
- XIV. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 48º - Os casos não especificamente previstos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, que aplicará subsidiariamente a legislação em vigor no país.

Art. 49º -A Diretoria Executiva da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária de Picuí fica assim constituída:

Diretor-Presidente:

Director-Executivo;

Secretário Geral:

Diretor de Patrimônio e Finanças:

Comarca de
Foz de Iguaçu
Rio de Janeiro
1914

Tratado de Foz de Iguaçu, que o presente
número confere com o original.
15 de Maio de 1912
João Baptista Pereira
Escrivão

Diretor de Cultura e Artes;

Diretor de Formação e Capacitação;

Diretor de Comunicação Social e Marketing;

Conselho Fiscal.

Art. 50º - Este Estatuto será registrado no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Picuí, Estado da Paraíba, e terá sua inscrição no Cadastro Geral do Contribuinte da Receita Federal, a qual entrará em vigor na data de sua aprovação e/ou publicação.

Picuí-PB, 11 de abril de 2011

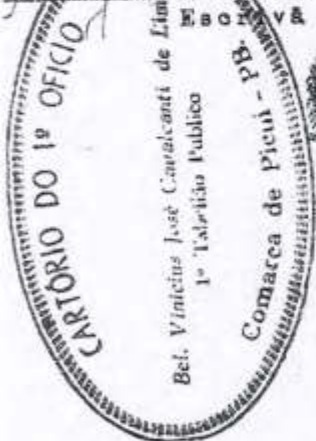

DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS

Presidente

Autentico e dou fé, que o presente documento confere com o original.

Em Picuí, 25 de Abril de 2012





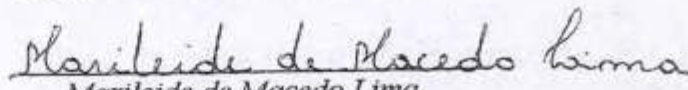
ESTADO DA PARAÍBA - PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DE PICUI
CAVALCANTI DE LIMA SERVIÇOS NOTARIAL E REGISTRAL
1ª Serventia Extrajudicial

Rua Cel. Antonio Xavier, s/n - Centro - ☎/FAX 0 xx 83 371 2444 CEP 58.187 000
PICUI - PARAÍBA

CERTIDÃO

Certifico que nesta data foi registrada o
ESTATUTO SOCIAL da Associação Picuiense Artística e Cultural
de Radiodifusão Comunitária, sob nº 281, folhas 135v/143 do
Livro "A - 3" Pessoas Jurídicas, dou fé.

Picuí, 06 de JANEIRO de 2000


Marileide de Macedo Lima
Escrevente Designada



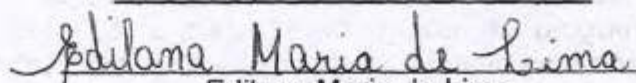
ESTADO DA PARAÍBA - PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DE PICUÍ - PARAÍBA
CAVALCANTI DE LIMA SERVIÇOS NOTARIAL E REGISTRAL
1ª Serventia Extrajudicial
Rua Cel. Antonio Xavier, s/n - Centro - CEP 58.187 - 000 - PICUÍ - PARAÍBA
Telefax 0 xx 83 3371 2444 - e-mail: cartoriodo1oficiopicuib@hotmail.com

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

CERTIDÃO

Certifico que nesta data foi procedida a averbação à margem do registro nº 281, fls. 135v/143 do Livro "A-3", Pessoa Jurídica, do Estatuto da ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - APARC, ficando alterado os Artigos. 14º, 18º, 31º, 36º e 41º, passando a ter a seguinte redação: **Art. 14º - Parágrafo Único** - Os Dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade. **Art. 18º - Parágrafo Segundo** - Apenas farão parte da Diretoria executiva os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores ou emancipados. **Parágrafo Terceiro** - Os dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial. **Art. 31º** - O Conselho Comunitário é o colegiado e órgão fiscalizador e acompanhador da programação da Rádio Comunitária FM, composto por, no mínimo, 5 (cinco) pessoas de ilibada reputação, que sejam representantes de entidades tais como: associações de classe beneméritas, religiosas, rurais ou de moradores, desde que legalmente constituídas, cujo mandato deverá coincidir com o da Diretoria Executiva, as quais deverão ser aprovadas pela maioria dos membros da Diretoria Executiva, o qual definirá sua organização interna e coordenado pelo Diretor-Presidente da entidade. **Parágrafo Único** - O conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei. **Art. 36º - IX** - Garantia do direito de ampla defesa junto aos órgão competentes; **X** - Direito de todos os associados, pessoas físicas de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instancias deliberativas existentes; **Parágrafo Primeiro** - É assegurado o ingresso como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na localidade, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social e nas instancias deliberativas existentes; **Parágrafo Segundo** - É assegurado a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promover a convocação dos órgão deliberativos. **Parágrafo Terceiro** - não haverá distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre associados; **Art. 41º - Parágrafo Segundo** - A Receita da Entidade será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais. Ficando ratificados os demais termos do Estatuto da Associação supramencionada; Conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em data de 15/03/2011; dou fé.

PICUÍ-PB, 11 DE ABRIL DE 2011.


Edilana Maria de Lima
Escrevente Designada

Maria do Socorro Costa Macedo
MARIA DO SOCORRO COSTA MACEDO

Arnaldo Xavier da Fonsêca
ARNALDO XAVIER DA FONSÊCA

Lindomar Barros de Lima
LINDOMAR BARROS DE LIMA

Odilon Ferreira Lima Neto
ODILON FERREIRA LIMA NETO

Maria Alcione dos Santos
MARIA ALCIONE SANTOS

Ailton Barbosa de Araujo Segundo
AILTON BARBOSA DE ARAUJO SEGUNDO

Sebastião Wilton Pinheiro
SEBASTIÃO WILTON PINHEIRO

Sandra Ferreira Costa
SANDRA FERREIRA COSTA

Maria Dantas de Araujo
MARIA DANTAS DE ARAUJO

Jose Onildo de Negreiros
JOSE ONILDO DE NEGREIROS

Benedito Gomes da Silva
Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

Cartório do 1º Ofício - Juiz - PB

Edilana Lúcia de Lima
Escritório Designada

**ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E DO
CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO
PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - APARC**

Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, às 10:00 horas, na sede da APARC, cito a rua 18 de março, s/n, centro, nesta cidade de Picuí-Pb, realizou-se a reunião de **ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - APARC**, com a participação dos associados desta Entidade; Em primeira convocação, conforme edital publicado e afixado em lugar de costume, o senhor Diego Bruno de Araújo Negreiros presidiu os trabalhos de assembléia geral, convidando a senhorita Maria do Socorro Costa Macedo para secretariar os trabalhos, a seguir autorizou a proceder a leitura do **Edital de Convocação** conforme Estatuto. O senhor presidente, verificando a existência de quorum, iniciou o processo de eleição, sendo eleita por unanimidade dos presentes a chapa única apresentada composta dos seguintes membros: **Diretor Presidente: DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS, Secretário Geral: MARIA DO SOCORRO MACEDO COSTA, Diretor Executivo: MARIA HELENA DA SILVA AZEVEDO, Diretor de Finanças e Patrimônio: JULIANA CRISTINA LINS MACHADO, Diretor de Cultura e Artes: LINDOMAR BARROS DE LIMA, Diretor de Formação de Capacitação: SEBASTIÃO MATIAS DE OLIVEIRA ARAÚJO, Diretor de Comunicação e Marketing: SEBASTIÃO WILTON PINHEIRO, CONSELHO FISCAL: Membros Titulares: TALES MACEDO HENRIQUES DE LIMA e IGOR DE ARAÚJO NEGREIROS LIMA, Suplente: JUCIEL LIMA DOS SANTOS e MARIA DANTAS DE ARAÚJO. Ato contínuo, proclamou o nome dos eleitos, declarando empossados como membros**

PICUI CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

Rua RUA 24 DE NOVENBRO, 36, CENTRO, Picuí-PB

AUTENTICAÇÃO

Cartório do 1º Ofício - Picuí - PB
Vanessa de Macedo Costa
Escritor Designada

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido.

Doc. 16. (Art. 365-III do CPC).

Picuí/PB-09/08/2016

Selo Digital: ADT75640-HJFB

Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Emol: R\$2,04 Farpen: R\$0,25 MP: R\$0,03 Fepj: R\$0,40

Benedito Fernandes da Silva
OAB-PB 4291

diretores da APARC nos seus respectivos cargos, para o **período administrativo de 01 de Novembro de 2015 a 01 de Novembro de 2019**; Seqüenciando os trabalhos, o senhor presidente apresentou os nomes indicados pelas Entidades junto ao **Conselho Comunitário**, ficando assim constituído: **Presidente**: ELAINE CRISTINNE DE ARAÚJO N. LIMA, representante da **APROSISAL**- Associação dos Produtores de Sisal da Paraíba; **Secretário**: AMPARO IVANILDA DOS SANTOS SILVA, representando a **OCADS** - Organização de Capacitação e desenvolvimento Social; **Membros**: Arnaldo Xavier da Fonseca, representando a **APROSICS** - Associação dos Produtores de Sisal do Curimataú e Seridó Paraibano; JOAQUIM VIDAL DE NEGREIROS FILHO, representando o **Sindicato Rural de Picuí** e MARIA FERREIRA DOS SANTOS representando a **ADECOMPI**- Associação do Desenvolvimento Comunitário de Picuí, sendo **declarados todos empossados para o período administrativo de 01 de Novembro de 2015 a 01 de Novembro de 2019**. E como nada mais havia a ser tratado, foi a presente reunião encerrada e esta ATA lavrada e assinada por todos os membros diretores associados presentes. Picuí-PB, ao primeiro dia do mês de novembro do ano de 2015.

Diego Bruno de Araújo Negreiros
DIEGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS

Maria do Socorro Macedo Costa
MARIA DO SOCORRO MACEDO COSTA

Maria Helena da Silva Azevedo
MARIA HELENA DA SILVA AZEVEDO



Benedito Gomes da Silva
Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4237

Maria Dantas de Araújo
MARIA DANTAS DE ARAÚJO

Edilana Maria de Lima
Cartório do 1º Ofício - Picuí - PB
Edilana Maria de Lima
Escritor Designada

Lindomar Barros de Lima
LINDOMAR BARROS DE LIMA

Sebastião Matias de Oliveira Araújo
SEBASTIÃO MATIAS DE OLIVEIRA ARAÚJO

Sebastião Wilton Pinheiro
SEBASTIÃO WILTON PINHEIRO

Tales Macedo Henriques de Lima
TALES MACEDO HENRIQUES DE LIMA

Igor de Araújo Negreiros Lima
IGOR DE ARAÚJO NEGREIROS LIMA

Jose Onildo de Negreiros
JOSE ONILDO DE NEGREIROS

Arnaldo Xavier da Fonsêca
ARNALDO XAVIER DA FONSÊCA

Joaquim Vidal de Negreiros Filho
JOAQUIM VIDAL DE NEGREIROS FILHO



S00070
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Belo: Maria Angélica Souza Carreira
Tabela

1º OFÍCIO DE NOTAS
2º TABELADO DE PROTESTOS
RUA 24 DE NOVEMBRO, 36 - CENTRO - PICUI - PB
CEP: 56713-000 - JARDIM PESSOA - PB
FONE: (35) 3245-2346 - FAX: (35) 3241-0332

Reconheço, como autêntica e verdadeira, a(s) Firms(s) de.....
JOSE ONILDO DE NEGREIROS*****

Em test. da verdade. João Pessoa - PB, 13/11/2015 12:41:01
Charles Bergado Torres Ferreira - Escritor
2015-02782JENL-R\$ 17,76 FASEPERS-2,23 FEPJ-R\$ 0,23 ISS-R\$ 0,31
SELO DIGITAL: A1160446-WRQD
Confirma a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Charles Bergado Torres Ferreira
Charles Bergado Torres Ferreira

Benedito Gomes da Silva
Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

PICUI CARTORIO DO 1 OFICIO

Rua RUA 24 DE NOVEMBRO, 36, CENTRO, Picuí-PB

Vanessa de Macedo Costa
Cartório do 1º Ofício - Picuí
Vanessa de Macedo Costa
Escritor Designada

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido.

Dou fé. (Art.365-III do CPC).

Picuí/PB-09/08/2016

Selo Digital: ADT75641-SF0T

Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Emol R\$2,04 Farpen R\$0,25 MP R\$0,03 Fepj R\$0,40

Em Tempo: Qualificação dos Membros diretores da APARC

DIEGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS, brasileiro, casado, analista de sistema, CPF: 032.706.524-96 RG: 2.453.015 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Carlos Macieira, s/n, bairro JK- Picuí-PB.

MARIA DO SOCORRO MACEDO COSTA, brasileira, solteira, auxiliar administrativo, CPF: 036.032.734-60 RG: 1.538.879 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Ferreira de Macedo, s/n, centro - Picuí-PB.

MARIA HELENA DA SILVA AZEVEDO, brasileira, solteira, auxiliar de serviço, CPF:104.409.744-29 RG: 3.804.744 - SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Antonio Cunha Dantas - Picuí-PB.

JULIANA CRISTINA LINS MACHADO, brasileira, casada, Técnica em Enfermagem, CPF: 050.262.044-73 RG: 2.439.027 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Carlos Macieira, s/n, JK - Picuí-PB.

LINDOMAR BARROS DE LIMA, brasileiro, casado, Radialista, CPF: 691.231.604-20 RG: 1.349.715 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. 18 de março, s/n, centro - Picuí-PB.

SEBASTIÃO MATIAS DE OLIVEIRA ARAÚJO, brasileiro, casado, Radialista, CPF: 090.572.664-23 RG:3.554.014, SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Ferreira de Macedo, s/n, centro - Picuí-PB.

SEBASTIÃO WILTON PINHEIRO, brasileiro, solteiro, Radialista, CPF: 036.032.734-60 RG: 1.538.879 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Ferreira de Macedo, s/n, centro - Picuí-PB.

TALES MACEDO HENRIQUES DE LIMA, brasileiro, solteiro, Radialista, CPF: 091.929.694-70 RG: 3.704.159 - SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. 18 de março, s/n, centro - Picuí-PB.

IGOR DE ARAÚJO NEGREIROS, brasileiro, solteiro, auxiliar administrativo, CPF: 113.395.904-09 RG: 4.000.706 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Carlos Macieira, 82, JK - Picuí-PB.

JUCIEL LIMA DOS SANTOS, brasileiro, casado, agricultor, CPF: 087.278.234-40 RG: 2.826.734 SSP/PB, residente e domiciliado no sítio Mato Grosso - Picuí-PB.

MARIA DANTAS DE ARAÚJO, brasileira, solteira, auxiliar administrativo, CPF: 441.515.734-84 RG: 931.229 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Ferreira de Macedo, s/n, centro - Picuí-PB.



Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

Qualificação dos Membros diretores do Conselho Comunitário

REPRESENTANTE DA APROSISAL

ELAINE CRISTINNE DE ARAUJO N. LIMA, brasileira, casada, auxiliar administrativo, CPF: 043.913.274-65 RG: 2.476.361 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Carlos Macieira - s/n, centro - Picuí-PB.

REPRESENTANTE DA APROSICS

ARNALDO XAVIER DA FONSECA, brasileiro, casado, agente comunitário de saúde, CPF: 952.934.344-20 RG: 2.411.107 SSP/PB, residente e domiciliado no sítio Lagoa Cercada - Picuí-PB.

REPRESENTANTE DO SINDICATO RURAL

JOAQUIM VIDAL DE NEGREIROS brasileiro, casado, zootecnista, CPF: 570.384.654-49 RG: 1.007.727 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Ferreira de Macedo, s/n, centro - Picuí-PB.

REPRESENTANTE DA ADECOMPI

MARIA FERREIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, auxiliar administrativo, CPF: 056.699.084-90 RG: 1.800.847 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Ferreira de Macedo, s/n, centro - Picuí-PB.

OCADS

AMPARO IVANILDA DOS SANTOS LIMA, brasileira, solteira, auxiliar administrativo, CPF: 063.785.884-06 RG: 3.160.766 SSP/PB, residente e domiciliado no sítio Lagoa do Canto - Picuí-PB.

BPM
Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4207



**PROVA DA MAIORIDADE DOS
DIRIGENTES DA APARC E
CPF**

Em Tempo: Qualificação dos Membros diretores da APARC

DIEGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS, brasileiro, casado, analista de sistema, CPF: 032.706.524-96 RG: 2.453.015 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Carlos Macieira, s/n, bairro JK- Picuí-PB.

MARIA DO SOCORRO MACEDO COSTA, brasileira, solteira, auxiliar administrativo, CPF: 036.032.734-60 RG: 1.538.879 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Ferreira de Macedo, s/n, centro - Picuí-PB.

MARIA HELENA DA SILVA AZEVEDO, brasileira, solteira, auxiliar de serviço, CPF: 104.409.744-29 RG: 3.804.744 - SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Antonio Cunha Dantas - Picuí-PB.

JULIANA CRISTINA LINS MACHADO, brasileira, casada, Técnica em Enfermagem, CPF: 050.262.044-73 RG: 2.439.027 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Carlos Macieira, s/n, JK - Picuí-PB.

LINDOMAR BARROS DE LIMA, brasileiro, casado, Radialista, CPF: 691.231.604-20 RG: 1.349.715 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. 18 de março, s/n, centro - Picuí-PB.

SEBASTIÃO MATIAS DE OLIVEIRA ARAÚJO, brasileiro, casado, Radialista, CPF: 090.572.664-23 RG: 3.554.014, SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Ferreira de Macedo, s/n, centro - Picuí-PB.

SEBASTIÃO WILTON PINHEIRO, brasileiro, solteiro, Radialista, CPF: 036.032.734-60 RG: 1.538.879 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Ferreira de Macedo, s/n, centro - Picuí-PB.

TALES MACEDO HENRIQUES DE LIMA, brasileiro, solteiro, Radialista, CPF: 091.929.694-70 RG: 3.704.159 - SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. 18 de março, s/n, centro - Picuí-PB.

IGOR DE ARAÚJO NEGREIROS, brasileiro, solteiro, auxiliar administrativo, CPF: 113.395.904-09 RG: 4.000.706 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Carlos Macieira, 82, JK - Picuí-PB.

JUCIEL LIMA DOS SANTOS, brasileiro, casado, agricultor, CPF: 087.278.234-40 RG: 2.826.734 SSP/PB, residente e domiciliado no sítio Mato Grosso - Picuí-PB.

MARIA DANTAS DE ARAÚJO, brasileira, solteira, auxiliar administrativo, CPF: 441.515.734-84 RG: 931.229 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Ferreira de Macedo, s/n, centro - Picuí-PB.

DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS

Presidente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CRIMINAL
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI - P. 96

Assinatura do titular
Diego Bruno de Araújo Negreiros

CARTEIRA DE IDENTIDADE




MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

032.706.524-96

DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS

17/09/1980

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO
2453013 - 22 MAR 1997

FILIAÇÃO
José Onildo de Negreiros
Edna Ramos de Araújo Negreiros

NOME
Diego Bruno de Araújo Negreiros

DATA DE NASCIMENTO
17.09.1980

CERT. Nasc. N°6756-fls. 147-liv. A-8-

DOC. ORIGEM
Cart. Piauí-PB

NATURALIDADE
Piauí-PB

CPF
032.706.524-96

ASSINATURA DO TITULAR
Diego Bruno de Araújo Negreiros

LEIA: 7115 DE 1980

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.538.879.2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 09 JUL. 1998

MAR MARI DO SOCORRO DA COSTA MACEDO

FILIAÇÃO Maria Dalva Ribeiro da Costa

Picuí-Pb NATURALIDADE 09.09.1968 DATA DE NASCIMENTO

Cert. Casc. nº 904. Fls. 103-v. Liv. B-Aut.

3. Cart. Picuí-Pb

ASSINATURA DO DIRETOR

1461-Nº 7-146 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P.900

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR MARIA DO SOCORRO RIBEIRO DA COSTA

DATA DE NASCIMENTO 09/08/68

Nº INSCRIÇÃO 165120912/01

ZONA 025

SEÇÃO 065

MUNICÍPIO/UF PICUÍ/PB

DATA DE EMISSÃO 30/08/83

JUIZ ELEITORAL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

ASSINATURA DO TITULAR

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

036.032.734-60

MARIA DO SOCORRO DA COSTA MACEDO

09/09/1968

O REGISTRO CIVIL ENOTAS

09.285.735/0001-83

Martinho - PB

neg Dantas Pereira

Registadora

Autentico e dou fé, que o presente documento confere com o original.

Frei Marinho de 06 de 2011

Assinatura

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-096



Maria Helena da Silva Azevedo

ASSISTENTE SOCIAL

CARTÃO DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome de Inscrição

104.409.744-29

Nome

MARIA HELENA DA SILVA AZEVEDO

Nascimento

27/05/1993



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.804.744 DATA DE EXPEDIÇÃO 22/10/2009

NOME MARIA HELENA DA SILVA AZEVEDO

FILIAÇÃO JOSEMARIA ARAUJO DE AZEVEDO ANA CRISTINA DA SILVA

NATURALIDADE PICUI-PB DATA DE NASCIMENTO 27/05/1993

DOC ORIGEM NASC.N.16077 FLS.177 LIV.A17

CARTÓRIO PICUI-PB

CPF *0.11.111111111111*

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA DI/P.236
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO




Juliana Cristina Lins Machado Negreiros
ASSISTENTE SOCIAL

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

050.262.044-73

JULIANA CRISTINA LINS MACHADO

22/01/1984

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.439.027-2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 03 MAR 2006

NOME JULIANA CRISTINA LINS MACHADO

SOBRENOME NEGREIROS

FILIAÇÃO José Augusto Neto

Maria Lucia Lima Lins Machado

NATURALIDADE Cajazeiras-PB DATA DE NASCIMENTO 22.01.1984

Cert.Cas.16852-Fls.152-Lv.B-Aux

DOC ORIGEM 053-1ª Cart.de João Pessoa-PB

CPF 050.262.044-73

JOÃO PESSOA

João Pessoa

SIGNATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO D I - P2

Lindomar Barros de Lima
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.349.715 DATA DE EMISSÃO 26.11.1987

NOME LINDOMAR BARROS DE LIMA
FILIAÇÃO Lourival Alves de Lima
Terezinha Barros de Lima

Picuí-PB 28/10/1969
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert.Nas.Nº19945;Fls.73;Liv.37;Cart. -
OCC ORIGEM Picuí-PB

CPF 691.231.604-20

Jogo Postou - PB

ALEXANDRE DA SILVA DE CARVALHO
LEI Nº 116 DE 29/08/80

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CONDIÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS

DATA DE EMISSÃO DO CPF 691231604 20

ATIVIDADE

LINDOMAR BARROS DE LIMA

NASCIMENTO 28.10.69

Lindomar Barros de Lima

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DO DOMICÍLIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS.
PARA QUALQUER DIVERGÊNCIA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA RECEITA FEDERAL.

230/0120-6

18/11/87

BANCO BANDEIRANTES S/A.
42002 2051

REPÚBLICA DE PORTUGAL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR LINDOMAR BARROS DE LIMA

DATA DE NASCIMENTO 10/1969 Nº INSCRIÇÃO 015339951252 ZONA 25 SEÇÃO 53

MUNICÍPIO / UF PICUÍ/PB DATA DE EMISSÃO 25/07/2003

JUIZ ELEITORAL Mário Lúcio C. Araújo
JUIZ ELEITORAL

REPÚBLICA DE PORTUGAL

POLEGAR DIREITO

Lindomar Barros de Lima
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
DIRETORIA DE SERVIÇO MILITAR
CERTIFICADO DE DISPENSA
DE INCORPORAÇÃO

23ª RA NÃO POSSUI 476946 -G

NOME LINDOMAR BARROS DE LIMA

FILIAÇÃO P A LOURIVAL ALVES DE LIMA
MÃE TEREZINHA BARROS DE LIMA

DATA NASC 28OUT69 NATURALIDADE PICUÍ PB

DISPENSADO DO SERVIÇO MILITAR INICIAL EM 1988
POR TER SIDO INCLUIDO NO EXCESSO DO CONTINGENTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA P-096
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



Sebastião Matias de Oliveira Araújo
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.554.014 DATA DE EXPEDIÇÃO 22/06/2007

NOME SEBASTIÃO MATIAS DE OLIVEIRA ARAUJO

FILIAÇÃO PEDRO CLOVIS DE OLIVEIRA ARAUJO
LUCICLEIDE DE OLIVEIRA ARAUJO

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
PICUI-PB 25/05/1990

DOC. ORIGEM NASC.N.14616 FLS.12 LIV.A-16
CARTORIO PICUI-PB

CPF

João Pessoa - PB
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

090.572.664-23

SEBASTIAO MATIAS DE OLIVEIRA ARAUJO

25/05/1990



Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

AGO/2007

 **BANCO DO BRASIL**

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1681400 DATA DE EXPEDIÇÃO 02 JAN 1932

SEBASTIAO WILTON PINHEIRO ARAÚJO

João Batista de Araújo
Maria do Socorre Pinheiro Araújo

João Picuí-PB 27.07.1978

Cert. Nasc. Nº 3655-fis-272-liv. A-4-
Cart. de Picuí-PB

LEI Nº 7.176 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA DESEMPENHA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI-P.96

Sebastião Wilton Pinheiro Araújo

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, válida a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura
Sebastião Wilton Pinheiro Araújo

SEBASTIAO WILTON PINHEIRO ARAUJO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 23/07/98

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
SEBASTIAO WILTON PINHEIRO ARAUJO

Nº de inscrição
036097364-70

Data do Nascimento
27/07/78

Autentico e dou fé, que o presente documento confere com o original.

Frei Martinho, 07 de 06 de 2014

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS

GNPJ 09.285/0001-83

Frei Martinho - PB

Neci Gomes de Vas Pereira

Notária/Recebedora

POLEGAR DIREITO

Sebastião Wilton Pinheiro Araújo

ASSINATURA DO IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
SEBASTIAO WILTON PINHEIRO ARAUJO

DATA DE NASCIMENTO
27/07/1978

Nº INSCRIÇÃO
259980612744

ZONA
025

REGÃO
0046

MUNICÍPIO/UF
PICUI/PB

DATA DE EMISSÃO
15/04/98

UIZ ELEITORAL

SEBASTIAO WILTON PINHEIRO ARAUJO

UIZ DO DIREITO

FILIAÇÃO

PAI JOÃO BATISTA DE ARAÚJO

MÃE MARIA DO SOCORRO PINHEIRO ARAÚJO

DATA NASC
27Jul78

NATURALIDADE
PICUI-PB

DISPENSADO DO SERVIÇO MILITAR INICIAL EM 1997

POR TER SIDO INCLUIDO NO EXCESSO DO CONTINGENTE

EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE INCOMFORMADO

SEBASTIAO WILTON PINHEIRO ARAUJO

Nº 238 CSM

RA Nº 05081

DE INCOMFORMAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-096



Tales Macedo Henriques de Lima

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.704.159 DATA DE EXPEDIÇÃO 16/09/2008

NOME TALES MACEDO HENRIQUES DE LIMA

FILIAÇÃO ERIVALDO HENRIQUES DE LIMA
MARILENE MACEDO HENRIQUES DE LIMA

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO 11/07/1992

PICUI-PB
DOC ORIGEM NASC.N.15540 FLS.43 LIV.A 17
CARTORIO PICUI-PB

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.115 DE 29/06/63

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição 091.929.694-70

Nome TALES MACEDO HENRIQUES DE LIMA

Nascimento 11/07/1992



CÓDIGO DE CONTROLE
CCE0.81DF.F3CE.A586

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 09:02:44 do dia 21/09/2011 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

Nascimento
21/06/1997

IGOR DE ARAUJO NEGREIROS LIMA
Nome

Número
113.395.904-09

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Cadastro de Pessoas Físicas
Receita Federal

MINISTÉRIO DA FAZENDA



CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

Igor de Araújo Negreiros Lima



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
P-234

NASC. N. 17.786 FLS. 04-V LIV. A-19
CARTÓRIO PICUI-PB

DATA DE NASCIMENTO
21/06/1997

PICUI-PB

ESTAD. N. 17.786 FLS. 04-V LIV. A-19
CARTÓRIO PICUI-PB

IGOR DE ARAUJO NEGREIROS LIMA

4.000.706
DATA DE EMISSÃO 17/10/2011

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL Nº 20.207.34 DATA EXPEDIÇÃO 10 OUT 2000

NOME **JUSCIEL DOS SANTOS LIMA**

FILIAÇÃO **José Zito de Lima**

Cícera Paulino dos Santos Lima

Picuí-PB.

NATURALIDADE

31.10.1976

DATA DE NASCIMENTO

Cert.Nasc.Nº4972.fls.1.liv.A-7.

DOC ORIGEM

CPF

João Pessoa - PB

ALEXANDRE ASSINATURA DO DIRETOR

LE Nº 7-116 DE 29/08/63

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI.P-96





Jusciel dos Santos Lima

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

Registro de Pessoas Físicas

Número de inscrição

087.278.234-40

Nome

JUSCIEL DOS SANTOS LIMA

Data de nascimento

31/10/1976



Cartão de uso pessoal e intransferível.

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Fevereiro 2007

 **CORREIOS**

www.correios.gov.br

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 931.229 - 2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 26/12/2006

NOME MARIA DANTAS DE ARAUJO

FILIAÇÃO SEBASTIÃO FERNANDES DE ARAUJO
TERESA CLARINDO DANTAS DE ARAUJO

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
PICUI-PB 24/06/1961

DOC. CIVIL N. 23664 FLS. 136 LIV. A28
CERTIFICADO GAMA DF

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 23/08/05

NASCIMENTO 24.06.61

INSCRIÇÃO NO CPF 441 515 784 84

CONTRIBUINTE

MARIA DANTAS DE ARAUJO

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

P. 96

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

FOTO

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

**PROVA DA MAIORIDADE DOS
MEMBROS DO CONSELHO
COMUNITÁRIO E CPF**

PROVA DA MAIORIDADE DOS
MEMBROS DO CONSELHO
COMUNITÁRIO E CPF

Qualificação dos Membros diretores do Conselho Comunitário

REPRESENTANTE DA APROSISAL

ELAINE CRISTINNE DE ARAUJO N. LIMA, brasileira, casada, auxiliar administrativo, CPF: 043.913.274-65 RG: 2.476.361 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Carlos Macieira - s/n, centro - Picuí-PB.

REPRESENTANTE DA APROSICS

ARNALDO XAVIER DA FONSECA, brasileiro, casado, agente comunitário de saúde, CPF: 952.934.344-20 RG: 2.411.107 SSP/PB, residente e domiciliado no sítio Lagoa Cercada - Picuí-PB.

REPRESENTANTE DO SINDICATO RURAL

JOAQUIM VIDAL DE NEGREIROS brasileiro, casado, zootecnista, CPF: 570.384.654-49 RG: 1.007.727 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Ferreira de Macedo, s/n, centro - Picuí-PB.

REPRESENTANTE DA ADECOMPI

MARIA FERREIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, auxiliar administrativo, CPF: 056.699.084-90 RG: 1.800.847 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Ferreira de Macedo, s/n, centro - Picuí-PB.

OCADS

AMPARO IVANILDA DOS SANTOS LIMA, brasileira, solteira, auxiliar administrativo, CPF: 063.785.884-06 RG: 3.160.766 SSP/PB, residente e domiciliado no sítio Lagoa do Canto - Picuí-PB.



DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS

Presidente

REGISTRO GERAL 2476361 DATA DE EXPEDIÇÃO 11 SET 1997

NOME ELAINE CHRISTINNE DE ARAÚJO NE GREIROS LIMA

FILIAÇÃO José Onildo de Negreiros
Edna Ramos de Araujo Negreiros

Picuí-PB 18.10.1981

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert. Casam. Nº 3587. fls. 67. liv. B-11

DOC ORIGEM

Cart. de Picuí-PB

CPF

Assinatura do Diretor

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P.900

Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Correios

Emissão

CORREIOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

043.913.274-65

Nome

ELAINE CHRISTINNE DE ARAÚJO NEGREIROS LIMA

Nascimento

18/10/1981

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Assinatura ou Impressão Digital do Eleitor

ELAINE CHRISTINNE DE ARAÚJO NEGREIROS LIMA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

ELAINE CHRISTINNE DE ARAÚJO NEGREIROS LIMA

DATA DE NASCIMENTO

18/10/1981

Nº INSCRIÇÃO

244066312/52

ZONA

025

SEI

00

MUNICÍPIO / UF

PICUI / PB

DATA DE EMISSÃO

06/05/17

Assinatura do Eleitor

HOMENAGEM CIVIL ENOTAS

PI/05.235.735/0001-83

rei martinho - PB

Gomes Dantas Pereira

Alana/Registradora

17 maio 2001

Maileide de Macedo Lima

Autentica e dou fé, que o presente documento confere com o original

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

24 11107 DATA DE EMISSÃO **25 MAR. 1997**

ARNALDO XAVIER DA FONSECA

Arnaldo Xavier da Fonseca

Arnaldo Xavier da Fonseca

18.08.1972

DATA DE NASCIMENTO

21.262 P-3/V Liv. A-4

[Assinatura]

LEIN 7.118 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARANÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA GÊNEICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P.300

[Assinatura]

Arnaldo Xavier da Fonseca

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

982914344 20

ARNALDO XAVIER DA FONSECA

18-08-72

Arnaldo Xavier da Fonseca

Confere(m) com original(is)

Patrick da Silva Nascimento
Escriturário
Mat.: 8.029.525-8

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.007.727 - 2. VIA DATA DE EMISSÃO 15/04/2010

NOME JOAQUIM VIDAL DE NEGREIROS FILHO

FILIAÇÃO JOAQUIM VIDAL DE NEGREIROS
CIDRONIA ALUREA DE NEGREIROS

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
PICUI-PB 16/08/1964

DOC ORIGEM CASAM N.1161 FLS.31 LIV.B4

CARTORIO PICUI-PB

CPF 570.384.654-49

Assinatura do Diretor

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-096

Assinatura do Titular

JOAQUIM VIDAL DE NEGREIROS FILHO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

JOAQUIM VIDAL DE NEGREIROS FILHO

Nº de inscrição

570384654-49

Data do nascimento

16/08/64

Barcode

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura

JOAQUIM VIDAL DE NEGREIROS FILHO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 08/12/93

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍSA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Maria Ferreira dos Santos

P - 096



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	1.800.847 -2 VI.	DATA DE EXPEDIÇÃO	27/03/2012
NOME	MARIA FERREIRA DOS SANTOS		
FLIAÇÃO	JOÃO BATISTA DOS SANTOS JOSEFA MARQUES FERREIRA		
NATURALIDADE	BARAUNA-PB	DATA DE NASCIMENTO	28/10/1970
DOC ORIGIN	NASC.N.2345 FLS.287 LIV.2 CARTÓRIO BARAUNA-PB		
CPF	056.699.084-90		

ASSINATURA DO DETENTOR

RD DO REGISTRO CIVIL E NOTAS
VPL 09.230.735/0001-83
Fol. 1º e 2º - PB
Gomes Pontas Pereira
Oficial/Registradora

Atenção: O dia 12, que o presente documento contém, não é o original
Fol. 1º e 2º de 2014

[Handwritten signature]
L. S. V. A.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL DATA DE EXPEDIÇÃO

NOME **AMPARO IVANILDA DOS SANTOS SILVA**

FILIAÇÃO **Antônio Martins da Silva**

Roseli dos Santos da Silva

Picuí-PB.

NATURALIDADE **09.11.1985.**

DATA DE NASCIMENTO

CARTÃO Nasc. Nº 2.526.266.liv.A-4.Cart

Jacana-RN.

Assinatura do Diretor

LEI Nº 2116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI.F-96

Amparo Ivanilda dos Santos Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

063.785.884-06

Nome

AMPARO IVANILDA DOS SANTOS SILVA

Nascimento

09/11/1985



BRASIL LIVRE E JUSTO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

063.785.884-06

Nome

AMPARO IVANILDA DOS SANTOS SILVA

Nascimento

09/11/1985



BRASIL LIVRE E JUSTO

APARC

Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária

CNPJ: 03.582.697/0001-44

Picuí-Paraíba

RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

DATA: 30/06/2016

OBJETIVO: Avaliar programação da Rádio Comunitária Sisal Fm do município de Picuí-PB e definir a Grade de Programação para o segundo semestre do ano de 2016, entre outros assuntos relativos ao tema.

DESENVOLVIMENTO:

Os membros do Conselho Comunitário da APARC, abaixo relacionados, em reunião previamente convocada, analisaram a programação veiculada durante o primeiro semestre do ano de 2016 da Rádio Comunitária Sisal FM do município de Picuí-PB, chegando a conclusão, que foi bastante proveitosa para a comunidade e atendeu as determinações contidas na norma 01/2011 e Portarias do ministério das comunicações.

Ato contínuo, depois de discutido e analisado, foi aprovada por unanimidade a nova "Grade de Programação da Rádio Sisal FM" para o segundo semestre do ano de 2016, podendo sofrer alteração durante a sua execução no período, com consequente aprovação previa desse Conselho. A saber:

GRADE DE PROGRAMAÇÃO ANO 2016

ABERTURA DA PROGRAMAÇÃO

Horário: 05h25min

Apresentador: Igor Lima

Hino de Picuí, Momento de reflexão.

01) PROGRAMA FORRÓ SERTANEJO

Horário: 5:30 as 6:00 – segunda a sexta-feira

Apresentador: Igor Lima

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa de meia hora de muito forró e sertanejo, informações diversas, serviços de utilidade pública, com a participação ativa dos ouvintes através do telefone, e-mail e cartas.

02) PARAIBA VERDADE

Horário: 6:00 as 7:00 – segunda a sexta-feira

Apresentador: ADELTON ALVES E EDMILSON PEREIRA

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa jornalístico de entrevistas, reportagens com tema sócio econômico, político, cultural e tudo que envolva os cenários locais, estaduais, nacionais e mundiais as últimas informações em tempo real direto da internet.

03) PROGRAMA AGENDA MUNICIPAL

Horário: 7:00 as 8:00 – segunda a sexta-feira

Apresentador: Alcione Santos

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com uma hora de muita informação das atividades do poder Executivo Municipal, com divulgação dos agendamentos da saúde, ação social, educação, esporte, entre outros avisos de utilidade pública, entrevistas e participação ativa dos ouvintes através do telefone e cartas.

04) PROGRAMA ALEGRIA GERAL

Horário: 8:00 as 11:00 – segunda a sexta-feira

Apresentador: Wilton Pinheiro

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com 03 (três) horas de muita musica, informações diversas, serviço de utilidade pública, notícias, fofocas da televisão e horóscopo. Com a participação ativa dos ouvintes através de e-mail, telefone e cartas.

05) PROGRAMA JORNAL DA SISAL

Horário: 11:00 as 12:00 – segunda a sexta-feira

Apresentador: Wilton Pinheiro e Equipe

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa jornalístico onde a comunidade tem hora, vós e vez além de entrevistas, reportagens com tema socioeconômico, político, cultural e tudo que envolva os cenários locais, estaduais, nacionais e mundiais as ultimas informações em tempo real direto da internet. Com a participação dos ouvintes através de telefone, e-mail e cartas.

06) FALA PARAIBA

Horário: 12:00 as 14:00 – segunda a sexta-feira

Apresentador: Fernando Caldeira e Stefano Vanderley

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com duas horas de muito jornalismo e divulgação das atividades e ações do Governo Federal, Estadual e Municipal, além de utilidade pública e avisos. Participação dos ouvintes através de telefone exercendo a sua verdadeira cidadania.

07) PROGRAMA ALTO ASTRAL

Horário: 14:00 as 16:00 – segunda a sexta-feira

Apresentador: Ana Lúcia

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com duas horas, feito totalmente pelo ouvinte, participando e pedindo a musica predileta através de telefone fazendo a programação musical ao seu critério, concorre também a sorteios de vários prêmios, além das informações diversas em tempo real direto da internet sobre capitulo das novelas, babados da sociedade e serviços de utilidade pública.

08) PROGRAMA ROMPENDO EM FÉ

Horário: 16:00 as 17:00 – segunda a sexta-feira

Apresentador: Pastor e Obreiros Igreja O BRASIL PARA CRISTO

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa destinado a comunidade evangélica O BRASIL PARA CRISTO pregando a palavra de Deus, apresentado pela equipe da Igreja da nossa comunidade com uma hora de hinos e mensagens evangélicas.

09) PROGRAMA MENSAGEM DE ESPERANÇA

Horário: 17:00 as 18:00 – segunda a sexta-feira

Apresentador: Pastor e Obreiros Igreja Assembleia de Deus

ABERTURA E ENCERRAMENTO FO PROGRAMA

Um programa destinado a comunidade evangélica Assembleia de Deus pregando a palavra de Deus, apresentado pela equipe da Igreja da nossa comunidade com uma hora de hinos e mensagens evangélicas.

10)PROGRAMA TOCANDO A BOLA

Horário: 18:00 as 19:00 – segunda a sexta-feira

Apresentador: Jair Gomes

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa destinado ao esporte amador regional, com informação em tempo real através da internet do futebol profissional do brasil e do mundo. Entrevistas com atletas e dirigentes das equipes e participação dos ouvintes através de cartas e telefone.

11) PROGRAMA VOZ DO BRASIL

Horário: 19:00 as 20:00 – segunda a sexta-feira

Apresentador: Radiobras Sonoplastia: internet

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com uma hora com transmissão obrigatória da voz do brasil.

12) PROGRAMA FLASH MEMORY 87,9

Horário: 20:00 as 22:00 – segunda a sexta-feira

Apresentador: Tales Macedo

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com duas horas de musicas românticas nacionais e internacionais variadas, participação dos ouvintes através dos telefones, cartas e noticias da televisão.

13) PROGRAMA BOM DIA SAUDE

Horário: 06:00 as 08:00 – sábado

Apresentador: Zé Onildo

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa de duas horas de muita musica jovem Guarda e Velha Guarda, Poesias, Noticias em tempo real, com a participação dos ouvintes através de e-mail e cartas solicitando a sua musica e muita noticia da internet.

14) PROGRAMA SABADO LEGAL DA SISAL FM

Horário: 08:00 as 17:00 - sábado

Apresentadores: Kelly Raiane / Lima Barros / playlist

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa bem movimentado e diferente com doze horas de muita musica, sorteios de prêmios, entrevistas, entretenimento, informações em tempo real direto da internet e a participação de matérias ao vivo das ruas através do telefone serviço de utilidade publica, com a participação dos ouvintes através de telefone, e-mail a cartas solicitando a sua musica.

15) PROGRAMA ASSOCIATIVISMO E CIDADANIA

Horário: 17:00 as 18:00 – sábado

Apresentadores: Presidentes das Associações Comunitárias do Município

Sonoplasta: Lima Barros

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com uma hora destinada exclusivamente a divulgação dos planos e realizações das entidades Associativas comunitárias, ligadas por suas finalidades ao desenvolvimento da nossa comunidade, serviços de utilidade publica. Com a participação ativa dos ouvintes através de telefone, e-mail e cartas.

16) PROGRAMA VALE A PENA TER SAUDE

Horário: 08:00 as 09:00 – domingo

Apresentador: Zé Onildo

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com meia hora só de musica internacional e da MPB que marcaram época, com poesias e muito romantismo.

17) PROGRAMA ROBERTO CARLOS ESPECIAL

Horário: 06:00 as 08:00 – domingo

Apresentador: Zé Onildo

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com duas horas feitas exclusivas para os admiradores do rei Roberto Carlos, incluindo meia hora com convidados diferentes e os sucessos do passado.

18) PROGRAMA DOMIGÃO LEGAL DA SISAL

Horário: 09:00 as 13:00 – domingo

Apresentador: Tales Macedo

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa bem movimentado e diferente com quatro horas de muita musica sorteio de prêmios, entrevistas, entretenimento, informações em tempo real direto da internet e a participação de matérias ao vivo das ruas através do telefone, serviço de utilidade pública. Com a participação ativa dos ouvintes através do telefone, e-mail e cartas solicitando sua musica.

19) PROGRAMA BREGÃO DA SISAL

Horário: 13:00 as 17:00 – domingo

Apresentador: Lima Barros

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa bem movimentado e diferente com quatro horas de muita música brega informações em tempo real direto da internet e a participação de matérias ao vivo das ruas através do telefone, serviço de utilidade pública. Com a participação ativa dos ouvintes através do telefone, e-mail e cartas solicitando sua musica.



ELAINE CRISTINNE DE ARAUJO N. LIMA

Presidente



AMAPARO IVANILDA DOS SANTOS SILVA

Secretário



ARNALDO XAVIER DA FONSECA

MEMBRO



JOAQUIM VIDAL DE N. FILHO


MEMBRO



MARIA FERREIRA DOS SANTOS

MEMBRO

Picuí-PB, 30 de junho de 2016.



Diego Bruno de Araújo Negreiros

Representante legal da entidade

CPF: 032.706.524-96

A. ATT.
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL - DRMC-04
PRAÇA XV DE NOVEMBRO, 242 - 1º ANDAR
FLORIANÓPOLIS - SC
CEP: 88010-970



Remetente: APARC

RUA: 18 DE MARÇO, 142 - CENTRO

PICUI - PB.

CEP: 58.187-000

ETIQUETA OU CARIMBO MP



Essa certidão não pode ser emitida.

Consta débito para o CNPJ/CPF: 03582697000144

Emitida às 15:01:13 do dia 08/11/2016 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta](#)

[Impressão de Boletos](#)

NOTA TÉCNICA Nº 29904/2016/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **53900.004638/2014-46**

Processo de Outorga nº: 53103.000012/2000

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de PICUI/PB.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo e na documentação apresentada em atendimento ao Ofício nº 24922/2016/SEI-MCTIC e Nota Técnica nº 16730/2016/SEI-MCTIC, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma da Portaria n.º 4.334/2015, publicada no DOU de 21/09/2015:

I. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel atualizada (art. 131, §2º, da Portaria nº 4334/2015);

Em consulta ao sítio da Anatel em 03/11/2016, verificamos que atualmente consta débito para o CNPJ da entidade.

II. Estatuto social atualizado, devidamente registrado no **Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas** (art. 131, II, combinado com o §1º do mesmo artigo, da Portaria n.º 4.334/2015).

Da análise do estatuto apresentado, verificou-se que ele não indica registro cartorário recente, mas somente a averbação de 11/04/2011, quando o art. 11, que trata sobre o tempo de mandato da diretoria, e o art. 32, que trata sobre a composição do Conselho Comunitário, não haviam sofrido alterações.

Além disso, constatou-se a necessidade de adequação de sua redação ao disposto no art. 40, da Portaria n.º 4.334/2015, conforme transcrição a seguir (grifos nossos):

Art. 40) O estatuto social da entidade deverá conter as seguintes disposições:

II – garantia de **ingresso** gratuito, como associado, de **toda e qualquer** pessoa física ou jurídica;

Esclarecemos que, além de não garantir de forma **expressa** que a admissão de associados é gratuita, com relação às pessoas jurídicas, o estatuto

restringe o ingresso, como associado, apenas às pessoas jurídicas **sem fins lucrativos** (art. 36, §1º) e não a **toda e qualquer** pessoa jurídica.

Portanto deverá ser apresentado estatuto social atualizado e consolidado, com todas as alterações estatutárias já averbadas junto ao Registro de Pessoas Jurídicas.

III. Ata de eleição da diretoria em exercício devidamente registrada no **Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas** (art. 131, III, combinado com o §1º do mesmo artigo, da Portaria n.º 4.334/2015).

A ata de eleição de 01/11/2015 não apresenta registro em livro de Pessoas Jurídicas.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm, Delegada Regional do MCTIC no Estado de Santa Catarina - Substituta**, em 08/11/2016, às 15:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1483285** e o código CRC **04759AF7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.004638/2014-46

SEI nº 1483285



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 43709/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS

Representante Legal da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária

Rua 18 de Março nº 142 - Centro

58.187-000 / Picuí – PB

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.004638/2014-46.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 29904/2016/SEI-MCTIC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos do processo de renovação de outorga.

2. A esse respeito, a entidade deverá se manifestar sobre o assunto e/ou apresentar a documentação pendente, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste, de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, sob pena de, em não havendo o cumprimento do prazo, ter seu pedido de renovação de outorga indeferido e a consequente extinção da autorização.

3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o número do Processo de referência, o número deste Ofício de exigência e o número da Nota Técnica.

Atenciosamente,

Argélia Diniz Schramm
Delegada Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**,
Delegada Regional do MCTIC no Estado de Santa Catarina -
Substituta, em 08/11/2016, às 15:15, conforme art. 3º, III, "b", das
Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
1483372 e o código CRC **47F10BC7**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 43709/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.004638/2014-46 - Nº SEI: 1483372

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

Ofício nº 43709/2016/SEI-MCTIC 1483372
 Ao Senhor
 DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS
 Representante Legal da Associação Picuiense
 Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária
 Rua 18 de Março nº 142 - Centro
 58.187-000 / Picuí - PB

ENDEREÇO DO DESTINATÁRIO

UF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

Diego Bruno de Araújo Negreiros 24/11/16
 NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E ASSINATURA DO AGENTE
JOSE IVAN PONTES DE QUEIROZ
 Agente de Correios / Dist e Coleta
 Matr: 8.378.360-1

24 NOV 2016

PB

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 166 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JO 87413552 3 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

16 NOV 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

FLORIANÓPOLIS-SC

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/	/	/	/	/	/
:	h	:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Delegacia Regional em Santa Catarina - DR-04
Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar

CIDADE / LOCALITÉ

88010-970 - FLORIANÓPOLIS - SC

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--



RÁDIO SISAL FM

**APARC - Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão
Comunitária**

CNPJ: 03.582.697/0001-44

Ofício Nº 020/2016 – Aparc/Dir.

Picuí-PB, em 05 de dezembro de 2016.

**Processo nº 53900.004638/2014-46-
29904/2016/SEI-MCTIC.**

NT: nº

A Exm^a. Senhora.

ARGÉLIA DINIZ SCHRAMM

MD. Delegada Substituta do MCTIC

Delegacia Regional de Santa Catarina



Marilda Maria Lopes
Agente Administrativo
DRMC - 04 / Matrícula 0454984

Senhora Delegada,

Com os cumprimentos iniciais, estamos na oportunidade, em atenção ao **Ofício 243709/2016/SEI-MCTIC, Nota Técnica Nº. 29904/2016/SEI-MCTIC**, encaminhando documentação em anexo, abaixo relacionada, com vistas a sanar as pendências relatadas por essa Delegacia, que objetiva a **Renovação de Outorga** da nossa Emissora. A saber:

- 1- **Certidão Negativa** de débitos de receitas administrativas da **ANATEL**;
- 2- **Estatuto** atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas, De acordo com exigências contidas na Portaria nº **4.334/2015**, publicada no DOU de 21/09/2015;

Rua. 18 de março, 142, centro – Picuí – Paraíba

CEP: 58.187-000

Fone: (83) 3371.3037 – 99910.1785



RÁDIO SISAL FM

**APARC - Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão
Comunitária**

CNPJ: 03.582.697/0001-44

**3- Ata de eleição da diretoria em exercício, período administrativo
(2015/2019), devidamente registrado no Cartório de Registro civil
de Pessoas, e do Conselho Comunitário da APARC;**

Sendo o que nos apresenta para o momento, aproveitamos o ensejo, para
informar que continuaremos sempre de pé e a ordem, a fim de sanar
quaisquer outras pendências relativas ao Processo em tela.


Diego Bruno de Araújo Negreiros

Presidente

**OBS: Telefones para contato: (83) 99992.4042 – 33371.3037 – falar com
Bruno. – Email: onildonegreiros@hotmail.com**

**Rua. 18 de março, 142, centro – Picuí – Paraíba
CEP: 58.187-000
Fone: (83) 3371.3037 – 99910.1785**

REFORMA DE ESTATUTO SOCIAL
ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE
RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

Capítulo I

Dos Objetivos da Entidade

Art. 1º - A Associação Picuiense e Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária de Picuí, fundada em 01 de Novembro de 1999, com sede à Rua Ferreira de Macedo, S/N, Centro, Picuí, Estado da Paraíba, de abrangência municipal, é uma entidade autônoma e civil, sem fins lucrativos, apartidária, democrática, de duração indeterminada, de objetivos científicos, culturais e artísticos.

Parágrafo Único - Sua contribuição será para representar especificamente as entidades que lidam com os bens culturais da comunidade, que mediam a luta pela democratização da comunicação, todos os espaços serão valorizados e fortalecidos em seu processo de desenvolvimento e consolidação, promovendo o estudo, o debate, a difusão das novas teorias de comunicação e das artes, colocando a comunidade social a serviço da comunicação, da participação, do progresso e da liberdade humana.

Art. 2º - São finalidades principais da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão comunitária:

- I.** Atender a comunidade picuiense com vistas à:
- a) - Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
 - b) - Oferecer mecanismo a formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
 - c) - Prestar serviço de utilidade pública integrando-se ao serviço da defesa civil, sempre que necessário;
 - d) - Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas de conformidade com a legislação profissional vigente;
 - e) - Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível;
 - f) - Fomentar por todas as suas instancias e meios, a democratização da comunicação;
 - g) - Promover e defender a liberdade de expressão e pensamento, bem como o livre exercício das profissões da Comunicação Social;
 - h) - Dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunicação, fazendo intercâmbio entre os aspectos culturais e os vários segmentos das comunidades organizadas;
 - i) - Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho artístico, cultural, social, científico, econômico e desportivo, relacionados as comunidades envolvidas;


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

- j) - Defender a solidariedade entre os povos, os direitos humanos, as liberdades individuais e coletivas, a justiça social, o ambiente natural e sua biodiversidade;
- k) - Assegurar o exercício do direito de expressão, de geração de informação e de produção cultural a todos os seguimentos sociais;
- l) - Prestar assessoramento nas áreas de comunicação radiofônica e cultural a entidades sindicais, comunitárias, educativas, religiosas e outras sem fins lucrativos, contribuindo para o aperfeiçoamento e disseminação de tecnologias de informação e disponibilização de serviços de comunicação;
- m) - Organizar e manter um arquivo publico com registro sonoro, fotográfico ou audiovisual de depoimentos e fotos produzidas ou colhidas na localidade e que seja de interesse geral da comunidade;
- n) - Fomentar a capacitação dos cidadãos para a leitura critica de todos os bens culturais produzidos nas suas diversas modalidades provocando o debate da estética, dos conteúdos, da linguagem e da técnica empregada;
- o) - Eleger o tema da ética da comunicação como campo de preocupação permanente, promovendo estudos e debates sobre a presença e o comportamento dos meios de comunicação da massa na sociedade;
- p) - Oferecer mecanismos à informação e integração da comunidade, dessa forma estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- q) - Criar um Conselho Comunitário composto de no mínimo cinco pessoas, representantes de Entidades da comunidade de Picuí-Pb, com vistas ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612/98 do Ministério das Comunicações que institui o serviço de Radiodifusão Comunitária;
- r) - Oferecer serviços de Radiodifusão Comunitária através da fundação e instalação de uma **Rádio Comunitária FM**, visando o atendimento de toda comunidade, obedecendo aos preceitos da Lei nº 9.612/98 do Ministério das comunicações e demais disposições legais;

Art. 3º - Para a consecução das suas finalidades, a Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão poderão realizar as seguintes atividades:

- I. Promover o aperfeiçoamento dos próprios direitos e associados nos setores técnico-profissional e administrativo;
- II. Organizar, promover e apoiar a realização de cursos, seminários debates e treinamentos regulares ou intensivos, bem como patrocinar exposições, festivais, espetáculos e atividades congêneres na comunidade;
- III. Estabelecer parcerias e manter intercâmbio com organizações similares, nacionais e internacionais, celebrando convênios, contratos e termos de cooperação;
- IV. Filiar-se a entidades congêneres que atuem nos planos regional, nacional ou internacional;
- V. Promover continuamente o debate objetivando o aperfeiçoamento e a revitalização intelectual dos seus membros, tendo em vista o avanço dos projetos comunitários;


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

- VI. Desenvolver pesquisas nas áreas social, educacional, política, cultural e econômica;
- VII. Construir, organizar, manter ou formar arquivos, bancos de dados, videotecas ou bibliotecas de uso público;
- VIII. Conceder prêmios à autores, artistas plásticos, escritores, comunicadores, técnicos de arte, espetáculos musicais, de artes cênicas em atividades e concursos realizados na comunidade, bem como a autoridades que tenham se destacado nos serviços prestados à comunidade;
- IX. Construir e equipar salas e outros ambientes destinados a atividades artísticas e culturais em geral;
- X. Construir o **Conselho Comunitário da Rádio Comunitária FM**, o qual venha a definir e acompanhar sua programação, discutindo e analisando os conteúdos veiculados na emissora;
- XI. Centrar o conceito de comunicação na comunidade, criando instrumentos que garantam um processo de comunicação participativo e circular, valorizando a presença de pessoas com formação especial no campo da comunicação, convocando-as e animando-as para integrar os projetos na área da comunicação institucional e popular;
- XII. Desenvolver formas de cooperação com o **Conselho de Comunicação Social de Picuí**.

Art. 4º - Para o cabal desempenho de suas funções, a **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**, deverá assegurar a garantir o exercício da mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, assegurando a liberdade de expressão e debate dos seus membros e associados, buscando sempre a unidade da ação.

Art. 5º - Poderá agregar-se às atividades da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária** qualquer pessoa, independentemente de cor, raça, sexo ou opção sexual, condições social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto neste Estatuto.

Capítulo II

Da Organização e Funcionamento

Art. 6º - São órgãos administrativos da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria Executiva;
- III. Conselho Fiscal;
- IV. Conselho Comunitário.


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

Art. 7º - Assembleia Geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre, no primeiro trimestre, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas do exercício anterior pela Diretoria Executiva, aprovação do plano anua de ação e discussão de assuntos gerais da entidade.

Parágrafo Único- A assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria Executiva ou por pelo menos 1/3 (um terço) dos associados, através de abaixo-assinado e requerimento encaminhado em nome de Diretor-Presidente da entidade. A convocação deverá ser feita com antecedência de, no mínimo 08 (oito) dias, através de edital afixado na sede da entidade ou através da fixação de cartazes convocatórios nos principais locais públicos e estabelecimentos comerciais, onde constará o dia, hora, local e pauta de reunião.

Art. 8º - A assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos diretores ou associados e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de diretores ou associados presentes.

Art. 9º - A Diretoria Executiva será a partir da proporcionalidade qualificada e diretoria dos votos, sendo o quórum mínimo para decisão nas suas reuniões de, no mínimo 6 (seis) membros ou (50% mais um). Em caso de empates nos processos de votação o assunto deverá ser remetido à próxima reunião – **ordinária ou extraordinária** – onde tentar-se-á a solução do problema.

Art. 10º - A Diretoria Executiva reunir-se-á quinzenalmente, em convocação feita em no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência, constando pauta, data, hora e local por ela determinada e, extraordinariamente sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou Diretor Executivo ou por 1/3 (um terço) dos membros da Diretoria Executiva.

Art. 11º - A Diretoria Executiva será eleita juntamente com o conselho fiscal para mandato de quatro anos em assembleia Geral Extraordinária, convocada para este fim, através de votação aberta em chapas inscritas, podendo ser reeleita por igual período, sendo admitida apenas uma recondução.

Art. 12º- A Assembléia Geral Extraordinária com fim eleitoral deverá se convocada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, utilizando-se os mesmos meios de divulgação no artigo sétimo e seu parágrafo único.

Art. 13º - A inscrição da chapas deverá ser feita até 15 (quinze) dias antes da data marcada para a realização para a realização da eleição, mediante apresentação de pedido por escrito à Comissão Eleitoral, tirada em Assembleia para este fim.

Art. 14º - A Diretoria Executiva será composta por um colegiado de 7 (sete) membros, investidos de poderes gerais e especiais de administração, constituindo dos seguintes cargos a saber:

Diretor-presidente, Diretor Executivo, Secretário Geral, Diretor de Finanças e Patrimônio, Diretor de Cultura e Artes, Diretor de Formação e Capacitação, Diretor de Comunicação e Marketing.


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

Parágrafo único: Os Dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade.

Art. 15º - A Diretoria Executiva poderá ser substituída no todo ou em parte pela Assembleia Geral Extraordinária convocada para este fim específico na forma do artigo sétimo e seu parágrafo único, nos casos de injúria ou em atos comprovados de improbabilidade e atitude impropria, que venham a comprometer os objetivos da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária** e desvirtuamento das finalidades e normas estatutárias.

Parágrafo Único -No caso de substituição geral da Diretoria Executiva será eleita uma **Comissão Diretora Provisória**, composta por 5 (cinco) sócios membros da comunidade, que administrará a entidade até a eleição da nova diretoria, nos moldes do artigo decimo primeiro deste Estatuto.

Art. 16º - Os cargos titulares devem estar sempre preenchidos. Havendo perda de um ou mais membros da Diretoria Executiva no decorrer da gestão, deverão ser imediatamente substituídos, mesmo temporariamente, devendo ser convocada Assembleia Geral para a eleição de novo membro.


Parágrafo Único -O presente Estatuto poderá ser alterado no todo, ou em parte mediante convocação de Assembleia Geral Extraordinária, a qual terá amplos e ilimitados poderes para tal, na forma prevista no artigo sétimo e seu paragrafo único.

Capítulo III

Das Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 17º - Caberá a Diretoria Executiva coletivamente:

- I. Traçar estratégias e planos de ações que garantam a implementação dos objetivos definidos em Assembleia Geral;
- II. Indicar um de seus membros ou um dos associados para representar a entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso do impedimento do Diretor-Presidente, ou nos casos que julgar conveniente;
- III. Elaborar relatórios semestrais das atividades, realizadas e atos administrativos da entidade;
- IV. Prestar contas bimestrais e anualmente dos trabalhos aos associados, em Assembleia Geral Ordinária, ou quando solicitado por qualquer um dos seus membros;
- V. Autorizar a admissão ou demissão de funcionários (se tiver), bem como autorizar o pagamento dos salários, gratificações ou outras formas de remuneração;
- VI. Autorizar a aquisição de equipamentos;


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

- VII. Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos da entidade;
- VIII. Aprovar e modificar regimento internos de diretorias ou serviços que venham a ser implementados e/ou administrados pela entidade.

Art. 18º - Caberá a cada diretor, individualmente;

- I. Zelar e fazer cumprir as normas estatutárias;
- II. Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce bem como aquelas espontaneamente assumidas;
- III. Manter postura publica compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;
- IV. Representar a entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria;
- V. Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções;
- VI. Criar através de ato o Conselho Comunitário com a participação de no mínimo cinco membros de entidade comunitária filantrópicas da comunidade com vistas á acompanhar a programação do serviço de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo Primeiro- A Diretoria é o órgão executivo e coordenado da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo Segundo: Apenas farão parte da Diretoria Executiva, os brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados.

Parágrafo Terceiro- Os dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 19º - Caberá ao Diretor-Presidente:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. Convocar, instalar e coordenar as reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais;
- III. Convocar a Diretoria Executiva, Conselhos e Sócios para reuniões ordinárias e extraordinárias;
- IV. Representar a entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidades em geral;
- V. Representar a entidade em juízo ou fora dele, judicial e extrajudicialmente, em matéria do seu interesse, podendo, para tanto, construir procurador ou mandatário;
- VI. Assinar, juntamente com o Secretario Geral, as atas e demais documentos de circulação interna e externa;
- VII. Assinar, juntamente com o Diretor de Finanças e Patrimônio, os balancetes e os cheques para pagamento das despesas em geral;


Benedita Gomes da Silva
OAB-PB 4287

- VIII. Coordenar todos os setores e departamentos da entidade, com responsabilidades para deliberar nas ações que se fizerem necessárias à consecução dos objetivos sociais, em casos emergenciais;
- IX. Promover entrosamento entre os membros de toda Diretoria, a fim de que as funções sejam desempenhadas satisfatoriamente;
- X. Exercer direitos, deveres e atribuições pertinentes aos Presidentes das entidades civis, congêneres nos casos não previstos neste artigo e que não contraria este Estatuto, cumprindo fielmente o mesmo.

Art. 20º - Caberá ao Diretor Executivo:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. Trabalhar em consonância com o Diretor-Presidente, auxiliando-o e colaborando nas funções pertinentes ao cargo;
- III. Substituir o Diretor-Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- IV. Dirigir toda operacionalização de entidade, assegurando seu perfeito funcionamento e maximização dos resultados;
- V. Analisar as propostas de admissão de novos associados, encaminhados por diretores e/ou associados;

Art. 21º - Caberá ao Secretário Geral:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com as funções coletivas;
- II. Secretariar as reuniões da Diretoria e as da Assembleia Geral, lavrando e assinando, juntamente com o Diretor-Presidente as respectivas atas;
- III. Elaborar a correspondência e documentação oficiais da entidade, assinando-os juntamente com o Diretor-Presidente ou seu substituto imediato;
- IV. Ler as atas nas reuniões e assembleias;
- V. Manter arquivada e bem organizada toda documentação expedida e recebida;
- VI. Conservar o livro de atas em dia e sem rasura;
- VII. Superintender sobre todos os serviços de expediente;
- VIII. Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos diretores e colaboradores;
- IX. Organizar o arquivo dos sócios de acordo com a categoria de cada um;
- X. Implementar e organizar o **Núcleo de Documentação e Memória** da entidade que possa resgatar a sua história;

Art. 22º - Caberá ao Diretor de Finanças e Patrimônios:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

- II. Administrar as finanças da entidade, assumindo a responsabilidade da movimentação financeira (entrada e saída de valores);
- III. Realizar e supervisionar a contabilidade perfeita dos dados financeiros de receitas e despesas, apresentando balancetes semestrais, o qual será encaminhado ao Conselho Fiscal, que em seguida deverá ser apreciado por toda Diretoria Executiva em Assembleia Geral;
- IV. Assinar, juntamente com o Diretor-Presidente ou seu substituto legal, cheques, recibos, balancetes e outros documentos financeiros;
- V. Prestar contas da gestão financeira a cada seis meses a Diretoria Executiva e, anualmente, em Assembleia Geral aos associados;
- VI. Manter os livros contábeis (caixa e tombo) em dia e sem rasuras;
- VII. Receber as subvenções e auxílios de qualquer fonte destinada a entidade, mediante recibo;
- VIII. Administrar o patrimônio em consonância com o Diretor-Presidente;
- IX. Manter sob seu controle todo o patrimônio da entidade quer sejam bens móveis e imóveis;
- X. Responder diretamente por qualquer desvio de bens que estejam sob sua responsabilidade.

Art. 23º - Caberá ao Diretor de Cultura e Artes:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. Fomentar uma política artística e cultural voltada ao resgate histórico e preservação da memória da comunidade;
- III. Definir sua filosofia de atuação, estabelecendo critérios éticos e morais a serem protagonizados;
- IV. Organizar eventos de cunho educativo, artístico-cultural para o entretenimento da comunidade;
- V. Planejar os programas de natureza cultural a serem desenvolvidos pela entidade;
- VI. Participar de eventos e solenidades na área cultural, de arte e comunicação na região ou fora dela.

Art. 24º - Caberá ao Diretor de formação e capacitação:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções sociais;
- II. Elaborar a política de formação e capacitação dos membros da entidade para consecução de suas atividades;
- III. Operacionalizar, coordenar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos pela entidade junto a comunidade;
- IV. Fazer a coordenação e implementação dos planos, projetos e programas de organização e desenvolvimento da entidade;


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

- V. Produzir materiais e elaborar projetos para consolidação das ações da entidade, buscando meios e recursos para projetos da entidade.

Art. 25º - Caberá ao Diretor de Comunicação e Marketing:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. Operacionalizar, coordenar e supervisionar a marca e filosofia da entidade junto ao público em geral;
- III. Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada da entidade junto ao público em geral;
- IV. Coordenar e supervisionar todo o trabalho material para elaboração da divulgação, determinando as diretrizes e a filosofia criativa da comunicação-padrão da entidade;
- V. Planejar e organizar todo ato de criação para a seleção de tipos, boa apresentação e identificação da entidade;
- VI. Garantir a consistência e a qualidade às demais áreas, cumprindo as normas e diretrizes da diretoria.

Art. 26º - nenhum membro da diretoria ou que venha a trabalhar na entidade poderá ser remunerado. A admissão de pessoas será com base na **Lei do Serviço Voluntário**. A contratação e demissão de funcionamentos (se tiver) dependerá da aprovação da maioria da Diretoria Executiva.

Art. 27º - É vedado ao responsável por cada diretoria obrigar ou comprometer a entidade em negócios e assuntos estranhos aos fins e interesses sociais.

Capítulo IV

Das Atribuições do Conselho Fiscal

Art. 28º - O Conselho Fiscal é o órgão de controle e fiscalização da entidade, eleito juntamente com a diretoria executiva para um mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleito por igual período e será composto por 4 (quatro) membros, 2 (dois) efetivos e 2 (dois) suplentes, o qual será coordenado por um dos seus pares, a que lhe compete entre outras coisas:

- I. Fiscalizar as ações e as movimentações financeiras da entidade como, entradas, saídas e aplicações de recursos, emitindo pareceres para apreciação da Diretoria Executiva em Assembleia;
- II. Examinar e aprovar o orçamento anual, opinando sobre relatórios do Diretor de Finanças e Patrimônio, sugerido alterações, se necessário, e emitir


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

- parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis, em consonância com a Diretoria Executiva e deliberação da Assembleia Geral;
- III. Solicitar à Diretoria Executiva, sempre que se fizer necessário, esclarecimentos e documentos comprobatórios de receitas e despesas;
- IV. Verificar as atividades da Diretoria Executiva se está agindo de acordo com o presente Estatuto;
- V. Averiguar e apurar denúncias que digam respeito à administração da entidade;
- VI. No caso de renúncia ou impedimento de um membro do Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva designará seu substituto, mesmo que temporariamente, até a realização da Assembleia Geral para a eleição de novo membro.

Art. 29º - Os pareceres e as deliberações do conselho fiscal serão registrados em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros, logo após o encerramento dos trabalhos.

Art. 30º - As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos.

Capítulo V

Das Atribuições do Conselho Comunitário

Art. 31º - O Conselho Comunitário é o colégio e órgão fiscalizador e acompanhador da programação da **Rádio Comunitária FM**, composto por, no mínimo, 5 (cinco) pessoas, de ilibada reputação, que sejam representantes de entidades tais como: associações de classe, beneméritas, religiosas, rurais ou de moradores, desde que legalmente constituídas, cujo mandato deverá coincidir com o da diretoria, as quais deverão ser aprovadas pela maioria dos membros da Diretoria Executiva, o qual definirá sua organização interna e coordenado pelo Diretor-Presidente da entidade.

Art. 32º - A Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, entidade civil sem fins lucrativos, registrada como **Organização não Governamental**, enquanto **Entidade Mantenedora da Rádio Comunitária FM**, de caráter comunitário e de gestão pública, não indica representantes para compor o Conselho, bem como a administração pública direta e indireta.

Art. 33º - O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por Lei.

Art. 34º - O Conselho Comunitário reunir-se-á mensalmente para:


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

- I. Analisar a dinâmica e o perfil das atividades implementadas pela diretoria de emissora, verificando a sua adequação às metas estabelecidas quanto a sua programação;
- II. Aprovar ou modificar a programação quando perecer qualquer tipo de proselitismo;
- III. Atuar como mediador entre programadores, ouvintes e empreendimentos que darão apoios culturais (anunciantes), promovendo tentativas de entendimentos entre as partes;
- IV. Analisar o conteúdo dos programas e a performance dos seus comunicadores;

Parágrafo Único-A entidade manterá sempre atualizado todos os dados pessoais dos membros, bem como disponível o ato que constitui e estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

Capítulo VI

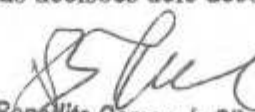
Do Clube de Sócios

Art. 35º - O quadro social da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária são constituídos por um número ilimitado de sócios e serão alinhados nas seguintes categorias:

- I. **Sócios Fundadores** - Todos aqueles que tomaram parte na Assembleia Geral para formação de entidade e que constam sua assinatura em ata;
- II. **Sócios Efetivos** - Todos aqueles que propostos por um ou mais sócios, aceitos e aprovados pela Diretoria Executiva, devem concordar com o que dispõe este Estatuto;
- III. **Sócios colaboradores** - Todos aqueles que contribuem financeiramente com a entidade. Tal contribuição pode ser mensal ou temporária.

Art. 36º - São direitos e garantias dos sócios:

- I. Participar das Assembleias com direito a voz;
- II. Votar e ser votado para os cargos da entidade;
- III. Ter igualdade perante este Estatuto;
- IV. Apresentar sugestão e oferecer colaboração aos dirigentes da entidade;
- V. Participar ativamente das atividades associativas;
- VI. Ter acesso a qualquer documento oficial, inclusive ao cadastro de funcionários (se tiver) e participar do projeto, mediante solicitação por escrito à Diretoria Executiva, resguardando-se as informações de caráter pessoais, exceto se aprovado em reunião pela diretoria;
- VII. Encaminhar sugestões aos órgãos dirigentes e exigir o cumprimento do presente Estatuto, bem como das decisões dele decorrente;


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

- VIII. Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela entidade ou através de convênios
- IX. Garantia do direito de ampla defesa junto aos Órgãos competentes.
- X. Direito de todos os associados, pessoas físicas de votar e ser votado para todos os cargos que compõe os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instâncias deliberativas existentes;

Parágrafo Primeiro - É assegurado o ingresso gratuito como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, sediadas na localidade, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social e nas instâncias deliberativas existentes.

Parágrafo Segundo - É assegurado a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos.

Parágrafo Terceiro - Não haverá distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre associados.

Art. 37º - Constituem obrigações dos sócios:

- I. Conhecer e zelar pelo cumprimento do presente Estatuto;
- II. Participar ativamente das reuniões e assembleias para as quais forem convidados;
- III. Efetuar pontualmente o pagamento de suas contribuições financeiras;
- IV. Cooperar de acordo com suas possibilidades com uma pequena mensalidade, para conservação, ampliação e manutenção do seu patrimônio material e imaterial;
- V. Colaborar nas realizações das atividades da entidade e seus objetivos;
- VI. Observar os princípios éticos, morais e administrativos da entidade consagrada neste Estatuto;
- VII. Zelar pelo bom relacionamento entre os sócios e pelo alcance dos fins a que se propõe a entidade;
- VIII. Respeitar as decisões dos órgãos deliberativos da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**.

Art. 38º - Os sócios não respondem sequer subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade e de seus diretores.

Benedito
Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

Capítulo VII

Das Infrações e Penalidades

Art. 39º - Constituem infrações à disciplina social sujeitas às sanções previstas a todos os diretores e sócios:

- I. Deixar de zelar e cumprir o Estatuto e as deliberações das Assembleias Gerais;
- II. Promover por meios diretos e indiretos, o descrédito dos princípios e normas da entidade perante a comunidade;
- III. Coagir, influenciar, participar direta ou indiretamente, de qualquer movimento, ação ou grupo de influenciamento que objetive retirar a força de atuação da entidade e seus órgãos, assim como em prejuízo das disposições previstas neste Estatuto.

Art. 40º - As infrações à disciplina social de seus membros serão punidas, segundo a sua gravidade, com as seguintes sanções:

- I. Advertência oral ou escrita;
- II. Censura pública por edital afixado na sede social e transcrito em boletim;
- III. Suspensão até 12 (doze) meses;
- IV. Eliminação do quadro social.

✓ **Parágrafo Único** - A readmissão como sócio ocorrerá apenas quando a Diretoria Executiva, por solicitação do interessado, e por maioria simples dos associados, julgar sanados os efeitos do ato que motivou sua eliminação e entender que existe a disposição de cumprimento das normas estatutárias.

Capítulo VIII

Das Receitas e Despesas

Art. 41º - A receita da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária advirá:

- I. Da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada e, livro caixa e tombo, com valor, data e identificação do doador;
- II. Da contribuição mensal dos associados e/ou colaboradores;


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

- III. Da contribuição extraordinária dos sócios-fundadores;
- IV. De doações, contribuições, legados e outros recursos a ela aportados voluntariamente;
- V. De verbas provenientes de subsídios oficiais e receitas eventuais;
- VI. Do rendimento proveniente da aplicação de seu capital;
- VII. Convênios e outras fontes.

Parágrafo Único – o patrimônio da entidade será constituído do acervo material e imaterial representado por todos os seus bens móveis e imóveis, títulos ou produtores de doação e legados, dos quais será feito, ao fim de cada exercício social, o respectivo inventário.

Art. 42º - As despesas da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária podem ser:

- I. Despesas operacionais, tais como aluguel de bens móveis e imóveis compra de equipamentos, material de limpeza e de expediente, entre outros;
- II. Pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação de equipamentos;
- III. Patrocínios a projetos, atividades ou eventos com fins comunitários.

Capítulo IX

Da Dissolução

Art. 43º - A dissolução da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária ocorrerão apenas por decisão de Assembleia Geral Extraordinária, convocada com exclusividade para este fim, conforme artigo sétimo e seu parágrafo único deste estatuto.

Art. 44º - Ponto de pauta obrigatória na Assembleia Geral Extraordinária convocada para dissolução da entidade deverá ser a prestação de contas, verificada pelo Conselho Fiscal, até a data da Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 45º - Caso haja dívidas na data da dissolução, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, sendo determinado o destino do saldo restante a uma entidade similar.

Art. 46º - A Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária somente poderão ser dissolvidas:

- I. Por deliberação de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada especificamente para tal fim e com a presença, em primeira convocação de 2/3 (dois terços) de seus diretores e/ou associados;
- II. Caso a maioria dos 2/3 (dois terços) não seja alcançada, numa segunda convocação, após 60 (sessenta) minutos poderá a Assembleia geral reunir-se com qualquer número de sócios e/ou diretores;


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

III. A proposta de dissolução somente será aprovada pela maioria de no mínimo 2/3 (dois terços) dos presentes.

Parágrafo Único - A dissolução da entidade só poderá ocorrer por absoluta e incompatível impossibilidade legal ou material, de preencher suas finalidades por qualquer modo, devidamente comprovada em Assembleia Geral Extraordinária.

Capítulo X

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 47º - Caberá a Assembleia Geral de fundação eleger sua Diretoria para um mandato de quatro anos, cabendo:

- I. Registrar o presente Estatuto em Cartório de Pessoas Jurídicas na forma da lei;
- II. Registrar em cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da fazenda;
- III. Requerer reconhecimento como de atividade pública à nível municipal, estadual e nacional;
- IV. Filiar ao Conselho Nacional de Serviço Social;
- V. Estabelecer um plano de meta para os primeiros quatro anos de existência da entidade;
- VI. Elaborar e aprovar o Regimento interno e Código de Ética;
- VII. Requerer junto ao Ministério das Comunicações abertura de canal para concessão e exploração do serviço de radiodifusão comunitária;
- VIII. Instalar a **Rádio Comunitária FM** dentro dos padrões técnicos exigidos pelo Minicon e elaborar uma programação eminentemente regional, voltada para a comunidade e seus problemas;
- IX. Associar a **Rádio Comunitária FM** à entidade nacional, regional ou distrital de radiodifusão comunitária;
- X. Construir o conselho comunitário para a emissora;
- XI. Construir a Sede Social;
- XII. Manter intercâmbio com demais entidades que tenham os mesmos fins;
- XIII. O exercício social e financiamento coincidem com o ano civil;
- XIV. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 48º - Os casos não especificamente previstos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, que aplicará subsidiariamente a legislação em vigor no país.

Art. 49º - A Diretoria Executiva da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária de Picuí** fica assim constituída:

Diretor-Presidente;

Diretor-Executivo;


Benedito Gomes da Silva
OAB-PR 4297

Secretário Geral;

Diretor de Patrimônio e Finanças;

Diretor de Cultura e Artes;

Diretor de Formação e Capacitação;

Diretor de Comunicação Social e Marketing;

Conselho Fiscal.

Art. 50º - Este Estatuto será registrado no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Picuí, Estado da Paraíba, e terá sua inscrição no Cadastro Geral do Contribuinte da Receita Federal, o qual entrará em vigor na data de sua aprovação e/ou publicação.

Picuí-PB, 11 de abril de 2011

Diego Bruno de Araújo Negreiros
DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS

Presidente

Benedito Gomes da Silva
Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287



09.285.701/0001-991
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Bel. Vinicius José Cavalcante de Lima
Cartorio1oficiopicuib@hotmail.com
Rua 24 de Novembro, 38
Centro - CEP: 55.157-000
PICUI - PB

PICUI CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
-REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS-


Apresentado hoje, protocolado e registrado sob o nº 2.067, fls. 289/305 no Livro A-15, ficando cópia arquivada neste serviço. O que certifico e dou fé.

Picuí-PB, 07/12/2016.

Selo Digital: ADH37930-ESCC

Acesse o site: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Emolumentos: R\$ 212,26 – FEPI: R\$ 42,45 – FARPEN: R\$ 4,61 – MP R\$ 3,40


Cartório do 1º Ofício - Picuí-PB
Vanessa de Macedo Costa
Escritorante Designada

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA – APARC

Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, às 11:00 horas, na sede da APARC, cito a rua 18 de março, 142, centro, nesta cidade de Picuí-Pb, realizou-se a reunião de **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA – APARC**, com a participação dos associados desta Entidade; Em primeira convocação, conforme edital publicado e afixado em lugar de costume, o senhor Diego Bruno de Araújo Negreiros presidiu os trabalhos de assembleia geral, convidando a senhorita Maria Helena da Silva Azevedo para secretariar os trabalhos, com vistas a discursão e aprovação da **reforma do Estatuto da APARC**, objetivando **atender a necessidade de adequação da Portaria nº 4.334/2015 do Ministério das Comunicações**. Ato continuo foi colocado em discussão a **Reforma do Estatuto da APARC**, o qual foi **aprovado por unanimidade** dos associados presentes, passando a vigorar após o seu devido registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas desta Comarca de Picuí.

E como nada mais havia a ser tratado, foi a presente reunião encerrado e esta ATA lavrada e assinada por todos os membros diretores associados presentes. Picuí-PB, ao primeiro dia do mês de novembro do ano de 2015.

Observação: Está copiada fielmente a original.

Diego Bruno de Araújo Negreiros
DIEGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS

Maria do Socorro Ribeiro Costa
MARIA DO SOCORRO RIBEIRO COSTA

Maria Ferreira dos Santos
MARIA FERREIRA DOS SANTOS

Lindomar Barros de Lima
LINDOMAR BARROS DE LIMA

Sebastião Matias de Oliveira Araújo
SEBASTIÃO MATIAS DE OLIVEIRA ARAÚJO

Sebastião Wilton Pinheiro
SEBASTIÃO WILTON PINHEIRO

Tales Macedo H. de Lima
TALES MACEDO HENRIQUES DE LIMA

Igor de Araújo Negreiros Lima
IGOR DE ARAUJO NEGREIROS LIMA

Elaine Cristine de Araújo N. Lima
ELAINE CRISTINE DE ARAUJO N. LIMA

Arnaldo Xavier da Fonseca
ARNALDO XAVIER DA FONSECA

Joaquim Vidal de Negreiros Filho
JOAQUIM VIDAL DE NEGREIROS FILHO

Edna Ramos de Araújo Negreiros
EDNA RAMOS DE ARAUJO NEGREIROS

Maria Helena da Silva Azevedo
MARIA HELENA DA SILVA AZEVEDO

José Onildo de Negreiros
JÓSÉ ONILDO DE NEGREIROS

Benedito Gomes da Silva
Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

[09.285.701/0001-99]
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Bel. Vinicius José Cavalcante de Lima
Cartorio1oficiopicuibp@hotmail.com
Rua 24 de Novembro, 36
Centro - CEP: 58.187-000
PICUI - PB

**PICUI CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
-REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS-**

Apresentado hoje, protocolado e registrado sob o nº 2.066, fls. 287/288 no Livro A-15, ficando cópia arquivada neste serviço. O que certifico e dou fé.

Picuí-PB, 07/12/2016.

Selo Digital: ADH37929-G967

Acesse o site: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Emolumentos: R\$ 42,46 – FEPJ: R\$ 8,48 – FARPEN: R\$ 4,61 – MP R\$ 0,68


Cartório do 1º Ofício - Picuí - PB
Vanessa de Macedo Costa
Escrevente Designada

**ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E DO
CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO
PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - APARC**

Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, às 10:00 horas, na sede da APARC, cito a rua 18 de março, s/n, centro, nesta cidade de Picuí-Pb, realizou-se a reunião de **ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - APARC**, com a participação dos associados desta Entidade; Em primeira convocação, conforme edital publicado e afixado em lugar de costume, o senhor Diego Bruno de Araújo Negreiros presidiu os trabalhos de assembléia geral, convidando a senhorita Maria do Socorro Costa Macedo para secretariar os trabalhos, a seguir autorizou a proceder a leitura do **Edital de Convocação** conforme Estatuto. O senhor presidente, verificando a existência de quorum, iniciou o processo de eleição, sendo eleita por unanimidade dos presentes a chapa única apresentada composta dos seguintes membros: **Diretor Presidente:** DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS, **Secretário Geral:** MARIA DO SOCORRO MACEDO COSTA, **Diretor Executivo:** MARIA HELENA DA SILVA AZEVEDO, **Diretor de Finanças e Patrimônio:** JULIANA CRISTINA LINS MACHADO, **Diretor de Cultura e Artes:** LINDOMAR BARROS DE LIMA, **Diretor de Formação de Capacitação:** SEBASTIÃO MATIAS DE OLIVEIRA ARAÚJO, **Diretor de Comunicação e Marketing:** SEBASTIÃO WILTON PINHEIRO, **CONSELHO FISCAL:** **Membros Titulares:** TALES MACEDO HENRIQUES DE LIMA e IGOR DE ARAÚJO NEGREIROS LIMA, **Suplente:** JUCIEL LIMA DOS SANTOS e MARIA DANTAS DE ARAÚJO. Ato continuo, **proclamou o nome dos eleitos, declarando empossados como membros**


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4267

diretores da APARC nos seus respectivos cargos, para o **período administrativo de 01 de Novembro de 2015 a 01 de Novembro de 2019**; Seqüenciando os trabalhos, o senhor presidente apresentou os nomes indicados pelas Entidades junto ao **Conselho Comunitário**, ficando assim constituído: **Presidente**: ELAINE CRISTINNE DE ARAÚJO N. LIMA, representante da **APROSISAL**- Associação dos Produtores de Sisal da Paraíba; **Secretário**: AMPARO IVANILDA DOS SANTOS SILVA, representando a **OCADS** - Organização de Capacitação e desenvolvimento Social; **Membros**: Arnaldo Xavier da Fonseca, representando a **APROSICS** - Associação dos Produtores de Sisal do Curimataú e Seridó Paraibano; JOAQUIM VIDAL DE NEGREIROS FILHO, representando o **Sindicato Rural de Picuí** e MARIA FERREIRA DOS SANTOS representando a **ADECOMPI**- Associação do Desenvolvimento Comunitário de Picuí, sendo **declarados todos empossados para o período administrativo de 01 de Novembro de 2015 a 01 de Novembro de 2019**. E como nada mais havia a ser tratado, foi a presente reunião encerrada e esta ATA lavrada e assinada por todos os membros diretores associados presentes. Picuí-PB, ao primeiro dia do mês de novembro do ano de 2015.

Diego Bruno de Araújo Negreiros
DIEGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS

Maria do Socorro Macedo Costa
MARIA DO SOCORRO MACEDO COSTA

Maria Helena da Silva Azevedo
MARIA HELENA DA SILVA AZEVEDO

Benedito Gomes da Silva
Benedito Gomes da Silva
OAB-PB nº 207

Maria Dantas de Araújo
MARIA DANTAS DE ARAÚJO

Edilana Maria de Lima
Cartório do 1º Ofício - Picuí - PB
Edilana Maria de Lima
Escritor Designada

Lindomar Barros de Lima
LINDOMAR BARROS DE LIMA

Sebastião Matias de Oliveira Araújo
SEBASTIÃO MATIAS DE OLIVEIRA ARAÚJO

Sebastião Wilton Pinheiro
SEBASTIÃO WILTON PINHEIRO

Tales Macedo Henriques de Lima
TALES MACEDO HENRIQUES DE LIMA

Igor de Araújo Negreiros Lima
IGOR DE ARAÚJO NEGREIROS LIMA

Jose Onildo de Negreiros
JOSE ONILDO DE NEGREIROS

Arnaldo Xavier da Fonsêca
ARNALDO XAVIER DA FONSÊCA

Joaquim Vidal de Negreiros Filho
JOAQUIM VIDAL DE NEGREIROS FILHO



SORTO
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAR
Belo: Maria Angélica Souza Carlska
Tabela

1º OFÍCIO DE NOTAS
2º TABELIONATO DE PROTESTOS
RUA 1817 Nº 41 - CENTRO
CEP: 59013-010 - JOÃO PESSOA - PB
FONE: (031) 3241-3945 - FAX: (031) 3241-5235

Reconheço, como autêntica e verdadeira, a(s) firma(s) de:.....
JOSE ONILDO DE NEGREIROS.....
Em test. da verdade. João Pessoa - PB, 23/11/2015 12:41:01
Charles Bernardo Torres Ferreira - Tabelião
00015-85276-2000-R\$ 12,75 CANCELADO 23 FEV 2016 0,23 ISS-R\$ 0,31
SELO DIGITAL: A11A0446-WR40

Benedicto Gomes da Silva
Benedicto Gomes da Silva
OAB-PB 4287

Em Tempo: Qualificação dos Membros diretores da APARC

DIEGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS, brasileiro, casado, analista de sistema, CPF: 032.706.524-96 RG: 2.453.015 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Carlos Macieira, s/n, bairro JK- Picuí-PB.

MARIA DO SOCORRO MACEDO COSTA, brasileira, solteira, auxiliar administrativo, CPF: 036.032.734-60 RG: 1.538.879 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Ferreira de Macedo, s/n, centro - Picuí-PB.

MARIA HELENA DA SILVA AZEVEDO, brasileira, solteira, auxiliar de serviço, CPF: 104.409.744-29 RG: 3.804.744 - SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Antonio Cunha Dantas - Picuí-PB.

JULIANA CRISTINA LINS MACHADO, brasileira, casada, Técnica em Enfermagem, CPF: 050.262.044-73 RG: 2.439.027 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Carlos Macieira, s/n, JK - Picuí-PB.

LINDOMAR BARROS DE LIMA, brasileiro, casado, Radialista, CPF: 691.231.604-20 RG: 1.349.715 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. 18 de março, s/n, centro - Picuí-PB.

SEBASTIÃO MATIAS DE OLIVEIRA ARAÚJO, brasileiro, casado, Radialista, CPF: 090.572.664-23 RG: 3.554.014, SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Ferreira de Macedo, s/n, centro - Picuí-PB.

SEBASTIÃO WILTON PINHEIRO, brasileiro, solteiro, Radialista, CPF: 036.032.734-60 RG: 1.538.879 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Ferreira de Macedo, s/n, centro - Picuí-PB.

TALES MACEDO HENRIQUES DE LIMA, brasileiro, solteiro, Radialista, CPF: 091.929.694-70 RG: 3.704.159 - SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. 18 de março, s/n, centro - Picuí-PB.

IGOR DE ARAÚJO NEGREIROS, brasileiro, solteiro, auxiliar administrativo, CPF: 113.395.904-09 RG: 4.000.706 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Carlos Macieira, 82, JK - Picuí-PB.

JUCIEL LIMA DOS SANTOS, brasileiro, casado, agricultor, CPF: 087.278.234-40 RG: 2.826.734 SSP/PB, residente e domiciliado no sítio Mato Grosso - Picuí-PB.

MARIA DANTAS DE ARAÚJO, brasileira, solteira, auxiliar administrativo, CPF: 441.515.734-84 RG: 931.229 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Ferreira de Macedo, s/n, centro - Picuí-PB.

Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

Qualificação dos Membros diretores do Conselho Comunitário

REPRESENTANTE DA APROSISAL

ELAINE CRISTINNE DE ARAUJO N. LIMA, brasileira, casada, auxiliar administrativo, CPF: 043.913.274-65 RG: 2.476.361 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Carlos Macieira - s/n, centro - Picuí-PB.

REPRESENTANTE DA APROSICS

ARNALDO XAVIER DA FONSECA, brasileiro, casado, agente comunitário de saúde, CPF: 952.934.344-20 RG: 2.411.107 SSP/PB, residente e domiciliado no sítio Lagoa Cercada - Picuí-PB.

REPRESENTANTE DO SINDICATO RURAL


JOAQUIM VIDAL DE NEGREIROS brasileiro, casado, zootecnista, CPF: 570.384.654-49 RG: 1.007.727 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Ferreira de Macedo, s/n, centro - Picuí-PB.

REPRESENTANTE DA ADECOMPI

MARIA FERREIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, auxiliar administrativo, CPF: 056.699.084-90 RG: 1.800.847 SSP/PB, residente e domiciliado a Rua. Ferreira de Macedo, s/n, centro - Picuí-PB.

OCADS

AMPARO IVANILDA DOS SANTOS LIMA, brasileira, solteira, auxiliar administrativo, CPF: 063.785.884-06 RG: 3.160.766 SSP/PB, residente e domiciliado no sítio Lagoa do Canto - Picuí-PB.


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

09.285.701/0001-99
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Bel. Vinicius José Cavalcante de Lima
Cartorio do 1º Ofício Picuí - PB
Rua 24 de Novembro, 36
Centro - CEP: 58.187-000
PICUI - PB

PICUI CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
-REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS-


Apresentado hoje, protocolado e registrado sob o nº 2.034, fls. 177/181 no Livro A-15, ficando cópia arquivada neste serviço. O que certifico e dou fé.

Picuí-PB, 02/08/2016.

Selo Digital: **ADH37653-JLJB**

Acesse o site: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Emolumentos: R\$ 106,15 – FEPJ: R\$ 21,23 – FARPEN: R\$ 4,61 – MP R\$ 1,70


Cartório do 1º Ofício - Picuí - PB
Edilana Maria de Lima
Escrevente Designada

HD



DESTINATÁRIO:

A ATT.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Santa Catarina – DRMC-04

Praça XV de Novembro, 242 – 1º Andar.

CEP: 88010-970 – FLORIANOPOLIS – SC



DEMETENTE:

APARC

**Associação Picuiense Artística e Cultural de
Radiodifusão Comunitária**

Rua 18 de Março, 142 – centro.

CEP: 58.187-000 – PICUÍ - PARAÍBA



RÁDIO SISAL FM

**APARC - Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão
Comunitária**

CNPJ: 03.582.697/0001-44

Ofício Nº 028/2017 – Aparc/Dir. Picuí-Pb, em 05 de agosto de 2017.

Processo: Nº 53900.004638/2014-46- NT: Nº 29904/2016/SEI-MCTIC.

A Exm^a. Senhora.

ARGÉLIA DINIZ SCHRAMM

MD. Delegada Substituta do MCTIC

Delegacia Regional de Santa Catarina

Senhora Delegada,

Com os cumprimentos iniciais, estamos na oportunidade, em atenção ao **Ofício 243709/2016/SEI-MCTIC, Nota Técnica Nº. 29904/2016/SEI-MCTIC**, encaminhando documentação em anexo, abaixo relacionada, com vistas a sanar as pendências relatadas por essa Delegacia, que objetiva a **Renovação de Outorga** da nossa Emissora. A saber:

- 1- **Certidão Negativa** de débitos de receitas administrativas da **ANATEL**;

Sendo o que nos apresenta para o momento, aproveitamos o ensejo, para informar que continuaremos sempre de pé e a ordem, a fim de sanar quaisquer outras pendências relativas ao Processo em tela.

Diego Bruno de Araújo Negreiros

Presidente

OBS: Telefones para contato: (83) 99992.4042 – 33371.3037 – falar com Bruno. – Email: onildonegreiros@hotmail.com

Rua. 18 de março, 142, centro – Picuí –Paraíba

CEP: 58.187-000

Fone: (83) 3371.3037 – 99910.1785





CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO PICUIENSE ARTIST.E CULT. DE RADIODIF.
COMUNITARIA

CNPJ: 03.582.697/0001-44

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:46:10 do dia 07/08/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/09/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

APARC

18 DE MARÇO, 142 - CENTRO - PICUI - PB.

CEP: 58.187-000



RÁDIO SISAL FM

**APARC - Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão
Comunitária**

CNPJ: 03.582.697/0001-44

Ofício Nº 002/2018 – Aparc/Dir. Picuí-Pb, em 26 de março de 2018.

Processo: Nº 53900.004638/2014-46- NT: Nº 29904/2016/SEI-MCTIC.

A Exm^a. Senhora.

ARGÉLIA DINIZ SCHRAMM

MD. Delegada Substituta do MCTIC

Delegacia Regional de Santa Catarina

Senhora Delegada,

Com os cumprimentos iniciais, estamos na oportunidade, em atenção ao **Ofício 243709/2016/SEI-MCTIC, Nota Técnica Nº. 29904/2016/SEI-MCTIC**, encaminhando documentação em anexo, abaixo relacionada, com vistas a sanar as pendências relatadas por essa Delegacia, que objetiva a **Renovação de Outorga** da nossa Emissora. A saber:

- 1- **Certidão Negativa** de débitos de receitas administrativas da **ANATEL**;
- 2- Certidão do TER-PB (Não filiação Partidária);
- 3- Declaração do PTB-PB, Não dirigente partidário desde 15.07.2016.
- 4- Certidões diversas de comprovação não filiado a partido.

Fraternalmente,

Diego Bruno de Araújo Negreiros

Presidente

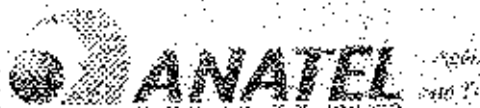
OBS: Telefones para contato: (83) 99992.4042 – 33371.3037 – falar com Bruno. – Email: onildonegreiros@hotmail.com

**Rua. 18 de março, 142, centro – Picuí –Paraíba
CEP: 58.187-000**

Fone: (83) 3371.3037 – 99910.1785



Marilda Maria Lopes
Agente Administrativo

[Menu Principal](#)SOM DIA
SINAL ONÍDIO E RECEBIDOS[BOLETO - Nada Consta](#)[menu ajuda](#)

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO PICUIENSE ARTIST.E CULT. DE RADIODIF. COMUNITARIA

CNPJ: 03.582.697/0001-44

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:05:08 do dia 26/03/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/04/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

DIRETÓRIO REGIONAL DA PARAÍBA

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de direito, que o senhor **DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS**, título de eleitor nº 022011201201 – Zona: 25ª, não é filiado a essa agremiação partidária desde o dia 15 de julho de 2016, bem como não ocupa nenhum cargo de dirigente partidário neste partido do PTB na paraíba desde a sua desfiliação. Informamos que por lapso de nossa parte, deixamos de excluí-lo da Comissão Provisória perante ao TRE-PB.

João Pessoa-PB, 20 de março de 2018

MANOEL LOPES DE MACEDO NETO
Secretário Geral PTB/PB



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res. TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO**.

Nome do Eleitor: DIEGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS

Inscrição: 022013201200

Certidão emitida às 07:57:37 de 16/03/2018

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação. **AX9K.P8CZ.99ET.GT8Z**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
CARTÓRIO DA 25ª ZONA ELEITORAL
Rua Raimundo Sales de Melo, nº 121, Centro, Picuí/PB, CEP 58.187-000
Fone/Fax: (83) 3371-2381 / 3371-2626 – e-mail: zon25@tre-pb.jus.br

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, que **DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS**, portador da inscrição eleitoral nº 022011201201, RG nº 2.453.015-SSP/PB e CPF nº 032.706.524-96, **não está filiado a nenhum partido político** deste o dia 21/09/2015, conforme consta nos sistemas eleitorais.

O referido é verdade. Dou fé.

Picuí, 13 de março de 2018.


JOÃO PAULO DE MEDEIROS SANTOS
Chefe de Cartório



Picuí, 16 de setembro de 2015

Ao Excelentíssimo Senhor

JEREMIAS DE CASSIO CARNEIRO DE MELO

Juiz Eleitoral Substituto da 25ª Zona Eleitoral

Picuí - Paraíba

25ª ZONA ELEITORAL/PB
PROTOCOLADO Nº 36.195 / 2015
PICUÍ, 21/09/15, ÀS 08 HS, 52 MIN.
[Assinatura]

Assunto: Desfiliação.

Eu, **DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS**, título de eleitor nº 220 112 012/01, Seção nº 35, Zona nº 25, domicílio eleitoral no município de Picuí, venho por meio deste informar a minha desfiliação do Partido Popular socialista (PPS).

Diego Bruno de Araújo Negreiros
DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS

PTB
Partido Trabalhista Brasileiro
Comissão Provisória de Picuí-PB

Ofício Nº 332/2016 - CEP

Picuí-PB, em 28 de fevereiro de 2016

Ao Excelentíssimo Senhor:

Doutor Juiz Eleitoral da 25ª Zona Eleitoral

Nesta

Senhor Juiz:

Com os cumprimentos iniciais, estamos ao ensejo, agradecendo os bons préstimos de vossa excelência, no sentido de autorizar o comparecimento desta 25ª zona, a exclusão de **DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIRO**, nº 22011201201, da Comissão Provisória Municipal do nosso partido (PTB) nesse município de Picuí, conforme requerimento do próprio em data de 16 de fevereiro de 2016.

Sendo o que nos apresenta para encerramento, aproveitamos o ensejo, para renovar protestos de estima e respeito.

Atenciosamente,


Elaine Cristiane de Araújo N. Lima
Presidente

Rua 18 de março, 142, centro - Picuí - Paraíba
CEP: 58.187-000
Fone: (83) 3371.3037 - 99895.7148

Picuí-Pb, 16 de fevereiro de 2016

Ao Senhor

Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro

Diretório Municipal de Picuí-PB

Eu **DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS**, inscrito de votar nº 22012012-01, Seção nº 25, Zona nº 25ª, domicílio eleitoral no município de Picuí-Pb, venho por meio deste, solicitar a minha exclusão da Comissão Provisória do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), nesse município de PICUÍ-PB.

Requeiro ainda, que tal decisão, seja comunicada ao TSE/Tribunal Superior Eleitoral, para retirada imediata do meu nome na condição de dirigente partidário.

DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS

Endereço:

A. ATT. DR. ARBECIA

Delegacia Regional do Ministério das
Comunicações

Praça XV de Novembro, 242, sala 110 - Centro

Florianópolis-SC

CEP 88010-970



03.582.697/0001-44
APARC - Associação Piquense Artística
e Cultural de Radiodifusão Comunitária
Rua Ferreira de Macedo, 07
Centro - CEP: 58.187-000
Pícul - PB

ANEXO V
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	° (N/S)	‘	”
		Longitude:	° W	‘	”

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.



Essa certidão não pode ser emitida.

Consta débito para o CNPJ/CPF: 03582697000144

Emitida às 08:44:06 do dia 09/05/2018 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta](#)

[Impressão de Boletos](#)





Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03582697/0001-44
Razão Social: ASSOC PICUIENSE ARTISTICA E CULT DE RADIODIFUSAO COM
Nome Fantasia: APARC
Endereço: RUA DEZOITO DE MARCO 142 / CENTRO / PICUI / PB / 58187-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/04/2018 a 21/05/2018

Certificação Número: 2018042211225020216523

Informação obtida em 09/05/2018, às 08:29:17.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSAO
COMUNITARIA
CNPJ: 03.582.697/0001-44

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:27:13 do dia 09/05/2018 <hora e data de Brasília>.
Válida até 05/11/2018.
Código de controle da certidão: **CE64.6366.2976.62A8**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSAO
COMUNITARIA

(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.582.697/0001-44

Certidão nº: 149775078/2018

Expedição: 09/05/2018, às 08:25:49

Validade: 04/11/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA**
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ

sob o nº **03.582.697/0001-44**, **CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo:

0021100-33.2013.5.13.0013 - TRT 13ª Região

Total de processos: 1.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem deva versar a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, em virtude de inadimplência perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO DA COMPOSIÇÃO - COMPLETA

CERTIFICO que se encontram anotados nos assentamentos da Justiça Eleitoral o seguinte órgão partidário e seus membros.

Partido Político:	14 - PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO		
Órgão Partidário:	Órgão provisório		
Abrangência:	PICUÍ - PB - Municipal		
Vigência:	Início: 22/09/2015 Final:		
Situação do Órgão:	Anotado	Data de Validação:	22/03/2018
Protocolo/Código do requerimento:	245891428105		
Endereço:	RUA CARLOS MACIEIRA, 81	Bairro:	JK
Município:	PICUÍ / PB	CEP:	58187000
Complemento:		CNPJ:	09.646.512/0001-02
Telefone:	(83) 9992-4042	Fax:	
Celular:			
E-mail:	onildonegreiros@hotmail.com		

Membro	Cargo	Exercício / Situação
ELAINE CRISTINNE DE ARAUJO NEGREIROS LIMA	1º - MEMBRO	22/09/2015 - / Ativo
DIEGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS	2º - MEMBRO	22/09/2015 - 19/03/2018 / Inativo
ALINE DE FATIMA COSTA MEDEIROS DE NEGREIROS	3º - MEMBRO	22/09/2015 - / Ativo
ODILON FERREIRA LIMA NETO	4º - MEMBRO	22/09/2015 - / Ativo
IGOR DE ARAUJO NEGREIROS LIMA	TESOUREIRO	22/09/2015 - / Ativo
JOAQUIM VIDAL DE NEGREIROS FILHO	SECRETÁRIO	22/09/2015 - / Ativo
JOSE ONILDO DE NEGREIROS	PRESIDENTE	22/09/2015 - / Ativo

Código de Validação	tvWuH1R/5cxxhn/tlXpr+wYIZsk=
Certidão emitida em	09/05/2018 14:39:06

- Esta certidão é gratuita e dispensa assinatura. Sua autenticidade poderá ser confirmada no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidospoliticos/validarcertidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são anotados no TSE e os regionais e municipais são anotados nos Tribunais Regionais Eleitorais respectivos.



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **036.032.734-60**

Nome: **MARIA DO SOCORRO RIBEIRO DA COSTA**

Data de Nascimento: **09/08/1968**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **18/07/1998**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **16:21:05** do dia **09/05/2018** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **47D0.93CA.7F68.2CD7**



Este documento não substitui o [“Comprovante de Inscrição no CPF”](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 1 (0035850), deverá ser atualizado (anexo V). **PENDENTE**

1.1) Data de Protocolo no SEI: 18/06/2014.

1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.

2) Declaração de conformidade: fl. 2 (0035850).

3) Estatuto Social: fls. 3º ao 19 (1609151). Apresenta registro em cartório de pessoas jurídicas. **PENDENTE**

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º “r”;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 36 §1º;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 36, I e X;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 36, II e X;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 9º, 10º, 11, 14 ao 25;

f) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 11;

g) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 31 ao 34.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º;

b) Fins: art. 1º e 2º;

c) Sede: art. 1º;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 36§1º e art 40;

e) Direitos dos associados: art. 36;

f) Deveres dos associados: art. 37;

g) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 41;

h) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 7º, 8º, 12;

i) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: art. 16 parágrafo único e art. 43 ao 46;

j) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: art. 7º, 9º, 10º, 17 ao 25, 28 ao 30;

k)Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: **PENDENTE**

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 15 e 16 parágrafo único (e art. 8º - quórum);

m) Critérios de eleição dos administradores: art. 12, 13, 15, 16;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por, pelo menos, 1/5 (um quinto) dos associados: art. 36 §2º, mas o art. 7º parágrafo único fixa o mínimo de 1/3 dos associados, portanto o art. 7º deverá ser corrigido; **PENDENTE**

o) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: art. 43 ao 46;

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 23 a 28. (1609151). Apresenta registro em cartório de pessoas jurídicas. Mandato: 1/11/2015 a 1/11/2019.

Diretor Presidente: Diego Bruno de Araújo Negreiros – 17/9/1980 – CPF 032.706.524-96;

Diretora Executiva: Maria Helena da Silva Azevedo – 27/5/1993 – CPF 104.409.744-29;

Secretária Geral: Maria do Socorro Macedo Costa – 9/9/1968 – CPF 036.032.734-60;

Diretora de Finanças e Patrimônio: Juliana Cristina Lins Machado Negreiros – 22/1/1984 – CPF 050.262.044-73;

Diretor de Cultura e Artes: Lindomar Barros de Lima – 28/10/1969 – CPF 691.231.604-20;

Diretor de Formação e Capacitação: Sebastião Matias de Oliveira Araújo – 25/5/1990 – CPF 090.572.664-23;

Diretor de Comunicação e Marketing: Sebastião Wilton Pinheiro Araújo – 27/7/1978 – CPF 036.097.364-70;

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 30 a 36 (1292599). **PENDENTE**

Da análise da documentação apresentada, verificou-se uma incoerência: a ata de eleição indica a eleição de “Maria do Socorro Macedo Costa”, como Secretária Geral, mas foi encaminhada cópia do RG e do CPF de “Maria do Socorro da Costa Macedo”, juntamente com cópia do título eleitoral em nome de “Maria do Socorro Ribeiro da Costa” (o título eleitoral apresenta data de nascimento diferente dos demais), fl. 31 (1292599). Em consulta ao sítio da Receita federal para verificação do nome inscrito no CPF indicado na ata de eleição, constatou-se “Maria do Socorro Ribeiro da Costa”, o mesmo nome do título eleitoral (2960265). Dessa forma, pede-se esclarecimento a respeito do nome da dirigente eleita, com a apresentação de comprovante de maioria e nacionalidade correto e atualizado.

6) CNPJ: 1228273.

7) Certidão Negativa da Anatel: não pode ser emitida, consta débitos (2956561). **PENDENTE**

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 48 a 54 (1292599), de 30/6/2016. Deverá ser atualizado. O Conselho eleito em 1/11/2015 atende ao art. 114 da Portaria 4334/2015 (fls 23 a 28, 1609151). **PENDENTE**

9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certidão FGTS 2956470.

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: Certidão RFB 2956477.

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: Certidão **POSITIVA** TST 2956488. **PENDENTE**

CONSTATAÇÕES:

Em consulta ao sítio eletrônico do TSE, verificou-se que o Diretor Presidente, Diego Bruno de Araújo Negreiros, fez parte como “2º membro” do Órgão Provisório Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro/PTB, no período de 22/9/2015 a 19/3/2018, ou seja, durante parte de seu mandato na diretoria da radiodifusora (2958735), o que configura vínculo político em infringência ao art. 11 da Lei 9612/1998.

Em consulta à internet, não foram encontrados indícios de outros vínculos de qualquer natureza.

Em consulta ao sítio eletrônico do TRF da 5ª Região e da JFPB foram constatadas certidões negativas criminais e eleitorais relativas a todos os dirigentes da entidade.

CONCLUSÕES:

Será instaurado processo administrativo para apuração do vínculo constatado (infringência ao art. 11 da Lei 9612/1998).

Processo ainda não completamente instruído. Será gerada NT de exigência à entidade.

Analista: Argélia Diniz Schramm - SIAPE 1786758 - 9/5/2018.

NOTA TÉCNICA Nº 10736/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.004638/2014-46.**

Assunto: **Constatação de pendências. Exigência 1 (um).**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **PICUI**, estado da **PARAÍBA**, apresentou resposta à exigência, em atendimento à Nota Técnica nº 29904/2016/SEI-MCTIC.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo V da Portaria) e deve ser assinado por todos os dirigentes.
	Art. 130, § 1º, inciso II	Requerimento de renovação.	O estatuto social deverá estar consolidado com todas as alterações. Observação 1: o estatuto social deve estar de acordo com o que dispõe o art. 40 da Portaria.

Art. 130, § 1º, inciso II	Cópia do estatuto social.	Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.
	Estatuto social adequado ao Código Civil.	<p>Não consta cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto (art. 57 do Código Civil).</p> <p>Com relação à garantia de convocação dos órgãos deliberativos por, pelo menos, 1/5 (um quinto) dos associados o estatuto está confuso, pois no art. 36 §2º ela está prevista, mas o art. 7º, parágrafo único, fixa o mínimo de 1/3 (um terço) dos associados para convocação dos órgãos deliberativos. Assim, para atendimento ao art. 60 do Código Civil, o art. 7º, parágrafo único, deverá ser corrigido.</p>
		A entidade deverá esclarecer o nome correto e atual da Secretária Geral eleita em 1/11/2015, com apresentação do respectivo

<p>Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.</p>	<p>Art. 130, § 1º, inciso IV</p>	<p>Comprovante de maioridade/nacionalidade.</p>	<p>comprovante de maioridade e nacionalidade atualizado, tendo em vista que foi constatada divergência entre o nome da dirigente citado na ata de eleição com a documentação apresentada.</p> <p>A ata de 1/11/2015 indica a eleição de "Maria do Socorro Macedo Costa" para o cargo de Secretária Geral, mas o RG e o CPF apresentados são de "Maria do Socorro da Costa Macedo". Também foi apresentada cópia de Título Eleitoral com outro nome: "Maria do Socorro Ribeiro da Costa".</p> <p>Em consulta ao sítio eletrônico da Receita Federal, verificou-se que, atualmente, o nº do CPF indicado na ata e no documentado apresentado está em nome de "Maria do Socorro Ribeiro da Costa" (mesmo nome indicado no Título Eleitoral).</p> <p>Observação: serão aceitos como comprovantes de maioridade e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p>Não serão aceitos como comprovantes de maioridade/nacionalidade a Carteira Nacional de</p>
---	----------------------------------	---	--

		Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
Art. 130, § 1º, inciso IV	CPF dos dirigentes.	A entidade deverá encaminhar cópia do CPF da Secretária Geral com o nome atualizado, caso este seja diferente do comprovante em anexo.
Art. 130, § 1º, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>Deverá ser encaminhado relatório atualizado, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a descrição da atual grade de programação e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme previsão do art. 116 da Portaria. Consta do processo relatório de 30/6/2016.</p> <p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada e os representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p>

		Observação 3: o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), <u>com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</u>
Art. 130, § 6º, inciso IV	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Em consulta ao sítio da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, verificou-se que a Entidade se encontra devedora. Por essa razão, solicita-se a quitação do(s) débito(s) existente(s) e o encaminhamento da certidão atualizada.
Art. 130, § 6º, inciso VII	Certidão negativa de débitos trabalhistas.	Da consulta ao sítio da Justiça do Trabalho, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão negativa de débitos trabalhistas. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.

4. Em consulta ao sítio eletrônico do TSE, Tribunal Superior Eleitoral, verificou-se que o Diretor Presidente, Diego Bruno de Araújo Negreiros, atuou como "2º Membro" no Órgão Provisório Municipal do PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, no período de 22/9/2015 a 19/3/2018, ou seja, durante parte de seu mandato na diretoria da radiodifusora, conforme certidão do TSE em anexo.

5. Tal fato configura vínculo político, que gera infração ao art. 11, da Lei nº 9.612/1998 e consequente aplicação de penalidade. Sobre o assunto, vale a pena informar que, de acordo com o art. 7º-A, da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018, publicada no DOU de 9/4/2018:

Art. 7º-A Durante o curso dos processos de pós-outorga ou de **renovação**, de que trata esta Portaria, será conferida uma **única oportunidade**, em cada tipo de processo, **para saneamento dos seguintes vícios**, sob pena de indeferimento da solicitação:

[...]

II - o **estabelecimento ou manutenção de vínculos, nos termos do inciso III do art. 7º** (grifos nossos).

6. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

7. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

8. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

9. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

10. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm, Analista Técnico Administrativo**, em 11/05/2018, às 17:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/05/2018, às 15:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2962634** e o código CRC **2321873C**.

Minutas e Anexos

Anexo V - Requerimento de Renovação (2960270);
CPF Secretária Geral (2960265);
Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas (2956488);
Certidão TSE - Diretor Presidente (2958735).

Referência: Processo nº 53900.004638/2014-46

SEI nº 2962634



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 18851/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor
DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS
Representante Legal da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão
Comunitária (CNPJ nº 03.582.697/0001-44)
Rua 18 de Março nº 142 - Centro
58.187-000 / Picuí - PB

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.004638/2014-46.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 10736/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.

3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

4. Além disso, solicito que o endereço de correspondência esteja sempre atualizado neste Ministério.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.

6. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-

mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 16/05/2018, às
15:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
2966313 e o código CRC **F6A907FC**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 18851/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.004638/2014-46 - Nº SEI: 2966313

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 18851/2018/SEI-MCTIC, 16/05/2018

53900.004638/2014-46

DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS

Associação Piculense Artística e Cultural de Radiodifusão
Comunitária

Rua 18 de Março nº 142 - Centro

58.187-000 Picuí / PB

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

12/06/18

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION



NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Sebastião Martins de Oliveira Araújo

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Mariano Dantas de Barros

Mat. 8.479.067-9

Agente de Correios - Carteiro

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75249203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JR 69439467 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PRESTAR, SEM LETRA DE FORMA

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div>	<div></div>	<div></div>			
:	h	:	h	:	h

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM DU RAISON SOCIAL DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Sala 307, Anexo Oeste.
70.044-900 Brasília - DF

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

--	--	--	--	--	--	--	--



RÁDIO SISAL FM

**APARC - Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão
Comunitária**

CNPJ: 03.582.697/0001-44

Ofício Nº 015/2018 – APARC/Dir. Picuí-Pb, em 09 de julho de 2018.

Processo: Nº 53900.004638/2014-46- NT: Nº 10736/2018/SEI-MCTIC.

A Exm^a. Senhora.

INALDA CELINA MADIO

MD. Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária

MCTIC – Brasília-DF

Senhora Delegada,

Com os cumprimentos iniciais, estamos na oportunidade, em atenção ao **Ofício 18851/2018/SEI-MCTIC, Nota Técnica Nº. 10736/2018/SEI-MCTIC**, encaminhando documentação em anexo, abaixo relacionada, com vistas a sanar as pendências relatadas por essa Delegacia, que objetiva a **Renovação de Outorga** da nossa Emissora. A saber:

- 1- Requerimento de Renovação da Outorga;**
- 2- Documento de Maria do Socorro Ribeiro da Costa**
- 3- Estatuto corrigido;**
- 4- Certidão Negativa de débitos da ANATEL;**
- 5- Ata modificando o Estatuto Social;**
- 6- Relatório do Conselho Comunitário;**
- 7- Justificativa pelo não envio da Certidão Trabalhista.**

Fraternalmente,


Diego Bruno de Araújo Negreiros

Presidente

OBS: Telefones para contato: (83) 99992.4042 – 33371.3037 – falar com Bruno. – Email: onildonegreiros@hotmail.com

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 20/07/18 às 14,50 horas

Assinatura: 

Rua. 18 de março, 142, centro – Picuí –Paraíba

CEP: 58.187-000

Fone: (83) 3371.3037 – 99910.1785

ANEXO V
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE						
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTIST. E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA					
Nome Fantasia:	APARC		CNPJ	03.582.697/0001-44		
Endereço da Sede:	RUA 8 DE MARÇO, 142 - CENTRO					
Município	PICUI		UF	PB	CEP	58.187-000
Nome do Representante Legal	DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS					
Endereço Eletrônico (e-mail)	SISALFM@HOTMAIL.COM					

Endereço de Correspondência	RUA. 18 DE MARÇO, 142 - CENTRO					
Município	PICUI	UF	PB	CEP	58.187-000	

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE						
Endereço:	RUA 18 DE MARÇO, 142 - CENTRO					
Município	PICUI	UF	PB	CEP	58.187-000	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84)	Latitude:	06 °(N/S)	30	39	"	
	Longitude:	36 °W	20	46	"	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;


VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente	Diego Bruno de Araújo Negreiros						
Cargo	Presidente				Tít. Eleitor	0220 1120 1201	
RG	2.453.015		Órgão Emissor	SSP\PB		CPF	032.706.524-96
Endereço	Rua Carlos Macieira, 81 - JK						
Município	Picuí				UF	PB	CEP 58.187-000
Assinatura							

Nome do dirigente	Maria do Socorro Ribeiro da Costa						
Cargo	Secretária Geral				Tít. Eleitor	0165 1209 1201	
RG	1.538.879		Órgão Emissor	SSP\PB		CPF	036.032.734-60
Endereço	Rua Ferreira de Macedo, s/n - Centro						
Município	Picuí				UF	PB	CEP 58.187-000
Assinatura	maria do Socorro Ribeiro da Costa						

Nome do dirigente	Maria Helena da Silva Azevedo						
Cargo	Diretor Executivo				Tít. Eleitor	0412 7103 1236	
RG	3.804.744		Órgão Emissor	SSP\PB		CPF	104.409.744-29
Endereço	Rua Antonio Cunha Dantas, s/n - Monte Santo						
Município	Picuí				UF	PB	CEP 58.187-000
Assinatura	Maria Helena da Silva Azevedo						

Nome do dirigente	Juliana Cristina Lins Machado		
Cargo	Dir. Finanças e Patrimônio	Tít. Eleitor	0280 3723 1252
RG	2.439.027	Órgão Emissor	SSP\PB CPF 050.262.044-73
Endereço	Rua Carlos Macieira, 81 - JK		
Município	Picuí	UF	PB CEP 58.187-000
Assinatura	<i>Juliana Cristina Lins Machado</i>		

Nome do dirigente	Lindomar Barros de Lima		
Cargo	Dir. Cultural e Artes	Tít. Eleitor	0153 3995 1252
RG	1.349.715	Órgão Emissor	SSP\PB CPF 691.231.604-20
Endereço	Rua 18 de Março, s/n - Centro		
Município	Picuí	UF	PB CEP 58.187-000
Assinatura	<i>Lindomar Barros de Lima</i>		

Nome do dirigente	Sebastião Matias de Oliveira Araújo		
Cargo	Dir. de Formação e Capacitação	Tít. Eleitor	0379 5139 1244
RG	3.554.014	Órgão Emissor	SSP\PB CPF 090.572.664-23
Endereço	Rua Pereira de Macedo, s/n - Centro		
Município	Picuí	UF	PB CEP 58.187-000
Assinatura	<i>Sebastião Matias de Oliveira Araújo</i>		

Nome do dirigente	Sebastião Wilton Pinheiro		
Cargo	Dir. de Comunicação e Marketing	Tít. Eleitor	0259 9806 1244
RG	1.538.879	Órgão Emissor	SSP\PB CPF 036.032.734-60
Endereço	Rua Ferreira de Macedo, s/n - Centro		
Município	Picuí	UF	PB CEP 58.187-000
Assinatura	<i>Sebastião Wilton Pinheiro Araújo</i>		

Nome do dirigente	Tales Macedo Henriques de Lima		
Cargo	Membro do Cons. Fiscal	Tít. Eleitor	0401 2787 1279
RG	3.706.159	Órgão Emissor	SSP\PB CPF 091.929.694-70
Endereço	Rua 18 de Março, s/n - Centro		
Município	Picuí	UF	PB CEP 58.187-000
Assinatura	<i>Tales Macedo H. de Lima</i>		

Nome do dirigente	Igor de Araújo Negreiros <i>Lima</i>		
Cargo	Membro do Cons. Fiscal	Tít. Eleitor	0451 3037 1201
RG	4.000.706	Órgão Emissor	SSP\PB CPF 113.395.904-09
Endereço	Rua Carlos Macieira, 82 - JK		
Município	Picuí	UF	PB CEP 58.187-000
Assinatura	<i>Igor de Araújo Negreiros Lima</i>		

Nome do dirigente	Juciel Lima dos Santos				
Cargo	Suplente Cons. Fiscal			Tít. Eleitor	0231 9226 1279
RG	2.826.734	Órgão Emissor	SSP\PB		CPF 087.278.234-40
Endereço	Sítio Mato Grosso				
Município	Picuí	UF	PB	CEP	58.187-000
Assinatura	<i>Juciel Lima dos Santos</i>				

Nome do dirigente	Maria Dantas de Araújo				
Cargo	Suplente Cons. Fiscal			Tít. Eleitor	0055 1388 1201
RG	931.229	Órgão Emissor	SSP\PB		CPF 441.515.734-84
Endereço	Rua Ferreira de Macedo				
Município	Picuí	UF	PB	CEP	58.187-000
Assinatura	<i>Maria Dantas de Araújo</i>				

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 1.538.879 -2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO: 27/05/2016

NOME: MARIA DO SOCORRO RIBEIRO DA COSTA

FILIAÇÃO: MARIA DALVA RIBEIRO DA COSTA

NATURALIDADE: PICUI-PB DATA DE NASCIMENTO: 09/08/1968

DOC ORIGEM: CAS. C/ AVERB N.904 F.103V L.B-AUX3 CARTORIO PICUI PB

CNPJ: 036.032.734-60

Ident. Civil e Criminal

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE IDENTIFICAÇÃO

SECRETARIA DE REGISTRO CIVIL

SECRETARIA DE REGISTRO DE IMÓVEIS

V-02 P-096

Maria do Socorro Ribeiro da Costa

Carteira de Identidade

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número: 036.032.734-60

Nome: MARIA DO SOCORRO RIBEIRO DA COSTA

Nascimento: 09/08/1968

VALIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE: F0E3.C0A6.C517.35F5

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet no endereço: www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela: Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 13:13:16 do dia 18/03/2016 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - APARC

Aos 25 dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às 10:00 horas, na sede da APARC, cito a rua 18 de março, 142, centro, nesta cidade de Picuí-Pb, realizou-se a reunião de **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - APARC**, com a participação dos associados desta Entidade; Em primeira convocação, conforme edital publicado e afixado em lugar de costume, o senhor Diego Bruno de Araújo Negreiros presidiu os trabalhos de assembléia geral, convidando a senhorita Maria Helena da Silva Azevedo para secretariar os trabalhos, com vistas a discursão e aprovação da **reforma do Estatuto da APARC**, objetivando **atender a necessidade de adequação da Portaria nº 4.334/2015 e 1909-2018 do Ministério das Comunicações**. Ato continuo foi colocado em discussão a **Reforma do Estatuto da APARC**, o qual foi **aprovado por unanimidade** dos associados presentes, passando a vigorar após o seu devido registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas desta Comarca de Picuí, com o seguinte teor:

Art. 7º - Assembleia Geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no primeiro trimestre, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas do exercício anterior pela Diretoria Executiva, aprovação do plano anua de ação e discussão de assuntos gerais da entidade.

Parágrafo Único- A assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria Executiva ou por pelo menos 1/5 (um quinto) dos

associados, através de abaixo-assinado e requerimento encaminhado em nome de Diretor-Presidente da entidade. A convocação deverá ser feita com antecedência de, no mínimo 08 (oito) dias, através de edital afixado na sede da entidade ou através da fixação de cartazes convocatórios nos principais locais públicos e estabelecimentos comerciais, onde constará o dia, hora, local e pauta de reunião.

E como nada mais havia a ser tratado, foi a presente reunião encerrado e esta ATA lavrada e assinada por todos os membros diretores associados presentes. Picuí-PB, aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de 2018.

Observação: Está copiada fielmente a original.


DIEGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS

Maria do Socorro Ribeiro da Costa
MARIA DO SOCORRO RIBEIRO DA COSTA

Maria Ferreira dos Santos
MARIA FERREIRA DOS SANTOS


LINDOMAR BARROS DE LIMA

Sebastião Matias de Oliveira Araújo
SEBASTIÃO MATIAS DE OLIVEIRA ARAÚJO

Sebastião Wilton Pinheiro
SEBASTIÃO WILTON PINHEIRO

Tales Macedo Henriques de Lima
TALES MACEDO HENRIQUES DE LIMA

Igor de Araújo Negreiros Lima
IGOR DE ARAUJO NEGREIROS LIMA

Elaine Cristine de Araújo N. Lima
ELAINE CRISTINE DE ARAUJO N. LIMA

Arnaldo Xavier da Fonseca
ARNALDO XAVIER DA FONSECA

Joaquim Vidal de Negreiros Filho
JOAQUIM VIDAL DE NEGREIROS FILHO

Edna Ramos de Araújo Negreiros
EDNA RAMOS DE ARAUJO NEGREIROS

Maria Helena da Silva Azevedo
MARIA HELENA DA SILVA AZEVEDO

José Onildo de Negreiros
JOSÉ ONILDO DE NEGREIROS

Picuí Cartório 1º ofício
FL: 03
Carla

PICUÍ CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
RUA 24 DE NOVEMBRO, 36 - CENTRO.
-REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS-

Apresentado hoje, protocolado e registrado sob o nº 2.212, fls. 42/44 no Livro 18 e Protocolo 1869, ficando cópia arquivada neste serviço. O que certifico e dou fé.

Picuí-PB, 05/07/2018.

Selo Digital: AGZ82060-2E0R

Acesse o site: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Emolumentos: R\$ 71,10 – FEPJ: R\$ 14,22 – FARPEN: R\$ 5,14 – MP R\$ 1,14

Carla
Cartório do 1º Ofício - Picuí - PB
Marileide de Macedo Lima
Escrivente Encarregada

09.286.701/0001-991
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Bel. Vinícius José Cavalcanti de Lima
cartorio1oficiopicui.pb@hotmail.com
Rua 24 de Novembro Nº 36 - Centro
CEP: 58.187-000 - Tel.: 3371-2120
PICUI - PB

Para Continuar a ler

TEOR DE ARAUJO NEGREIROS LIMA

ELIANE CRISTINE DE ARAUJO N. LIMA

ARNALDO XAVIER DA FONSECA

JOAQUIM VIDAL DE NEGREIROS FILHO

EDNA RAMOS DE ARAUJO NEGREIROS

MARIA HELENA DA SILVA AZEVEDO

JOSE ONILDO DE NEGREIROS

REFORMA DE ESTATUTO SOCIAL
ASSOCIAÇÃO PICUIENSSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Capítulo I

Dos Objetivos da Entidade

Art.1º- A Associação Picuiense e Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária de Picuí, fundada em 01 de Novembro de 1999, com sede à Rua Ferreira de Macedo, S/N, Centro, Picuí, Estado da Paraíba, de abrangência municipal, é uma entidade autônoma e civil, sem fins lucrativos, apartidária, democrática, de duração indeterminada, de objetivos científicos, culturais e artísticos.

Parágrafo Único – Sua contribuição será para representar especificamente as entidades que lidam com os bens culturais da comunidade, que mediam a luta pela democratização da comunicação, todos os espaços serão valorizados e fortalecidos em seu processo de desenvolvimento e consolidação, promovendo o estudo, o debate, a difusão das novas teorias de comunicação e das artes, colocando a comunidade social a serviço da comunicação, da participação, do progresso e da liberdade humana.

Art. 2º – São finalidades precípua da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão comunitária:

- I. Atender a comunidade picuiense com vistas à:
- a) - Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
 - b) - Oferecer mecanismo a formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
 - c) - Prestar serviço de utilidade pública integrando-se ao serviço da defesa civil, sempre que necessário;
 - d) - Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas de conformidade com a legislação profissional vigente;
 - e) - Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível;
 - f) - Fomentar por todas as suas instancias e meios, a democratização da comunicação;
 - g) - Promover e defender a liberdade de expressão e pensamento, bem como o livre exercício das profissões da Comunicação Social;
 - h) - Dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunicação, fazendo intercâmbio entre os aspectos culturais e os vários segmentos das comunidades organizadas;
 - i) - Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho artístico, cultural, social, científico, econômico e desportivo, relacionados as comunidades envolvidas;


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

- j) - Defender a solidariedade entre os povos, os direitos humanos, as liberdades individuais e coletivas, a justiça social, o ambiente natural e sua biodiversidade;
- k) - Assegurar o exercício do direito de expressão, de geração de informação e de produção cultural a todos os seguimentos sociais;
- l) - Prestar assessoramento nas áreas de comunicação radiofônica e cultural a entidades sindicais, comunitárias, educativas, religiosas e outras sem fins lucrativos, contribuindo para o aperfeiçoamento e disseminação de tecnologias de informação e disponibilização de serviços de comunicação;
- m) - Organizar e manter um arquivo publico com registro sonoro, fotográfico ou audiovisual de depoimentos e fotos produzidas ou colhidas na localidade e que seja de interesse geral da comunidade;
- n) - Fomentar a capacitação dos cidadãos para a leitura critica de todos os bens culturais produzidos nas suas diversas modalidades provocando o debate da estética, dos conteúdos, da linguagem e da técnica empregada;
- o) - Eleger o tema da ética da comunicação como campo de preocupação permanente, promovendo estudos e debates sobre a presença e o comportamento dos meios de comunicação da massa na sociedade;
- p) - Oferecer mecanismos à informação e integração da comunidade, dessa forma estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- q) - Criar um Conselho Comunitário composto de no mínimo cinco pessoas, representantes de Entidades da comunidade de Picuí-Pb, com vistas ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612/98 do Ministério das Comunicações que institui o serviço de Radiodifusão Comunitária;
- r) - Oferecer serviços de Radiodifusão Comunitária através da fundação e instalação de uma **Rádio Comunitária FM**, visando o atendimento de toda comunidade, obedecendo aos preceitos da Lei nº 9.612/98 do Ministério das comunicações e demais disposições legais;

Art. 3º - Para a consecução das suas finalidades, a **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão** poderão realizar as seguintes atividades:

- I. Promover o aperfeiçoamento dos próprios direitos e associados nos setores técnico-profissional e administrativo;
- II. Organizar, promover e apoiar a realização de cursos, seminários debates e treinamentos regulares ou intensivos, bem como patrocinar exposições, festivais, espetáculos e atividades congêneres na comunidade;
- III. Estabelecer parcerias e manter intercâmbio com organizações similares, nacionais e internacionais, celebrando convênios, contratos e termos de cooperação;
- IV. Filiar-se a entidades congêneres que atuem nos planos regional, nacional ou internacional;
- V. Promover continuamente o debate objetivando o aperfeiçoamento e a revitalização intelectual dos seus membros, tendo em vista o avanço dos projetos comunitários;


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

- VI. Desenvolver pesquisas nas áreas social, educacional, política, cultural e econômica;
- VII. Construir, organizar, manter ou formar arquivos, bancos de dados, videotecas ou bibliotecas de uso público;
- VIII. Conceder prêmios à autores, artistas plásticos, escritores, comunicadores, técnicos de arte, espetáculos musicais, de artes cênicas em atividades e concursos realizados na comunidade, bem como a autoridades que tenham se destacado nos serviços prestados à comunidade;
- IX. Construir e equipar salas e outros ambientes destinados a atividades artísticas e culturais em geral;
- X. Construir o **Conselho Comunitário da Rádio Comunitária FM**, o qual venha a definir e acompanhar sua programação, discutindo e analisando os conteúdos veiculados na emissora;
- XI. Centrar o conceito de comunicação na comunidade, criando instrumentos que garantam um processo de comunicação participativo e circular, valorizando a presença de pessoas com formação especial no campo da comunicação, convocando-as e animando-as para integrar os projetos na área da comunicação institucional e popular;
- XII. Desenvolver formas de cooperação com o **Conselho de Comunicação Social** de Picuí.

Art. 4º - Para o cabal desempenho de suas funções, a **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**, deverá assegurar a garantir o exercício da mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, assegurando a liberdade de expressão e debate dos seus membros e associados, buscando sempre a unidade da ação.

Art. 5º - Poderá agregar-se às atividades da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária** qualquer pessoa, independentemente de cor, raça, sexo ou opção sexual, condições social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto neste Estatuto.

Capítulo II

Da Organização e Funcionamento

Art. 6º - São órgãos administrativos da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria Executiva;
- III. Conselho Fiscal;
- IV. Conselho Comunitário.


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

Art. 7º - Assembleia Geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no primeiro trimestre, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas do exercício anterior pela Diretoria Executiva, aprovação do plano anua de ação e discussão de assuntos gerais da entidade.

Parágrafo Único- A assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria Executiva ou por pelo menos 1/3 (um terço) dos associados, através de abaixo-assinado e requerimento encaminhado em nome de Diretor-Presidente da entidade. A convocação deverá ser feita com antecedência de, no mínimo 08 (oito) dias, através de edital afixado na sede da entidade ou através da fixação de cartazes convocatórios nos principais locais públicos e estabelecimentos comerciais, onde constará o dia, hora, local e pauta de reunião.

Art. 8º - A assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos diretores ou associados e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de diretores ou associados presentes.

Art. 9º - A Diretoria Executiva será a partir da proporcionalidade qualificada e diretoria dos votos, sendo o quórum mínimo para decisão nas suas reuniões de, no mínimo 6 (seis) membros ou (50% mais um). Em caso de empates nos processos de votação o assunto deverá ser remetido à próxima reunião – ordinária ou extraordinária – onde tentar-se-á a solução do problema.

Art. 10º - A Diretoria Executiva reunir-se-á quinzenalmente, em convocação feita em no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência, constando pauta, data, hora e local por ela determinada e, extraordinariamente sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou Diretor Executivo ou por 1/3 (um terço) dos membros da Diretoria Executiva.

Art. 11º - A Diretoria Executiva será eleita juntamente com o conselho fiscal para mandato de quatro anos em assembleia Geral Extraordinária, convocada para este fim, através de votação aberta em chapas inscritas, podendo ser reeleita por igual período, sendo admitida apenas uma recondução.

Art. 12º- A Assembléia Geral Extraordinária com fim eleitoral deverá se convocada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, utilizando-se os mesmos meios de divulgação no artigo sétimo e seu parágrafo único.

Art. 13º - A inscrição da chapas deverá ser feita até 15 (quinze) dias antes da data marcada para a realização para a realização da eleição, mediante apresentação de pedido por escrito à Comissão Eleitoral, tirada em Assembleia para este fim.

Art. 14º - A Diretoria Executiva será composta por um colegiado de 7 (sete) membros, investidos de poderes gerais e especiais de administração, constituindo dos seguintes cargos a saber:

Diretor-presidente, Diretor Executivo, Secretário Geral, Diretor de Finanças e Patrimônio, Diretor de Cultura e Artes, Diretor de Formação e Capacitação, Diretor de Comunicação e Marketing.


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

Parágrafo único: Os Dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade.

Art. 15º - A Diretoria Executiva poderá ser substituída no todo ou em parte pela Assembleia Geral Extraordinária convocada para este fim específico na forma do artigo sétimo e seu parágrafo único, nos casos de injúria ou em atos comprovados de improbabilidade e atitude imprópria, que venham a comprometer os objetivos da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária** e desvirtuamento das finalidades e normas estatutárias.

Parágrafo Único -No caso de substituição geral da Diretoria Executiva será eleita uma **Comissão Diretora Provisória**, composta por 5 (cinco) sócios membros da comunidade, que administrará a entidade até a eleição da nova diretoria, nos moldes do artigo decimo primeiro deste Estatuto.

Art. 16º - Os cargos titulares devem estar sempre preenchidos. Havendo perda de um ou mais membros da Diretoria Executiva no decorrer da gestão, deverão ser imediatamente substituídos, mesmo temporariamente, devendo ser convocada Assembleia Geral para a eleição de novo membro.


Parágrafo Único -O presente Estatuto poderá ser alterado no todo, ou em parte mediante convocação de Assembleia Geral Extraordinária, a qual terá amplos e ilimitados poderes para tal, na forma prevista no artigo sétimo e seu paragrafo único.

Capítulo III

Das Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 17º - Caberá a Diretoria Executiva coletivamente:

- I. Traçar estratégias e planos de ações que garantam a implementação dos objetivos definidos em Assembleia Geral;
- II. Indicar um de seus membros ou um dos associados para representar a entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso do impedimento do Diretor-Presidente, ou nos casos que julgar conveniente;
- III. Elaborar relatórios semestrais das atividades, realizadas e atos administrativos da entidade;
- IV. Prestar contas bimestrais e anualmente dos trabalhos aos associados, em Assembleia Geral Ordinária, ou quando solicitado por qualquer um dos seus membros;
- V. Autorizar a admissão ou demissão de funcionários (se tiver), bem como autorizar o pagamento dos salários, gratificações ou outras formas de remuneração;
- VI. Autorizar a aquisição de equipamentos;


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

- VII. Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos da entidade;
- VIII. Aprovar e modificar regimento internos de diretorias ou serviços que venham a ser implementados e/ou administrados pela entidade.

Art. 18º - Caberá a cada diretor, individualmente;

- I. Zelar e fazer cumprir as normas estatutárias;
- II. Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce bem como aquelas espontaneamente assumidas;
- III. Manter postura publica compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;
- IV. Representar a entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria;
- V. Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções;
- VI. Criar através de ato o Conselho Comunitário com a participação de no mínimo cinco membros de entidade comunitária filantrópicas da comunidade com vistas á acompanhar a programação do serviço de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo Primeiro- A Diretoria é o órgão executivo e coordenado da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo Segundo: Apenas farão parte da Diretoria Executiva, os brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados.

Parágrafo Terceiro- Os dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 19º - Caberá ao Diretor-Presidente:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. Convocar, instalar e coordenar as reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais;
- III. Convocar a Diretoria Executiva, Conselhos e Sócios para reuniões ordinárias e extraordinárias;
- IV. Representar a entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidades em geral;
- V. Representar a entidade em juízo ou fora dele, judicial e extrajudicialmente, em matéria do seu interesse, podendo, para tanto, construir procurador ou mandatário;
- VI. Assinar, juntamente com o Secretario Geral, as atas e demais documentos de circulação interna e externa;
- VII. Assinar, juntamente com o Diretor de Finanças e Patrimônio, os balancetes e os cheques para pagamento das despesas em geral;


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

- VIII. Coordenar todos os setores e departamentos da entidade, com responsabilidades para deliberar nas ações que se fizerem necessárias à consecução dos objetivos sociais, em casos emergenciais;
- IX. Promover entrosamento entre os membros de toda Diretoria, a fim de que as funções sejam desempenhadas satisfatoriamente;
- X. Exercer direitos, deveres e atribuições pertinentes aos Presidentes das entidades civis, congêneres nos casos não previstos neste artigo e que não contraria este Estatuto, cumprindo fielmente o mesmo.

Art. 20º - Caberá ao Diretor Executivo:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. Trabalhar em consonância com o Diretor-Presidente, auxiliando-o e colaborando nas funções pertinentes ao cargo;
- III. Substituir o Diretor-Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- IV. Dirigir toda operacionalização de entidade, assegurando seu perfeito funcionamento e maximização dos resultados;
- V. Analisar as propostas de admissão de novos associados, encaminhados por diretores e/ou associados;

Art. 21º - Caberá ao Secretário Geral:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com as funções coletivas;
- II. Secretariar as reuniões da Diretoria e as da Assembleia Geral, lavrando e assinando, juntamente com o Diretor-Presidente as respectivas atas;
- III. Elaborar a correspondência e documentação oficiais da entidade, assinando-os juntamente com o Diretor-Presidente ou seu substituto imediato;
- IV. Ler as atas nas reuniões e assembleias;
- V. Manter arquivada e bem organizada toda documentação expedida e recebida;
- VI. Conservar o livro de atas em dia e sem rasura;
- VII. Superintender sobre todos os serviços de expediente;
- VIII. Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos diretores e colaboradores;
- IX. Organizar o arquivo dos sócios de acordo com a categoria de cada um;
- X. Implementar e organizar o **Núcleo de Documentação e Memória** da entidade que possa resgatar a sua história;

Art. 22º - Caberá ao Diretor de Finanças e Patrimônios:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

- II. Administrar as finanças da entidade, assumindo a responsabilidade da movimentação financeira (entrada e saída de valores);
- III. Realizar e supervisionar a contabilidade perfeita dos dados financeiros de receitas e despesas, apresentando balancetes semestrais, o qual será encaminhado ao Conselho Fiscal, que em seguida deverá ser apreciado por toda Diretoria Executiva em Assembleia Geral;
- IV. Assinar, juntamente com o Diretor-Presidente ou seu substituto legal, cheques, recibos, balancetes e outros documentos financeiros;
- V. Prestar contas da gestão financeira a cada seis meses a Diretoria Executiva e, anualmente, em Assembleia Geral aos associados;
- VI. Manter os livros contábeis (caixa e tombo) em dia e sem rasuras;
- VII. Receber as subvenções e auxílios de qualquer fonte destinada a entidade, mediante recibo;
- VIII. Administrar o patrimônio em consonância com o Diretor-Presidente;
- IX. Manter sob seu controle todo o patrimônio da entidade quer sejam bens móveis e imóveis;
- X. Responder diretamente por qualquer desvio de bens que estejam sob sua responsabilidade.

Art. 23º - Caberá ao Diretor de Cultura e Artes:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. Fomentar uma política artística e cultural voltada ao resgate histórico e preservação da memória da comunidade;
- III. Definir sua filosofia de atuação, estabelecendo critérios éticos e morais a serem protagonizados;
- IV. Organizar eventos de cunho educativo, artístico-cultural para o entretenimento da comunidade;
- V. Planejar os programas de natureza cultural a serem desenvolvidos pela entidade;
- VI. Participar de eventos e solenidades na área cultural, de arte e comunicação na região ou fora dela.

Art. 24º - Caberá ao Diretor de formação e capacitação:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções sociais;
- II. Elaborar a política de formação e capacitação dos membros da entidade para consecução de suas atividades;
- III. Operacionalizar, coordenar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos pela entidade junto a comunidade;
- IV. Fazer a coordenação e implementação dos planos, projetos e programas de organização e desenvolvimento da entidade;


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

- V. Produzir materiais e elaborar projetos para consolidação das ações da entidade, buscando meios e recursos para projetos da entidade.

Art. 25º - Caberá ao Diretor de Comunicação e Marketing:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. Operacionalizar, coordenar e supervisionar a marca e filosofia da entidade junto ao público em geral;
- III. Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada da entidade junto ao público em geral;
- IV. Coordenar e supervisionar todo o trabalho material para elaboração da divulgação, determinando as diretrizes e a filosofia criativa da comunicação-padrão da entidade;
- V. Planejar e organizar todo ato de criação para a seleção de tipos, boa apresentação e identificação da entidade;
- VI. Garantir a consistência e a qualidade às demais áreas, cumprindo as normas e diretrizes da diretoria.

Art. 26º - nenhum membro da diretoria ou que venha a trabalhar na entidade poderá ser remunerado. A admissão de pessoas será com base na **Lei do Serviço Voluntário**. A contratação e demissão de funcionamentos (se tiver) dependerá da aprovação da maioria da Diretoria Executiva.

Art. 27º - É vedado ao responsável por cada diretoria obrigar ou comprometer a entidade em negócios e assuntos estranhos aos fins e interesses sociais.

Capítulo IV

Das Atribuições do Conselho Fiscal

Art. 28º - O **Conselho Fiscal** é o órgão de controle e fiscalização da entidade, eleito juntamente com a diretoria executiva para um mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleito por igual período e será composto por 4 (quatro) membros, 2 (dois) efetivos e 2 (dois) suplentes, o qual será coordenado por um dos seus pares, a que lhe compete entre outras coisas:

- I. Fiscalizar as ações e as movimentações financeiras da entidade como, entradas, saídas e aplicações de recursos, emitindo pareceres para apreciação da Diretoria Executiva em Assembleia;
- II. Examinar e aprovar o orçamento anual, opinando sobre relatórios do Diretor de Finanças e Patrimônio, sugerido alterações, se necessário, e emitir


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

- parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis, em consonância com a Diretoria Executiva e deliberação da Assembleia Geral;
- III. Solicitar à Diretoria Executiva, sempre que se fizer necessário, esclarecimentos e documentos comprobatórios de receitas e despesas;
 - IV. Verificar as atividades da Diretoria Executiva se está agindo de acordo com o presente Estatuto;
 - V. Averiguar e apurar denúncias que digam respeito à administração da entidade;
 - VI. No caso de renúncia ou impedimento de um membro do Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva designará seu substituto, mesmo que temporariamente, até a realização da Assembleia Geral para a eleição de novo membro.

Art. 29º - Os pareceres e as deliberações do conselho fiscal serão registrados em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros, logo após o encerramento dos trabalhos.

Art. 30º - As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos.

Capítulo V

Das Atribuições do Conselho Comunitário

Art. 31º - O Conselho Comunitário é o colégio e órgão fiscalizador e acompanhador da programação da **Rádio Comunitária FM**, composto por, no mínimo, 5 (cinco) pessoas, de ilibada reputação, que sejam representantes de entidades tais como: associações de classe, beneméritas, religiosas, rurais ou de moradores, desde que legalmente constituídas, cujo mandato deverá coincidir com o da diretoria, as quais deverão ser aprovadas pela maioria dos membros da Diretoria Executiva, o qual definirá sua organização interna e coordenado pelo Diretor-Presidente da entidade.

Art. 32º - A Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, entidade civil sem fins lucrativos, registrada como **Organização não Governamental**, enquanto **Entidade Mantenedora da Rádio Comunitária FM**, de caráter comunitário e de gestão pública, não indica representantes para compor o Conselho, bem como a administração pública direta e indireta.

Art. 33º - O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por Lei.

Art. 34º - O Conselho Comunitário reunir-se-á mensalmente para:


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

- I. Analisar a dinâmica e o perfil das atividades implementadas pela diretoria de emissora, verificando a sua adequação às metas estabelecidas quanto a sua programação;
- II. Aprovar ou modificar a programação quando parecer qualquer tipo de proselitismo;
- III. Atuar como mediador entre programadores, ouvintes e empreendimentos que darão apoios culturais (anunciantes), promovendo tentativas de entendimentos entre as partes;
- IV. Analisar o conteúdo dos programas e a performance dos seus comunicadores;

Parágrafo Único-A entidade manterá sempre atualizado todos os dados pessoais dos membros, bem como disponível o ato que constitui e estabeleceu a composição do **Conselho Comunitário**.

Capítulo VI

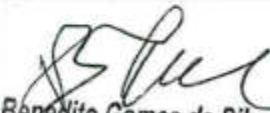
Do Clube de Sócios

Art. 35º - O quadro social da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária** são constituídos por um número ilimitado de sócios e serão alinhados nas seguintes categorias:

- I. **Sócios Fundadores** – Todos aqueles que tomaram parte na Assembleia Geral para formação de entidade e que constam sua assinatura em ata;
- II. **Sócios Efetivos** – Todos aqueles que propostos por um ou mais sócios, aceitos e aprovados pela Diretoria Executiva, devem concordar com o que dispõe este Estatuto;
- III. **Sócios colaboradores** – Todos aqueles que contribuem financeiramente com a entidade. Tal contribuição pode ser mensal ou temporária.

Art. 36º - São direitos e garantias dos sócios:

- I. Participar das Assembleias com direito a voz;
- II. Votar e ser votado para os cargos da entidade;
- III. Ter igualdade perante este Estatuto;
- IV. Apresentar sugestão e oferecer colaboração aos dirigentes da entidade;
- V. Participar ativamente das atividades associativas;
- VI. Ter acesso a qualquer documento oficial, inclusive ao cadastro de funcionários (se tiver) e participar do projeto, mediante solicitação por escrito à Diretoria Executiva, resguardando-se as informações de caráter pessoais, exceto se aprovado em reunião pela diretoria;
- VII. Encaminhar sugestões aos órgãos dirigentes e exigir o cumprimento do presente Estatuto, bem como das decisões dele decorrente;


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

- VIII. Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela entidade ou através de convênios
- IX. Garantia do direito de ampla defesa junto aos Órgãos competentes.
- X. Direito de todos os associados, pessoas físicas de votar e ser votado para todos os cargos que compõe os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instâncias deliberativas existentes;

Parágrafo Primeiro – É assegurado o ingresso gratuito como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, sediadas na localidade, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social e nas instâncias deliberativas existentes.

Parágrafo Segundo – É assegurado a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos.

Parágrafo Terceiro - Não haverá distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre associados.

Art. 37º - Constituem obrigações dos sócios:

- I. Conhecer e zelar pelo cumprimento do presente Estatuto;
- II. Participar ativamente das reuniões e assembleias para as quais forem convidados;
- III. Efetuar pontualmente o pagamento de suas contribuições financeiras;
- IV. Cooperar de acordo com suas possibilidades com uma pequena mensalidade, para conservação, ampliação e manutenção do seu patrimônio material e imaterial;
- V. Colaborar nas realizações das atividades da entidade e seus objetivos;
- VI. Observar os princípios éticos, morais e administrativos da entidade consagrada neste Estatuto;
- VII. Zelar pelo bom relacionamento entre os sócios e pelo alcance dos fins a que se propõe a entidade;
- VIII. Respeitar as decisões dos órgãos deliberativos da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**.

Art. 38º - Os sócios não respondem sequer subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade e de seus diretores.


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

Capítulo VII

Das Infrações e Penalidades

Art. 39º - Constituem infrações à disciplina social sujeitas às sanções previstas a todos os diretores e sócios:

- I. Deixar de zelar e cumprir o Estatuto e as deliberações das Assembleias Gerais;
- II. Promover por meios diretos e indiretos, o descrédito dos princípios e normas da entidade perante a comunidade;
- III. Coagir, influenciar, participar direta ou indiretamente, de qualquer movimento, ação ou grupo de influenciamento que objetive retirar a força de atuação da entidade e seus órgãos, assim como em prejuízo das disposições previstas neste Estatuto.

Art. 40º - As infrações à disciplina social se seus membros serão punidas, segundo a sua gravidade, com as seguintes sanções:

- I. Advertência oral ou escrita;
- II. Censura pública por edital afixado na sede social e transcrito em boletim;
- III. Suspensão até 12 (doze) meses;
- IV. Eliminação do quadro social.

Parágrafo Único – A readmissão como sócio ocorrerá apenas quando a Diretoria Executiva, por solicitação do interessado, e por maioria simples dos associados, julgar sanados os efeitos do ato que motivou sua eliminação e entender que existe a disposição de cumprimento das normas estatutárias.

Capítulo VIII

Das Receitas e Despesas

Art. 41º - A receita da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária advirá:

- I. Da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada e, livro caixa e tombo, com valor, data e identificação do doador;
- II. Da contribuição mensal dos associados e/ou colaboradores;

[assinatura]
Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

- III. Da contribuição extraordinária dos sócios-fundadores;
- IV. De doações, contribuições, legados e outros recursos a ela aportados voluntariamente;
- V. De verbas provenientes de subsídios oficiais e receitas eventuais;
- VI. Do rendimento proveniente da aplicação de seu capital;
- VII. Convênios e outras fontes.

Parágrafo Único – o patrimônio da entidade será constituído do acervo material e imaterial representado por todos os seus bens móveis e imóveis, títulos ou produtores de doação e legados, dos quais será feito, ao fim de cada exercício social, o respectivo inventário.

Art. 42º - As despesas da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária podem ser:

- I. Despesas operacionais, tais como aluguel de bens móveis e imóveis compra de equipamentos, material de limpeza e de expediente, entre outros;
- II. Pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação de equipamentos;
- III. Patrocínios a projetos, atividades ou eventos com fins comunitários.

Capítulo IX

Da Dissolução

Art. 43º - A dissolução da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária ocorrerão apenas por decisão de Assembleia Geral Extraordinária, convocada com exclusividade para este fim, conforme artigo sétimo e seu parágrafo único deste estatuto.

Art. 44º - Ponto de pauta obrigatória na Assembleia Geral Extraordinária convocada para dissolução da entidade deverá ser a prestação de contas, verificada pelo Conselho Fiscal, até a data da Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 45º - Caso haja dívidas na data da dissolução, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, sendo determinado o destino do saldo restante a uma entidade similar.

Art. 46º - A Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária somente poderão ser dissolvidas:

- I. Por deliberação de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada especificamente para tal fim e com a presença, em primeira convocação de 2/3 (dois terços) de seus diretores e/ou associados;
- II. Caso a maioria dos 2/3 (dois terços) não seja alcançada, numa segunda convocação, após 60 (sessenta) minutos poderá a Assembleia geral reunir-se com qualquer número de sócios e/ou diretores;


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287

III. A proposta de dissolução somente será aprovada pela maioria de no mínimo 2/3 (dois terços) dos presentes.

Parágrafo Único – A dissolução da entidade só poderá ocorrer por absoluta e incompatível impossibilidade legal ou material, de preencher suas finalidades por qualquer modo, devidamente comprovada em Assembleia Geral Extraordinária.

Capítulo X

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 47º - Caberá a Assembleia Geral de fundação eleger sua Diretoria para um mandato de quatro anos, cabendo:

- I. Registrar o presente Estatuto em Cartório de Pessoas Jurídicas na forma da lei;
- II. Registrar em cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da fazenda;
- III. Requerer reconhecimento como de atividade pública à nível municipal, estadual e nacional;
- IV. Filiar ao Conselho Nacional de Serviço Social;
- V. Estabelecer um plano de meta para os primeiros quatro anos de existência da entidade;
- VI. Elaborar e aprovar o Regimento interno e Código de Ética;
- VII. Requerer junto ao Ministério das Comunicações abertura de canal para concessão e exploração do serviço de radiodifusão comunitária;
- VIII. Instalar a **Rádio Comunitária FM** dentro dos padrões técnicos exigidos pelo Minicon e elaborar uma programação eminentemente regional, voltada para a comunidade e seus problemas;
- IX. Associar a **Rádio Comunitária FM** à entidade nacional, regional ou distrital de radiodifusão comunitária;
- X. Construir o conselho comunitário para a emissora;
- XI. Construir a Sede Social;
- XII. Manter intercâmbio com demais entidades que tenham os mesmos fins;
- XIII. O exercício social e financiamento coincidem com o ano civil;
- XIV. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 48º - Os casos não especificamente previstos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, que aplicara subsidiariamente a legislação em vigor no país.

Art. 49º -A Diretoria Executiva da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária de Picuí** fica assim constituída:

Diretór-Presidente;

Diretor-Executivo;


Benedito Gomes da Silva
OAB-PR 4287

[09.285.701/0001-99]
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Bel. Vinicius José Cavalcante de Lima
Cartoriado1oficiopicuib@hotmail.com
Rua 24 de Novembro, 36
Centro - CEP: 58.187-000
PICUI - PB

PICUI CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
-REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS-

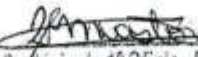
Apresentado hoje, protocolado e registrado sob o nº 2.067, fls. 289/305 no Livro A-15, ficando cópia arquivada neste serviço. O que certifico e dou fé.

Picuí-PB, 07/12/2016.

Selo Digital: ADH37930-ESCC

Acesse o site: <https://selodigital.tjpb.jus.br>


Emolumentos: R\$ 212,26 – FEPJ: R\$ 42,45 – FARPEN: R\$ 4,61 – MP R\$ 3,40


Cartório do 1º Ofício - Picuí - PB
Vanessa de Macedo Costa
Escritorinha Designada

Secretário Geral;
Diretor de Patrimônio e Finanças;
Diretor de Cultura e Artes;
Diretor de Formação e Capacitação;
Diretor de Comunicação Social e Marketing;
Conselho Fiscal.

Art. 50º - Este Estatuto será registrado no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Picuí, Estado da Paraíba, e terá sua inscrição no Cadastro Geral do Contribuinte da Receita Federal, o qual entrará em vigor na data de sua aprovação e/ou publicação.

Picuí-PB, 11 de abril de 2011


Diego Bruno de Araújo Negreiros
DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS
Presidente


Benedito Gomes da Silva
OAB-PB 4287



APARC

Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária

CNPJ: 03.582.697/0001-44

Picuí-Paraíba

RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

DATA: 25/06/2018

OBJETIVO: Avaliar programação da Rádio Comunitária Sisal Fm do município de Picuí-PB e definir a Grade de Programação para o segundo semestre do ano de 2018, entre outros assuntos relativos ao tema.

DESENVOLVIMENTO:

Os membros do Conselho Comunitário da APARC, abaixo relacionados, em reunião previamente convocada, analisaram a programação veiculada durante o primeiro semestre do ano de 2018 da Rádio Comunitária Sisal FM do município de Picuí-PB, chegando a conclusão, que foi bastante proveitosa para a comunidade e atendeu as determinações contidas na norma 01/2011 e Portarias do ministério das comunicações.

Ato contínuo, depois de discutido e analisado, foi aprovado por unanimidade a nova **"Grade de Programação da Rádio Sisal FM"** para o segundo semestre do **ano de 2018**, podendo sofrer alteração durante a sua execução no período, com consequente aprovação previa desse Conselho. A saber:

GRADE DE PROGRAMAÇÃO ANO 2018

ABERTURA DA PROGRAMAÇÃO

Horário: 05h00 hs

Apresentador: Reginaldo Araújo

Hino de Picuí seguido do **Programa Cultural Sertão e Viola**

01) PARAIBA VERDADE

Horário: 6:00 as 7:00 – segunda a sexta-feira

Apresentador: ADELTON ALVES E EDMILSON PEREIRA

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa jornalístico de entrevistas, reportagens com tema sócio econômico, político, cultural e tudo que envolva os cenários locais, estaduais, nacionais e mundiais as últimas informações em tempo real direto da internet.

02) PROGRAMA JORNAL MUNICIPAL

Horário: 7:00 as 7:30 – segunda a sexta-feira

Apresentador: Assessoria de Comunicação da P.M.Picuí

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com meia hora de muita informação das atividades do poder Executivo Municipal, com divulgação dos agendamentos da saúde, ação social, educação, esporte, entre outros avisos de utilidade pública, entrevistas e participação ativa dos ouvintes através do telefone e cartas.

03) PROGRAMA ALEGRIA GERAL

Horário: 8:00 as 11:00 – segunda a sexta-feira

Apresentador: Wilton Pinheiro

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com 03 (três) horas de muita musica, informações diversas, serviço de utilidade pública, notícias, fofocas da televisão e horóscopo. Com a participação ativa dos ouvintes através de e-mail, telefone e cartas.

04) PROGRAMA JORNAL DA SISAL

Horário: 11:00 as 12:00 – segunda a sexta-feira

Apresentador: Wilton Pinheiro e Equipe

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa jornalístico onde a comunidade tem hora, vós e vez além de entrevistas, reportagens com tema sócio-econômico, político, cultural e tudo que envolva os cenários locais, estaduais, nacionais e mundiais as ultimas informações em tempo real

direto da internet. Com a participação dos ouvintes através de telefone, e-mail e cartas.

05) FALA PARAIBA

Horário: 12:00 as 13:00 – segunda a sexta-feira

Apresentador: Fernando Caldeira e Petrônio Torres

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com uma hora de muito jornalismo e divulgação das atividades e ações do Governo Federal, Estadual e Municipal, além de utilidade pública e avisos. Participação dos ouvintes através de telefone exercendo a sua verdadeira cidadania.

06) PROGRAMA ALTO ASTRAL

Horário: 13:00 as 17:00 – segunda a sexta-feira

Apresentador: Ana Lúcia

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com quatro horas, feito totalmente pelo ouvinte, participando e pedindo a musica predileta através de telefone fazendo a programação musical ao seu critério, concorre também a sorteios de vários prêmios, além das informações diversas em tempo real direto da internet sobre capitulo das novelas, babados da sociedade e serviços de utilidade pública.

07) PROGRAMA MENSAGEM DE ESPERANÇA

Horário: 17:00 as 18:00 – segunda a sexta-feira

Apresentador: Pastor e Obreiros Igreja Assembleia de Deus

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa destinado a comunidade evangélica Assembleia de Deus pregando a palavra de Deus, apresentado pela equipe da Igreja da nossa comunidade com uma hora de hinos e mensagens evangélicas.

08) PROGRAMA TOCANDO A BOLA

Horário: 18:00 as 19:00 – segunda a sexta-feira

Apresentador: Equipe de Esporte

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa destinado ao esporte amador regional, com informação em tempo real através da internet do futebol profissional do Brasil e do mundo. Entrevistas com atletas e dirigentes das equipes e participação dos ouvintes através de cartas e telefone.

09) PROGRAMA VOZ DO BRASIL

Horário: 19:00 as 20:00 – segunda a sexta-feira

Apresentador: Radiobras Sonoplastia: internet

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com uma hora com transmissão obrigatória da voz do brasil.

10) PROGRAMA FLASH MEMORY 87,9

Horário: 20:00 as 21:00 – segunda a sexta-feira

Apresentador: Socorro Macedo

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com uma hora de musicas românticas da MPB e internacionais variadas, mensagens, noticias e a participação dos ouvintes através dos telefones, cartas e noticias da televisão.

11) PROGRAMA BOM DIA SAUDADE

Horário: 06:00 as 08:00 – sábado

Apresentador: Zé Onildo

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa de duas horas de muita musica jovem Guarda e Velha Guarda, Poesias, Noticias em tempo real, com a participação dos ouvintes através de e-mail e cartas solicitando a sua musica e muita noticia da internet.

12) PROGRAMA SABADO LEGAL DA SISAL FM

Horário: 08:00 as 15:00 - sábado

Apresentadores: Francisco Araújo

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa bem movimentado e diferente com onze horas de muita musica, sorteios de prêmios, entrevistas, entretenimento, informações em tempo real direto

da internet e a participação de matérias ao vivo das ruas através do telefone serviço de utilidade pública, com a participação dos ouvintes através de telefone, e-mail a cartas solicitando a sua música.

13) PROGRAMA SALA DE REBOCO

Horário: 16:00 as 19:00 - sábado

Apresentador: Reginaldo Araújo

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa bem movimentado e diferente com onze horas de muita música, sorteios de prêmios, entrevistas, entretenimento, informações em tempo real direto da internet e a participação de matérias ao vivo das ruas através do telefone serviço de utilidade pública, com a participação dos ouvintes através de telefone, e-mail a cartas solicitando a sua música.

14) PROGRAMA ROBERTO CARLOS ESPECIAL

Horário: 06:00 as 08:00 – domingo

Apresentador: Zé Onildo

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com duas horas feitas exclusivas para os admiradores do rei Roberto Carlos, incluindo meia hora com convidados diferentes e os sucessos do passado.

15) PROGRAMA VALE A PENA TER SAUDADE

Horário: 08:00 as 09:00 – domingo

Apresentador: Zé Onildo

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com uma hora só de música internacional e da MPB que marcaram época, com poesias e muito romantismo.

16) PROGRAMA DOMIGÃO LEGAL DA SISAL

Horário: 09:00 as 11:00 – domingo

Apresentador: Tales Macedo

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa bem movimentado e diferente com duas horas de muita musica sorteio de prêmios, entrevistas, entretenimento, informações em tempo real direto da internet e a participação de matérias ao vivo das ruas através do telefone, serviço de utilidade pública. Com a participação ativa dos ouvintes através do telefone, e-mail e cartas solicitando sua musica.

17) PROGRAMA VEREADORES DA OPOSIÇÃO

Horário: 11:00 as 12:00 – domingo

Apresentador: Flávio Fernandes

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com uma hora de Entrevista com os vereadores da oposição do município de Picuí com participação do deputado Buba Germano e convidados, utilidade pública, e participação da comunidade através do telefone, cartas, internet, entre outras.

18) PROGRAMA VEREADORES DA SITUAÇÃO

Horário: 12:00 as 13:00 – domingo

Apresentador: Janderier Macedo

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa com uma hora de Entrevista com os vereadores de situação do Município de Picuí com a participação do prefeito Olivânio Remígio e convidados, utilidade pública, e participação da comunidade através do telefone, cartas, internet, entre outras.

21) PROGRAMA BREGÃO DA SISAL

Horário: 13:00 as 17:00 – domingo

Apresentador: Lima Barros

ABERTURA E ENCERRAMENTO DO PROGRAMA

Um programa bem movimentado e diferente com quatro horas de muita música brega informações em tempo real direto da internet e a participação de matérias ao vivo das ruas através do telefone, serviço de utilidade pública. Com a participação ativa dos ouvintes através do telefone, e-mail e cartas solicitando sua musica.

22) ENCERRAMENTO DA PROGRAMAÇÃO

Horário: 21:00 – segunda a domingo

ENCERRAMENTO DA PROGRAMAÇÃO COM O HINO DE PICUI.

Picuí-PB, 25 de JUNHO de 2018.


ELAINE CRISTINNE DE ARAUJO N. LIMA

Presidente

REP. APROSISAL

CNPJ: 03.721.583/0001-38


ARNALDO XAVIER DA FONSECA

MEMBRO

REP. APROSICS

CNPJ: 12.605.853/0001-36


JOAQUIM VIDAL DE N. FILHO

MEMBRO

REP. SINDICATO RURAL

CNPJ: 09.328.469/0001-29


MARIA FERREIRA DOS SANTOS

MEMBRO

REP. ADECOMPI

CNPJ: 04.657.123/0001-50


AMPARO IVANILDA DOS SANTOS LIMA

MEMBRO

REP. OCADS

CNPJ: 08.824.665/0001-21

APARC

Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária

CNPJ: 03.582.697/0001-44

Rua 18 de Março, 142 – centro – Picuí-Paraíba

Processo: Nº 53900.004638/2014-46-NT: Nº 10 – N.T: Nº 10736/2018/SEI-MCTIC

Assunto: Impossibilidade de Emissão de Certidão Trabalhista

JUSTIFICATIVA

Diante da **impossibilidade** do **Tribunal Regional do Trabalho – Junta de Picuí-PB**, fornecer a nossa Entidade a **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, passamos a justificar o que segue:

- 1- A APARC é uma sociedade civil, filantrópica constituída de um quadro de associados que de acordo com seu **estatuto art. 26º** Nenhum membro da Diretoria ou que venha a trabalhar na Entidade poderá ser remunerado. Salvo se for com base na Lei de Serviços Voluntários devidamente autorizados e aprovados pela maioria de sua diretoria executiva.
- 2- Acontece que a sócia e membro da nossa diretoria **Maria Alcione Santos**, desde fevereiro de 2003, conforme ATA em anexo, desenvolveu suas atividades em nossa emissora de cunho comunitário na função de Locutora. Mesmo sendo sócia, assinamos um **Contrato de Serviço Voluntário remunerado** com base na **Lei 9.608 de 18/02/1998**, no período de **abril de 2004 a fevereiro de 2013**, devidamente autorizado pela Diretoria Executiva conforma documento junto.
- 3- No final de **fevereiro de 2013** a nossa associada **Maria Alcione dos Santos**, abandonou suas atividades e **90 dias após**, ingressou na **Justiça do Trabalho com uma ação trabalhista**, cobrando contrato de trabalho, horas extras, aviso prévio, férias, 13º salário, FGTS, multas, seguro de desemprego entre outros.
- 4- Apesar de mostrarmos toda improcedência das alegações da reclamante em nossa contestação (documento junto), a Vara do Trabalho do município de Picuí-PB, julgou procedente a reclamação em tela, condenando nossa Entidade a pagar a reclamante o valor de **R\$ 31.025,38 (Trinta e Um Mil, Vinte e Cinco Reais e Trinta e Oito centavos)**.

APARC

Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária

CNPJ: 03.582.697/0001-44

Rua 18 de Março, 142 – centro – Picuí-Paraíba

- 5- A decisão injusta da Justiça do Trabalho, se encontra paralisada com sua execução, face a falta de condições financeiras da nossa Entidade que funciona de forma precária com a parceria do comércio local e ajuda voluntária de associados, motivo pelo qual nos encontramos impossibilitados de receber a **Certidão Negativa Trabalhista**.

Diante das informações acima exposta, esperamos ter justificado a ausência da Certidão solicitada, ao tempo em que solicitamos que **esse Ministério das Comunicações conceda a renovação da nossa Outorga**, vez que se trata de um **ato justo, onde além de comprovarmos o ato ilegal do TRT-PB, cumprimos com todas as exigências** solicitadas por esse Ministério das Comunicações.

Picuí-PB, 10 de julho de 2018.




Diego Bruno de Araújo Negreiros

Presidente

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA ÚNICA
VARA DO TRABALHO DE PICUI-PB

A ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE
RADIODIFUSAO COMUNITARIA – APARC, entidade sem fins
lucrativo, de direito privado, com sede na Rua 18 de Março-
centro- Picuí – PB, nesta comarca, por seu advogado, procuração
anexa, (doc. Junto nº. 01), no final assinado, com escritório na
Rua Paulino Edesio de Macedo nº. 20 Bairro Pedro Salustino,
Picuí – PB, CEP 58.187.000, nesta comarca, onde recebe
intimações, vem, com o devido respeito, apresentar sua
CONTESTAÇÃO nos autos da **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA** nº.
0021100-33.2013.5.13.0013, que lhe move **MARIA ALCIONE DOS
SANTOS**, nos auto também qualificado em curso, perante essa
Douta e Egrégia Única Junta de Conciliação e Julgamento,
pedindo inicialmente, seja-lhe deferido o benefício da Justiça
gratuita nos termos do art. 789, & 9º da CLT, e Lei nº. 1060/50
c/c o inciso LXXIV do art. 5º da C.F. que seguem:



PRELIMINARMENTE:

DA OCORRENCIA DA MÁ FÉ:

Embora saiba a reclamada que a ação instaurada é manifesta, e irresponsavelmente improcedente, é de boa cautela processual, por razões de ética profissional utilizar todos os meios de defesa que o estado de direito põe a sua disposição, entre eles a invocação do princípio da má fé, insculpido no art. 17 do CPC, aplicado subsidiariamente a Legislação Trabalhista; É que, Douto magistrado, a Reclamante alega, ferindo o princípio da primazia e da verdade, que teria trabalhado para a Reclamada no período de outubro de 2002 a fevereiro de 2013, o que improcede, visto que a APARC, **iniciou suas atividades de Radiodifusão Comunitária, em data de 02/09/2004**, conforme documento do Ministério das Comunicações, (doc. Junto nº. 02), e formula pedidos de forma ineptos, sem identificar a que período se refere;

Assim, data vênia, requer por cautela seja todos os títulos, atingidos pela má fé excluídos do processo de logo, face o comando da norma processual civil acima invocada, o que se requer:

"DE MÉRITOS":

A Reclamante Douto Magistrado é sócia, desde fevereiro de 2003 e membro diretor da Entidade na qualidade de integrante do Conselho Fiscal desde 01 de novembro de 2003, conforme Ata em anexo. (doc. Junto nº. 03), a qual, na qualidade de seu membro Diretor, não pode receber nenhuma remuneração conforme Estatuto Social que no seu art. 26 preceitua:



Art. 26 – Nenhum Membro da Diretoria ou que venha a trabalhar na Entidade poderá ser remunerado. A admissão de pessoas será com base na Lei do Serviço Voluntário. A contratação e demissão de funcionários (se tiver) dependerá da aprovação da maioria da Diretoria Executiva.

Observe Vossa Excelência, que a Reclamante na qualidade de Diretos Executivo da Reclamada, tinha conforme art. 28º e seus parágrafos, autonomia estatutária para exercer suas atribuições voluntarias sem que recebessem ordens do Diretor Presidente ou de terceiros. (doc. Junto nº. 04 e 05).

Ressalte-se que só na mente da reclamante é que, o trabalho voluntário gera vínculo empregatício. Senão vejamos:


A Lei nº 9.608, de 18/02/1998, no seu art. 1º parágrafo único (doc. Junto nº. 06), estatue:

“O Serviço Voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.”

Ainda no seu art. 3º da mencionada Lei de Trabalho Voluntário, reza o seguinte:

“O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias”

Desta forma em obediência ao que rege as normas estatutárias, a Diretoria da APARC, em conformidade com a **Lei Federal nº 9.608/98**, após receber da parte da associada e reclamante o **Termo de Adesão ao Serviço Voluntário** (doc. Junto nº 07), autorizou através de **Termo de Autorização de Despesas Voluntárias** conforme determina o art. 3º, parágrafo único da



mencionada Lei, (doc. Junto nº 08), o ressarcimento do trabalho voluntário prestado pela reclamante, através do apoio cultural efetuado pelo comercio local, os quais são recebidos pelos associados que prestam serviços voluntários a Rádio Comunitária Sisal FM, por eles próprios, no caso em tela, a Reclamante, ressaltando-se que devidamente autorizados na Lei Federal nº 9.612/98 de 19/02/1998, combinado com a Norma Complementar nº 1/2004-Serviço de Radiodifusão Comunitária. (doc. Junto nº 06).

Assim, Excelência, a reclamatória trabalhista ora contestada, é manifestamente improcedente, pelo que a reclamada, com a devida vênia, para que se não entenda a presente contestação como genérica, passa a contestar título por título, requerendo, assim, seja decretada a improcedência da lide;

1. DO CONTRATO DE TRABALHO

Improcede o alegado pedido trabalhado de outubro de 2002 a fevereiro de 2013, visto que a reclamante só laborou para a reclamada em caráter voluntário, no período de 01 de abril de 2008 a fevereiro de 2013; Quando saiu de livre e espontânea vontade (abandono das suas atividades voluntárias), sem dar a mínima satisfação ao Conselho Comunitário da Reclamada;

2. HORAS EXTRAS

Improcede o pedido de horas extras com 50% a serem apuradas em liquidação de sentença, pelos motivos acima declinados, bem como o pedido de horas extras de 100% aos feriados, daí porque, o trabalho voluntário não gera vínculo empregatício;



3. AVISO PRÉVIO

Improcede o pedido de aviso prévio, porque a Reclamante não era empregada da Reclamada e sim associada e Membro Diretor desta, assim como abandonou suas atividades voluntárias estatutárias sem motivo justificado a Diretoria da Associação;

4. FÉRIAS

Pelos mesmos motivos, improcede os pedidos de férias acrescidas do terço constitucional, ate porque a reclamante mesmo se fosse empregada da Entidade, não teria indicado a que período se refere;

5. 13º SALÁRIO

Improcede os pedidos de 13º salário, porque o trabalho voluntário não gera vínculo empregatício, em razão disso o pedido é inepto;

6. FGTS E MULTA

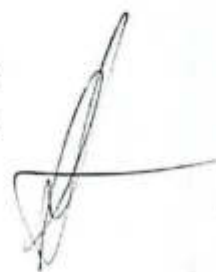
Improcede o pedido de FGTS e multa de 40% em numero, requerido de forma inepta, sem pelos mesmos motivos já declinados, razão pela qual sem o vínculo empregatício, não há o que se falar em verbas indenizatórias;

7. SEGURO DESEMPREGO

Improcede o pedido de indenização pelo não recebimento do Seguro Desemprego, também pelos vários motivos já exaustivamente mencionados;

8. PEDIDOS DE INTEGRAÇÃO

Improcede os pedidos de integração das horas extras no aviso prévio, férias mais um terço constitucional 13º salário, sobre



FGTS mais 40%, por serem os pedidos, abusivos, absurdos e aberrantes.

9. HONORÁRIOS ASSISTENCIAIS

Não são devidos honorários advocatícios, em razão da improcedência da ação, assim como por se tratar de uma Entidade filantrópica que não dispõe de recursos para tal fim.

10. RETENÇÃO DE CTPS

Improcede a informação, visto que a APARC, entidade mantederora da Rádio Comunitária Sisal FM na cidade de Picuí, nunca assinou carteira profissional, até porque são todos associados que prestam serviços voluntários remunerados, em obediência as normas estatutárias da Associação, razão pela qual, requeremos que seja apresentada pela reclamante a sua CTPS, a fim de comprovar a veracidade dos fatos aqui narrados.

Pelas razões expostas, confia a Reclamada seja julgado totalmente improcedente a presente reclamatória, por ser imperativo de Justiça! Protesta pela produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente depoimento pessoal do Reclamante, sob pena de confissão, testemunhais, e perícia se necessário for.

Termos em que,

Pede deferimento.

Picuí – PB, 17 de julho de 2013.



BENEDITO GOMES DA SILVA

Advogado OAB/ 4.287- PB

Art. 24º - Caberá ao Diretor de Comunicação e Marketing:

I – Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;

II – Operacionalizar, coordenar e supervisionar a marca e filosofia da entidade junto ao público em geral;

III – Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada e sistemática e eficiente a divulgação, objetivos e realizações da entidade;

IV – Coordenar e supervisionar todo o trabalho e material para elaboração da divulgação, determinando as diretrizes e a filosofia criativa da comunicação-padrão da entidade;

V – Planejar e organizar todo ato de criação para a seleção de tipos, boa apresentação e identificação da entidade;

VI – Garantir à consistência e a qualidade as demais áreas, cumprindo as normas e diretrizes da diretoria.

Art. 26º - Nenhum membro da diretoria ou que venha a trabalhar na entidade poderá ser remunerado. A admissão de pessoas será com base na Lei do Serviço Voluntário. A contratação e demissão de funcionários (se tiver) dependerá da aprovação da maioria da Diretoria Executiva.

Art. 27º - É vedado ao responsável por cada diretoria obrigar ou comprometer a entidade em negócios e assuntos estranhos aos fins e interesses sociais.

Capítulo IV

Das Atribuições do Conselho Fiscal

Art. 28º - O Conselho Fiscal é o órgão de controle e fiscalização da entidade, eleitos juntamente com a Diretoria Executiva para um mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleito por igual período e será composto por 4 (quatro) membros, 2 (dois) efetivos e 2 (dois) suplentes, o qual será coordenado por um dos seus pares, a que lhe compete entre outras coisas:

I – Fiscalizar as ações e as movimentações financeiras da entidade como: entradas, saídas e aplicações de recursos, emitindo pareceres para apreciação da Diretoria Executiva em Assembléia;

II – Examinar e aprovar o orçamento anual, opinando sobre relatórios do Diretor de Finanças e Patrimônio, sugerindo alterações, se necessário, e emitir parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis, em consonância com a Diretoria Executiva e deliberação da Assembléia Geral.

III – Solicitar a Diretoria Executiva sempre que se fizer necessário, esclarecimentos e documentos comprobatórios de receitas e despesas;

IV – Verificar as atividades da Diretoria Executiva, se esta agindo de acordo com o presente Estatuto;

V - Averiguar e apurar denúncias que digam respeito à administração da entidade;





Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DOC. 06

LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998

Texto compilado

Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

Art. 2º O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art. 3º O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Paulo Paiva

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 19.2.1998

Doc. 7

APARC
Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária
Radio Sisal FM

TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Nome: Maria Alcione dos Santos

Identidade: 2.143.023 – SSP/PB_ **CPF:** 058.822.114-76

Endereço: Rua Joaquim Avelino De Macedo Nº 112

Bairro: Bairro Limeira **CIDADE:** Picuí/PB_ **CEP:** 58.187-000

Telefone: 9944-4027

Tipo de serviço que o Voluntário vai prestar:

Locutor/Operador da Rádio Comunitária Sisal FM

Instituição onde o Voluntário vai prestar o serviço:

APARC – Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária

CGC:03.582.697/0001-44

Tel: (83) 3371.3037

Fax (83) 3371.3029

Declaro que estou ciente e aceito os termos da Lei do Serviço Voluntário, nº 9.0608, de 18 de fevereiro de 1998.

Picuí – PB, 01 de Abril de 2008.



MARIA ALCIONE DOS SANTOS


- Locutora/Operadora -




DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS

Presidente da APARC

Testemunhas:


José Onildo de Negreiros


Elaine Christinne de Araújo N. Lima

Doc 8

APARC

Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária
PICUI - PARAÍBA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS VOLUNTÁRIAS

A Diretoria Executiva da APARC, no uso de suas atribuições estatutárias legais, contidas no art. 17º - inciso V, combinado com o que dispõe a Lei nº. 9.612/98 de 18/02/1998 que dispõe sobre o serviço de radiodifusão comunitária.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado o ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas, pelos associados da APARC que desenvolve atividades voluntárias na Rádio Sisal FM;

Art. 2º - As despesas a que se refere o art. 1º serão pagas, com doações voluntárias oriundas de Apoio Cultural recebido pela APARC, face ao serviço de divulgação na programação da Rádio Comunitária Sisal FM;

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Picui - PB, em 02 de setembro de 2004.

ASSINAM OS MEMBROS DIRETORES PRESENTES:


DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS


ALEXANDRA CIBELI DANTAS DA SILVA


ELAINE CRISTINE DE ARAUJO N. LIMA


MARIA DO SOCORRO COSTA MACEDO


LINDOMAR BARROS DE LIMA


ARNALDO XAVIER DA FONSÊCA


JOSÉ ONILDO DE NEGREROS
Presidente do Conselho Comunitário

Rua. Ferreira de Macedo, s/n - Bairro Centro
Picui - Paraíba

ANEXO 4
DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO ASSINADA PELOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Nós, abaixo-assinados, na qualidade de dirigentes da APARC – Associação Picuiense Artística e Cultural de radiodifusão Comunitária declararam, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Diego Bruno de Araújo Negreiros
DIEGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS
CPF: 032.706.524-96

Alexandra Cibeli Dantas da Silva
ALEXANDRA CIBELI DANTAS DA SILVA
CPF: 897.659.314-68

Arnaldo Xavier da Fonseca
ARNALDO XAVIER DA FONSECA
CPF: 952.934.344-20

Odilon Ferreira Lima Neto
ODILON FERREIRA LIMA NETO
CPF: 914.083.694-00

Maria Alcione dos Santos
MARIA ALCIONE DOS SANTOS
CPF: 058.822.114-76

Sandra Ferreira da Costa
SANDRA FERREIRA DA COSTA
CPF: 504.123.474-72

Maria do Socorro Costa Macedo
MARIA DO SOCORRO COSTA MACEDO
CPF: 036.032.734-60

Elaine Cristine de A. N. Lima
ELAINE CRISTINE DE ARAUJO N. LIMA
CPF: 043.913.274-65

Lindomar Barros de Lima
LINDOMAR BARROS DE LIMA
CPF: 691.234.004-20

Ailton Barbosa de Araújo Segundo
AILTON BARBOSA DE ARAUJO SEGUNDO
CPF: 089.236.704-05

Sebastião Wilton Pinheiro Piheiro
SEBASTIÃO WILTON PIHEIRO
CPF: 036.097.364-70

Maria Dantas de Araújo
MARIA DANTAS DE ARAUJO
CPF: 441.515.784-84

Endereço para correspondência: Rua 18 de Março, 142 - centro na cidade de Picuí, Estado da Paraíba, CEP 58.187-000.

Telefone para contato: (83) 3371.3037 – 9910.1785

Correio eletrônico (e-mail): sisalfm@hotmail.com,

OBSERVAÇÃO	Assinatura(s) e(s) do(s) representante(s)
	<i>[Assinatura]</i> 05/04/2018 Mônica Maria de Lima

Doc. 03

**Ata da Assembléia Geral de Eleição e Posse da Diretoria da
Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão
Comunitária
APARC**

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, na sede da APARC, cito a rua Ferreira de Macedo, 07 – centro, município de Picuí, reuniram-se com o propósito de elegerem a sua nova Diretoria os associados da APARC; presidindo os trabalhos, o senhor **Euclides Ramos de Araújo**, que convidou a mim, **Paulo Sergio de Araújo Pereira** para secretariar os trabalhos e lavrar esta Ata. Em seguida, foi feita a comunicação do edital de convocação, conforma Estatuto; dando início a sessão foi apresentada apenas uma chapa para concorrer ao Pleito, que foi aprovada por unanimidade dos presentes ficando assim constituída: **Diretor Presidente: DIEGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS**, **Secretário Geral: WALESKA REIS DE ARAÚJO**, **Diretor Executivo: PAULO SERGIO DE ARAUJO PEREIRA**, **Diretor de Finanças e Patrimônio: ELAINE CRISTINE DE ARAUJO NEGREIROS LIMA**, **DIRETOR DE CULTURA E ARTES: LUIZ PEREIRA DE ARAUJO**, **Diretor de Formação e Capacitação: LINDOMAR BARROS DE LIMA**, **Diretor de Comunicação e Marketing: ODILON FERREIRA LIMA NETO**, **Conselho Fiscal: JOAQUIM VIDAL DE NEGREIROS E MARIA ALCIONE SANTOS**, **Suplentes do Conselho Fiscal: JANDERRIER MACEDO E SEVERINO RAMOS DE MEDEIROS**. Todos os membros eleitos foram declarado e empossados. Para o período Administrativo de **01 de Novembro de 2003 a 01 de Novembro de 2007**, e como nada mais havia a ser tratado, foi a presente reunião encerrada e esta ata lavrada que depois de lida e aprovada, será assinada por quem de direito. Picuí, Paraíba, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e três.

OBSERVAÇÃO: ESTÁ COPIADA CONFORME A ORIGINAL.


DIEGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS


PAULO SERGIO DE ARAÚJO PEREIRA


ELAINE CRISTINE DE ARAUJO N. LIMA


ODILON FERREIRA LIMA NETO


MARIA ALCIONE SANTOS


JANDERYE RAMON DOS SANTOS MACEDO


LUIZ PEREIRA DE ARAUJO


WALESKA REIS DE ARAÚJO


LINDOMAR BARROS DE LIMA


JOAQUIM VIDAL DE NEGREIROS


SEVERINO RAMOS DE MEDEIROS

Doc 03

Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária
Picui - Paraíba

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA APARC - ASSOCIAÇÃO PICUIENSESSE ARTISTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Aos dois dias do mês de novembro do ano de 2007, reuniram-se os associados da APARC abaixo assinados, com o objetivo de elegerem a sua nova Diretoria, Iniciada a Reunião, o Senhor Presidente dos Trabalhos, José Onildo de Negreiros, convidou a mim Paulo Sergio de Araújo Pereira, para secretariar e lavrar esta Ata. Em seguida foi feita a comunicação do Edital de Convocação, conforme Estatuto; Dando início a sessão, foi apresentada apenas uma chapa para concorrer a pleito, que foi aprovada por unanimidade dos presentes, ficando assim constituída: **Diretor Presidente:** DIEGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS, **Secretário Geral:** MARIA DO SOCORRO RIBEIRO COSTA MACEDO, **DIRETOR EXECUTIVO:** PAULO SERGIO DE ARAUJO PEREIRA, **DIRETOR DE FINANÇAS E PATRIMONIO:** ELAINE CRISTINE DE ARAUJO N. LIMA, **DIRETOR DE CULTURA E ARTES:** ARNALDO XAVIER DA FONSÊCA, **DIRETOR DE FORMAÇÃO DE CAPACITAÇÃO:** LINDOMAR BARROS DE LIMA, **DIRETOR DE COMUNICAÇÃO E MARKETING:** ODILON FERREIRA LIMA NETO, **CONSELHO FISCAL:** MARIA ALCIONE SANTOS, VALESKA REIS DE ARAUJO; **SUPLENTE:** JANDERIER HAMON DOS SANTOS MACEDO E LUIZ PEREIRA DE ARAUJO, Todos os Membros eleitos, foram declarados empossados para o período administrativo: **01 de NOVEMBRO DE 2007 A 01 DE NOVEMBRO 2011.** E como nada mais havia a ser tratado, foi a presente reunião encerrada e esta ata lavrada, que vai assinada por todos os membros presentes. Picui-Pb, aos dois dias do mês de novembro de 2008.

JOSÉ ONILDO DE NEGREIROS

PAULO SERGIO DE A. PEREIRA

ARNALDO XAVIER DA FONSÊCA

DIEGO BRUNO DE ARAUJO NEGREIROS

VALESKA REIS DE ARAUJO

MARIA DO SOCORRO R. COSTA

LINDOMAR BARROS DE LIMA

LUIZ PEREIRA DE ARAUJO.

MARIA ALCIONE SANTOS

JANDERIER HAMON S. MACEDO

ELAINE CRISTINNE DE A. N LIMA



8406-2007/03/11/07/2013
09:50

**EXMO. SR. DR. JUIZ DO TRABALHO DA ____ VARA DE
PICUI/PB**

MARIA ALCIONE DOS SANTOS, brasileira, solteira, radialista, portadora da cédula de identificação de nº. 2.143.023, inscrita no CPF sob o nº. 058.822.114-76, residente e domiciliada na Rua Joaquim Avelino de Macedo, 112, Limeira, Picuí/PB, CEP 58.187-000, vem, por intermédio de seus advogados, devidamente habilitados nos termos do instrumento procuratório em anexo, com endereço profissional localizado na Rua Francisca Moura, 548, João Pessoa – PB, CEP: 58.013-441, local onde recebem notificações e demais correspondências de praxe, à ilustre presença de Vossa Excelência, propor a presente

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

em face da empresa **RADIO SISAL FM**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.582.697/0001-44, situada na Rua Ferreira de Macedo, 07, Centro, Picuí/PB, devendo ser citada na pessoa do seu representante legal, em razão dos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. DOS FATOS

A parte reclamante iniciou o seu vínculo empregatício com a empresa reclamada em **Outubro de 2002** sendo demitida em **Fevereiro de 2013** sem justa causa, sob a alegação de que a empresa não mais precisaria de seus serviços.

Mister esclarecer que, a demandada não pagou as verbas rescisórias a que fazia jus, tão pouco assinou sua carteira de trabalho, mantendo com este um contrato de trabalho clandestino, conforme restará comprovado na instrução processual por meio do depoimento pessoal da mesma e prova testemunhal. Registre-se, inclusive que a empresa reclamada retém até o presente momento sua CTPS ao argumento de que registraria o vínculo laboral havido entre ambos.

A postulante laborava como locutora, de segunda a sábado, sempre das 08h às 12h e recebeu como última remuneração a importância de R\$ 570,00 (quinhentos e setenta reais), portanto, abaixo do salário mínimo legal, merecendo, desse modo, a referida diferença salarial.

Saliente-se que durante todo o contrato de trabalho, a reclamante nunca percebeu, 1/3 Férias constitucional, 13º salário, não efetuava os depósitos



de FGTS e Previdenciários. Ainda, quando da rescisão contratual, a demandante não percebera Aviso prévio, 1/3 Férias constitucional, 13º Salário proporcional, liberação de guias de Seguro-desemprego, da diferença salarial já mencionada. Diante disso, faz jus à percepção de todas as verbas descritas, além de indenização pela retenção da CTPS da obreira.

Diante do exposto, não restou alternativa ao demandante a não ser buscar o judiciário para ter os seus direitos tutelados.

2. DO DIREITO

2.1 DO RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Não obstante a inexistência de assinatura da CTPS pela parte reclamada, o vínculo entre as partes preencheu todos os requisitos para se comprovar relação de emprego, senão vejamos:

PESSOALIDADE – a parte reclamante exercia suas atividades pessoalmente, não sendo substituído por nenhum outro empregado;

HABITUALIDADE – a prestação de serviço era habitual, de forma contínua e permanente, passando a reclamante ser parte integrante da cadeia produtiva da reclamada. Mister esclarecer, ainda, que o serviço era prestado de segunda a sábado;

ONEROSIDADE – os serviços prestados pela demandante eram devidamente remunerados, caracterizando a onerosidade do contrato de trabalho;

SUBORDINAÇÃO – a atividade desenvolvida pela parte reclamante por si só comprova o preenchimento de tal requisito, haja vista que ela exercia a função de locutora, obedecendo as mais variadas formas de ordens dadas pelo seu empregador.

Portanto, resta clara e evidente que a relação entre as partes era de emprego, o que dá ensejo à assinatura na CTPS da reclamante, para fins de futura aposentadoria.

2.2 DA DIFERENÇA SALARIAL – REMUNERAÇÃO ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL

O art. 7º da nossa Constituição Federal reza que, “são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: IV - **salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim**”.



Ressalte-se que, apesar de constar nos documentos em anexo, que a autora sempre percebeu remuneração mensal inferior ao mínimo legal, pois; em 2008, recebeu R\$ 400,00(quatrocentos reais), em 2009, recebeu R\$ 450,00(quatrocentos e cinquenta reais), em 2010, recebeu R\$ 500,00(quinhetos reais), em 2011 recebeu R\$ 545,00(quinhetos e quarenta e cinco reais), e por fim em 2012, recebeu R\$ 570,00(quinhetos e setenta reais), conforme documentos em anexo, o que será comprovado na instrução processual.

Em razão disso, deve o demandado ser condenado a pagar à demandante as diferenças salariais de todo o período contratual e seus reflexos sobre as demais verbas contratuais, acrescidos dos reflexos nos DSR's (súmula nº. 172, do TST), 13º salários (súmula nº. 45, do TST), férias anuais + 1/3 (art. 142, § 5º, da CLT), depósitos fundiários e repasses previdenciários e nas seguintes verbas rescisórias, quais sejam, aviso prévio (súmula 376, do TST), 13º salário (súmula nº. 45, do TST), férias proporcionais + 1/3 (art. 142, § 5º, da CLT) e FGTS + 40% (súmula 63, do TST).

2.3 INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL (retenção de CTPS)

Conforme informado supra, a reclamante iniciou o seu labor em Outubro de 2002 até Fevereiro de 2013 quanto então seus serviços foram dispensados. Ao longo do pacto laboral, em nenhum momento a reclamada manifestou interesse em regularizar sua situação trabalhista e previdenciária, mas poucos dias antes da dispensa sem justa causa, requereu-lhes entregasse a sua CTPS o que foi feito para tal fim, porém passados quase 4(quatro) meses retêm sua CTPS sem nenhuma justificativa plausível.

A pretensão da autora encontra guarida nos artigos 186, 927 e 949 do Código Civil Brasileiro, *in verbis*:

Art. 186 - Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 927 - Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187) causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Art. 949 - No caso de ofensa ou outra ofensa a saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento e lucros cessantes até o fim da convalescença, além de algum outro prejuízo que o ofendido prove haver sofrido.

No caso dos autos, os danos sofridos pela parte reclamante restarão comprovados quando da instrução processual, pois sem o referido documento restou impossibilitada de exercer o seu labor, ante a retenção do mesmo. Senão vejamos, o que decidiu recentemente a 2ª Turma do TST:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - RITO SUMARÍSSIMO - NULIDADE - DESPACHO DENEGATÓRIO. O despacho agravado foi exarado pelo permissivo do artigo 896, § 1º, da CLT, sendo certo que o Tribunal ad quem não está subordinado ao juízo de admissibilidade



formulado pelo Tribunal a quo. Isso porque o recurso de revista se sujeita a um duplo juízo de admissibilidade, sendo o primeiro deles realizado pela Presidência do Tribunal Regional, que é de cognição incompleta, consoante diretriz da Súmula nº 285 desta Corte. **NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL.** A reclamada limitou-se a alegar que a decisão regional deixou de se manifestar sobre teses específicas articuladas no seu recurso ordinário, sem, contudo, apontar quais as questões supostamente não analisadas pelo acórdão regional. Nesse contexto, não se verifica violação do artigo 93, IX, da Constituição Federal. **INDENIZAÇÃO - DANOS MORAIS E DANOS MATERIAIS - RETENÇÃO INDEVIDA DA CTPS.** O direito à indenização por danos morais encontra-se amparado no artigo 5º, X, da Constituição da República c/c o artigo 186 do Código Civil, assim como nos princípios insertos no artigo 1º da Constituição Federal (respeito à proteção da dignidade humana e da valorização do trabalho humano). Deve-se intentar que a conquista da dignidade humana está muito além da liberdade e da proteção física e psicológica do ser humano, considerando-se, também, suas conquistas no meio econômico, social e cultural. Na hipótese, a reclamante sofreu danos morais, porquanto incontroversa a retenção da sua CTPS pela reclamada. Nesse contexto, houve prática de ato ilícito culposos, que ofendeu a intimidade da reclamante, razão pela qual é de se reparar os danos daí advindos. **MULTA DO ARTIGO 477, § 8º, DA CLT.** Não demonstrado violação direta de dispositivo constitucional e não caracterizado contrariedade a Súmula de Jurisprudência desta Corte Superior, não há falar em processamento do recurso de revista, nos termos do art. 896, § 6º, da CLT. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

(AIRR - 1353-91.2010.5.03.0139 , Relatora Desembargadora Convocada: Maria das Graças Silvany Dourado Laranjeira, Data de Julgamento: 08/05/2013, 2ª Turma, Data de Publicação: 17/05/2013)

2.4 DOS TÍTULOS TRABALHISTAS A QUE FAZ JUS

Inicialmente, há de perquirir que o liame empregatício permaneceu inalterado (*statu quo ante*) desde o seu início até Fevereiro de 2013.

Sendo assim, e como consequência disto a parte reclamante faz jus, 1/3 Férias constitucional, 13º salário vencidos e proporcionais, FGTS de todo o período acrescido da multa de 40%, indenização pela não liberação das guias do seguro desemprego, recolhimento das contribuições previdenciárias, multa do art. 477 da CLT, a assinatura da CTPS de todo período laborado.

E caso não haja o pagamento, em tempo oportuno, das verbas incontroversas, o reclamante faz jus ainda ao recebimento da multa estabelecida no art. 467 da CLT sobre tais verbas.

2.5 DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Devido ao fato de estar submetida, no momento, a dificuldades financeiras que lhe impedem de arcar com um possível ônus advindo de uma



demanda judicial, sob pena de comprometer o sustento próprio e dos demais que dela dependem, se faz necessário a concessão da gratuidade judiciária que se encontra disciplinada na Lei 1.060/50 e no § 3º do art. 790 da CLT.

2.6 DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

O pagamento dos honorários de sucumbência pelo vencido tem a nobre função de possibilitar um julgamento justo, com a reparação integral do dano, evitando que o trabalhador tenha que retirar uma parte de seu crédito alimentar para pagar os honorários de seu advogado. Além disso, a ausência dos honorários de sucumbência faz com que o crédito trabalhista seja o mais barato de todos, desestimulando o seu adimplemento e fazendo com que o empregador dê preferência à quitação de dívidas de outra natureza, que são acrescidas de honorários advocatícios quando cobradas.

3. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto e com fundamento nos princípios da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho, da razoabilidade e da proporcionalidade, da busca da verdade real, do direito à vida e a saúde, requer:

- a) a notificação do representante legal da empresa reclamada, no endereço constante nesta exordial, para que compareça a audiência que será previamente designada por este juízo, e querendo, conteste o feito, sob pena de ser-lhe decretadas confissão e revelia;
- b) a concessão da gratuidade judiciária, que se encontra disciplinada na Lei 1.060/50 C/C art. 790, § 3º da CLT;
- c) **o pagamento das diferenças salariais, do aviso prévio, os 13º salários vencidos e proporcionais, 1/3 Férias constitucional, multas dos artigos 477 e 467 da CLT, Contribuições previdenciárias e FGTS + 40%, retroativos a todo o contrato, tudo a ser calculado em posterior liquidação de sentença.**
- d) indenização por dano moral pela retenção de CTPS;
- e) a condenação da reclamada nas verbas e honorários sucumbenciais;
- f) roga a produção de todo o rol de provas em direito admitidas, inclusive depoimento pessoal deste, do representante legal da reclamada e prova testemunhal;

Ademais, requer a este Douto Juízo que toda e qualquer notificação/intimação referente a presente reclamação seja feita em nome do subscritor desta peça Exordial, **MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA – OAB/PB 4007.**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª REGIÃO

Dá-se a causa o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Nestes termos,

Pede e espera DEFERIMENTO.

Campina Grande/PB, 22 de maio de 2013.

MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.
OAB/PB 4007



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª REGIÃO

Vara do Trabalho de Picuí-PB Proc nº0021100.2013.013.13.00-0

VARA DO TRABALHO DE PICUI/PB
JULGAMENTO DA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA
Nº CNJ: 0021100-33.2013.5.13.0013

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às 15:00 horas, na sala de audiências desta Vara, sob a Presidência do Exmº Sr. Juiz do Trabalho Dr. **JOÃO AGRA TAVARES DE SALES** foram, por ordem do MM Juiz Presidente, apregoados os litigantes, ausentes, passando o Magistrado a proferir a seguinte Decisão:

RECLAMANTE: MARIA ALCIONE DOS SANTOS
RECLAMADO: RÁDIO SISAL FM

Vistos etc.

MARIA ALCIONE DOS SANTOS, já qualificada na Exordial, apresenta Reclamação Trabalhista contra RÁDIO SISAL FM, postulando o exposto à seq. 1 do Processo. Sustenta que iniciou seu vínculo empregatício com a empresa reclamada em outubro de 2002 sendo demitida em fevereiro de 2013 sem justa causa, sob a alegação de que a empresa não mais precisaria de seus serviços. Reclama: concessão da gratuidade judiciária; pagamento das diferenças salariais, do aviso prévio, os 13º salários vencidos e proporcionais, 1/3 férias constitucionais, multas dos artigos 477 e 467 da CLT, contribuições previdenciárias e FGTS acrescido de multa de 40% retroativos a todo o contrato; indenização por dano moral pela retenção da CTPS; honorários sucumbenciais. Valor da causa fixado em R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais). Junta documentos. Regularmente cientificada, a reclamada comparece à audiência. Malograda a primeira proposta de acordo. Apresentada Defesa pela Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiofusão Comunitária – APARC, com arguição de preliminar de litigância de má-fé, e, no mérito, alega que o trabalho voluntário não gera vínculo empregatício conforme a Lei nº 9608 de 18/02/1998 e Norma Complementar 1/2004, contesta o período de trabalho que entende que foi de 1º de abril de 2008 a fevereiro de 2013, quando a reclamante saiu de livre e espontânea vontade, abandono de suas atividades voluntárias, sem dar a mínima satisfação para o Conselho Comunitário da reclamada, requer a improcedência total das verbas pleiteadas na inicial. Junta documentos. Realizadas as provas e encerrada a instrução processual. Razões finais das



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª REGIÃO

Vara do Trabalho de Picuí-PB – Proc nº00211.2013.013.13.00-0

partes reiterativas dos termos da inicial e dos termos da defesa. Malograda a segunda proposta de acordo. É o relatório.

DECISÃO
PRELIMINAR
LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Conforme verificar-se-á adiante, nesta Decisão, o vínculo de emprego foi reconhecido, ante o que improcede a prefacial em questão, pois a promovente não litiga de má-fé. Rejeita-se.

MÉRITO
DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DE OFÍCIO

Aplico a prescrição quinquenal de ofício, nos termos do art. 219 do CPC, para declarar prescritos os títulos anteriores a 01 de fevereiro de 2008, com exceção ao FGTS que deve ser alcançada pela prescrição, por ser trintenária.

RECONHECIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

À sequencial 1, pág. 2, a reclamante alega a existência do vínculo empregatício entre as partes. Em seu depoimento pessoal a reclamante disse: “que não faz parte da diretoria da APARC; que é apenas locutora e operadora; que era subordinada ao preposto, José Onildo e na ausência dele aos diretores da associação; que começou a trabalhar em outubro de 2002, bem antes da liberação da licença da rádio, porque a rádio funcionava de forma experimental; que o reclamado trabalha com várias associações; que a depoente trabalhou para a Rádio Sisal; que em relação aos documentos assinados pela depoente, esta era obrigada a assiná-los sem ler o conteúdo, sob pena de demissão; que era o preposto quem regulava o horário de trabalho da reclamante e dava ordens; que em relação aos seus salários a depoente buscava no comércio, através de propagandas e contratos de programas independentes com igrejas, prefeituras e câmeras municipais, por exemplo, até completar o salário mínimo, e se o valor buscado passasse o mínimo, o excedente era da rádio; que os contratos feitos diretamente com a rádio, pertenciam a reclamada; que nos últimos anos não conseguiu mais fechar contratos porque o preposto do reclamado se adiantava; que trabalhou inicialmente de forma experimental e quando a rádio iniciou a reclamante já estava; que apesar da reclamante conseguir os contratos, os mesmos eram em nome da rádio; que a reclamante foi demitida pelo preposto, Sr. José Onildo.”(grifei)

A primeira testemunha da promovente, comprovando o vínculo de emprego, disse que: “que trabalhou na reclamada de 15 junho de 2002 a 08 de dezembro de 2008; que fez acordo com a reclamada no Processo nº



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª REGIÃO

Vara do Trabalho de Picuí-PB – Proc nº00211.2013.013.13.00-0

26/2009, nesta Vara; que a reclamante era apenas locutora; que a reclamante fazia parte da associação e trabalhava na rádio; que trabalhou junto com a reclamante na rádio; que quando começou a trabalhar na rádio a reclamante já laborava na rádio; que quando o depoente era diretor a reclamante era sua subordinada; que a reclamante tinha horário a cumprir de 08 às 12h, todos os dias, a exceção dos domingos; que se a reclamante faltasse ao trabalho era advertida; que o preposto era diretor-presidente da rádio; que o depoente sempre foi subordinado ao preposto ou ao seu filho; que a reclamante tanto era subordinada ao depoente, quando este era diretor, e ao preposto quando este exercia o cargo de presidente; que quando o depoente deixou a rádio a reclamante permaneceu trabalhando na rádio; que os roteiros da rádio eram propostos pela reclamante ao diretor e ele aceitava ou não; que o poder de mando era do preposto.” (grifei)

Portanto, considerando o que esclarecido pela testemunha da promovente, Sr. Paulo Sérgio de Araújo Pereira, houve realmente vínculo de emprego, pois presentes todos os requisitos do artigo terceiro da CLT como pessoalidade, habitualidade, onerosidade e especialmente a subordinação, pois não houve trabalho voluntário. As declarações da testemunha da reclamada, Sra. Alessandra Cibele Dantas da Silva, não convenceram, entendendo-se que prevalece, na hipótese vertente, a prova testemunhal da reclamante, que afirmou também que o poder de mando era do preposto da empresa.

Verifica-se que a APARC é a entidade mantenedora da Rádio Comunitária Sisal FM, na cidade de Picuí-PB, conforme item 10 da Contestação apresentada na presente Reclamação Trabalhista, configurado o vínculo empregatício com a entidade referida.

PERÍODO DE TRABALHO. PROVA DOCUMENTAL. MODALIDADE DE DESPEDIDA

Demonstrado, na instrução processual, o período de trabalho informado na inicial. Entende-se que os documentos assinados pela reclamante realmente eram assinados sob ameaça de demissão sem justa causa e que esta modalidade de emprego realmente ocorreu neste ano de 2013 pois a empresa alegou não mais precisaria dos serviços da reclamante.

CONTRADITAS DAS TESTEMUNHAS

Ratificam-se as contraditas rejeitadas em audiência de instrução.

TÍTULOS RECLAMADOS

ANOTAÇÃO DA CARTEIRA DE TRABALHO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª REGIÃO

Vara do Trabalho de Picuí-PB - Proc nº00211.2013.013.13.00-0

Procede a anotação da CTPS no período de 1º de outubro de 2002 e demissão em 1º de fevereiro de 2013.

CONCESSÃO DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Conforme o disposto no art. 790, parágrafo terceiro, da CLT e pela Lei 1.060/50, deferem-se o benefício da assistência judiciária, pois presentes todos os requisitos para a sua concessão.

DIFERENÇAS SALARIAIS

Conforme os documentos apresentados pela promovente, como o anexado à seq. 2, pág. 6 do Processo, e considerando o que foi informado na exordial, à seq. 1, pág. 3 do Processo, deferem-se as diferenças salariais, pois a reclamante recebeu salários abaixo do mínimo, da seguinte forma: 2008 recebeu R\$ 400,00 (quatrocentos reais); em 2009 recebeu R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais); em 2010 recebeu 500,00 (quinhentos reais); em 2011 recebeu 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais); e em 2012 recebeu R\$ 570,00 (quinhentos e setenta reais). Portanto deferem-se as diferenças salariais nos períodos referidos, bem como seus reflexos sobre as verbas deferidas nesta sentença.

AVISO PRÉVIO

Reconhecido o vínculo de emprego e a demissão sem justa causa, procede o pedido de aviso prévio não concedido.

13º SALÁRIOS VENCIDOS E PROPORCIONAIS, 1/3 FÉRIAS CONSTITUCIONAIS

À mingua de prova do respectivo pagamento, deferem-se os 13º salários e as férias acrescidas de 1/3, da seguinte forma:

Os 13º salários são devidos: 2009; 2010; 2011; 2012 e proporcionais a 06/12 de 2008 e a 2/12 de 2013, considerando o reflexo do aviso prévio neste último.

As férias acrescidas de 1/3 são devidas: 2006/2007; 2007/2008; 2008/2009; 2009/2010 e 2010/2011 todas em dobro. Devidas as férias acrescidas de 1/3 simples do período de 2011/2012, e proporcional (8/12) do período de 2012/2013, considerando o reflexo do aviso prévio.

MULTAS DOS ARTIGOS 477 E 467 DA CLT

Tendo em vista o atraso no pagamento dos títulos rescisórios, deferem-se a multa do artigo 477 da CLT.

Em relação à multa do artigo 467 da CLT, esta é indevida, pois apresentada contestação, o que tornou todos os pedidos da exordial controversos.

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS



As contribuições previdenciárias são calculadas ao final, conforme demonstrativo de cálculos.

FGTS ACRESCIDO DE MULTA DE 40% RETROATIVOS A TODO O CONTRATO

Deferem-se o FGTS e a multa de 40% retroativos a todo o contrato de trabalho, pois não foram depositados na conta vinculada da reclamante e não paga a multa devida na rescisão contratual.

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL PELA RETENÇÃO DA CTPS

Na audiência de instrução foi apresentada pela reclamada a carteira de trabalho da promovente onde consta à fl. 12 contrato como ADECOMPI, com admissão em 01/06/2010 e data de saída em 01/06/2010, documento rasurado, que ficou retido pela reclamada durante dois anos, assinado pelo preposto presente na referida audiência. Devida a indenização por danos morais, conforme jurisprudência a seguir transcrita:

E M E N T A: RETENÇÃO INDEVIDA DA CTPS AUTORAL. PROVA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. A retenção indevida da CTPS, enquanto documento essencial à vida profissional do trabalhador, implica em claro dano ao seu patrimônio moral, ensejando o pagamento de indenização por dano moral. RO 125050. Juiz: Ubiratan Moreira Delgado. Data do Julgamento 26/04/2011

No caso concreto, cuida-se de uma violação objetiva da lei, que interfere diretamente em aspectos pessoais da reclamante. Nos termos da CLT, arts. 29/39, a carteira de trabalho da reclamante, entregue para anotações à reclamada, deve ser devolvida no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. Assim, não cumprida a imposição legal, fica caracterizado o ato ilícito, patente o prejuízo. Quanto ao valor do dano moral sofrido pelo trabalhador, este é estabelecido considerando: a posição sócio-econômico das partes ao tempo em que ocorreu a lesão; o não enriquecimento sem causa do lesado e que não leve à falência o lesante; que haja equidade entre a lesão e a indenização; a duração do dano; e o caráter pedagógico, fixam-se a danos morais na importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

Indevidos os honorários advocatícios, pois o presente caso não se coaduna com o disposto nos Enunciados de nºs 219 e 329 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª REGIÃO

Vara do Trabalho de Picuí-PB - Proc nº00211.2013.013.13.00-0

CONCLUSÃO

Frente ao exposto, e considerando-se tudo o que dos autos consta, resolve esta VARA DO TRABALHO DE PICUÍ/PB julgar PROCEDENTE EM PARTE a Reclamação Trabalhista ajuizada por MARIA ALCIONE DOS SANTOS para condenar a ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE RADIOFUSÃO COMUNITÁRIA- APARC a pagar à reclamante, após o trânsito em julgado: diferenças salariais e seus reflexos; aviso prévio; 13º salários vencidos e proporcionais; férias em dobro, simples e proporcionais acrescidas de 1/3 Constitucionais; multa do artigo 477 da CLT; FGTS acrescido de multa de 40% retroativos a todo o contrato; e indenização por dano moral pela retenção da CTPS.

Deve ser anotada a Carteira Profissional da Reclamante no período da Exordial, qual seja: de 1º de outubro de 2002 e demissão em 1º de fevereiro de 2013, a ser procedida pela Reclamada RÁDIO SISAL FM.

Demonstrativo de cálculos em anexo. Concedida a gratuidade judiciária à promovente. As parcelas de natureza indenizatória são: aviso prévio; férias acrescidas de 1/3; multa do artigo 477 da CLT; FGTS + 40%; e indenização por danos morais (artigo 832, §3º da CLT). Com juros e correção monetária, na forma da lei. Observação do Provimento 01/96 da CGJT.

Custas processuais pela reclamada, no montante de R\$ 608,34 (Seiscentos e oito reais e trinta e quatro centavos), calculadas sobre R\$ 30.417,03 (Trinta mil, quatrocentos e dezesseite reais e três centavos), valor arbitrado para esse fim. Dispensada a manifestação do Representante Judicial da União Federal, nos termos da Portaria MF nº 176, de 19 de Fevereiro de 2010 (anterior Portaria nº 283/2008), editada com fundamento no art. 832, § 7º, c/c art. 879, § 5º, do Decreto-Lei nº 5.452/1943 Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Intimem-se.

João Agra Tavares de Sales
Juiz do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª REGIÃO

VARA DO TRABALHO DE PÍCUI

Proc.: 00211.2013.013.13.00-0
Recte.: MARIA ALCIONE DOS SANTOS
Recdo.: RADIO SISAL FM

Número CNJ: 0021100-33.2013.5.13.0013

Dados		Referência para os Cálculos	
Adm.:	01-Out-2002	Salário base:	R\$ 678,00
Dem.:	01-Fev-2013		
Ajuiz.:	26-Jun-2013		
Presc.:	26-Jun-2008	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS pela SELIC	
Labor:	1656 dias - 55,2 meses	FPAS de: 20%, SAT de: 1% e TERCEIROS de: 5,8 %	

RESUMO DOS CÁLCULOS

TÍTULOS DEFERIDOS	INSS	IR	VALOR
01 - Aviso prévio indenizado de 30 dias	não	não	R\$ 678,00
02 - 13º salário proporcional de 2008 na razão de (06/12)	sim	sim*	R\$ 339,00
03 - 13º salários integrais do período de 2009 a 2012: 04 períodos	sim	sim*	R\$ 2.712,00
04 - 13º salário proporcional de 2013 na razão de (02/12)	sim	sim*	R\$ 113,00
05 - Férias em dobro + 1/3 dos períodos aquisitivos 2006/2007 a 2010/2011: 05 períodos	não	não	R\$ 9.040,00
06 - Férias simples + 1/3 do período aquisitivo 2011/2012	não	não	R\$ 904,00
07 - Férias proporcionais + 1/3 na razão de (08/12)	não	não	R\$ 602,67
08 - FGTS + 40% do período laboral de (01-Out-02 a 01-Fev-13)	não	não	R\$ 10.200,74
09 - Multa do art. 477, § 8º da CLT	não	não	R\$ 678,00
10 - Indenização por Danos Morais	não	não	R\$ 2.000,00
TOTAL DEVIDO EM:			01-Fev-13 R\$ 27.267,40

ATUALIZAÇÃO DOS CÁLCULOS ATÉ (01-Jul-2013) PELA LEI 8.177/91 (Tabela Única do TST)

11 - Atualização Monetária até: 01-Jul-2013	1,00000000	R\$ 27.267,40
12 - Diferença Salarial de (26-Jun-08 a 01-Fev-13) - ver demonstrativo	sim sim	R\$ 1.082,42
12.1 Reflexos da diferença salarial sobre:		
- 13º salários	sim sim*	R\$ 90,20
- Aviso Prévio calculado na rescisão	não não*	R\$ 0,00
- RSR	sim sim	R\$ 180,40
- 1/3 das Férias	não sim	R\$ 30,07
- FGTS + 40%	não não	R\$ 151,54
SUBTOTAL EM 01-Jul-13		R\$ 28.802,03
13 - Juros de Mora de 1% ao mês em: 5 dias	0,17%	R\$ 48,00
14 - Dedução da contribuição previdenciária (cota do empregado) - demonstr.		-R\$ 360,50

TOTAL DEVIDO AO RECLAMANTE EM	01-Jul-13	R\$ 28.489,54
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS		R\$ 1.927,50
TOTAL GERAL EM	01-Jul-13	R\$ 30.417,03
CUSTAS DEVIDAS		R\$ 608,34
TOTAL GERAL + CUSTAS EM	01-Jul-13	R\$ 31.025,38

CÁLCULOS DE CUSTAS	GRU - Unid. Gestora (080005) - Gestão (00001)
CUSTAS ATUALIZADAS	R\$ 608,34
CUSTAS DA EXECUÇÃO	CALCULADA NO FIM DA EXECUÇÃO
IMPOSTO DE RENDA	
Sobre as Verbas	Percentual Tributável de: 3,24%
Sobre os 13º salários	Percentual Tributável de: 11,3%

RESUMO CONTRIB. PREVIDENCIÁRIAS	
INSS:	R\$ 1.306,80
TERCEIROS:	R\$ 261,36
SUB-TOTAL	R\$ 1.568,16
JUROS:	R\$ 96,33
MULTA	R\$ 263,01

Romero Dantas Maia
DIRETOR DE SECRETARIA

João Agra Tavares de Sales
JUIZ(A) DO TRABALHO

Proc nº

00211.2013.013.13.00-0



DEMONSTRATIVO - DIFERENÇA SALARIAL
Período laboral (26-Jun-08 a 01-Fev-13)

REFLEXOS SOBRE

período	salário	salário pago	Diferença	índice até 01-Jul-13	Valor atualizado	- 13º salários	- RSR	- 1/3 das Férias	- 20TS + 40%
06/08	69,17	66,67	2,50	1,041381093	2,50	0,22	0,43	0,07	0,36
07/08	415,00	400,00	15,00	1,039391698	15,59	1,30	2,60	0,43	2,18
08/08	415,00	400,00	15,00	1,037758266	15,57	1,30	2,59	0,43	2,18
09/08	415,00	400,00	15,00	1,035717902	15,54	1,29	2,59	0,43	2,18
10/08	415,00	400,00	15,00	1,033128881	15,50	1,29	2,58	0,43	2,17
11/08	415,00	400,00	15,00	1,031459979	15,47	1,29	2,58	0,43	2,17
12/08	415,00	400,00	15,00	1,029248124	15,44	1,29	2,57	0,43	2,16
01/09	415,00	450,00	-35,00	1,027357786	-35,96	(3,00)	(5,99)	(1,00)	(5,03)
02/09	465,00	450,00	15,00	1,026894657	15,40	1,28	2,57	0,43	2,16
03/09	465,00	450,00	15,00	1,025420102	15,38	1,28	2,56	0,43	2,15
04/09	465,00	450,00	15,00	1,024954773	15,37	1,28	2,56	0,43	2,15
05/09	465,00	450,00	15,00	1,024494775	15,37	1,28	2,56	0,43	2,15
06/09	465,00	450,00	15,00	1,023823147	15,36	1,28	2,56	0,43	2,15
07/09	465,00	450,00	15,00	1,022748238	15,34	1,28	2,56	0,43	2,15
08/09	465,00	450,00	15,00	1,022546797	15,34	1,28	2,56	0,43	2,15
09/09	465,00	450,00	15,00	1,022546797	15,34	1,28	2,56	0,43	2,15
10/09	465,00	450,00	15,00	1,022546797	15,34	1,28	2,56	0,43	2,15
11/09	465,00	450,00	15,00	1,022546797	15,34	1,28	2,56	0,43	2,15
12/09	465,00	450,00	15,00	1,022002070	15,33	1,28	2,56	0,43	2,15
01/10	510,00	500,00	10,00	1,022002070	10,22	0,85	1,70	0,28	1,43
02/10	510,00	500,00	10,00	1,022002070	10,22	0,85	1,70	0,28	1,43
03/10	510,00	500,00	10,00	1,022002070	10,22	0,85	1,70	0,28	1,43
04/10	510,00	500,00	10,00	1,021193285	10,21	0,85	1,70	0,28	1,43
05/10	510,00	500,00	10,00	1,020672741	10,21	0,85	1,70	0,28	1,43
06/10	510,00	500,00	10,00	1,020071919	10,20	0,85	1,70	0,28	1,43
07/10	510,00	500,00	10,00	1,018899166	10,19	0,85	1,70	0,28	1,43
08/10	510,00	500,00	10,00	1,017973828	10,18	0,85	1,70	0,28	1,43
09/10	510,00	500,00	10,00	1,017259712	10,17	0,85	1,70	0,28	1,42

Sem título1 difsal 28/07/2013

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO JUIZ JOAO AGRA TAVARES DE SALES (Lei 11.419/2006)
EM 29/07/2013 20:20:29 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 394AE75271.73FEA4965C.A294BF36D0.3ADD7B13FF



período	salário	salário pago	Diferença	índice até 01-Jul-13	Valor atualizado	- 13º salários	- RSR	- 1/3 das Férias	- FGTS + 40%
10/10	510,00	500,00	10,00	1,016779792	10,17	0,85	1,69	0,28	1,42
11/10	510,00	500,00	10,00	1,016438268	10,16	0,85	1,69	0,25	1,42
12/10	510,00	500,00	10,00	1,015011163	10,15	0,85	1,69	0,28	1,42
01/11	540,00	545,00	-5,00	1,014285948	-5,07	(0,42)	(0,85)	(0,14)	(0,71)
02/11	540,00	545,00	-5,00	1,013754741	-5,07	(0,42)	(0,84)	(0,14)	(0,71)
03/11	545,00	545,00	0,00	1,012527557	0,00	-	-	-	-
04/11	545,00	545,00	0,00	1,012154072	0,00	-	-	-	-
05/11	545,00	545,00	0,00	1,010567481	0,00	-	-	-	-
06/11	545,00	545,00	0,00	1,009442962	0,00	-	-	-	-
07/11	545,00	545,00	0,00	1,008203879	0,00	-	-	-	-
08/11	545,00	545,00	0,00	1,006115184	0,00	-	-	-	-
09/11	545,00	545,00	0,00	1,005107062	0,00	-	-	-	-
10/11	545,00	545,00	0,00	1,004484282	0,00	-	-	-	-
11/11	545,00	545,00	0,00	1,003836807	0,00	-	-	-	-
12/11	545,00	545,00	0,00	1,002897092	0,00	-	-	-	-
01/12	622,00	570,00	52,00	1,002031337	52,11	4,34	8,68	1,45	7,28
02/12	622,00	570,00	52,00	1,002031337	52,11	4,34	8,68	1,45	7,28
03/12	622,00	570,00	52,00	1,000962310	52,05	4,34	8,68	1,45	7,28
04/12	622,00	570,00	52,00	1,000735143	52,04	4,34	8,67	1,45	7,28
05/12	622,00	570,00	52,00	1,000267018	52,01	4,33	8,67	1,44	7,28
06/12	622,00	570,00	52,00	1,000267018	52,01	4,33	8,67	1,44	7,28
07/12	622,00	570,00	52,00	1,000123000	52,01	4,33	8,67	1,44	7,28
08/12	622,00	570,00	52,00	1,000000000	52,00	4,33	8,67	1,44	7,28
09/12	622,00	570,00	52,00	1,000000000	52,00	4,33	8,67	1,44	7,28
10/12	622,00	570,00	52,00	1,000000000	52,00	4,33	8,67	1,44	7,28
11/12	622,00	570,00	52,00	1,000000000	52,00	4,33	8,67	1,44	7,28
12/12	622,00	570,00	52,00	1,000000000	52,00	4,33	8,67	1,44	7,28
01/13	678,00	570,00	108,00	1,000000000	108,00	9,00	18,00	3,00	15,12
02/13	22,60	13,33	9,27	1,000000000	9,27	0,77	1,54	0,28	1,30
TOTAL(exceto Aviso Prévio)					1.082,42	90,20	180,40	30,07	151,55

Sem título1 - 29/07/2013

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO JUIZ JOAO AGRA TAVARES DE SALES Lei 11.419/2006
EM 29/07/2013 20:20:29 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 394AE75271-1FEA4943C.A2949F36D0.3ADD7B237F



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª REGIÃO

período	salário	salário pago	Diferença	índice até 01-Jul-13	Valor atualizado	- 13º salários	- RSR	- 1/3 das Férias	- FGTS + 40%
Romero Dantas Maia DIRETOR DE SECRETARIA				João Agra Tavares de Sales JUIZ(A) DO TRABALHO					

certificado de autenticidade

deste documento em <http://www.trt13.jus.br/validardocumento>

Seg. 11 - p. 10 de 12

Sem título d/aa: 29/07/2013

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO JUIZ JOAO AGRA TAVARES DE SALES (Lei 11.419/2006)
EM 29/07/2013 20:20:33 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 394AE75271.73FEA4965C.A294BF36DC.3ADD7B23FF



CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS

SOBRE AS VERBAS DEFERIDAS EM SENTENÇA
CONTRIBUIÇÕES CORRIGIDAS PELA SELIC + MULTAPODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª REGIÃO

Período	Retribuição base ref. a contribuição recolhida	VERBAS CALCULADAS EM SENTENÇA Corrigidas pela UPR	NOVA BASE PARA ENQUAD. DA ALIQUOTA DO SEGURO	ALÍQUOTA DO SEGURO	VALOR DEVIDO	VALOR RECOLHIDO	VALOR A RECOLHER SEGURO	PPAS 20,00%	SAT 1,00%	Terceiros 5,60%	SOMA	Juros (SELIC)	Valor Juros	Multa	Valor Multa
Jun-08	-	3,13	3,13	8,00%	0,25	0,00	0,25	0,63	0,03	0,18	1,09	46,98%	0,53	20,00%	0,22
Jul-08	-	18,75	18,75	8,00%	1,50	0,00	1,50	3,75	0,19	1,09	6,53	47,96%	3,13	20,00%	1,31
Ago-08	-	18,75	18,75	8,00%	1,50	0,00	1,50	3,75	0,19	1,09	6,53	46,86%	3,06	20,00%	1,31
Set-08	-	18,75	18,75	8,00%	1,50	0,00	1,50	3,75	0,19	1,09	6,53	45,68%	2,98	20,00%	1,31
Out-08	-	18,75	18,75	8,00%	1,50	0,00	1,50	3,75	0,19	1,09	6,53	44,66%	2,91	20,00%	1,31
Nov-08	-	18,75	18,75	8,00%	1,50	0,00	1,50	3,75	0,19	1,09	6,53	43,54%	2,84	20,00%	1,31
Dez-08	-	18,75	18,75	8,00%	1,50	0,00	1,50	3,75	0,19	1,09	6,53	41,49%	2,71	20,00%	1,31
Jan-09	-	-13,75	-13,75	8,00%	-3,50	0,00	-3,50	(8,75)	(0,44)	(2,54)	(15,23)	40,63%	(6,19)	20,00%	(3,05)
Fev-09	-	18,75	18,75	8,00%	1,50	0,00	1,50	3,75	0,19	1,09	6,53	39,66%	2,59	20,00%	1,31
Mar-09	-	18,75	18,75	8,00%	1,50	0,00	1,50	3,75	0,19	1,09	6,53	38,82%	2,53	20,00%	1,31
Abr-09	-	18,75	18,75	8,00%	1,50	0,00	1,50	3,75	0,19	1,09	6,53	38,05%	2,48	20,00%	1,31
Mai-09	-	18,75	18,75	8,00%	1,50	0,00	1,50	3,75	0,19	1,09	6,53	37,29%	2,43	20,00%	1,31
Jun-09	-	18,75	18,75	8,00%	1,50	0,00	1,50	3,75	0,19	1,09	6,53	36,50%	2,38	20,00%	1,31
Jul-09	-	18,75	18,75	8,00%	1,50	0,00	1,50	3,75	0,19	1,09	6,53	35,81%	2,34	20,00%	1,31
Ago-09	-	18,75	18,75	8,00%	1,50	0,00	1,50	3,75	0,19	1,09	6,53	35,12%	2,29	20,00%	1,31
Set-09	-	18,75	18,75	8,00%	1,50	0,00	1,50	3,75	0,19	1,09	6,53	34,43%	2,25	20,00%	1,31
Out-09	-	18,75	18,75	8,00%	1,50	0,00	1,50	3,75	0,19	1,09	6,53	33,77%	2,20	20,00%	1,31
Nov-09	-	18,75	18,75	8,00%	1,50	0,00	1,50	3,75	0,19	1,09	6,53	33,04%	2,16	20,00%	1,31
Dez-09	-	18,75	18,75	8,00%	1,50	0,00	1,50	3,75	0,19	1,09	6,53	32,38%	2,11	20,00%	1,31
Jan-10	-	12,50	12,50	8,00%	1,00	0,00	1,00	2,50	0,13	0,73	4,35	31,79%	1,38	20,00%	0,87
Fev-10	-	12,50	12,50	8,00%	1,00	0,00	1,00	2,50	0,13	0,73	4,35	31,03%	1,35	20,00%	0,87
Mar-10	-	12,50	12,50	8,00%	1,00	0,00	1,00	2,50	0,13	0,73	4,35	30,36%	1,32	20,00%	0,87
Abr-10	-	12,50	12,50	8,00%	1,00	0,00	1,00	2,50	0,13	0,73	4,35	29,61%	1,29	20,00%	0,87
Mai-10	-	12,50	12,50	8,00%	1,00	0,00	1,00	2,50	0,13	0,73	4,35	28,82%	1,25	20,00%	0,87
Jun-10	-	12,50	12,50	8,00%	1,00	0,00	1,00	2,50	0,13	0,73	4,35	27,96%	1,22	20,00%	0,87
Jul-10	-	12,50	12,50	8,00%	1,00	0,00	1,00	2,50	0,13	0,73	4,35	27,07%	1,18	20,00%	0,87
Ago-10	-	12,50	12,50	8,00%	1,00	0,00	1,00	2,50	0,13	0,73	4,35	26,22%	1,14	20,00%	0,87
Set-10	-	12,50	12,50	8,00%	1,00	0,00	1,00	2,50	0,13	0,73	4,35	25,41%	1,11	20,00%	0,87
Out-10	-	12,50	12,50	8,00%	1,00	0,00	1,00	2,50	0,13	0,73	4,35	24,60%	1,07	20,00%	0,87
Nov-10	-	12,50	12,50	8,00%	1,00	0,00	1,00	2,50	0,13	0,73	4,35	23,67%	1,03	20,00%	0,87
Dez-10	-	12,50	12,50	8,00%	1,00	0,00	1,00	2,50	0,13	0,73	4,35	22,81%	0,99	20,00%	0,87
Jan-11	-	-6,25	-6,25	8,00%	(0,50)	0,00	-0,50	(1,25)	(0,06)	(0,36)	(2,18)	21,97%	(0,48)	20,00%	(0,44)
Fev-11	-	-6,25	-6,25	8,00%	(0,50)	0,00	-0,50	(1,25)	(0,06)	(0,36)	(2,18)	21,05%	(0,46)	20,00%	(0,44)
Mar-11	-	0,00	0,00	8,00%	-	0,00	0,00	-	-	-	-	20,21%	-	20,00%	-
Abr-11	-	0,00	0,00	8,00%	-	0,00	0,00	-	-	-	-	19,22%	-	20,00%	-
Mai-11	-	0,00	0,00	8,00%	-	0,00	0,00	-	-	-	-	18,26%	-	20,00%	-
Jun-11	-	0,00	0,00	8,00%	-	0,00	0,00	-	-	-	-	17,29%	-	20,00%	-
Jul-11	-	0,00	0,00	8,00%	-	0,00	0,00	-	-	-	-	16,22%	-	20,00%	-
Ago-11	-	0,00	0,00	8,00%	-	0,00	0,00	-	-	-	-	15,28%	-	20,00%	-
Set-11	-	0,00	0,00	8,00%	-	0,00	0,00	-	-	-	-	14,40%	-	20,00%	-
Out-11	-	0,00	0,00	8,00%	-	0,00	0,00	-	-	-	-	13,54%	-	20,00%	-

Sem título: SELIC 20/07/2013

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO JUIZ JOÃO AGRA TAVARES DE SALES (Lei 11.419/2006)
EM 29/07/2013 10:20:29 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 394A575271.73FEA4965C.A394B936D0.3ADD5B239F



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª REGIÃO

Período	remuneração base fixa a contribuição recolhida	VERBAS CALCULADAS SENTENÇA corrigidas pelo ITR	NOVA BASE PARA ENQUAD DA ALIQUOTA DO SEGURADO	ALIQUOTA DO SEGURADO	VALOR DEVIDO	VALOR RECOLHIDO	VALOR A RECOLHER SEGURADO	FPAS 20,00%	SAT 1,00%	Terceiros 5,85%	SOMA	Juros (SELIC)	Valor Juros	Multa	Valor Multa
Fev-11	-	0,00	0,00	8,00%	-	0,00	0,00	-	-	-	-	12,63%	-	20,00%	-
Dez-11	-	0,00	0,00	8,00%	-	0,00	0,00	-	-	-	-	11,74%	-	20,00%	-
Jan-12	-	65,00	65,00	8,00%	5,20	0,00	5,20	13,00	0,65	3,77	22,62	10,99%	2,49	20,00%	4,52
Fev-12	-	65,00	65,00	8,00%	5,20	0,00	5,20	13,00	0,65	3,77	22,62	10,17%	2,30	20,00%	4,52
Mar-12	-	65,00	65,00	8,00%	5,20	0,00	5,20	13,00	0,65	3,77	22,62	9,46%	2,14	20,00%	4,52
Abr-12	-	65,00	65,00	8,00%	5,20	0,00	5,20	13,00	0,65	3,77	22,62	8,72%	1,97	20,00%	4,52
Mai-12	-	65,00	65,00	8,00%	5,20	0,00	5,20	13,00	0,65	3,77	22,62	8,08%	1,83	20,00%	4,52
Jun-12	-	65,00	65,00	8,00%	5,20	0,00	5,20	13,00	0,65	3,77	22,62	7,40%	1,67	20,00%	4,52
Jul-12	-	65,00	65,00	8,00%	5,20	0,00	5,20	13,00	0,65	3,77	22,62	6,71%	1,52	20,00%	4,52
Ago-12	-	65,00	65,00	8,00%	5,20	0,00	5,20	13,00	0,65	3,77	22,62	6,17%	1,40	20,00%	4,52
Sep-12	-	65,00	65,00	8,00%	5,20	0,00	5,20	13,00	0,65	3,77	22,62	5,56%	1,26	20,00%	4,52
Out-12	-	65,00	65,00	8,00%	5,20	0,00	5,20	13,00	0,65	3,77	22,62	5,01%	1,13	20,00%	4,52
Nov-12	-	65,00	65,00	8,00%	5,20	0,00	5,20	13,00	0,65	3,77	22,62	4,48%	1,01	20,00%	4,52
Dez-12	-	65,00	65,00	8,00%	5,20	0,00	5,20	13,00	0,65	3,77	22,62	3,86%	0,87	20,00%	4,52
Jan-13	-	135,00	135,00	8,00%	10,80	0,00	10,80	27,00	1,35	7,83	46,98	3,37%	1,58	20,00%	9,40
Fev-13	-	11,58	11,58	8,00%	0,93	0,00	0,93	2,32	0,12	0,67	4,03	2,87%	0,11	20,00%	0,81
								107,38	268,44	13,42	77,85	467,09	72,42		93,42

SOBRE AS VERBAS RESCISÓRIAS - RESPONSABILIDADE DAS PARTES (contribuição do reclamante em negrito)

Período	PARTES	Valor das Verbas rescisórias	Segurado	FPAS 20,00%	SAT 1,00%	Terceiros 5,85%	SOMA	Juros	Valor Juros	Multa	Valor Multa
Fev-13	contribuição do segurado	R\$3.164,00	R\$ 253,12								
Fev-13	contribuição da empresa	R\$3.164,00	R\$-	632,80	31,54	183,51	847,95	2,82%	R\$ 23,91	20,00%	169,59

INSS DEVIDO PELA EMPRESA 360,30 901,24 45,06 161,36 1.315,04 96,33 263,01

RESUMO	
INSS:	R\$1.306,80
TERCEIROS:	R\$261,36
SUB-TOTAL	R\$1.568,16
JUROS:	R\$96,33
MULTA:	R\$263,01

TOTAL DEVIDO PELA EMPRESA	R\$1.927,50
---------------------------	-------------

VENCIMENTO	Jul-13
------------	--------

Romero Dantas Maia
DIRETOR DE SECRETARIA

João Agre Tavares de Sales
JUIZ(A) DO TRABALHO

Sentença? SELIC 20/07/2013

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO JUIZ JOAO AGRE TAVARES DE SALES Lei 11.419/2006)
EM 28/07/2013 10:20:29 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 394AE75271.73FBA4965C.A294BF36D5.3A0DFE13FF

A ATT.

MINISTÉRIO DAS CIÊNCIA, TECNOLOGIA INOVAÇÕES
E COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

COORDENAÇÃO GERAL DE RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA – CGRC

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, SALA 307 ,
ANEXO OESTE

CEP: 70.044-900 – BRASÍLIA - DF





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO PICUIENSE ARTIST.E CULT. DE RADIODIF. COMUNITARIA

CNPJ: 03.582.697/0001-44

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:11:56 do dia 30/11/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/12/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSAO
COMUNITARIA

(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.582.697/0001-44

Certidão nº: 163436419/2018

Expedição: 30/11/2018, às 11:14:27

Validade: 28/05/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA** (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ

sob o nº **03.582.697/0001-44**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03582697/0001-44
Razão Social: ASSOC PICUIENSE ARTISTICA E CULT DE RADIODIFUSAO COM
Nome Fantasia: APARC
Endereço: RUA DEZOITO DE MARCO 142 / CENTRO / PICUI / PB / 58187-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/12/2018 a 06/01/2019

Certificação Número: 2018120805405906754176

Informação obtida em 20/12/2018, às 08:44:51.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: ASSOCIACAO PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSAO
COMUNITARIA
CNPJ: 03.582.697/0001-44**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:37:33 do dia 12/11/2018 <hora e data de Brasília>.
Válida até 11/05/2019.
Código de controle da certidão: **D552.2151.A01E.4500**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A RENOVAÇÃO:

1) Requerimento de renovação: fl. 1 (0035850).

1.1) Data de protocolo no SEI: 18/6/2014.

1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fl. 2 a 5 (3188457). As coordenadas do Sistema Irradiante divergem das cadastradas na ANATEL (3710150), assim como o endereço da sede.

2) Declaração de conformidade: fl. 2 (0035850).

3) Estatuto Social: fls. 8 a 28 (31855457).

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º, “r”;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 36 §1º;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 36, “I” e “X” e §1º;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 36, “II” e “X” e §1º;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 14;

f) Atribuições do Órgão administrativo: arts. 17 ao 25;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, máximo de 4 anos uma recondução: art. 11 (4 anos);

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 2º, “q”, art. 3º, “X”, arts. 31 ao 34.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º;

b) Fins: arts. 1º e 2º;

c) Sede: art. 1º;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 36§1º e art. 40, “IV”;

e) Direitos dos associados: art. 36;

f) Deveres dos associados: art. 37;

g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com procedimento que assegure direito de defesa e de recurso: não consta.

h) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 41;

i) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: arts. 7º, 8º, 12 ;

j) Condições para a alteração estatutária e para a dissolução: art. 16 parágrafo único e arts. 43 a 46;

k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: arts. 6º ao 30;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: arts. 15 e 16 parágrafo único e (art. 8º - quórum);

m) Critérios de eleição dos administradores: arts. 12, 13, 15 e 16;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 7º (alteração estatutária de 25/6/2018) e art. 36 §2º;

o) Destinação do patrimônio em caso de extinção da entidade: art. 45.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 23 a 28 (1609151). Mandato: 1/11/2015 a 1/11/2019.

Diretor Presidente: Diego Bruno de Araújo Negreiros (2º mandato consecutivo)

Diretora Executiva: Maria Helena da Silva Azevedo

Secretária Geral: Maria do Socorro Ribeiro da Costa (2º mandato consecutivo)

Diretora de Finanças e Patrimônio: Juliana Cristina Lins Machado Negreiros

Diretor de Cultura e Artes: Lindomar Barros de Lima (2º mandato consecutivo)

Diretor de Formação e Capacitação: Sebastião Matias de Oliveira Araújo

Diretor de Comunicação e Marketing: Sebastião Wilton Pinheiro Araújo

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade e CPF dos atuais diretores: fls. 30, 32 a 36 (1292599) e fl. 6 (3188457).

6) CNPJ: (3710320).

7) Certidão Negativa da Anatel: (3675181).

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 29 a 35 (3188457), de 25/6/2018. A composição do Conselho, eleito em 1/11/2015, fls. 23 a 28 (1609151), atende ao disposto na Portaria 4334.

9) Certificado que comprove a regularidade da entidade com o FGTS: (3675314).

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: (3675414).

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: (3675298).

***PENDÊNCIAS:

O Requerimento de Renovação encaminhado indica coordenadas do sistema irradiante diversas das cadastradas na ANATEL, assim como o endereço da sede. Com isso, a entidade deve esclarecer a situação. Caso tenham sido efetuadas alterações nesses endereços, deve-se atentar para o disposto nos arts. 125 e 126 da Portaria 4334/2015, alterada pela Portaria 1909/2018.

No estatuto social não consta cláusula prevendo que a exclusão de associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, em desacordo com o art. 57 do Código Civil.

***CONCLUSÃO:

- Realizou-se pesquisa de vínculo e não se verificou irregularidade.
- Realizou-se pesquisa na Justiça Federal e não se verificou irregularidade.
- Realizou-se pesquisa na Justiça Estadual e não se verificou irregularidade.
- Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a pendência observada.

DADOS DOS DIRIGENTES:

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	PARTIDO	OBS
Diretor Presidente	Diego Bruno de Araújo Negreiros	17/09/1980 Picuí/PB	032.706.524-96	2453015	José Onildo de Negreiros Edna Ramos de Araújo Negreiros	022011201201	-	
Diretora Executiva	Maria Helena da Silva Azevedo	27/05/1993 Picuí/PB	104.409.744-29	3.804.744 Picuí/PB	Josemario Araújo de Azevedo Ana Cristina da Silva	041271031236	-	
Secretária Geral	Maria do Socorro Ribeiro da Costa	09/08/1968 Picuí/PB	036.032.734-60	1.538.879	Maria Dalva Ribeiro da Costa	016512091201	-	
Diretora de Finanças e Patrimônio	Juliana Cristina Lins Machado Negreiros	22/01/1984 Cajazeiras/PB	050.262.044-73	2.439.027	José Augusto Neto Maria Lucia Lima Lins Machado	028037231252	-	
Diretor de Cultura e Artes	Lindomar Barros de Lima	28/10/1969 Picuí/PB	691.231.604-20	1349715	Lourival Alves de Lima Terezinha Barros de Lima	015339951252	-	
Diretor de Formação e Capacitação	Sebastião Matias de Oliveira Araújo	25/05/1990 Picuí/PB	090.572.664-23	3554014	Pedro Clovis de Oliveira Araújo Lucicleide de Oliveira Araújo	037951391244	-	
Diretor de Comunicação e Marketing	Sebastião Wilton Pinheiro Araújo	27/07/1978 Picuí/PB	036.097.364-70	1681400	João Batista de Araújo Maria do Socorro Pinheiro Araújo	025998061244	-	



Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Data/Hora: 18/12/2018 10:50:53

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: PB
Município: Picuí
Canal: 200
Fase: 3

Distrito: Picuí
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
Nome Fantasia: RÁDIO SISAL FM
Logradouro: RUA FERREIRA DE MACEDO, S/N
Telefone: Não Informado
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 03.582.697/0001-44
Bairro: CENTRO
Número: .
Fax: Não Informado

☒ Dados da Outorga

☒ Documentos Emitidos

☒ Característica da Estação Instalada

» Endereços

☒ Estação Transmissora

Endereço

País: Brasil
Cep: 58187000
Número: 142
Município: Picuí
Logradouro: RUA 18 DE MARÇO
Complemento:
Bairro: CENTRO
Distrito:
SubDistrito:
UF: PB

Coordenadas Geográficas do Município

Município: 6S303041
Latitude: 6S303041
Longitude: 36W205891
Raio: 26

Coordenadas Geográficas Estação

Latitude: 06S304000
Longitude: 36W204100
Distância ao Centro do Município: Km
Azimute: (Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)

Informações da Estação

Cota Base Torre: m
Raio da Área de Serviço: 1 km

☒ Estúdio Principal

» Estação Principal

☒ Antena Principal

☒ Transmissor Principal

☒ Linha Transmissão

» Potência Efetiva Irradiada

☒ Potência Irradiada

» Número do Processo e Observações Gerais

☒ Num. Processo/Observações

☒ Dados do Licenciamento



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.582.697/0001-44 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/01/2000
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) APARC		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R 18 DE MARCO	NÚMERO 142	COMPLEMENTO
CEP 58.187-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PICUI
UF PB		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (83) 3371-3037
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **20/12/2018** às **07:28:56** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na
Regional de Santa Catarina

NOTA TÉCNICA Nº 27691/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.004638/2014-46.**

Assunto: **Constatação de pendências. Última exigência.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. **A Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **PICUI**, estado da **PARAÍBA**, apresentou resposta à exigência, em atendimento à Nota Técnica nº 10736/2018/SEI-MCTIC.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
			As coordenadas do sistema irradiante informadas no Requerimento de renovação divergem das cadastradas na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), de acordo com consulta realizada no Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD) 3710150. Assim, deve-se encaminhar novamente o Requerimento de renovação retificado e assinado por todos os dirigentes.

Art. 130, §
1º, inciso I

Requerimento de
renovação.

Além disso, o **endereço de sede** constante no Requerimento encaminhado diverge do cadastrado na Receita Federal, uma vez que o Requerimento informa "Rua 8 de Março, 142 e o CNPJ atual indica "Rua 18 de Março, 142 (3710320).

Dessa forma, a Radiodifusora deve esclarecer a situação e, caso tenham sido efetuadas alterações nesses endereços, deve se atentar para os arts. 125 e 126 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, segundo os quais:

"Art. 125. Caso a entidade deseje alterar qualquer característica constante da Licença para Funcionamento da Estação, deverá encaminhar pedido de alteração de caráter técnico, acompanhado do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6), juntamente com a documentação constante do respectivo formulário.

§ 1º O sistema irradiante poderá ter sua localização alterada para qualquer local dentro da área da comunidade atendida, desde que previamente autorizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e

Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.

Comunicações, e observada a distância mínima de quatro quilômetros a partir do sistema irradiante de outra entidade autorizada ou participante de edital em andamento.

§ 2º Deferida a mudança, nos termos do § 1º, será publicada Portaria de Alteração de Características Técnicas, tendo a entidade um prazo de sessenta dias, contado da publicação da Portaria, para concretizar a modificação do local do sistema irradiante e adequar o quadro diretivo e a sede para a nova área da comunidade atendida, sob pena das sanções previstas na legislação.

[...]

Art. 126. Com exceção dos pedidos de alteração de local do sistema irradiante, as demais alterações de caráter técnico não dependem de prévia anuência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Parágrafo único. As alterações de que trata o **caput** devem ser comunicadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no prazo máximo de trinta dias,

		contado da realização do ato, acompanhadas do Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6) e da respectiva documentação necessária".
Art. 130, § 1º, inciso II	Cópia do estatuto social.	<p>O estatuto social deverá estar consolidado com todas as alterações.</p> <p>Observação 1: o estatuto social deve estar de acordo com o que dispõe o art. 40 da Portaria.</p> <p>Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
	Estatuto social adequado ao Código Civil (Lei nº 10.406/2002).	Não consta do estatuto social cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, em desacordo com o art. 57 do Código Civil.

3. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

4. Salienda-se que esta solicitação será a **última** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, a o **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 130, § 4º c/c art. 132, inciso II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Analista Técnico Administrativo**, em 20/12/2018, às 09:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 21/12/2018, às 08:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3694098** e o código CRC **71F10F0C**.

Minutas e Anexos

Checklist Roteiro - RadCom de 20/12/2018 (3686123);

Anexo SRD (3710150);
CNPJ (3710320).

Referência: Processo nº 53900.004638/2014-46

SEI nº 3694098



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 49536/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor
DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS
Representante Legal da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão
Comunitária (CNPJ nº 03.582.697/0001-44)
Rua 18 de Março nº 142 - Centro
58.187-000 / Picuí - PB

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.004638/2014-46.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 27691/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.

3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

4. Além disso, solicito que o endereço de correspondência esteja sempre atualizado neste Ministério.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.

6. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-

mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 21/12/2018, às 08:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3687541** e o código CRC **74F2BEA5**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 49536/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.004638/2014-46 - Nº SEI: 3687541



RÁDIO SISAL FM

APARC - Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária

CNPJ: 03.582.697/0001-44

Ofício Nº 002/2019 – Aparc/Dir. Picuí-Pb, em 17 de janeiro de 2019.

Processo: Nº 53900.004638/2014-46- NT: Nº 27691/2018/SEI-MCTIC.

A Exm^a. Senhora.

VILMA DE FATIMA ALVARENGA FANIS

MD. Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária

MCTIC – Brasília-DF

Senhora Coordenadora,

Com os cumprimentos iniciais, estamos na oportunidade, em atenção ao **Ofício 49536/2018/SEI-MCTIC, Nota Técnica Nº. 27691/2018/SEI-MCTIC**, encaminhando documentação em anexo, abaixo relacionada, com vistas a sanar as pendências relatadas por essa coordenadoria, que objetiva a **Renovação de Outorga** da nossa Emissora. A saber:

- 1- Requerimento de Renovação da Outorga devidamente retificado;**
- 2- Estatuto reformulado e registrado.**

Fraternalmente,


Diego Bruno de Araújo Negreiros

Presidente

OBS: Telefones para contato: (83) 99992.4042 – 33371.3037 – falar com Bruno. – Email: onildonegreiros@hotmail.com

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 07/02/19 às 14:00 horas

Assinatura: Ronciço

Rua. 18 de março, 142, centro – Picuí – Paraíba

CEP: 58.187-000

Fone: (83) 3371.3037 – 99910.1785

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA				
Nome Fantasia:	APARC	CNPJ:	03.582.697/0001-44		
Endereço de Sede:	RUA 18 DE MARÇO, 142 - CENTRO				
Município:	PICUÍ	UF:	PB	CEP:	58.187-000
Nome do representante legal:	DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS				
Endereço eletrônico (e-mail):	SISALFM@HOTMAIL.COM				

Endereço de Correspondência:	RUA 18 DE MARÇO, 142 - CENTRO				
Município:	PICUÍ	UF:	PB	CEP:	58.187-000

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	RUA 18 DE MARÇO, 142 - CENTRO				
Município:	PICUÍ	UF:	PB	CEP:	58.187-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude: (N/S)	06º	30'	40,0" S	
	Longitude: (W)	36º	20'	41,0" W	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;


VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, , por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:	DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS				
Cargo:	PRESIDENTE			Tit. Eleitor:	022011201201
RG:2.453.015		Órgão Emissor:	SSP/PB	CPF:	032.706.524-96
Endereço:	RUA CARLOS MARCIEIRA, 81 JK				
Município:	PICUÍ	UF:	PB	CEP:	58.187-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	MARIA DO SOCORRO RIBEIRO DA COSTA				
Cargo:	SECRETÁRIA GERAL			Tit. Eleitor:	016512091201
RG:1.538.879		Órgão Emissor:	SSP/PB	CPF:	036.032.734-60
Endereço:	Rua Ferreira de Macedo, s/n - centro				
Município:	Picuí	UF:	PB	CEP:	58.187-000
Assinatura:	<i>Maria do Socorro Ribeiro da Costa</i>				

Nome do dirigente:	MARIA HELENA DA SILVA AZEVEDO				
Cargo:	DIRETOR EXECUTIVO			Tit. Eleitor:	041271031236
RG:	3.804.744	Órgão Emissor:	SSP/PB	CPF:	104.409.744-29
Endereço:	RUA ANTONIO CUNHA DANTAS, S/N - CENTRO				
Município:	PICUÍ	UF:	PB	CEP:	58.187-000
Assinatura:	<i>Maria Helena da Silva Azevedo</i>				

Nome do dirigente:		JULIANA CRISTINA LINS MACHADO NEGREIROS			
Cargo:	DIR. DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO			Tit. Eleitor:	028037231252
RG: 2.439.027		Órgão Emissor:	SSP/PB	CPF:	050.262.044-73
Endereço:	RUA CARLOS MACIEIRA, 81 - JK				
Município:	PICUI	UF:	PB	CEP:	58.187-000
Assinatura:	<i>Juliana Cristina Lins Machado</i>				

Nome do dirigente:		LINDOMAR BARROS DE LIMA			
Cargo:	DIR. CULTURA E ARTES			Tit. Eleitor:	015339951252
RG: 1.349.715		Órgão Emissor:	SSP/PB	CPF:	691.231.604-20
Endereço:	RUA 18 DE MARÇO S/N - CENTRO				
Município:	PICUI	UF:	PB	CEP:	58.187-000
Assinatura:	<i>Lindomar Barros de Lima</i>				

Nome do dirigente:		SEBASTIÃO MATIAS DE OLIVEIRA ARAÚJO			
Cargo:	DIR. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO			Tit. Eleitor:	037951391244
RG: 3.554.014		Órgão Emissor:	SSP/PB	CPF:	090.572.664-23
Endereço:	RUA GIL PEREIRA DE MACEDO S/N - CENTRO				
Município:	PICUI	UF:	PB	CEP:	58.187-000
Assinatura:	<i>Sebastião Matias de Oliveira Araújo</i>				

Nome do dirigente:		SEBASTIÃO WILTON PINHEIRO			
Cargo:	DIR. DE COMUNICAÇÃO E MARKETING			Tit. Eleitor:	025998061244
RG: 1.538.879		Órgão Emissor:	SSP/PB	CPF:	036.032.734-60
Endereço:	RUA FERREIRA DE MACEDO S/N - CENTRO				
Município:	PICUI	UF:	PB	CEP:	58.187-000
Assinatura:	<i>Sebastião Wilton Pinheiro</i>				

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

REFORMA DE ESTATUTO SOCIAL

ASSOCIAÇÃO PICUIENSESSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Capítulo I

Dos Objetivos da Entidade

Art.1º- A Associação Picuiense e Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária de Picuí, fundada em 01 de Novembro de 1999, com sede à Rua Ferreira de Macedo, S/N, Centro, Picuí, Estado da Paraíba, de abrangência municipal, é uma entidade autônoma e civil, sem fins lucrativos, apartidária, democrática, de duração indeterminada, de objetivos científicos, culturais e artísticos.

Parágrafo Único – Sua contribuição será para representar especificamente as entidades que lidam com os bens culturais da comunidade, que mediam a luta pela democratização da comunicação, todos os espaços serão valorizados e fortalecidos em seu processo de desenvolvimento e consolidação, promovendo o estudo, o debate, a difusão das novas teorias de comunicação e das artes, colocando a comunidade social a serviço da comunicação, da participação, do progresso e da liberdade humana.

Art. 2º – São finalidades precípua da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão comunitária:

- I. Atender a comunidade picuiense com vistas à:
 - a) - Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
 - b) - Oferecer mecanismo a formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
 - c) - Prestar serviço de utilidade pública integrando-se ao serviço da defesa civil, sempre que necessário;
 - d) - Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas de conformidade com a legislação profissional vigente;
 - e) - Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível;
 - f) - Fomentar por todas as suas instancias e meios, a democratização da comunicação;
 - g) - Promover e defender a liberdade de expressão e pensamento, bem como o livre exercício das profissões da Comunicação Social;
 - h) - Dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunicação, fazendo intercâmbio entre os aspectos culturais e os vários segmentos das comunidades organizadas;
 - i) - Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho artístico, cultural, social, científico, econômico e desportivo, relacionados as comunidades envolvidas;



Benedito Góes da Silva
015-78-247

- j) - Defender a solidariedade entre os povos, os direitos humanos, as liberdades individuais e coletivas, a justiça social, o ambiente natural e sua biodiversidade;
- k) - Assegurar o exercício do direito de expressão, de geração de informação e de produção cultural a todos os seguimentos sociais;
- l) - Prestar assessoramento nas áreas de comunicação radiofônica e cultural a entidades sindicais, comunitárias, educativas, religiosas e outras sem fins lucrativos, contribuindo para o aperfeiçoamento e disseminação de tecnologias de informação e disponibilização de serviços de comunicação;
- m) - Organizar e manter um arquivo publico com registro sonoro, fotográfico ou audiovisual de depoimentos e fotos produzidas ou colhidas na localidade e que seja de interesse geral da comunidade;
- n) - Fomentar a capacitação dos cidadãos para a leitura critica de todos os bens culturais produzidos nas suas diversas modalidades provocando o debate da estética, dos conteúdos, da linguagem e da técnica empregada;
- o) - Eleger o tema da ética da comunicação como campo de preocupação permanente, promovendo estudos e debates sobre a presença e o comportamento dos meios de comunicação da massa na sociedade;
- p) - Oferecer mecanismos à informação e integração da comunidade, dessa forma estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- q) - Criar um Conselho Comunitário composto de no mínimo cinco pessoas, representantes de Entidades da comunidade de Picuí-Pb, com vistas ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612/98 do Ministério das Comunicações que institui o serviço de Radiodifusão Comunitária;
- r) - Oferecer serviços de Radiodifusão Comunitária através da fundação e instalação de uma **Rádio Comunitária FM**, visando o atendimento de toda comunidade, obedecendo aos preceitos da Lei nº 9.612/98 do Ministério das comunicações e demais disposições legais;

Art. 3º - Para a consecução das suas finalidades, a **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão** poderão realizar as seguintes atividades:

- I. Promover o aperfeiçoamento dos próprios direitos e associados nos setores técnico-profissional e administrativo;
- II. Organizar, promover e apoiar a realização de cursos, seminários debates e treinamentos regulares ou intensivos, bem como patrocinar exposições, festivais, espetáculos e atividades congêneres na comunidade;
- III. Estabelecer parcerias e manter intercâmbio com organizações similares, nacionais e internacionais, celebrando convênios, contratos e termos de cooperação;
- IV. Filiar-se a entidades congêneres que atuem nos planos regional, nacional ou internacional;
- V. Promover continuamente o debate objetivando o aperfeiçoamento e a revitalização intelectual dos seus membros, tendo em vista o avanço dos projetos comunitários;

Benedito Gomes da Silva
OAB-PE 4287

- VI. Desenvolver pesquisas nas áreas social, educacional, política, cultural e econômica;
- VII. Construir, organizar, manter ou formar arquivos, bancos de dados, videotecas ou bibliotecas de uso público;
- VIII. Conceder prêmios à autores, artistas plásticos, escritores, comunicadores, técnicos de arte, espetáculos musicais, de artes cênicas em atividades e concursos realizados na comunidade, bem como a autoridades que tenham se destacado nos serviços prestados à comunidade;
- IX. Construir e equipar salas e outros ambientes destinados a atividades artísticas e culturais em geral;
- X. Construir o **Conselho Comunitário da Rádio Comunitária FM**, o qual venha a definir e acompanhar sua programação, discutindo e analisando os conteúdos veiculados na emissora;
- XI. Centrar o conceito de comunicação na comunidade, criando instrumentos que garantam um processo de comunicação participativo e circular, valorizando a presença de pessoas com formação especial no campo da comunicação, convocando-as e animando-as para integrar os projetos na área da comunicação institucional e popular;
- XII. Desenvolver formas de cooperação com o **Conselho de Comunicação Social** de Picuí.

Art. 4º - Para o cabal desempenho de suas funções, a **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**, deverá assegurar a garantir o exercício da mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, assegurando a liberdade de expressão e debate dos seus membros e associados, buscando sempre a unidade da ação.

Art. 5º - Poderá agregar-se às atividades da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária** qualquer pessoa, independentemente de cor, raça, sexo ou opção sexual, condições social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto neste Estatuto.

Capítulo II

Da Organização e Funcionamento

Art. 6º - São órgãos administrativos da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria Executiva;
- III. Conselho Fiscal;
- IV. Conselho Comunitário.

Benedito Gomes da Silva
O.E. PE 4287

Art. 7º - Assembleia Geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no primeiro trimestre, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas do exercício anterior pela Diretoria Executiva, aprovação do plano anua de ação e discussão de assuntos gerais da entidade.

Parágrafo Único- A assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria Executiva ou por pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados, através de abaixo-assinado e requerimento encaminhado em nome de Diretor-Presidente da entidade. A convocação deverá ser feita com antecedência de, no mínimo 08 (oito) dias, através de edital afixado na sede da entidade ou através da fixação de cartazes convocatórios nos principais locais públicos e estabelecimentos comerciais, onde constará o dia, hora, local e pauta de reunião.

Art. 8º - A assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos diretores ou associados e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de diretores ou associados presentes.

Art. 9º - A Diretoria Executiva será a partir da proporcionalidade qualificada e diretoria dos votos, sendo o quórum mínimo para decisão nas suas reuniões de, no mínimo 6 (seis) membros ou (50% mais um). Em caso de empates nos processos de votação o assunto deverá ser remetido à próxima reunião – **ordinária ou extraordinária** – onde tentar-se-á a solução do problema.

Art. 10º - A Diretoria Executiva reunir-se-á quinzenalmente, em convocação feita em no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência, constando pauta, data, hora e local por ela determinada e, extraordinariamente sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou Diretor Executivo ou por 1/3 (um terço) dos membros da Diretoria Executiva.

Art. 11º - A Diretoria Executiva será eleita juntamente com o conselho fiscal para mandato de quatro anos em assembleia Geral Extraordinária, convocada para este fim, através de votação aberta em chapas inscritas, podendo ser reeleita por igual período, sendo admitida apenas uma recondução.

Art. 12º- A Assembléia Geral Extraordinária com fim eleitoral deverá se convocada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, utilizando-se os mesmos meios de divulgação no artigo sétimo e seu parágrafo único.

Art. 13º - A inscrição da chapas deverá ser feita até 15 (quinze) dias antes da data marcada para a realização para a realização da eleição, mediante apresentação de pedido por escrito à Comissão Eleitoral, tirada em Assembleia para este fim.

Art. 14º - A Diretoria Executiva será composta por um colegiado de 7 (sete) membros, investidos de poderes gerais e especiais de administração, constituindo dos seguintes cargos a saber:

Diretor-presidente, Diretor Executivo, Secretário Geral, Diretor de Finanças e Patrimônio, Diretor de Cultura e Artes, Diretor de Formação e Capacitação, Diretor de Comunicação e Marketing.

Benedito Gomes da Silva

Parágrafo único: Os Dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade.

Art. 15º - A Diretoria Executiva poderá ser substituída no todo ou em parte pela Assembleia Geral Extraordinária convocada para este fim específico na forma do artigo sétimo e seu parágrafo único, nos casos de injúria ou em atos comprovados de improbabilidade e atitude impropria, que venham a comprometer os objetivos da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária** e desvirtuamento das finalidades e normas estatutárias.

Parágrafo Único -No caso de substituição geral da Diretoria Executiva será eleita uma **Comissão Diretora Provisória**, composta por 5 (cinco) sócios membros da comunidade, que administrará a entidade até a eleição da nova diretoria, nos moldes do artigo decimo primeiro deste Estatuto.

Art. 16º - Os cargos titulares devem estar sempre preenchidos. Havendo perda de um ou mais membros da Diretoria Executiva no decorrer da gestão, deverão ser imediatamente substituídos, mesmo temporariamente, devendo ser convocada Assembleia Geral para a eleição de novo membro.

Parágrafo Único -O presente Estatuto poderá ser alterado no todo, ou em parte mediante convocação de Assembleia Geral Extraordinária, a qual terá amplos e ilimitados poderes para tal, na forma prevista no artigo sétimo e seu paragrafo único.

Capítulo III

Das Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 17º - Caberá a Diretoria Executiva coletivamente:

- I. Traçar estratégias e planos de ações que garantam a implementação dos objetivos definidos em Assembleia Geral;
- II. Indicar um de seus membros ou um dos associados para representar a entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso do impedimento do Diretor-Presidente, ou nos casos que julgar conveniente;
- III. Elaborar relatórios semestrais das atividades, realizadas e atos administrativos da entidade;
- IV. Prestar contas bimestrais e anualmente dos trabalhos aos associados, em Assembleia Geral Ordinária, ou quando solicitado por qualquer um dos seus membros;
- V. Autorizar a admissão ou demissão de funcionários (se tiver), bem como autorizar o pagamento dos salários, gratificações ou outras formas de remuneração;
- VI. Autorizar a aquisição de equipamentos;
- VII. Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos da entidade;

- VIII. Aprovar e modificar regimento internos de diretorias ou serviços que venham a ser implementados e/ou administrados pela entidade.

Art. 18º - Caberá a cada diretor, individualmente;

- I. Zelar e fazer cumprir as normas estatutárias;
- II. Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce bem como aquelas espontaneamente assumidas;
- III. Manter postura publica compatível com as responsabilidades do cargo que exerce;
- IV. Representar a entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria;
- V. Assumir os compromissos concernentes ao desempenho de suas funções;
- VI. Criar através de ato o Conselho Comunitário com a participação de no mínimo cinco membros de entidade comunitária filantrópicas da comunidade com vistas á acompanhar a programação do serviço de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo Primeiro- A Diretoria é o órgão executivo e coordenado da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo Segundo: Apenas farão parte da Diretoria Executiva, os brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados.

Parágrafo Terceiro- Os dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 19º - Caberá ao Diretor-Presidente:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. Convocar, instalar e coordenar as reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais;
- III. Convocar a Diretoria Executiva, Conselhos e Sócios para reuniões ordinárias e extraordinárias;
- IV. Representar a entidade oficialmente junto a outras entidades, órgãos públicos e comunidades em geral;
- V. Representar a entidade em juízo ou fora dele, judicial e extrajudicialmente, em matéria do seu interesse, podendo, para tanto, construir procurador ou mandatário;
- VI. Assinar, juntamente com o Secretario Geral, as atas e demais documentos de circulação interna e externa;
- VII. Assinar, juntamente com o Diretor de Finanças e Patrimônio, os balancetes e os cheques para pagamento das despesas em geral;
- VIII. Coordenar todos os setores e departamentos da entidade, com responsabilidades para deliberar nas ações que se fizerem necessárias à consecução dos objetivos sociais, em casos emergenciais;

Benedito Gomes da Silva
Chefe de SEI

- IX. Promover entrosamento entre os membros de toda Diretoria, a fim de que as funções sejam desempenhadas satisfatoriamente;
- X. Exercer direitos, deveres e atribuições pertinentes aos Presidentes das entidades civis, congêneres nos casos não previstos neste artigo e que não contraria este Estatuto, cumprindo fielmente o mesmo.

Art. 20º - Caberá ao Diretor Executivo:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. Trabalhar em consonância com o Diretor-Presidente, auxiliando-o e colaborando nas funções pertinentes ao cargo;
- III. Substituir o Diretor-Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- IV. Dirigir toda operacionalização de entidade, assegurando seu perfeito funcionamento e maximização dos resultados;
- V. Analisar as propostas de admissão de novos associados, encaminhados por diretores e/ou associados;

Art. 21º - Caberá ao Secretário Geral:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com as funções coletivas;
- II. Secretariar as reuniões da Diretoria e as da Assembleia Geral, lavrando e assinando, juntamente com o Diretor-Presidente as respectivas atas;
- III. Elaborar a correspondência e documentação oficiais da entidade, assinando-os juntamente com o Diretor-Presidente ou seu substituto imediato;
- IV. Ler as atas nas reuniões e assembleias;
- V. Manter arquivada e bem organizada toda documentação expedida e recebida;
- VI. Conservar o livro de atas em dia e sem rasura;
- VII. Superintender sobre todos os serviços de expediente;
- VIII. Manter sob seu controle a documentação legalmente necessária dos diretores e colaboradores;
- IX. Organizar o arquivo dos sócios de acordo com a categoria de cada um;
- X. Implementar e organizar o **Núcleo de Documentação e Memória** da entidade que possa resgatar a sua história;

Art. 22º - Caberá ao Diretor de Finanças e Patrimônios:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. Administrar as finanças da entidade, assumindo a responsabilidade da movimentação financeira (entrada e saída de valores);
- III. Realizar e supervisionar a contabilidade perfeita dos dados financeiros de receitas e despesas, apresentando balancetes semestrais, o qual será

Benedito Gomes da Silva
043 DE 4287

- encaminhado ao Conselho Fiscal, que em seguida deverá ser apreciado por toda Diretoria Executiva em Assembleia Geral;
- IV. Assinar, juntamente com o Diretor-Presidente ou seu substituto legal, cheques, recibos, balancetes e outros documentos financeiros;
 - V. Prestar contas da gestão financeira a cada seis meses a Diretoria Executiva e, anualmente, em Assembleia Geral aos associados;
 - VI. Manter os livros contábeis (caixa e tomo) em dia e sem rasuras;
 - VII. Receber as subvenções e auxílios de qualquer fonte destinada a entidade, mediante recibo;
 - VIII. Administrar o patrimônio em consonância com o Diretor-Presidente;
 - IX. Manter sob seu controle todo o patrimônio da entidade quer sejam bens móveis e imóveis;
 - X. Responder diretamente por qualquer desvio de bens que estejam sob sua responsabilidade.

Art. 23º - Caberá ao Diretor de Cultura e Artes:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. Fomentar uma política artística e cultural voltada ao resgate histórico e preservação da memória da comunidade;
- III. Definir sua filosofia de atuação, estabelecendo critérios éticos e morais a serem protagonizados;
- IV. Organizar eventos de cunho educativo, artístico-cultural para o entretenimento da comunidade;
- V. Planejar os programas de natureza cultural a serem desenvolvidos pela entidade;
- VI. Participar de eventos e solenidades na área cultural, de arte e comunicação na região ou fora dela.

Art. 24º - Caberá ao Diretor de formação e capacitação:

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções sociais;
- II. Elaborar a política de formação e capacitação dos membros da entidade para consecução de suas atividades;
- III. Operacionalizar, coordenar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos pela entidade junto a comunidade;
- IV. Fazer a coordenação e implementação dos planos, projetos e programas de organização e desenvolvimento da entidade;
- V. Produzir materiais e elaborar projetos para consolidação das ações da entidade, buscando meios e recursos para projetos da entidade.

Art. 25º - Caberá ao Diretor de Comunicação e Marketing:

Benedito Gonçalves da Silva
OAB-PB 4287

- I. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. Operacionalizar, coordenar e supervisionar a marca e filosofia da entidade junto ao publico em geral;
- III. Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada da entidade junto ao publico em geral;
- IV. Coordenar e supervisionar todo o trabalho material para elaboração da divulgação, determinando as diretrizes e a filosofia criativa da comunicação-padrão da entidade;
- V. Planejar e organizar todo ato de criação para a seleção de tipos, boa apresentação e identificação da entidade;
- VI. Garantir a consistência e a qualidade às demais áreas, cumprindo as normas e diretrizes da diretoria.

Art. 26º - nenhum membro da diretoria ou que venha a trabalhar na entidade poderá ser remunerado. A admissão de pessoas será com base na **Lei do Serviço Voluntário**. A contratação e demissão de funcionamentos (se tiver) dependerá da aprovação da maioria da Diretoria Executiva.

Art. 27º - É vedado ao responsável por cada diretoria obrigar ou comprometer a entidade em negócios e assuntos estranhos aos fins e interesses sociais.

Capítulo IV

Das Atribuições do Conselho Fiscal

Art. 28º - O **Conselho Fiscal** é o órgão de controle e fiscalização da entidade, eleito juntamente com a diretoria executiva para um mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleito por igual período e será composto por 4 (quatro) membros, 2 (dois) efetivos e 2 (dois) suplentes, o qual será coordenado por um dos seus pares, a que lhe compete entre outras coisas:

- I. Fiscalizar as ações e as movimentações financeiras da entidade como, entradas, saídas e aplicações de recursos, emitindo pareceres para apreciação da Diretoria Executiva em Assembleia;
- II. Examinar e aprovar o orçamento anual, opinando sobre relatórios do Diretor de Finanças e Patrimônio, sugerido alterações, se necessário, e emitir parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis, em consonância com a Diretoria Executiva e deliberação da Assembleia Geral;
- III. Solicitar à Diretoria Executiva, sempre que se fizer necessário, esclarecimentos e documentos comprobatórios de receitas e despesas;


Benedito Gomes da Silva
043-98 4287

- IV. Verificar as atividades da Diretoria Executiva se está agindo de acordo com o presente Estatuto;
- V. Averiguar e apurar denúncias que digam respeito à administração da entidade;
- VI. No caso de renúncia ou impedimento de um membro do Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva designará seu substituto, mesmo que temporariamente, até a realização da Assembleia Geral para a eleição de novo membro.

Art. 29º - Os pareceres e as deliberações do conselho fiscal serão registrados em atas circunstanciadas, lavradas em livros próprios e assinadas por seus membros, logo após o encerramento dos trabalhos.

Art. 30º - As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos.

Capítulo V

Das Atribuições do Conselho Comunitário

Art. 31º - O **Conselho Comunitário** é o colégio e órgão fiscalizador e acompanhador da programação da **Rádio Comunitária FM**, composto por, no mínimo, 5 (cinco) pessoas, de ilibada reputação, que sejam representantes de entidades tais como: associações de classe, beneméritas, religiosas, rurais ou de moradores, desde que legalmente constituídas, cujo mandato deverá coincidir com o da diretoria, as quais deverão ser aprovadas pela maioria dos membros da Diretoria Executiva, o qual definirá sua organização interna e coordenado pelo Diretor-Presidente da entidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da Grade de Programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por Lei.

Art. 32º - A **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**, entidade civil sem fins lucrativos, registrada como **Organização não Governamental**, enquanto **Entidade Mantenedora da Rádio Comunitária FM**, de caráter comunitário e de gestão pública, não indica representantes para compor o Conselho, bem como a administração pública direta e indireta.

Art. 33º - O **Conselho Comunitário** deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por Lei.

Art. 34º - O **Conselho Comunitário** reunir-se-á mensalmente para:


Benedito Gomes da Silva

- I. Analisar a dinâmica a perfil das atividades implementadas pela diretoria de emissora, verificando a sua adequação às metas estabelecidas quanto a sua programação;
- II. Aprovar ou modificar a programação quando perecer qualquer tipo de proselitismo;
- III. Atuar como mediador entre programadores, ouvintes e empreendimentos que darão apoios culturais (anunciantes), promovendo tentativas de entendimentos entre as partes;
- IV. Analisar o conteúdo dos programas e a performance dos seus comunicadores;

Parágrafo Único-A entidade manterá sempre atualizado todos os dados pessoais dos membros, bem como disponível o ato que constitui e estabeleceu a composição do **Conselho Comunitário**.

Capítulo VI

Do Clube de Sócios

Art. 35º - O quadro social da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária** são constituídos por um numero ilimitado de sócios e serão alinhados nas seguintes categorias:

- I. **Sócios Fundadores** – Todos aqueles que tomaram parte na Assembleia Geral para formação de entidade e que constam sua assinatura em ata;
- II. **Sócios Efetivos** – Todos aqueles que propostos por um ou mais sócios, aceitos e aprovados pela Diretoria Executiva, devem concordar com o que dispõe este Estatuto;
- III. **Sócios colaboradores** – Todos aqueles que contribuem financeiramente com a entidade. Tal contribuição pode ser mensal ou temporária.

Art. 36º - São direitos e garantias dos sócios:

- I. Participar das Assembleias com direito a voz;
- II. Votar e ser votado para os cargos da entidade;
- III. Ter igualdade perante este Estatuto;
- IV. Apresentar sugestão e oferecer colaboração aos dirigentes da entidade;
- V. Participar ativamente das atividades associativas;
- VI. Ter acesso a qualquer documento oficial, inclusive ao cadastro de funcionários (se tiver) e participar do projeto, mediante solicitação por escrito à Diretoria Executiva, resguardando-se as informações de caráter pessoais, exceto se aprovado em reunião pela diretoria;
- VII. Encaminhar sugestões aos órgãos dirigentes e exigir o cumprimento do presente Estatuto, bem como das decisões dele decorrente;

Benedito Gomes da Silva

- VIII. Desfrutar de eventuais serviços que venham a ser criados ou administrados pela entidade ou através de convênios
- IX. Garantia do direito de ampla defesa junto aos Órgãos competentes.
- X. Direito de todos os associados, pessoas físicas de votar e ser votado para todos os cargos que compõe os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instâncias deliberativas existentes;

Parágrafo Primeiro – É assegurado o ingresso gratuito como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, sediadas na localidade, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social e nas instâncias deliberativas existentes.

Parágrafo Segundo – É assegurado a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos.

Parágrafo Terceiro - Não haverá distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre associados.

Parágrafo Quarto – A exclusão de associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, conforme previsto no art. 57 do Código Civil.

Art. 37º - Constituem obrigações dos sócios:

- I. Conhecer e zelar pelo cumprimento do presente Estatuto;
- II. Participar ativamente das reuniões e assembleias para as quais forem convidados;
- III. Efetuar pontualmente o pagamento de suas contribuições financeiras;
- IV. Cooperar de acordo com suas possibilidades com uma pequena mensalidade, para conservação, ampliação e manutenção do seu patrimônio material e imaterial;
- V. Colaborar nas realizações das atividades da entidade e seus objetivos;
- VI. Observar os princípios éticos, morais e administrativos da entidade consagrada neste Estatuto;
- VII. Zelar pelo bom relacionamento entre os sócios e pelo alcance dos fins a que se propõe a entidade;
- VIII. Respeitar as decisões dos órgãos deliberativos da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**.


Benedito Gomes da Silva
012.99.125

Art. 38º - Os sócios não respondem sequer subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade e de seus diretores.

Capítulo VII

Das Infrações e Penalidades

Art. 39º - Constituem infrações à disciplina social sujeitas às sanções previstas a todos os diretores e sócios:

- I. Deixar de zelar e cumprir o Estatuto e as deliberações das Assembleias Gerais;
- II. Promover por meios diretos e indiretos, o descrédito dos princípios e normas da entidade perante a comunidade;
- III. Coagir, influenciar, participar direta ou indiretamente, de qualquer movimento, ação ou grupo de influenciamento que objetive retirar a força de atuação da entidade e seus órgãos, assim como em prejuízo das disposições previstas neste Estatuto.

Art. 40º - As infrações à disciplina social se seus membros serão punidas, segundo a sua gravidade, com as seguintes sanções:

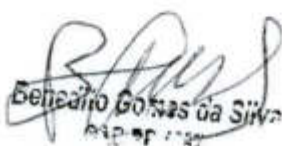
- I. Advertência oral ou escrita;
- II. Censura pública por edital afixado na sede social e transcrito em boletim;
- III. Suspensão até 12 (doze) meses;
- IV. Eliminação do quadro social.

Parágrafo Único – A readmissão como sócio ocorrerá apenas quando a Diretoria Executiva, por solicitação do interessado, e por maioria simples dos associados, julgar sanados os efeitos do ato que motivou sua eliminação e entender que existe a disposição de cumprimento das normas estatutárias.

Capítulo VIII

Das Receitas e Despesas

Art. 41º - A receita da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária advirá:


Benedito Gomes da Silva

- I. Da contribuição especial de qualquer pessoa, a título de doação, que ficará registrada e, livro caixa e tombo, com valor, data e identificação do doador;
- II. Da contribuição mensal dos associados e/ou colaboradores;
- III. Da contribuição extraordinária dos sócios-fundadores;
- IV. De doações, contribuições, legados e outros recursos a ela aportados voluntariamente;
- V. De verbas provenientes de subsídios oficiais e receitas eventuais;
- VI. Do rendimento proveniente da aplicação de seu capital;
- VII. Convênios e outras fontes.

Parágrafo Primeiro – o patrimônio da entidade será constituído do acervo material e imaterial representado por todos os seus bens móveis e imóveis, títulos ou produtores de doação e legados, dos quais será feito, ao fim de cada exercício social, o respectivo inventário.

Parágrafo Segundo – A Receita da Entidade será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais.

Art. 42º - As despesas da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária podem ser:

- I. Despesas operacionais, tais como aluguel de bens móveis e imóveis compra de equipamentos, material de limpeza e de expediente, entre outros;
- II. Pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação de equipamentos;
- III. Patrocínios a projetos, atividades ou eventos com fins comunitários.

Capítulo IX

Da Dissolução

Art. 43º - A dissolução da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária ocorrerão apenas por decisão de Assembleia Geral Extraordinária, convocada com exclusividade para este fim, conforme artigo sétimo e seu parágrafo único deste estatuto.

Art. 44º - Ponto de pauta obrigatória na Assembleia Geral Extraordinária convocada para dissolução da entidade deverá ser a prestação de contas, verificada pelo Conselho Fiscal, até a data da Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 45º - Caso haja dívidas na data da dissolução, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, sendo determinado o destino do saldo restante a uma entidade similar.

Art. 46º - A Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária somente poderão ser dissolvidas:


Benedito Gonçalves da Silva
OAB-PR 4287

- I. Por deliberação de uma Assembleia Geral Extraordinária, convocada especificamente para tal fim e com a presença, em primeira convocação de 2/3 (dois terços) de seus diretores e/ou associados;
- II. Caso a maioria dos 2/3 (dois terços) não seja alcançada, numa segunda convocação, após 60 (sessenta) minutos poderá a Assembleia geral reunir-se com qualquer número de sócios e/ou diretores;
- III. A proposta de dissolução somente será aprovada pela maioria de no mínimo 2/3 (dois terços) dos presentes.

Parágrafo Único – A dissolução da entidade só poderá ocorrer por absoluta e incompatível impossibilidade legal ou material, de preencher suas finalidades por qualquer modo, devidamente comprovada em Assembleia Geral Extraordinária.

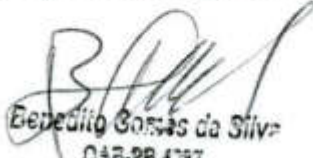
Capítulo X

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 47º - Caberá a Assembleia Geral de fundação eleger sua Diretoria para um mandato de quatro anos, cabendo:

- I. Registrar o presente Estatuto em Cartório de Pessoas Jurídicas na forma da lei;
- II. Registrar em cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da fazenda;
- III. Requerer reconhecimento como de atividade pública à nível municipal, estadual e nacional;
- IV. Filiar ao Conselho Nacional de Serviço Social;
- V. Estabelecer um plano de meta para os primeiros quatro anos de existência da entidade;
- VI. Elaborar e aprovar o Regimento interno e Código de Ética;
- VII. Requerer junto ao Ministério das Comunicações abertura de canal para concessão e exploração do serviço de radiodifusão comunitária;
- VIII. Instalar a **Rádio Comunitária FM** dentro dos padrões técnicos exigidos pelo Minicon e elaborar uma programação eminentemente regional, voltada para a comunidade e seus problemas;
- IX. Associar a **Rádio Comunitária FM** à entidade nacional, regional ou distrital de radiodifusão comunitária;
- X. Construir o conselho comunitário para a emissora;
- XI. Construir a Sede Social;
- XII. Manter intercâmbio com demais entidades que tenham os mesmos fins;
- XIII. O exercício social e financiamento coincidem com o ano civil;
- XIV. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 48º - Os casos não especificamente previstos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, que aplicará subsidiariamente a legislação em vigor no país.


Benedito Gomes da Silva
043-98 4287

Art. 49º -A Diretoria Executiva da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária de Picuí fica assim constituída:

Diretor-Presidente;
 Diretor-Executivo;
 Secretário Geral;
 Diretor de Patrimônio e Finanças;
 Diretor de Cultura e Artes;
 Diretor de Formação e Capacitação;
 Diretor de Comunicação Social e Marketing;
 Conselho Fiscal.



Art. 50º - Este Estatuto será registrado no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Picuí, Estado da Paraíba, e terá sua inscrição no Cadastro Geral do Contribuinte da Receita Federal, o qual entrará em vigor na data de sua aprovação e/ou publicação.



Picuí-PB, 11 de janeiro de 2019.

Gabriele Rayanne Neves de Moraes Silva
GABRIELE RAYANNE NEVES DE MORAIS SILVA

Presidente



Benedito Gossas da Silva
Benedito Gossas da Silva
 OAB-PB 4287

09.285.701/0001-991
CARTORIO DO 1º OFÍCIO
Bel. Vinícius José Cavalcanti de Lima
cartorio1oficiopicui.pb@hotmail.com
Rua 24 de Novembro Nº 36 - C
DEP: 22.147-000 - Tel.: 337
PICUI - PB

PICUI CARTORIO DO 1 OFICIO
Rua 24 DE NOVEMBRO, 36, CENTRO, Picuí - PB

- REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS -

Apresentado hoje, registrado sob nº 2277 no Livro 18, Folha 228 e Protocolo 1935,
ficando cópia arquivada neste serviço. O que certifico e dou fé.

Picuí/PB - 18/01/2019

Selo Digital: AHV57820-2T5I

Acesse o site <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Emol R\$247,67 FEPJ R\$49,53 FARPEN R\$3,37 MP R\$3,96

Cartório do 1º Ofício - Picuí - PB
Edilana Maria de Lima
Escrevente Substituída

PICUI CARTORIO DO 1 OFICIO
Rua 24 DE NOVEMBRO, 36, CENTRO, Picuí - PB

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi
exibido. Dou fé. (Art. 425-III do CPC).

Picuí/PB - 05/02/2019

Selo Digital: AHO18671-QQ2Q

Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Emol R\$2,47 Farpen R\$0,29 MP R\$0,04 Fepj R\$0,50

Cartório do 1º Ofício - Picuí - PB
Marileide de Macedo Lima
Escrevente Encarregada

A. ATT.
COORDENAÇÃO GERAL DE RADIO COMUNITÁRIA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
BLOCO = R - SALA = 397 - ANEXO OESTE
BRASÍLIA - DF
CEP: 70.044-900





03.582.697/0001-44'
APARC - Associação Picuense Artística
e Cultural de Radiodifusão Comunitária
Rua Ferreira de Macedo, 07
Centro - CEP: 58.187-000
Pícul - PB

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 49536/2018/SEI-MCTIC, 21/12/2018

53900.004638/2014-46

DIEGO BRUNO DE ARAÚJO NEGREIROS

Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária

Rua 18 de Março nº 142 - Centro

58.187-000 Picuí / PB

UF

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITARIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

09/01/19

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Maria Alcione dos Santos

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

Adriano Dantas de Barros
Mat: 8179.057-9
Agente de Correios - Carteiro



ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

Aviso de Recebimento (AR) OFI 49536 (38420-18) SEI 53900.004638/2014-46 / pg. 1



**AVISO DE
RECEBIMENTO**
AVIS CN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JU 08439209 6 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

02 JAN 2019

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
70.044-900 Brasília - DF

UF

**BRASIL
BRÉSIL**



**ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR**



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03582697/0001-44
Razão Social: ASSOC PICUIENSE ARTISTICA E CULT DE RADIODIFUSAO COM
Nome Fantasia: APARC
Endereço: RUA DEZOITO DE MARCO 142 / CENTRO / PICUI / PB / 58187-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/02/2019 a 23/03/2019

Certificação Número: 2019022203463416143790

Informação obtida em 01/03/2019, às 08:18:32.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO PICUIENSE ARTIST.E CULT. DE RADIODIF.
COMUNITARIA
CNPJ: 03.582.697/0001-44

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:19:02 do dia 01/03/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 31/03/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 1 (0035850).

1.1) Data de Protocolo no SEI: 18/6/2014.

1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fl. 2 a 4 (3831950).

2) Declaração de conformidade: fl. 2 (0035850).

3) Estatuto Social: fls. 5 a 21 (3831950).

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º, “r”;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 36, §1º;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 36, I e X e §1º;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 36, II e X e §1º;

e) Órgão administrativo e cargos: arts. 9º a 11, 14 ;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 17 a 25;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 11 (4 anos);

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 3º, X e art. 31 a 34.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º;

b) Fins: arts. 1º e 2º;

c) Sede: art. 1º;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 36, §1º, art. 36, §4º e art. 40, IV;

e) Direitos dos associados: art. 36;

f) Deveres dos associados: art. 37;

g) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. 36, §4º;

h) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 41;

i) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 7º e 8º, 12, ;

j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: parágrafo único do art. 16 (alteração) e art. 43 a 46 (dissolução);

k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: arts. 6º a 30;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 15 e art. 16, parágrafo único (e art. 8º - quórum); ;

m) Critérios de eleição dos administradores: art. 12;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 7º, parágrafo único e art. 36, §2º;

o) Destinação do patrimônio em caso de extinção da entidade: art. 45.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 23 a 28 (1609151). Mandato: 1/11/2015 a 1/11/2019.

Diretor Presidente: Diego Bruno de Araújo Negreiros (2º mandato consecutivo)

Diretora Executiva: Maria Helena da Silva Azevedo

Secretária Geral: Maria do Socorro Ribeiro da Costa (2º mandato consecutivo)

Diretora de Finanças e Patrimônio: Juliana Cristina Lins Machado Negreiros

Diretor de Cultura e Artes: Lindomar Barros de Lima (2º mandato consecutivo)

Diretor de Formação e Capacitação: Sebastião Matias de Oliveira Araújo

Diretor de Comunicação e Marketing: Sebastião Wilton Pinheiro Araújo

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade e CPF: fls. fls. 30, 32 a 36 (1292599) e fl. 6 (3188457).

6) CNPJ: fl. 1 (3710320).

7) Certidão Negativa da Anatel: fl. 1 (3893482).

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 29 a 35 (3188457), de 25/6/2018. A composição do Conselho, eleito em 1/11/2015, fls. 23 a 28 (1609151), atende ao disposto na Portaria 4334..

9) Certificado que comprove a regularidade da entidade com o FGTS: fl. 1 (3893479).

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: fl. 1 (3675414).

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: fl. 1 (3675298).

*****PENDÊNCIAS:**

- Não foram observadas pendências.

*****CONCLUSÃO:**

- Realizou-se pesquisa de vínculo e não se verificou irregularidade.
- Realizou-se pesquisa na Justiça Federal e não se verificou irregularidade.
- Realizou-se pesquisa na Justiça Estadual e não se verificou irregularidade.
- Será solicitado relatório de apuração de infrações à CGFI.

DADOS DOS DIRIGENTES:

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	PARTIDO	OBS
Diretor Presidente	Diego Bruno de Araújo Negreiros	17/09/1980 Pícuí/PB	032.706.524-96	2453015	José Onildo de Negreiros Edna Ramos de Araújo Negreiros	022011201201	-	
Diretora Executiva	Maria Helena da Silva Azevedo	27/05/1993 Pícuí/PB	104.409.744-29	3.804.744 Pícuí/PB	Josemaria Araújo de Azevedo Ana Cristina da Silva	041271031236	-	
Secretária Geral	Maria do Socorro Ribeiro da Costa	09/08/1968 Pícuí/PB	036.032.734-60	1.538.879	Maria Dalva Ribeiro da Costa	016512091201	-	
Diretora de Finanças e Patrimônio	Juliana Cristina Lins Machado Negreiros	22/01/1984 Cajazeiras/PB	050.262.044-73	2.439.027	José Augusto Neto Maria Lucia Lima Lins Machado	028037231252	-	
Diretor de Cultura e Artes	Lindomar Barros de Lima	28/10/1969 Pícuí/PB	691.231.604-20	1349715	Lourival Alves de Lima Terezinha Barros de Lima	015339951252	-	
Diretor de Formação e Capacitação	Sebastião Matias de Oliveira Araújo	25/05/1990 Pícuí/PB	090.572.664-23	3554014	Pedro Clovis de Oliveira Araújo Lucicleide de Oliveira Araújo	037951391244	-	
Diretor de Comunicação e Marketing	Sebastião Wilton Pinheiro Araújo	27/07/1978 Pícuí/PB	036.097.364-70	1681400	João Batista de Araújo Maria do Socorro Pinheiro Araújo	025998061244	-	

Data de Envio:

01/03/2019 08:30:32

De:

MCTIC/Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

Lilian <lilian.misquita@mctic.gov.br>

leandro.lima@mctic.gov.br

Assunto:

Proc. 53900.004638/2014-46 - Solicita informações sobre existência de PAI

Mensagem:

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da Associação Picuiense Artística e Cultural Comunitária, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Picuí / PB (processo nº 53900.004638/2014-46), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Argélia Diniz Schramm - SIAPE 1786758

Analista Técnico Administrativo

ramal: 5050

Re: Proc. 53900.004638/2014-46 - Solicita informações sobre existência de PAI**De :** cgrc sei <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Sex, 08 de mar de 2019 07:54

Assunto : Re: Proc. 53900.004638/2014-46 - Solicita informações sobre existência de PAI**Para :** Argelia Diniz Schramm
<argelia.schramm@mctic.gov.br>

Argélia,

Segue resposta da CGFI.

Att.,

Natália

----- Mensagem original -----

De: "Lilian Magalhaes de Misquita Vieira" <lilian.misquita@mctic.gov.br>

Para: "MCTIC/Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária"

<cgrc.sei@mctic.gov.br>

Enviadas: Quinta-feira, 7 de março de 2019 10:23:11

Assunto: Re: Proc. 53900.004638/2014-46 - Solicita informações sobre existência de PAI

À Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Em atenção ao e-mail, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Registros de PAIs ativos:

53900.021204/2014

- Em trâmite;
- Processo aguardando defesa.
- Irregularidade: Art. 40, inciso XXIX do Decreto 2.615/98;
- Data da infração: 20/07/2016;

Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD em anexo):

53000.069226/2006

- PAI encerrado. Verificar relatório do SRD.
- Portaria nº 247, de 27/05/2009, publicada no D.O.U de 25/08/2009 - MULTA;
- Irregularidade apurada: Art. 40, inciso XV do Decreto 2.615/98.
- Infração: (data de ocorrência: 02/06/2005).

53000.051447/2004

- PAI encerrado. Verificar relatório do SRD.
- Despacho nº50, de 20/08/2007 - ADVERTÊNCIA;
- Irregularidade apurada: Art. 40, incisos XIV e XV do Decreto 2.615/98.
- Infração: (data de ocorrência: 11/11/2004).

53000.031766/2007

- PAI encerrado. Verificar relatório do SRD.
- Despacho nº47, de 18/02/2010 - ADVERTÊNCIA;
- Irregularidade apurada: Art. 40, inciso XV do Decreto 2.615/98.
- Infração: (data de ocorrência: 04/06/2007).

53000.048058/2007

- PAI encerrado. Verificar relatório do SRD.
- Portaria nº 46, de 21/01/2011, publicada no D.O.U de 27/05/2011 - MULTA;
- Irregularidade apurada: Item 19.3 da Norma 01/2004 e Art. 6º da Portaria 26/1996 c/c Art. 40, inciso XIX do Decreto 2.615/98.
- Infração: (data de ocorrência: 13/08/2007).

----- Mensagem original -----

De: MCTIC/Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

<cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para: Lilian <lilian.misquita@mctic.gov.br>, leandro lima

<leandro.lima@mctic.gov.br>

Enviadas: Fri, 01 Mar 2019 08:30:33 -0300 (BRT)

Assunto: Proc. 53900.004638/2014-46 - Solicita informações sobre existência de PAI

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da Associação Picuiense Artística e Cultural Comunitária, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Picuí / PB (processo nº 53900.004638/2014-46), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Argélia Diniz Schramm - SIAPE 1786758

Analista Técnico Administrativo

ramal: 5050

--

Lilian Magalhães de Misquita VieiraSEDEG/CGFI/DECEF/SERAD-MCTICRamal: 6811


[Menu Principal](#)
[SRD](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: PB
Município: Picuí
Canal: 200
Fase: 3

Distrito: Picuí
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
Nome Fantasia: RÁDIO SISAL FM
Logradouro: RUA FERREIRA DE MACEDO, S/N
Telefone: Não Informado
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 03.582.697/0001-44
Bairro: CENTRO
Número: .
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 03582697000144

Razão Social: ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 58187000
Número: .
Município: Picuí
Telefone:

Logradouro: RUA FERREIRA DE MACEDO, S/N
Complemento:
Distrito: Picuí

Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Fax:

Estado: PB

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 58187000
Número: 142
Município: Picuí
Telefone:

Logradouro: rua 18 de março
Complemento: edf. sindicato rural
Distrito:

Bairro: centro
SubDistrito:

Estado: PB

Fax:

E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 19/08/2004

Data Limite Instalação:

Número do Processo: 531030000122000

Fistel: 50012298557

Caixa:

Sequência:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	883		Portaria	MC	04/06/2002	14/06/2002	Autoriza Executar Serviço	Jur.
<input type="text"/>	31087		ATO	SCM	14/11/2002	18/11/2002	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
<input type="text"/>	581		Decreto Legislativo	CN	18/08/2004	19/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jur.

<input type="text"/>	<input type="text" value="46345"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="SCM"/>	<input type="text" value="30/08/2004"/>	<input type="text" value="01/09/2004"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="50"/>	<input type="text" value="Despacho"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="20/08/2007"/>	<input type="text"/>	Advertência	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="247"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="27/05/2009"/>	<input type="text" value="25/08/2009"/>	Multa	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="47"/>	<input type="text" value="Despacho"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="18/02/2010"/>	<input type="text"/>	Advertência	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="46"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="21/01/2011"/>	<input type="text" value="27/05/2011"/>	Multa	<input type="text" value="Jur."/>

⊕ Característica da Estação Instalada

⊖ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO PICUIENSE ARTÍSTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - CNPJ/CPF(03.582.697/0001-44)

Situação: Entidade não possui débitos

Município/UF: PICUI/PB

Canal: 200

Indicativo: ZYT691

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

☒

 [Tela Inicial](#)  [Imprimir](#)

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.004638/2014 Localidade / UF: PICUÍ/PB
Entidade: ASSOCIACAO PICUIENSE ARTISTICA E CULTURAL DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA
Aviso: 6 Publicação: 17/12/1999 Prazo: 30 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: fl. 1 (0035850).
 - 1.1) Data de Protocolo no SEI: 18/6/2014.
 - 1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.
 - 1.3) Novo requerimento (Anexo 5) assinado por todos os dirigentes: fl. 2 a 4 (3831950).
- 2) Declaração de conformidade: fl. 2 (0035850).
- 3) Estatuto Social adequado à Portaria 4334 e ao Código Civil: fls. 5 a 21 (3831950).
- 4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 23 a 28 (1609151). Mandato 01/11/2015 a 01/11/2019
Diretor Presidente: Diego Bruno de Araújo Negreiros (2º mandato consecutivo)
Diretora Executiva: Maria Helena da Silva Azevedo
Secretária Geral: Maria do Socorro Ribeiro da Costa (2º mandato consecutivo)
Diretora de Finanças e Patrimônio: Juliana Cristina Lins Machado Negreiros
Diretor de Cultura e Artes: Lindomar Barros de Lima (2º mandato consecutivo)
Diretor de Formação e Capacitação: Sebastião Matias de Oliveira Araújo
Diretor de Comunicação e Marketing: Sebastião Wilton Pinheiro Araújo
- 5) Comprovantes de maioria e nacionalidade e CPF: fls. fls. 30, 32 a 36 (1292599) e fl. 6 (3188457).
- 6) CNPJ: fl. 1 (3710320).
- 7) Certidão Negativa da Anatel: fl. 1 (3893482).
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 29 a 35 (3188457), de 25/6/2018. A composição do Conselho, eleito em 1/11/2015, fls. 23 a 28 (1609151), atende ao disposto na Portaria 4334.
- 9) Certificado que comprove a regularidade da entidade com o FGTS: fl. 1 (3893479).
- 10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: fl. 1 (3675414).
- 11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: fl. 1 (3675298).
- 12) Relatório de Apuração de Infrações: fls. 1 e 2 (3902869) e fls. 1 e 2 (3902879).

CONCLUSÃO:

- Realizou-se pesquisa de vínculo e não se verificou irregularidade.
- Realizou-se pesquisa na Justiça Federal e não se verificou irregularidade.
- Realizou-se pesquisa na Justiça Estadual e não se verificou irregularidade.

- Processo instruído, será elaborado Nota Técnica de revisão final.

ARGELIA DINIZ SCHRAMM



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

DESPACHO

Processo nº: **53900.004638/2014-46**.

Entidade: **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**.

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**.

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal e da respectiva Seção e Subseção Judiciária e do Tribunal de Justiça do domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga.

2. Encaminhem-se os autos para revisão final.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Analista Técnico Administrativo**, em 11/03/2019, às 17:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3940476** e o código CRC **32EB6095**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.004638/2014-46

SEI nº 3940476

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

NOTA TÉCNICA Nº 3446/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.004638/2014-46.**

Assunto: **Renovação de outorga. VIABILIDADE JURÍDICA PARA O DEFERIMENTO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo se trata da renovação para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**, na localidade de **Picuí**, estado da **Paraíba**, por meio da Portaria nº 883, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 14/06/2002, e Decreto Legislativo nº 581, publicado no DOU de 19/08/2004.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 19/08/2014. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou, tempestivamente, pedido de renovação de outorga em 18/06/2014, à fl. 1, 0035850, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015), alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.

REQUERENTE
Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária
QUADRO DIRETIVO
Diretor Presidente: Diego Bruno de Araújo Negreiros; Diretora Executiva: Maria Helena da Silva Azevedo; Secretária Geral: Maria do Socorro Ribeiro da Costa; Diretora de Finanças e Patrimônio: Juliana Cristina Lins

Machado Negreiros;
Diretor de Cultura e Artes: Lindomar Barros de Lima;
Diretor de Formação e Capacitação: Sebastião Matias de Oliveira Araújo;
Diretor de Comunicação e Marketing: Sebastião Wilton Pinheiro Araújo.

3. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Norma nº 1/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo.	1 / 0035850
1.2	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a contento às exigências impostas.	Sim.
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	5 a 21 / 3831950
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	23 a 28 /1609151
4	Comprovantes de nacionalidade e maioridade dos dirigentes.	30, 32 a 36 / 1292599 6 / 3188457
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	29 a 35 / 3188457
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério a Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros	2 / 0035850

	técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	
7	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	1 / 3710320
8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	1 / 3893482
9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	1 / 3893479
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	1 / 3675414
11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	1 / 3675298
12	Relatório de apuração de infrações.	1 e 2 / 3902869 1 e 2 / 3902879
12.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?	Não.

4. Após consultas ao sítio eletrônico do Tribunal Regional Federal e da respectiva Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante a Justiça Federal que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga, 3940476.

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja

encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (3940275).

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm, Analista Técnico Administrativo**, em 11/03/2019, às 17:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/03/2019, às 09:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 27/03/2019, às 16:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 15/04/2019, às 16:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3902891** e o código CRC **629E1EC9**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.004638/2014-46, que trata da Renovação da Outorga de Autorização, a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX, e a respectiva documentação para que a Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, inscrita no CNPJ nº 03.582.697/0001-44, explore pelo prazo de dez anos a partir de 19, de agosto, de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Picuí, estado da Paraíba, em conformidade com o que dispõe o **caput** do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e

a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Por meio da Nota Técnica nº 3446/2019/SEI-MCTIC, a área técnica se manifestou de modo favorável à renovação da outorga, uma vez que inexistem óbices legal e normativo ao pleito. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000012/2000 e nº 53900.004638/2014-46, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, CNPJ nº 03.582.697/0001-44, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Picuí, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53900.004638/2014-46

SEI nº 3902891

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na
Regional de Santa Catarina

DESPACHO

Processo nº: **53900.004638/2014-46**

Entidade: **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Radiodifusão,

Diante do exposto na Nota Técnica nº 3446/2019/SEI-MCTIC (Evento SEI 3902891), que opinou pelo deferimento do pedido de renovação de outorga apresentado pela **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**, entidade executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Picuí**, estado da **Paraíba**, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 23/04/2019, às 13:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4062392** e o código CRC **BCA35B6D**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3446/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000012/2000 e nº 53900.004638/2014-46, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, inscrita no CNPJ nº 03.582.697/0001-44, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Picuí, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53900.004638/2014-46

SEI nº 4062392

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão para a SEXEC

DESPACHO

Processo nº: 53900.004638/2014-46

Referência:

Interessado: Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária (aparc).

Assunto: Renovação de Outorga.

Trata-se de minuta de portaria e de exposição de motivos, que visa a renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, inscrita no CNPJ nº 03.582.697/0001-44, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Picuí, estado da Paraíba.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 15/08/2019, às 15:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4436990** e o código CRC **56C5281A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.004638/2014-46

SEI nº 4436990



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4721/2019/SEI-MCTIC
DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000012/2000 e nº 53900.004638/2014-46, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, inscrita no CNPJ nº 03.582.697/0001-44, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Picuí, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 17/09/2019, às 12:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4622437** e o código CRC **6B874602**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 19/09/2019 11:16:59
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 5507531
Data prevista de publicação: 20/09/2019
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Nota de Crédito

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
12035174	ATO PORTARIA Nº 4714 MIN.rtf	620118866c69851d 266e3b6903722cd0	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12035175	ATO PORTARIA Nº 4723 MIN.rtf	d65ce6016d0e43bb c4c8108c5458f50f	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035176	ATO PORTARIA Nº 4724 MIN.rtf	5a733616f77bb878 c916cb136e5b5091	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035177	ATO PORTARIA Nº 4744 MIN.rtf	03c7a5dc1648396a 3cbd372084d82814	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035178	ATO PORTARIA Nº 4748 MIN.rtf	8dc15eb52afe28b7 d1f7bc7663c46d53	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035179	ATO PORTARIA Nº 4750 MIN.rtf	ceeb09995517b4c9 727c3ecc3fc65f4b	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035180	ATO PORTARIA Nº 4751 MIN.rtf	a56a21c5ca6d4059 c27d7a4157b114a6	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035181	ATO PORTARIA Nº 4715 MIN.rtf	72bf997ac84ba5bb 3f1265834c6190ce	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035202	ATO PORTARIA Nº 4716 MN.rtf	cf8122a2a77a37af 10b2326c8a2e0f7d	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035203	ATO PORTARIA Nº 4717 MIN.rtf	c7564faf501fd69f 2394ab8ac7116140	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035204	ATO PORTARIA Nº 4718 MIN.rtf	ae2959238192ea18 2cf89df5b9eefd34	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28

12035205	ATO PORTARIA Nº 4719 MIN.rtf	9aba2ae95df5a34f fbe885f6bde768e7	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035206	ATO PORTARIA Nº 4720 MIN.rtf	99cd52633ce50042 e27b98c120537a21	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035207	ATO PORTARIA Nº 4721 MIN.rtf	ddfb5b05566e15d0 9af42952d0ccc506	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035208	ATO PORTARIA Nº 4722 MIN.rtf	917ee40d5ea4ea07 d8c5da979e5166ee	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
TOTAL DO OFICIO			104,00	R\$ 3.436,16

Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.714-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.001174/1998 e nº 53900.017316/2015-48, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Amigos de Pinhais, CNPJ nº 02.730.913/0001-99, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Pinhais, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.715-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53790.001430/1998 e nº 53000.058422/2012-82, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Fundação de Ação Cultural Educacional e Social de Panambi (CNPJ nº 02.259.255/0001-07), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Panambi, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.716-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001012/1999 e nº 53900.045511/2016-49, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de março de 2017, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Monte Carmelo, CNPJ nº 03.265.681/0001-08, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Monte Carmelo, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.717-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53000.018100/2004 e nº 53900.045885/2016-64, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 4 de abril de 2017, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Pinheirinho do Vale, CNPJ nº 03.202.795/0001-09, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Pinheirinho do Vale, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.718-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.002295/1998-20 e nº 53900.014187/2014-55, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Rádio FM Comunitária Tropical, CNPJ nº 01.848.981/0001-94, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Votorantim, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.719-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53700.001247/1998 e nº 53000.056633/2011-08, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, inscrita no CNPJ nº 02.617.368/0001-29, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antonio João, estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.720-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001054/1998 e nº 53900.026707/2014-72, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Soledadense, inscrita no CNPJ nº 02.740.015/0001-11, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Soledade de Minas, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.721-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000012/2000 e nº 53900.004638/2014-46, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, inscrita no CNPJ nº 03.582.697/0001-44, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Picuí, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.722-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.000917/1998-76 e nº 53900.034917/2014-34, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de dezembro de 2014, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Diamante D'Oeste, CNPJ nº 02.507.675/0001-57, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Diamante D' Oeste, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.723-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53720.000047/2001 e nº 53900.017311/2015-15, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária Unidos Para Sempre, CNPJ nº 04.219.530/0001-86, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Conceição do Araguaia, estado do Pará.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.724-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53820.000849/1998 e nº 53900.017163/2015-39, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de junho de 2015, a autorização outorgada à Ação Social São Francisco de Assis, inscrita no CNPJ nº 79.504.023/0001-93, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palhoça, estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.744-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53720.000473/2002 e nº 01250.058843/2017-72, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de fevereiro de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira, CNPJ nº 05.121.849/0001-37, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Altamira, estado do Pará.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.748-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53100.000709/2004 e nº 01250.058861/2017-54, resolve:



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.004638/2014-46**.

Entidade: **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária**.

Assunto: **Encaminhamento de Processo à Presidência da República**.

Por meio da Portaria nº 4721 de 11 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20/09/2019, renovou-se a outorga da **Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Picuí, estado da Paraíba. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho o processo nº 53900.004638/2014-46, acompanhado do ato de renovação de outorga, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para inclusão no Sistema SIDOF e posterior envio dos autos ao setor responsável pelo encaminhamento à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/10/2019, às 17:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4664786** e o código CRC **817344B3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.004638/2014-46

SEI nº 4664786

Brasília, 04 de Novembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.004638/2014-46, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, inscrita no CNPJ nº 03.582.697/0001-44, explore pelo prazo de dez anos a partir de 19, de agosto de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Picuí, estado da Paraíba, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3446/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 4.721, de 17, Setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20/09/2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 43110/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.004638/2014-46.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 07/11/2019, às 16:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4823357** e o código CRC **C701D857**.